

Dissertação de Mestrado Integrado
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Da necessidade de uma *nova* circunstância

A colaboração do Ateliernob no processo de recuperação de habitações após o
complexo de incêndios de junho de 2017

Sara Carrapiço Pereira

Orientadora

Professora Doutora Clara Pimenta do Vale

Coorientadora

Professora Doutora Lúcia Nunes

2018

Aos meus pais, à Mana e ao resto da família, por serem sempre o meu apoio.

Ao Bruno, pela presença e pela confiança em mim.

Aos amigos, pela descontração e os conselhos. E àquelas que, mesmo perdidas, construíram comigo este percurso e sem as quais, literalmente, não o teria acabado.

À Nina e ao Paulo, por me acolherem sempre.

Às orientadoras, Clara Pimenta do Vale e Lígia Nunes, pelas discussões, o incentivo e a dedicação.

A toda a equipa do Ateliermob, por me receber e me ensinar.

Resumo

Nos meios de comunicação social, o processo de recuperação das habitações permanentes que arderam no Complexo de Incêndios que devastou o interior de Portugal em junho de 2017 tem sido debatido principalmente em função de dois fatores, que são o tempo e os recursos (materiais e não materiais) existentes para o empreender; fatores estes que são as condicionantes que normalmente destacam um contexto pós-desastre, como o referido, de uma circunstância quotidiana por serem mais limitados do que nesta. Enquanto isso, o contributo do arquiteto, cuja presença está obrigatoriamente implícita neste processo, tem-se mantido oculto da opinião pública. A presente dissertação surge da intenção de reconhecer o papel que este ator está a assumir perante as especificidades da circunstância – sejam estas as condicionantes referidas, a falta de preparação nacional para lidar com um processo deste tipo, as polémicas que se foram gerando entre as entidades envolvidas, ou a fragilidade socioeconómica pré-existente nos concelhos afetados –, assim como as estratégias de atuação que o arquiteto está a utilizar para se adaptar a estas. Na impossibilidade de sinalizar uma postura una entre todos os intervenientes, sendo que cada um está a desenvolver um processo arquitetural com prioridades e objetivos próprios, definiu-se o Ateliemob como caso de estudo. Esta equipa apresenta, como parte do seu modo de operar, uma consciência sobre a qualidade da arquitetura como estrutura potenciadora de transformações sociais que, no contexto de recuperação das habitações afetadas pelo Complexo de Incêndios de junho de 2017 – assim como em qualquer contexto pós-desastre –, lhe permite recorrer a estratégias e ferramentas de atuação próprias que promovem uma recuperação que vai além da reparação dos danos físicos provocados pelos Incêndios. Esta postura é fundamental para que as inevitáveis transformações espaciais que é necessário realizar sejam delineadas a partir da possibilidade de redução da vulnerabilidade que representam, já que esta é resultado das dinâmicas e processos sociais que foram definindo, ao longo do tempo, as condições de vida que as pessoas afetadas apresentavam no momento de deflagração do Complexo de Incêndios.

Abstract

In the media, the process of recovery of the permanent houses that were burnt in the Set of Fires that devastated Portugal in June of 2017 has been debated mainly considering two factors, which are time and resources (material and non-material) existent to make it happen; factors that are the constraints that usually differentiate a post-disaster context, as the one previously mentioned, from an everyday circumstance for being more limited. Meanwhile, the contribute of the architect, whose presence is implicitly implied in this process, has been hidden from the public opinion. The present dissertation arises from the intention to recognise the role that this actor is taking in the specificities of the circumstance- being these the mentioned constraints, the lack of national preparation to deal with this type of process, the controversies between the entities involved, the pre-existent socioeconomic fragility in the affected counties-, as the strategies that the architect is using to adapt to these. In the impossibility of identifying a single attitude between all the involved, each one developing an architectural process with own priorities and goals, Ateliernob was defined as case of study. This team presents, as part of its way of operating, a consciousness about the quality of the architecture as an enhancer structure of social transformations that, in the context of recovery of the houses affected by the Set of Fires of June of 2017- as well as in any post-disaster context-, allows it to use own strategies and tools that promote a recovery that goes beyond the repairs of the physical damages caused by the Fires. This position is fundamental so that the inevitable spacial transformations that need to be carried out are delineated from the possibility of reducing the vulnerability they represent, since this is a result of the dynamics and social processes that have been defining, over time, the living conditions that the affected people presented at the moment of deflagration of the Set of Fires.

Índice

Resumo	5
Abstract	7
Índice	9
Lista de siglas	11
Introdução	13
Parte 1 Processos de construção de uma <i>nova</i> circunstância	19
1.1. Da definição de conceitos: a redução da vulnerabilidade como catalisador de mudança	21
1.2. Estratégia de recuperação como processo colaborativo de desenvolvimento	24
1.3. O papel da arquitetura e do arquiteto na transformação social	29
1.4. A base de um processo arquitetural em contexto pós-desastre	34
1.5. A rede de atores intervenientes e os seus possíveis contributos	40
1.6. Ações integradas em processos de desenvolvimento – casos de referência e o caso de estudo	48
Parte 2 A colaboração do Ateliermob no processo de recuperação de habitações após o complexo de incêndios de junho de 2017	67
2.1. Definição da circunstância de atuação	69
2.2. Os Instrumentos de atuação disponibilizados e as suas possibilidades	93
2.3. A estratégia de atuação do Ateliermob na fase de planeamento	102
2.4. Identificação, definição e análise de estratégias de celeridade	128
2.5. A ação do Ateliermob nas dinâmicas sociais do lugar	134
Parte 3 Sistematização de resultados	139
Considerações finais	145
Bibliografia	149
Lista de Imagens	153
Anexos	157
Apêndice	198

Lista de siglas

AHB – Associação Humanitária de Bombeiros

AVIPG – Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CEIF – **ADAI** – Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ligada ao Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra)

CTI – Comissão Técnica Independente

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

GORR – Gabinete Operacional de Reabilitação e Reconstrução

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PROF – Planos Regionais de Ordenamento Florestal

PPS – Paper Partition System

SCMPS – Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra

SIC-E – SIC Esperança

TC99% - Cooperativa Trabalhar com os 99%

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

UMVI - Unidade de Missão para a Valorização do Interior

VAN – Voluntary Architects' Network

Introdução



Fig. 1. O Complexo de Incêndios que atingiu a zona centro de Portugal em junho de 2017. Fotografia tirada no final do dia 17, quando estava no seu estado mais crítico (Marchante, 2017)

O Contexto em estudo

Quando se começaram a divulgar os relatos e as imagens que compunham as primeiras notícias sobre os incêndios florestais que, dia 17 de junho de 2017, começavam a devastar a zona centro de Portugal, era impossível para (quase todos) os portugueses prever a destruição, material e identitária, que resultou da escala que o fenómeno e as suas consequências atingiram (Fig.1). O Complexo de Incêndios¹, que se formou a partir de um conjunto de 5 ocorrências com origem em 5 concelhos diferentes - Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Penela e Góis – só foi extinto dia 24 de junho num combate

¹ No relatório realizado pelo CEIF-ADAI do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, o complexo de incêndios é referido como o “Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e concelhos limítrofes” ou “Incêndio de Pedrógão Grande”, como é normalmente referido nos meios de comunicação. Esta denominação deve-se ao facto de ter sido neste concelho que a primeira ocorrência teve origem, e por ter sido o concelho mais afetado (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 15). Nesta dissertação será referido como o “Complexo de Incêndios” ou apenas “Incêndios”.

marcado por dificuldades humanas e fenómenos meteorológicos adversos. Estas condições impediram o controlo dos incêndios antes que estes se unissem e terminassem numa área ardida contígua de cerca de 46.000ha². A destruição acabou por abranger 11 concelhos nos distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco³, marcando a paisagem com tons negros e dourados, tanto na sua componente natural como em espaços humanizados, principalmente em zonas de interface urbano-florestal. A avaliação final dos danos quantificou 1108 estruturas queimadas, entre as quais se identificavam habitações permanentes, habitações secundárias, edifícios industriais, armazéns agrícolas, barracões e arrumos⁴ (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 170).

Mas o impacto singular que este Complexo de Incêndios teve, não só na população portuguesa, mas também a nível mundial, deveu-se às 65 vítimas mortais que causou e aos momentos trágicos que estas e mais de duas centenas de feridos experienciaram, principalmente nos dois primeiros dias de propagação do fogo. Enquanto os incêndios ganhavam dimensões significativas e, no meio das dificuldades em combatê-los, se ia atualizando um número sempre crescente de mortos, os meios de comunicação nacionais e as redes sociais acompanhavam ao detalhe os desenvolvimentos da situação. Devido às consequências trágicas que teve, levantaram-se, então, de todas as partes, vozes de descontentamento que exigiam ao Governo o apuramento das causas do incêndio e um esclarecimento sobre a natureza das falhas que dificultaram o seu combate.

As críticas e o sentimento de revolta que se faziam sentir no país não foram, no entanto, suficientes para evitar o descontrolo de outro complexo de incêndios que deflagrou quase quatro meses depois. A 15 de outubro de 2017, quando se publicavam os primeiros relatórios de avaliação das causas e dos danos dos Incêndios de junho, o interior do país voltava a arder de forma devastadora e vivia aquele que ficou apelidado nos meios de comunicação social como “O pior dia do ano em matéria de incêndios florestais” e no qual arderam cerca de 190.000ha. O Complexo de Incêndios de junho já havia classificado 2017 como o 3º pior ano em relação à área ardida desde o início do século XXI, com um total de 209.000ha ardidos. O complexo de incêndios ocorridos em meados de outubro contribuiu largamente para que, desde o início do ano até ao final desse mês, já se contabilizasse uma área ardida total de 442.418ha (ICNF, 3 novembro 2017, p. 5) e se terminasse o ano como sendo o pior nesta matéria, superando os valores de 2003 - 439.918ha, e 2005 - 346.382ha.

Além da destruição material, os incêndios florestais de outubro também provocaram vítimas mortais, subindo para 111 o número de casos registados em 2017 devido a esta causa. A nível nacional, desde 2000 até 2016, já tinham sido contabilizadas mais 100 mortes nestas circunstâncias e a ocorrência mais grave de que há registo ocorreu em 1966, na Serra de Sintra, onde morreram 25 militares a combater as

2 Estima-se que o valor exato da área ardida possa variar entre 46.161 ha (CCDR-C, 30 de junho de 2017, p. 6) e 45.039 ha (ICNF, 22 de junho 2017, p. 3), sendo que foram encontrados valores intermédios em outros relatórios.

3 Os concelhos afetados são Góis, Pampilhosa da Serra, Arganil e Penela, no distrito de Coimbra; Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Alvaiázere e Ansião, no distrito de Leiria; e Oleiros e Sertão, no distrito de Castelo Branco.

4 “Incluem-se nesta categoria os anexos que é possível encontrar em muitas casas, que servem distintos propósitos, mas que não se enquadram em nenhuma outra categoria.” (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 170)

chamas. No panorama internacional, foram registados apenas três casos que, desde o início do século XXI, provocaram um maior número de vítimas por ocorrência do que os Incêndios de junho; estes aconteceram na Grécia, em 2007, com 77 vítimas; na Austrália, em 2009, com 173 vítimas; e na Rússia, em 2010, com 600 vítimas (“Incêndio de Pedrógão Grande é o terceiro com mais vítimas mortais na Europa,” 2017).⁵

Desde o final do dia 17 de junho que se foi tornando claro que a recuperação das pessoas e do território afetado pelos Incêndios iria obrigar a uma mobilização de recursos e apoios além dos que era possível assegurar localmente. Nos meses posteriores, os media mantiveram a cobertura do caso, agora no desenvolvimento do processo de recuperação das áreas ardidas, dentre o qual se destacava como uma das prioridades a providência de habitações permanentes. O processo que surgiu para dar resposta a essa necessidade foi assumido como contexto para um estudo que representa não só a possibilidade de refletir sobre a arquitetura numa situação pós-desastre, mas esclarecer o papel que o arquiteto estava a ter nesta situação específica, em que a sua posição se ofuscava com as polémicas que o acompanhamento mediático apresentava como a realidade do processo.

Objetivos

A presente dissertação desenvolve-se sob dois objetivos.

O primeiro converge com a intenção de perceber qual é a postura que o arquiteto deve assumir durante um processo de recuperação de um desastre para que contribua para o seu sucesso. Entende-se que este pode ser relativo a vários fatores, dos quais se destacam a conformidade das soluções propostas com as necessidades das pessoas afetadas, a redução da vulnerabilidade destas, as relações que o arquiteto estabelece com os distintos atores intervenientes, e a gestão que faz dos recursos existentes em prol de um processo célere, eficiente e em equilíbrio com a identidade do lugar - seja esta relativa à sua paisagem ou à sua arquitetura.

O segundo objetivo prende-se com o estudo da colaboração do Ateliemob como caso representativo do arquiteto no processo de recuperação de habitações após o Complexo de Incêndios de junho de 2017. Ao reconhecer no modo de operar desta entidade a consciência e as prioridades necessárias ao sucesso de um processo de recuperação de um desastre, procura-se sinalizar na sua intervenção neste contexto específico as estratégias de atuação que lhe permitem adaptar-se às condicionantes da circunstância. Pretende-se ainda identificar as possibilidades de transformação que esta intervenção representa.

⁵ Durante o período de finalização da presente dissertação, em julho de 2018, outro complexo de incêndios florestais ocorrido na Grécia causou 93 mortos.

Considerações metodológicas

Para alcançar os objetivos estabelecidos, primeiro consolidou-se um entendimento sobre o que é um desastre e que tipo de transformações é que o processo de recuperação das pessoas afetadas por este pode representar para as suas condições de vida. Posteriormente, identificou-se em que medida é que a arquitetura pode e deve concorrer para essas transformações, e quais são os fatores que o arquiteto deve considerar nas suas intervenções para as potenciar. Com foco nos cursos de ação que pretendem a construção de habitações permanentes, definiram-se os critérios que devem ser considerados na definição da sua forma para que esta esteja em conformidade com as necessidades não só físicas, mas também sociais dos seus habitantes.

Como método para consolidar os conhecimentos adquiridos, assim como para entendê-los a partir de um contexto real, definiram-se dois casos de referência nos quais se identificaram prioridades e estratégias de atuação que se reconhece que podem ter contribuído para um processo de recuperação pós-desastre bem sucedido. O confronto destes casos com o modo de operar do Ateliernob revela as potencialidades da sua colaboração no processo de recuperação das habitações ardidas em junho de 2017. A partir daí, a análise desta constrói-se num registo de confronto entre as estratégias de atuação que são intrínsecas a esse modo de operar e as que se sinalizam no contexto em estudo, ao longo das várias fases dos processos arquiteturais que desenvolve.

Apesar da escolha de um caso específico, a intervenção do Ateliernob foi sendo enquadrada e comparada com as ações de outros atores sempre que, dentro da informação recolhida, se identificaram outras estratégias relevantes para entender o papel que o arquiteto está a assumir no processo em estudo.

A pouca distância temporal, ou poder-se-ia mesmo dizer a simultaneidade entre a realização desta dissertação e o desenvolvimento do processo de recuperação das habitações ardidas no Complexo de Incêndios de junho de 2017 obrigou à realização de um trabalho de campo que colmatasse a falta de informação formalizada e publicada sobre o contexto que se pretendia estudar. A recolha dos dados que foram utilizados realizou-se perante atores que tiveram uma intervenção direta no processo, cujos testemunhos se pretendia que revelassem na primeira pessoa a realidade de estar envolvido no contexto descrito. A investigação foi feita através de entrevistas planeadas e conversas informais que permitiram organizar a informação em vários formatos de documentação, como apontamentos estruturados por temas, transcrições, tabelas e uma cronologia, e que se apresentam em anexo ao presente trabalho. A partir destes extraíram-se conclusões sobre a intervenção do Ateliernob no processo de recuperação de habitações, assim como das estratégias de atuação de outras entidades que compõem uma parte da rede de atores em que o caso de estudo se insere. Em complemento a essa informação, encontram-se vários documentos em apêndice que ajudam a fundamentar a análise da colaboração do caso de estudo, e que foram disponibilizados pelo Ateliernob.

Justificação da escolha do caso de estudo

A escolha do Ateliermob como caso de estudo é justificada por duas razões.

A primeira concerne à possibilidade de se conseguir associar a esta entidade um modo de operar consolidado. Entende-se que esta condição é determinante para que se possam identificar ferramentas e estratégias de atuação próprias que permitem estabelecer comparações fundamentadas entre uma circunstância de atuação normal e o contexto pós-desastre em estudo. A partir daí pretende-se perceber se as formas de atuação identificadas podem ser transpostas ou têm de ser alteradas devido às condicionantes da circunstância. O Ateliermob destaca-se dentro da rede de atores intervenientes neste processo de recuperação das habitações ardidas devido ao reconhecimento de que tem vindo a ser alvo nos últimos anos, principalmente depois do seu envolvimento nas Terras da Costa.

A segunda razão de escolha é referente às próprias prioridades de intervenção da equipa, que revelam uma consciência sobre o papel que a arquitetura pode ter na construção de um espaço socialmente justo, não se focando unicamente na sua componente física, o que se entende como uma postura determinante para atuar em conformidade com as necessidades das pessoas afetadas.

Estrutura de conteúdos

A presente dissertação estrutura-se em três partes e um capítulo conclusivo.

A Parte I consiste na fundamentação teórica, onde se cruzam conceitos e pensamentos relativos ao tema da arquitetura pós-desastre e ao papel que o arquiteto deve assumir para que, da inevitabilidade da transformação espacial, contribua em prol de um desenvolvimento integral e não apenas físico. Esta primeira parte culmina na análise de casos de referência a partir dos quais se enquadra o modo de operar do caso de estudo.

Na Parte II define-se primeiro a circunstância em que o arquiteto está a atuar, para posteriormente se analisar a intervenção do Ateliermob de forma contextualizada, considerando as condicionantes que destacam o contexto em estudo de uma circunstância normal de atuação.

Na Parte III procede-se a uma sistematização de resultados, onde se cruza a informação da fundamentação teórica com a análise do caso de estudo, construindo uma síntese dos conhecimentos adquiridos que permite destacar os diferentes fatores que devem ser intrínsecos à postura do arquiteto numa circunstância pós-desastre, e identificar as principais estratégias que o Ateliermob utilizou para conduzir a sua intervenção no contexto em estudo.

O capítulo conclusivo integra considerações finais que se constroem como um momento de reflexão sobre a potencialidade do processo em curso e as dificuldades que tem implícitas para o futuro.

Revisão da literatura

Para o desenvolvimento desta dissertação foi importante a leitura de dois trabalhos de referência nas áreas da Gestão e Redução do Risco e da Ajuda Humanitária, nomeadamente “Disasters and Development”, de Fred Cuny, e “At risk: natural hazards, people’s vulnerability and disasters” de Piers Blaikie, Terry Cannon, Ian Davis e Ben Wisner. Nestas obras documentais identificaram-se vários conceitos e visões que tiveram um papel estruturante no trabalho, consolidando conhecimentos específicos sobre os contextos pós-desastre, e a partir dos quais se desencadearam outros temas, potenciando o alargamento da pesquisa teórica. Outros documentos como “Políticas públicas para la reducción de la vulnerabilidad frente a los desastres naturales y socio-naturales”, produzido por Jorge Enrique Vargas e publicado pelas Nações Unidas, e “Housing reconstruction after conflict and disaster”, escrito por Sultan Barakat, são utilizados pela pertinência que têm na sistematização dos conhecimentos que surgem das duas obras de referência atrás mencionadas e que convergem no entendimento de um desastre como um fenómeno de construção social.

Ao assumir esta dimensão causal, reconheceu-se que, apesar dos processos de recuperação de um desastre se destacarem principalmente pela urgência e pelo condicionamento de recursos, a postura que o arquiteto tem de assumir para que estes sejam bem sucedidos – e que surge da consciência do papel que a arquitetura tem nas dinâmicas sociais - não é intrínseca à excecionalidade da situação pós-desastre, mas sim à própria profissão. Neste sentido, pretende-se contribuir com o cruzamento dos conhecimentos que se têm vindo a sistematizar sobre a especificidade das circunstâncias pós-desastre com outros que se focam no papel social da arquitetura e do arquiteto a partir de uma perspetiva mais geral. Para tal foram considerados autores cujos trabalhos, segundo diferentes abordagens e casos de estudo, salientam distintos fatores que se definem determinantes para o sucesso de qualquer processo arquitetural. Entre estes destaca-se Octávio Lixa Filgueiras, Giancarlo De Carlo, Josep María Montaner e Zaida Muxí, e os autores de “Spatial Agency – other ways of doing architecture”, nomeadamente Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till.

Outras referências vão surgindo ao longo do trabalho consoante sejam consideradas relevantes; é o caso de Juhani Pallasmaa e Amos Rapoport, por exemplo, que se usam para consolidar o significado da casa e dos fatores que contribuem para a sua definição, já que é da necessidade de desenvolver um processo de construção de habitações que se desenvolve a presente dissertação.

Parte 1

Processos de construção de uma *nova* circunstância

1.1. Da definição de conceitos: a redução da vulnerabilidade como catalisador de mudança

“A base da evolução e da conservação da vida na história natural e humana tem sido a adaptação ao meio com redução da vulnerabilidade.” (Vargas, abril de 2002, p. 57)

A intenção de procurar condições de vida melhores do que as pré-existentes é reconhecida por Jorge Enrique Vargas como uma tendência natural de evolução do homem e a motivação deste para empreender um processo de constante adaptação ao meio. Ao apontar a redução da vulnerabilidade como estratégia para tal, reconhece-se que o autor partilha o conceito de desastre¹ que atualmente domina entre a comunidade científica que estuda estas ocorrências e cuja base de pensamento é o entendimento da sua dimensão causal.

¹ No contexto do trabalho, entende-se que um desastre ocorre “quando um número significativo de pessoas vulneráveis experimenta um perigo e sofre danos severos e/ou interrupção dos seus sistemas de subsistência, de tal forma que a recuperação é improvável sem ajuda externa” (Blaikie, Cannon, Davis, & Wisner, 2003, p. 50).

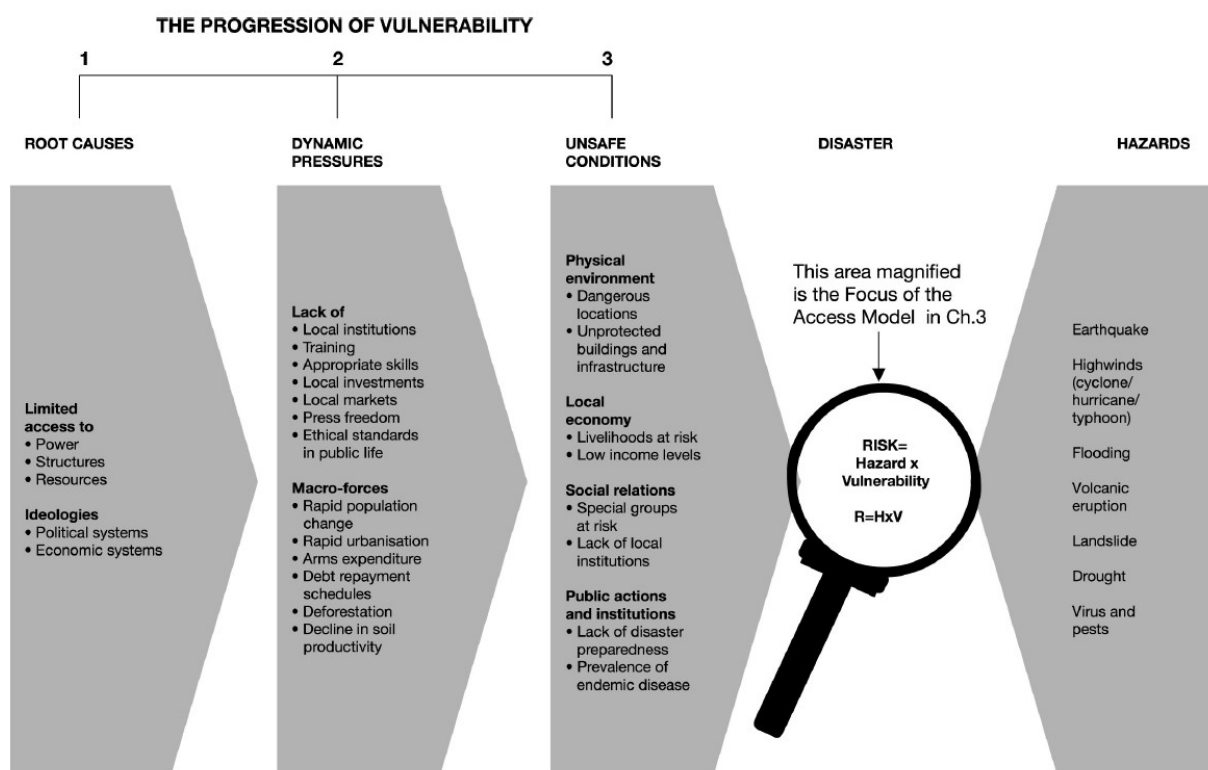


Fig. 2. "Pressure and Release Model", o modelo de Progressão da vulnerabilidade (Blaikie, Cannon, Davis, & Wisner, 2003, p. 61)

Se, no final do século XX, ainda se conjecturava que um desastre poderia ser um acontecimento físico catalisado apenas por causas naturais, a partir do século XXI este começou a ser entendido como um fenómeno de construção social (Siena, 2014, p. 436): a sua ocorrência resulta da convergência entre um perigo natural² – como um terramoto, cheias, secas, ciclones, etc. - e uma força oposta que representa a vulnerabilidade humana³, que se define como *“as características de uma pessoa ou um grupo e a sua situação que influenciam a sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar do impacto de um perigo natural”* (Blaikie et al., 2003, p. 11), e cujas causas se atribuem a dinâmicas sociais. Enquanto estas duas forças coexistem nos espectros temporal e espacial, mas sem convergirem, representam apenas

2 O tipo de desastre referido pode ser denominado como “socio-natural”, mas admite-se que um desastre também pode surgir apenas de motivos humanos, como no caso de guerras, acidentes, casos de exclusão humana ou problemas de gestão de recursos de necessidade básica (Vargas, abril de 2002, p. 13).

3 O termo “vulnerabilidade” é associado apenas ao homem, numa tentativa de o manter como o foco do debate e de assegurar a capacidade analítica deste, evitando que a utilização do termo em outras condições lhe retire significado e leve à compartimentação das medidas de prevenção e mitigação propostas. Apesar de os autores reconhecerem que também os edifícios e os lugares podem ser analisados segundo a sua vulnerabilidade, a terminologia definida remete-os como *unsafe conditions* (Blaikie et al., 2003, p. 55 e 56).

o risco do desastre, que pode ser esquematizado a partir da seguinte equação: “*Risco = Vulnerabilidade x Perigo natural*” (Blaikie et al., 2003, p. 53).

Entender em que medida a redução da vulnerabilidade pode catalisar uma mudança positiva num contexto pós-desastre implica reconhecer em que dimensões esta característica se constrói. Neste sentido, apresenta-se o “Pressure and Release Model”, que é definido por Piers Blaikie, Terry Cannon, Ian Davis e Ben Wisner em “At Risk” e no qual estes autores apresentam três conjuntos de ações que, tendo os processos sociais no centro da sua análise, estabelecem uma sequência de dinâmicas e processos que definem a *progressão da vulnerabilidade* (Fig.2). Estes conjuntos definem-se como *root causes*, *dynamic pressures* e *unsafe conditions*, e distinguem-se segundo a abrangência espacial e temporal que têm implícitas.

As *root causes* referem-se aos processos e sistemas sociais, culturais, económicos e políticos que definem uma sociedade e que são os mais difundidos e distantes no tempo. A capacidade de uma população afetada por um desastre desenvolver estratégias de recuperação de forma autónoma depende do seu acesso a recursos materiais (como comida e meios financeiros) e não materiais (como conhecimento e capacidades), assim como da habilidade individual e coletiva de os utilizar para garantir a sua subsistência. O acesso a esses recursos é resultado das relações de poder estabelecidas dentro da sociedade onde essas pessoas se inserem e que se definem através dessas relações que constituem as *root causes*. Estes processos tendem a ser desconsiderados como relevantes na construção da vulnerabilidade, pois já estão muito enraizados no tempo e na forma de habitar do homem como ser individual e coletivo (Blaikie et al., 2003, p. 93).

O segundo estado da progressão da vulnerabilidade é definido pelas *dynamic pressures*, que manifestam os efeitos das relações que as *root causes* estabelecem entre si e com o meio ambiente. Estas podem traduzir-se, por exemplo, em conflitos políticos, rápidas alterações demográficas e doenças epidémicas.

O terceiro estado desta progressão é resultado das *unsafe conditions*, que são a materialização das *dynamic pressures* e que, num contexto histórico e espacial específico, podem convergir com a ameaça de um evento natural, culminando no desastre. Estas condições permitem definir as causas mais diretas da vulnerabilidade de cada indivíduo ou grupo de pessoas, como a precariedade dos espaços que habitam, os grupos sociais fragilizados em que se inserem ou mesmo a falta de preparação para lidar com um contexto de desastre. No entanto, o entendimento integral destas condições obriga a uma reflexão sobre todos os processos e dinâmicas que as proporcionam e que estão sempre sujeitos a alterações que interferem com a circunstância existente a diferentes ritmos e escalas – por exemplo, os efeitos de uma transformação a nível cultural podem ser muito lentos se comparados com os de uma migração demográfica (Blaikie et al., 2003, p. 52).

O reflexo que as *root causes* têm ao nível das *unsafe conditions* é determinante na severidade dos danos provocados pelo impacto do desastre e, apesar de não ser possível relacionar diretamente a vulnerabilidade e a pobreza, a primeira está normalmente relacionada com a posição socioeconómica da população (Blaikie et al., 2003, p. 12).

1.2. Estratégia de recuperação como processo colaborativo de desenvolvimento

A visão dos desastres como episódios peculiares tende a considerar apenas as suas causas naturais e coloca o ênfase das estratégias de recuperação nas ações de prevenção e mitigação dos efeitos dos fenómenos naturais. Mas o entendimento dos desastres como fenómenos de construção social agrega novas dimensões às ações de recuperação e implica abordagens que têm como objetivo a redução da vulnerabilidade. Sendo esta um reflexo das dinâmicas e processos que compõem a existência quotidiana do homem, é a partir da análise do espaço e do tempo dessa existência que se entende a sua dimensão causal e se encontram métodos para a transformação dos fatores que a compõem. Atuar nesta dimensão é transformar a estrutura social, que se define nas relações entre os fatores humanos e naturais que, condicionantes entre si, compõem a circunstância da vida (e pela qual são também condicionados). Relações que marcam o caráter progressivo e irreversível do tempo e que, na necessidade de provocar alterações para que a circunstância seja novamente habitável – como depois do impacto de um desastre –, devem integrar uma estratégia que não seja apenas “*epidérmica*” (Vargas, abril de 2002, p. 57), de reparação de danos físicos, mas de caráter processual, onde se potencia um desenvolvimento integral

com a confrontação de vários cursos de ação que ajam nas dinâmicas sociais, políticas, culturais e económicas, que constituem as *root causes*⁴. Com base nisto, entende-se que a circunstância de atuação desse processo, como espaço e tempo do seu desenvolvimento, resulta das modificações que a circunstância quotidiana foi sofrendo e das quais algumas são propulsionadas pelo desastre com maior visibilidade e urgência de resolução.

Além da perda ou ferimento de vidas humanas, a destruição material que um desastre pode causar é o tipo de danos que tem um reflexo mais direto e imediato nas relações quotidianas. Os danos materiais podem ocorrer em dois níveis: i) afetando os recursos naturais, colocando em causa o equilíbrio do ecossistema, a sustentabilidade do homem e a sua relação com o meio; ii) e a nível de estruturas e infraestruturas construídas, impedindo o desenvolvimento das dinâmicas sociais, culturais e económicas. A necessidade evidente de intervir no espaço físico, assim como o impacto visual da sua destruição, tende a influenciar as intervenções de recuperação a valorizar as componentes materiais *per se* (Vargas, abril de 2002, p. 56). Mas, sendo a organização desse espaço condicionante da existência humana, e reconhecida a necessidade de agir essencialmente na forma social e não apenas na forma física, o contributo da arquitetura – que se considera que deve ser intrínseca ao exercício da construção – deve traduzir-se em ações que são ponderadas segundo o impacto que podem ter nessa forma social que se pretende construir (Lobos, 2014, p. 94).

Com base no pensamento de Henri Lefebvre, do *espaço como produto social*, entende-se que a construção espacial é, por si só, um processo coletivo. Em “Spatial Agency – Other ways of doing architecture”, Nishat Awan, Tatjana Schneider e Jeremy Till, reconhecem esta condição do espaço e salientam as questões de poder que inevitavelmente surgem no processo da sua produção, onde se cruzam atores que pretendem intervir segundo distintas áreas disciplinares e que possuem distintos graus de experiência e formação. Questões estas que são relativas ao exercício – e ao abuso – de poder de uns atores sobre outros, sendo que este surge de padrões de autoridade associados ao conhecimento profissional e que são reconhecidos socialmente (Awan, Schneider, & Till, 2011, p. 32). Estes padrões, ao estabelecerem hierarquias entre os atores (desvalorizam principalmente os não profissionais) e entre áreas disciplinares, ignoram ou desconsideram um conhecimento em detrimento de outro. Mas, ao assumir que o espaço é uma construção social e que para esta contribuem todas as dinâmicas estabelecidas entre os homens, sejam económicas, culturais ou políticas, depreende-se que à sua *harmonia* deve corresponder um

4 O entendimento de um processo de recuperação pós-desastre como um processo de desenvolvimento começou a ser sistematizado por Fred Cuny, cujo percurso na área da ajuda humanitária se iniciou no final dos anos 60, quando se voluntariou como piloto da Biafrican Airlift para distribuir bens de primeira necessidade durante a guerra civil do Quênia (1967-1970). Os cenários com os quais o então engenheiro civil de formação se foi confrontando, de descoordenação entre as entidades governamentais e as organizações de ajuda humanitária, e ainda de investimento na providência de soluções temporárias sem prever as necessidades que a permanência das pessoas afetadas implicava, levaram-no a questionar as estratégias de recuperação existentes. Além da sua investigação no campo da prática, Cuny foi formalizando as suas experiências em conjunto com a equipa da Intertect (organização sem fins lucrativos de que foi fundador) e publicando alguns documentos, dos quais se destaca o livro “Disasters and Development”, publicado pela primeira vez em 1983, e que se reconhece como uma base das outras referências que têm vindo a consolidar um pensamento sobre o tema.

exercício de colaboração entre todos os seus atores, em que os contributos de cada um se confrontam num registo de integração e não de soma (Távora, 2004, p. 21). Para tal, o conhecimento deve ser entendido como “*negociável, flexível e partilhado*”, permitindo um empoderamento dos outros, assim como do próprio, ao quebrar barreiras disciplinares e estatutos profissionais (Awan et al., 2011, p. 32).

Em adição, e assumindo que um desenvolvimento integral implica que sejam consideradas simultaneamente várias áreas de atuação, compreende-se que um processo de recuperação pós-desastre também será inevitavelmente construído por uma multiplicidade de atores que intervêm por distintas disciplinas. Segundo Jorge Enrique Vargas, as ações que sejam empreendidas no sentido de potenciar uma transformação positiva devem ser *ações integradas* (Vargas, abril de 2002, p. 56) que, mesmo sendo direcionadas para um objetivo específico, como a reconstrução física do edificado destruído, devem ser definidos em prol de objetivos partilhados de desenvolvimento a uma escala mais alargada. A possibilidade de concretizar esses objetivos implica que todos os atores intervenientes tenham consciência sobre os efeitos das suas ações, assim como as dos outros, e assumam a responsabilidade partilhada de as conduzir no sentido de um desenvolvimento integral que permita uma redução da vulnerabilidade. Para tal, os cursos de ação a implementar devem ser planeados paralelamente, num registo de colaboração que permita encadear soluções que respondam a todas as necessidades sentidas.

A possibilidade do arquiteto, ao utilizar a sua profissão como instrumento, contribuir para um processo de recuperação pós-desastre que potencie um desenvolvimento integral, dependerá do seu posicionamento perante os outros atores intervenientes e o conhecimento destes (que se entende que pode ser adquirido por experiência ou formação). As ações do arquiteto, para que sejam *integradas*, implicam que este se liberte da estabilidade do conhecimento adquirido, reconhecendo no contributo dos outros a possibilidade de influir na construção espacial, e partilhando a sensibilidade que construiu como profissional para que a arquitetura atue em prol de cursos de ação direcionados para outras áreas disciplinares.

Arquitetura como necessidade constante

Apesar de se ter questionado o caráter de singularidade que é normalmente associado a um desastre, é inegável que a necessidade urgente de assegurar condições básicas de sobrevivência a uma grande quantidade de pessoas vai destacar o período pós-desastre como tempo excecional à existência quotidiana.

Os processos de recuperação de um desastre são normalmente divididos em três fases que se distinguem pela sua duração⁵ e pela natureza das necessidades a que pretendem responder. A primeira é a denominada

⁵ Apesar de se reconhecer que as diferentes fases pós-desastre normalmente têm durações distintas, não se pretende definir um período de tempo para cada uma, pois este é variável segundo as especificidades de cada caso. Salienta-se apenas que

fase de emergência, na qual se procede à distribuição de bens e prestação de serviços indispensáveis à sobrevivência, colmatando a possível falta de recursos alimentares, roupa, água e abrigo, saneamento básico e cuidados de saúde; considera-se, por isto, o período de recuperação em que a urgência tem maior peso. A segunda é a *fase de apoio, reabilitação ou planeamento*, em que se dá continuidade aos apoios anteriores nos casos sinalizados pela incapacidade de restabelecerem a sua autonomia até à data, começam a restabelecer-se as dinâmicas económicas, e durante a qual se planeia a *fase de reconstrução*. Esta é a terceira fase e, como o nome indica, visa a reconstrução das estruturas permanentes que foram danificadas.

A falta de condições de habitabilidade que as estruturas possam apresentar depois do desastre é o que leva à necessidade de encontrar alojamento temporário, onde as pessoas afetadas possam permanecer durante o processo de desenho e construção das novas casas. Este tipo de alojamento está normalmente associado à montagem ou construção de estruturas específicas para o efeito, cuja definição da forma depende de vários fatores, como a escala dos danos, as possibilidades e condicionantes de recursos, assim como a capacidade de os gerir e atribuir, e ainda as iniciativas – de restrição ou de incentivo – dos atores no terreno. Entre as organizações que intervêm na atribuição ou coordenação de alojamento temporário em contextos pós-desastre ou de conflito, e entre os quais se destacam o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ou a Oxfam International, este tipo de alojamento tem vindo a ser diferenciado segundo conceitos que variam em características como a própria materialidade e o nível de performance das estruturas, o lugar onde estas são implementadas, o tempo de permanência esperado e as políticas de construção locais. Entre estes destacam-se os “Abrigos de Emergência”, que têm uma constituição muito elementar, podendo mesmo ser associados a tendas; os “Abrigos Temporários”, que compõem estruturas mais consolidadas, mas que, mesmo assim, são normalmente construídas sob prioridades de tempo e custo; e os “Abrigos de Transição”, que se distinguem dos anteriores por serem pensados como estruturas que podem ser melhoradas ou reutilizadas para se adaptarem às soluções permanentes, e que normalmente podem ser implantadas desde o início no lugar onde se planeia construir as habitações permanentes, em comparação com os Abrigos Temporários, cuja implantação pode ser num espaço encontrado apenas para esse efeito (UN-HABITAT & IFRC, 2013, p. 8 e 9).

O que estas estruturas têm em comum é serem de rápida “*montagem e possibilidade de desmontagem, baixa tecnologia, funcionamento em áreas mínimas, garantindo apenas as condições elementares de habitabilidade*” (Vale, Março 2013, p. 5) e é por causa dessas características que são normalmente associadas ao conceito de “Arquitetura de Emergência”. Mas a urgência que se associar a estas soluções não atribui à arquitetura, como área de atuação, uma condição de emergência. Um entendimento da arquitetura como tal confere-lhe um caráter pontual, quando é, na verdade, “*uma necessidade fundamental da existência*” (Carlo, 2005, p. 13) e, por isso, constante.

a *fase de emergência* é normalmente a mais curta e a *fase de reconstrução* a mais longa, devido à natureza dos apoios que cada uma implica. A *fase de emergência* também costuma ter um tempo mais limitado para prevenir a dependência da população afetada de apoios externos.

Como “*caso que exige resolução imediata*” (Priberam), uma urgência pode mesmo existir antes do desastre. A circunstância pré-catástrofe, conferindo já uma certa condição de vulnerabilidade pode, em casos extremos, ser de urgente resolução, mas estar a ser negligenciada como tal ou ainda não ter sido sequer sinalizada (Vale, Março 2013, p. 5).

1.3. O papel da arquitetura e do arquiteto na transformação social

A transformação da arquitetura como atividade superestrutural é dependente das transformações que ocorram na estrutura social de uma sociedade e do entendimento do espaço que daí surja. No entanto, Giancarlo De Carlo salienta que, apesar de a arquitetura não conseguir por si só provocar uma reestruturação social, tem a capacidade de a potenciar, e que uma atitude passiva do arquiteto, de aceitação da arquitetura unicamente como condicionada, é não a reconhecer como atividade transformadora que pode, com uma reestruturação interna, ser também condicionante. Depois de renovados os conceitos intrínsecos à arquitetura, a concretização espacial destes permite perceber e experimentar o espaço físico como parte de uma circunstância alternativa, possível apenas com outra estruturação social. Se esta se efetivar, poderá reconhecer-se a arquitetura como a sua verdadeira causa.

“(...) cada linha de um desenho arquitetural deve ser sentida como a antecipação de uma relação social futura e não apenas como um prenúncio de estética ou como uma instrução a um empreiteiro.” (Awan et al., 2011, p. 30)

Ao longo do tempo, a possibilidade da arquitetura atuar nas dinâmicas sociais foi sendo reconhecida e assumida de diferentes formas pelo arquiteto. Segundo Octávio Lixa Filgueiras, as responsabilidades que foram fundamento para a atuação deste, além de surgirem das motivações pessoais e coletivas que o mobilizam a assumir uma posição em relação ao resto da sociedade, são, principalmente, um reflexo do conjunto de preocupações que lhe são transmitidas durante a formação académica (1985, p. 80). O papel que o arquiteto assumiu perante si próprio e a sociedade foi-se reinventando com a constante alteração destes fatores, mas ficou marcado por uma subjugação sem questionamento às motivações das estruturas de poder. Estas garantem o suporte material, financeiro e burocrático das ações do arquiteto, enquanto se servem da sua obra não só como representação física do poder que detêm, mas como instrumento de exercício deste. Como salientam Josep María Montaner e Zaida Muxí, *“Mediante a grande escala e o medo, os monumentos arquitetónicos têm a missão de impor a vontade de um poder ausente no presente vivido: ‘É na forma das catedrais ou dos palácios que a Igreja e o Estado falam às multidões e lhes impõem o silêncio’.*” (2014, p. 31). Além da escala, também a configuração, a organização e a ambiência espaciais podem potenciar a afirmação de um poder, tal como os autores referidos reforçam com o caso do Panóptico de Jeremy Bentham, desenvolvido no final do século XVIII: *“(...) do controlo opressivo, labiríntico e escuro tardo-medieval passou-se ao controlo onnipresente e leve, baseado na visão e na luz, no vazio e na posição elevada. Desenvolvido como semicírculo, círculo ou, de maneira mais espaçosa, com galerias radiais, este esquema estendeu-se por todo o mundo, principalmente nos edifícios penitenciários, mas também em hospitais, manicómios, quartéis, fábricas e outras instituições baseadas no controlo.*” (Montaner & Muxí, 2014, p. 30 e 31). Este poder subentendido a um ato arquitetural é o que está por trás da definição de *“construção-símbolo”* (1985, p. 35), de Octávio Lixa Filgueiras, e na qual se reconhece o entendimento que Herman Hertzberg faz da *“forma como veículo de significado”*, em *“The interaction between form and users”* (1984, p. 13). Para este autor, a forma, mais do que ser percecionada pela sua qualidade material, é reconhecida por aquilo que evoca, o que vai depender do uso e dos valores que lhe são atribuídos, e surgir da interação que a forma e o utilizador vão estabelecer entre si.

A necessidade de pensar o espaço a partir das suas repercussões na estrutura social, apesar de já ter sido reconhecida durante o século XIX, foi assumida pelo arquiteto principalmente a partir do século XX, devido à demanda de reconstrução potenciada pelo período pós-guerra e o desenvolvimento do estudo e da experimentação sobre a habitação social (Montaner & Muxí, 2014, p. 35 e 36). A construção desta consciência afirmou o papel da arquitetura como condicionante das dinâmicas sociais, não só sob a perspetiva do controlo que as autoridades institucionais podem exercer sobre a população através do espaço, mas numa dimensão política mais abrangente, relativa a qualquer dinâmica estabelecida entre atores de uma sociedade. Assumir o espaço como uma produção social implica aceitar que todos os

habitantes de uma sociedade participam na sua construção e, neste sentido, a dimensão política desse espaço é a “*capacidade das pessoas intervirem*” (Montaner & Muxí, 2014, p. 33). Assim, o espaço social e o espaço político tornam-se indissociáveis, e qualquer ação do arquiteto (assim como dos outros atores) irá indubitavelmente afetar um e outro, ou seja, qualquer ação representa a possibilidade de potenciar uma transformação.

À semelhança do entendimento que Josep María Montaner e Zaida Muxí fazem do papel do arquiteto na esfera social e política, os autores de “*Spatial Agency – Other ways of doing architecture*” enfatizam o seu caráter transformador quando afirmam que “*É muito fácil ver, na abstração dos desenhos e das maquetes, o espaço como algum tipo de éter neutro*” (2011, p. 30), mas, ao concretizar a sua ação no espaço, o arquiteto detém sempre uma posição: tanto agir em prol de uma transformação como agir conforme as dinâmicas sociais e políticas existentes terá implícito um compromisso. Apesar de se reconhecer que este possa ter sido concretizado muitas vezes sem intenção, entende-se que os arquitetos devem assumir a responsabilidade sobre as suas ações, já que estas recaem sobre os outros e afetam o seu espaço social, assim como político (Awan et al., 2011).

Apesar da urgência que pese sobre um contexto pós-catástrofe - ou dir-se-ia devido a ela de forma mais enfática -, o arquiteto deve deter clara consciência sobre os efeitos que as suas ações vão ter sobre a forma social, não só durante o desenvolvimento das fases de planeamento e reconstrução, mas a longo termo.

A construção de uma *nova* circunstância

“A sua vida [do arquiteto] será justificada, se também com a sua ajuda a Humanidade puder encontrar o seu caminho pelos caminhos do amor e da verdade, que é o mesmo que dizer o verdadeiro caminho da justiça.” (Filgueiras, 1985, p. 108)

Considerando utópica a extinção da vulnerabilidade, deve assumir-se a sua presença no tempo como contínua, desde a circunstância que antecedeu o desastre e influenciou a escala e a severidade dos danos; ao momento do impacto; e até às circunstâncias imediatamente posterior e futura - a primeira fortemente condicionada pelos danos e a segunda pelos cursos de ação que vão compor o processo de recuperação do desastre. Entende-se, no entanto, que o nível de vulnerabilidade de determinado grupo de pessoas, por depender das dinâmicas sociais a que está sujeito, possa sofrer alterações ao longo do tempo. Da análise crítica dos estados de vulnerabilidade anteriores, os que participem na construção do processo que pretende a sua redução devem tomar uma posição relativa aos fatores já existentes, decidindo quais são os que poderão continuar a influir de forma positiva no futuro e quais são os que se devem contrariar. Assim, a circunstância que se pretende construir com o desenvolvimento do processo de recuperação do desastre não deve (nem pode) ser compreendida como algo completamente novo, mas como uma transformação da circunstância em que se atua.

Em adição, e como realça Octávio Lixa Filgueiras, *“No jogo social, a pluralidade de situações actuates permite menos o predeterminar do que o compreender depois.”* devido às retroações que, como *“tabelas invisíveis”*, agem sobre as dinâmicas sociais (1985, p. 89). Por isto, e considerando a já reconhecida necessidade de atuar na forma social para afetar a vulnerabilidade, a cristalização de objetivos e de cursos de ação será um impedimento ao processo de redução da vulnerabilidade como processo de desenvolvimento, na medida em que não considera as retroações que a sua implementação provoca. Estando a circunstância sujeita a constantes alterações, a sua construção implica o seu constante questionamento, assim como flexibilidade por parte dos seus atores - neste caso o arquiteto - para adaptarem as suas intervenções às novas necessidades.

Além desta capacidade de refletir sobre como atuar para potenciar determinada transformação social, o arquiteto deve deter total consciência sobre a posição que irá assumir perante as dinâmicas de poder estabelecidas no jogo social. Quando, em 1929, no CIAM de Frankfurt com o tema de *“Minimum Housnig”*, se pretendia responder à demanda de habitação potenciada pela Primeira Guerra Mundial, a possibilidade de potenciar uma transformação social positiva foi condicionada pelo próprio problema que se propunha resolver: encontrar um desenho da casa que proporcionasse o mínimo tolerável. *“Ninguém pode ficar satisfeito com uma resposta que se baseia na escassez de recursos, quando se sabe quanto é gasto em guerras, mísseis e sistemas antimísseis, (...)”* (Carlo, 2005, p. 9). Para Giancarlo De Carlo, este caso traduz um desfasamento entre os efeitos das ideias que se propunham e o compromisso social nas quais se baseavam. Segundo o autor, *“Trabalhar no ‘como’ sem um controlo rigoroso do ‘porque’ inevitavelmente exclui a realidade do processo de planeamento.”* (Carlo, 2005, p. 9) e, para que tal não aconteça, os objetivos a que o arquiteto se propõe devem ser confrontados com os seus possíveis efeitos.

Apesar de se admitir que a urgência é condicionadora dos cursos de ação de um processo de recuperação pós-catástrofe, para que estes contribuam para uma transformação social equilibrada, a urgência não deve limitar quantitativa nem qualitativamente os objetivos de redução de vulnerabilidade. Essa limitação arriscaria a conformidade das soluções propostas com as reais necessidades das pessoas afetadas e a possibilidade de *“entrar em linha de conta com os reflexos sobre um futuro nem sequer imaginado e que pode acumular em erros uma enorme e destrutiva carga de desumanização.”* (Filgueiras, 1985, p. 80). Este entendimento não pretende desvalorizar o peso que a urgência, assim como os recursos - que são muitas vezes limitados e de difícil mobilização à escala necessária -, incutem a um processo de recuperação pós-catástrofe, mas sim associá-los como condicionantes da definição dos cursos de ação a promover, em vez de condicionantes dos objetivos que estes pretendem cumprir. Assim, admite-se que a resposta do projeto arquitetónico de uma estrutura permanente não se deve diferenciar do que seria num contexto normal, e que o processo de projeto arquitetural não pode ser passivamente condicionado pela urgência, ou correrá o risco de ser integralmente limitado por esta. Direcionar os cursos de ação neste sentido implica que, a partir de uma análise da circunstância de atuação, o arquiteto detenha clara consciência das reais necessidades e condicionantes, para, posteriormente, poder propor soluções que

não se traduzam no desperdício de esforços e recursos. Para tal, o arquiteto deve conjugar o realismo e a praticidade impostas pela situação com a sua capacidade de inovação (Vale, Março 2013, p. 5).

A *nova* circunstância sê-lo-á na medida em que, estando condicionada (mas não limitada) pela urgência e pelos recursos existentes, será transformação (e não negação) da circunstância anterior e possibilitará uma existência em moldes sociais diferentes, de preferência mais equilibrados. A sua construção obriga o arquiteto a assumir uma postura crítica, de constante questionamento e flexibilidade, que, perante as dificuldades impostas pelo contexto pós-catástrofe, lhe permitem responder com realismo e criatividade às necessidades sinalizadas.

1.4. A base de um processo arquitetural em contexto pós-desastre

Apesar da construção de estruturas temporárias ser facilmente integrada na agenda humanitária, a construção de estruturas permanentes implica responder a questões inerentes à prática da arquitetura, relativas ao foro legal e projetual nas suas componentes técnica e criativa, que incutem uma complexidade acrescida ao processo de definição da sua forma - além das condicionantes de tempo e recursos impostas pela circunstância pós-catástrofe. A especificidade de cada situação pode impossibilitar a replicação de soluções, no entanto, vários autores que têm vindo a consolidar uma investigação sobre a Gestão e Redução do Risco de Desastres e Respostas Humanitárias colocam o ênfase do processo de recuperação de habitações nas *fases de preparação e planeamento*, na definição de uma estratégia de atuação sólida, inclusiva e consciente. Entende-se que, se evitar dificuldades e esforços desnecessários na gestão e desenvolvimento durante a *fase de reconstrução*, o planeamento pode ser considerado por si só uma estratégia de celeridade. Além dos trabalhos de Fred Cuny, Ian Davis e Jorge Enrique Vargas, que já foram referenciados e que se retomam agora pela sua pertinência na construção desse entendimento

sobre o processo de planeamento, destaca-se “Housing reconstruction after conflict and disaster”, de Sultan Barakat, pela seu contributo na sistematização desses conhecimentos.

A partir de diferentes estruturas e contextos, estes autores convergem numa posição que assenta a base do processo arquitetural que tem em vista a construção de habitações em dois tipos de avaliações: uma que sinaliza os danos e necessidades, identificando o que é necessário fazer; e outra que sinaliza os recursos e capacidades⁶ existentes, e que representa as possibilidades de atuação. Mesmo assumindo que estes cursos de ação possam ser desenvolvidos num registo sem ordem predefinida, ditado pelo aparecimento da necessidade e/ou oportunidade de realização de cada um, é o seu constante confronto e atualização que vai permitir desenvolver o processo arquitetural de forma realista e adequada ao contexto.

Além dos conceitos já apresentados, que estão por trás do entendimento do que é um desastre e do que a recuperação das pessoas afetadas pela sua ocorrência implica por parte da arquitetura e do arquiteto, o entendimento da postura que estes autores assumem quanto ao processo em estudo obriga primeiro à definição de um conceito de casa e ao reconhecimento dos fatores que são decisivos na definição da sua forma.

A Casa e os fatores que definem a sua forma

À semelhança do que acontece numa circunstância normal, um processo de desenho e construção de habitações permanentes que seja desenvolvido num contexto pós-catástrofe implica a confrontação de vários fatores, que vão influir na forma final do projeto, e que são referentes, por exemplo, à escolha do lugar, materiais e métodos construtivos. No entanto, a consciência sobre o impacto que as novas casas vão ter sobre a forma social obriga a reconhecer e valorizar os fatores que contribuem para a sua definição além de estrutura física que confere abrigo dos fenómenos naturais e responde a necessidades biológicas do homem. Destaca-se assim a definição de casa que Juhani Pallasmaa associa ao conceito de “lar” e que entende como *“uma coleção e uma concreção das imagens pessoais de proteção e intimidade que permitem a cada um reconhecer e recordar a sua própria identidade”* (2017, p. 21). Para este autor, o carácter material da casa remete para uma condição de contentor ou casca - que é passível de possuir uma expressão arquitetónica - e dentro da qual o ato de habitar irá gradualmente construir o lar. Esta construção resulta do processo de constante adaptação e apropriação do espaço da casa, que é a sua vivência, e que tem uma dimensão temporal intrínseca ao ritmo pessoal do(s) habitante(s), ou nas palavras de Pallasmaa, é um *“tempo que converte o espaço insubstancial em espaço pessoal”* (2017, p. 7).

⁶ O conceito de “recursos”, além dos bens financeiros, integra recursos humanos, institucionais, bens materiais e tecnológicos. As “capacidades” referem-se não só a capacidades construtivas, mas à capacidade de gerir e utilizar qualquer um dos recursos.

A distinção entre os conceitos de “casa” e “lar” não se entende como uma desvalorização da forma física, mas sim como o reconhecimento de que não são as suas qualidades materiais que definem o modo de habitar do homem – isso significaria que a cada casa só corresponderia um habitante tipo. O contributo que essa forma física tem na definição da *Casa*, como espaço de habitar que é expressão da identidade própria do seu habitante, reside no significado que este retira das suas relações com essa forma e que vai recordando através de imagens, que se entendem irrestritas a um carácter visual, mas portadoras de memórias sensoriais de qualquer carácter. Este entendimento da forma que foi identificado nos textos de Juhani Pallasmaa remete para a definição desta como *veículo de significado*, introduzida anteriormente e atribuída a Herman Hertzberg. No caso específico das habitações, aquilo que a forma evoca é intrínseco a cada habitante, pois resulta do uso e dos valores que este lhe vai atribuindo ao longo do processo de constante interação com a forma que a rotina diária proporciona. A casa torna-se, então, um reflexo do habitante, que é exteriorização e extensão deste como ser vivo e ser poético, e que o define perante si próprio e os outros (Pallasmaa, 2017, p. 7).

Se Pallasmaa se foca no entendimento da construção do habitar como processo de definição da casa na sua plenitude, Amos Rapoport, que reconhece que a forma física não é decisiva nessa construção, foca-se, em “House Form and Culture”, no questionamento sobre os fatores que devem, então, ser considerados no processo de desenho da forma da casa. O autor polaco parte com o reconhecimento de que esta, além de ser extensão e expressão do modo de vida do seu habitante, é parte de uma extensão mais alargada - que é o sistema sociocultural da sociedade em que se insere - e, como tal, é também expressão do modo de vida desta.

Através do estudo de casos reais, Rapoport vai identificando distintos fatores que, de cultura para cultura, motivam a sociedade correspondente a desenhar e construir as suas casas, assim como outros edifícios. Além dos fatores de carácter físico relativos aos próprios materiais, métodos construtivos e à tecnologia implícita à utilização destes, sinalizam-se outros que são intrínsecos a fenómenos naturais - que também podem influenciar a escolha do lugar -, nomeadamente o relevo, o clima ou a existência de elementos naturais como cursos de água ou vegetação específica. A consideração de vários destes fatores pode facilmente ser associada ao conceito de abrigo ou até mesmo à arquitetura primitiva e vernacular, que utilizam os materiais locais como estratégia de sustentabilidade e integração na paisagem, ou procuram providenciar conforto físico, resistente às condições climáticas. “*A tribo Boro, da Amazónia Ocidental, (...) vive em grandes casas comunitárias com espessas paredes e tetos colmados. Não há qualquer tipo de ventilação cruzada, que é essencial num clima quente e húmido. (...) Uma suposição existente é que as casas foram introduzidas de outro lugar e são um símbolo de estatuto de um grupo social mais poderoso.*” (Rapoport, 1969, p. 21). Assim como esta tribo amazónica considera fatores sociais em detrimento de uma resposta eficiente às condições climáticas, outras comunidades priorizam fatores de carácter cultural, económico ou religioso como determinantes da forma das suas casas, mesmo que isso signifique que se colocam numa posição mais vulnerável a fenómenos físicos (Rapoport, 1969).

A multiplicidade de formas existentes, assim como de fatores que podem motivar a sua definição e as distintas conjunções entre um e outro, levou Rapoport a concluir que, mesmo havendo consciência por parte de uma sociedade sobre as possibilidades e condicionantes que os fatores físicos incutem ao contexto em que se insere, a sua atitude perante a necessidade de definir uma forma é o resultado de várias escolhas motivadas por valores culturais (1969, p. 46). Dar primazia a estes sobre os fatores físicos não implica negar que os segundos podem condicionar essas escolhas, mas aceitar que, mesmo a maneira como o homem se relaciona com o meio, ou como o usa em seu benefício, é intrínseca a um modo de ver a vida própria de uma sociedade e, por isso, justificada pela sua cultura. Este entendimento é também desenvolvido por Paul Oliver, por exemplo, quando estuda o significado de “conforto” para uma comunidade, não só na sua vertente física, mas também psicológica, e afirma que *“O que é confortável para cada um de nós é relativo à natureza da parte do mundo em que habitamos e ao nicho social que ocupamos dentro na nossa cultura.”* (2006, p. 103).

Além de se reconhecer que o condicionamento da forma por fatores de caráter físico não é uma escolha inevitável, entende-se que (pelo menos) o seu comportamento mecânico tem de ser considerado para responder eficazmente à construção da casa. Os materiais e os métodos construtivos - assim como as tecnologia de aplicação destes - que estejam disponíveis e acessíveis para uma comunidade irão representar distintas possibilidades de escolha que, não determinando a forma, têm a capacidade de a transformar. Estes três fatores são definidos por Rapoport como *modifying factors* que, por terem essa capacidade, podem ser considerados como ferramentas a partir das quais o homem trabalha a forma e, potencialmente, o modo de habitar (1969, p. 105).

Da avaliação de danos e necessidades

A partir deste entendimento do significado da casa e do processo de definição da sua forma – que se subentende que inclui o desenho e a construção -, é possível concluir que, no caso da recuperação de habitações, uma postura que não é apenas *epidérmica* obriga a considerar as necessidades das pessoas afetadas como especificidades da cultura em que se insere e do seu próprio modo de habitar como seres individuais. A avaliação de necessidades consiste, então, no entendimento da relação que cada uma tem com o espaço da casa, assim como dos valores culturais que a motivam. A complexidade que se pode atribuir a esta avaliação e ao desenvolvimento de um processo arquitetural que a considera representa o desafio de um processo gerido com as condicionantes provocadas pelo desastre. Recordar-se, no entanto, que as soluções temporárias ou de transição são elementos destinados especificamente para possibilitar essa concretização.

A necessidade evidenciada por Giancarlo De Carlo, de questionar o propósito de cada ação antes de a planear, revê-se no discurso de Sultan Barakat aplicada ao caso específico do desenvolvimento de um projeto arquitetural que pretende a construção de novas habitações permanentes. Além dos fatores que influenciam diretamente as possibilidades de atuação, como os recursos e as capacidades da sua gestão e implementação existentes, fatores intrínsecos ao contexto em que o lugar e a comunidade se

inserem devem ser considerados para formular uma decisão. Fatores estes que concernem, por exemplo, à motivação que as pessoas apresentem em construir as suas casas no mesmo lugar ou às condições físicas do território em recebê-las em segurança (Barakat, 2003, p. 5).

Quanto à avaliação de danos, não se pretende descurar a sua componente quantitativa, que traduz a extensão espacial do desastre, definindo a sua escala espacial e permitindo estimar a quantidade de recursos imprescindíveis para a recuperação das habitações, mas destaca-se principalmente a importância de analisar a sua componente qualitativa. Esta é determinante para: i) entender o impacto do desastre nas construções e posteriormente definir o que é preciso alterar para diminuir a sua vulnerabilidade; ii) e definir o tipo de abordagem construtiva que é necessário levar a cabo - a reparação da casa existente, ou a construção de uma nova habitação. O rigor e o conhecimento técnico implícitos a uma avaliação de danos eficiente obrigam a que esta seja realizada por profissionais; através da inventariação dos danos segundo categorias – que são específicas de cada contexto – podem começar a ser definidas as distintas abordagens e a organização e distribuição dos recursos necessários a cada uma. A reparação das habitações, por exemplo, normalmente é proposta quando os danos são a um nível mais superficial, como nos revestimentos ou na cobertura, mas se mantém a segurança dos elementos estruturais.

Os dados recolhidos destas avaliações permitem quantificar e sinalizar onde é preciso atuar, começar a definir objetivos e a propor cursos de ação para os alcançar.

Da avaliação de capacidades e recursos

A mobilização de recursos suficientes à escala necessária, assim como a capacidade de os gerir e utilizar de forma maximizada e célere é um dos grandes desafios de um processo de recuperação pós-catástrofe. As capacidades e os recursos disponíveis, que serão parte existentes no lugar e parte mobilizados para o efeito, depois de identificados, devem ser avaliados de forma transparente e consciente entre todos os atores presentes. Confrontados com a circunstância de atuação e as necessidades e danos existentes, os resultados da avaliação de capacidades e recursos permitem definir objetivos e prazos realistas para o processo, e atribuir funções e responsabilidades a cada um dos atores intervenientes. Depois de clarificadas as possibilidades e as condicionantes do processo, definem-se as abordagens construtivas a realizar e a fase de preparação prosseguirá com a construção de políticas de atribuição, gestão e implementação dos recursos, que vão influenciar a da fase de planeamento.

Dentre os fatores que devem ser considerados na definição da forma das casas, e além dos já referidos e que são implícitos às necessidades sociais e culturais da comunidade afetada, Sultan Barakat define quatro pontos chave que contribuem para a sustentabilidade não só do planeamento, mas da própria habitação. Esses pontos referem-se i) à própria organização do processo, e à possibilidade de ser gerido sempre que possível sem a ajuda de atores externos; ii) à consciência quanto ao uso dos recursos naturais do lugar, que deve evitar que a demanda à escala necessária leve ao seu esgotamento; iii) à sustentabilidade financeira do processo, que implica a conformidade entre a distribuição dos recursos

e os casos definidos como prioritários; iv) e à sustentabilidade técnica da própria casa, cujos materiais, métodos construtivos e tecnologias devem ser acessíveis – já existentes ou transferidas – à comunidade local, de forma a que esta possa garantir a manutenção e longevidade da habitação depois das entidades externas se retirarem (Barakat, 2003, p. 27 e 29).

1.5. A rede de atores intervenientes e os seus possíveis contributos

O desenvolvimento de um processo arquitetural em contexto pós-catástrofe vai depender de várias iniciativas emergentes de distintos atores⁷. A (im)previsibilidade do envolvimento que cada um destes vai ter advém, não só das motivações, capacidades e responsabilidades que lhe são intrínsecas, mas também da circunstância de atuação, que ditará a possibilidade e a facilidade com que a iniciativa será recebida, integrada e posta em ação. A rede de atores intervenientes que normalmente se forma durante este tipo de processos é composta por entidades governamentais, entidades do setor privado, atores externos e a própria comunidade afetada; o papel que cada um representa neste processo é definido em seguida.

As entidades governamentais, que têm responsabilidade legal e poder de decisão, diferenciam-se entre o governo nacional e as autoridades institucionais locais. A integração de um e outro, como representantes do setor público, é fulcral para que o processo não só tenha continuidade quando a intervenção dos

⁷ Com “ator” entende-se que pode ser uma entidade individual ou coletiva.

atores externos tenha terminado, mas para que seja desenvolvido desde o início em conformidade com as imposições legais. As instituições locais, como conhecedoras da realidade local, são normalmente responsáveis pela atualização e fornecimento de informações a todas as partes envolvidas, como um intermediário oficial, e gerem o cumprimento dos regulamentos existentes e/ou estabelecidos para a especificidade da situação (Barakat, 2003, p. 6).

O que se define como atores externos é quase sempre relativo a organizações não governamentais, intergovernamentais e entidades privadas, muitas delas sem fins lucrativos, que focam o seu trabalho na área social e da ajuda humanitária e têm experiência na gestão, implementação e desenvolvimento deste tipo de processos. O papel destes atores vai depender dos seus objetivos internos e da flexibilidade que tenham em adaptá-los a novas necessidades específicas que cada contexto possa apresentar. As suas intervenções podem ir desde a mobilização, gestão e atribuição de recursos à gestão do próprio processo em si. Em qualquer um dos casos, devem reconhecer o poder institucional e atuar no sentido de o fortalecer, em vez de atuar paralelamente às suas diretrizes, arriscando a sua presença no terreno e comprometendo a equidade das intervenções (Vargas, abril de 2002, p. 58).

O setor privado representa-se como a principal fonte de recursos materiais e humanos do processo, sendo a sua integração neste fundamental para estimular a economia local que, devido ao desastre, provavelmente terá muitas das suas dinâmicas fragilizadas ou suspensas.

Como protagonista das soluções a concretizar, a comunidade afetada não deve ser um mero espectador de todo o processo, mas sim um ator interveniente que, de forma mais ou menos direta, pode atuar em vários campos de ação ao longo do processo. A comunidade tem um papel chave tanto como avaliador, por conhecer a realidade local, como agente de oferta, e aquilo com que pode contribuir vai desde recursos humanos, tanto especializados como não, a recursos institucionais, recursos comunitários, materiais de construção e tecnologia (Barakat, 2003, p. 8). A visibilidade e a possibilidade de iniciativa das pessoas afetadas podem ser muito variáveis dentro da sua estrutura social interna e, se os outros atores intervenientes consideram que o processo deve produzir transformações ao nível das dinâmicas sociais mais profundas, devem assumir o papel fulcral de os integrar, sinalizando os grupos mais vulneráveis e encontrando estratégias para que a colaboração seja o mais abrangente possível (Barakat, 2003, p. 6). Além de arriscar a conformidade do espaço com os valores culturais da comunidade, a total entrega de responsabilidades aos outros atores fomenta a sensação de fraqueza e ineficiência em lidar com os seus próprios problemas, levando os elementos da comunidade a questionar os seus mecanismos de enfrentamento internos. Uma vez terminadas as intervenções externas, a dependência da ajuda externa afetará a capacidade de autossuficiência da comunidade e aumentará a sua vulnerabilidade a um novo desastre (Cuny, 1994, p. 92).

Para que o processo de desenho e construção das habitações seja desenvolvido num registo de colaboração produtivo, qualquer iniciativa de intervenção deve partir com o reconhecimento da presença de outros atores no terreno. Num exercício consciente, transparente e auto-comparativo, devem ser clarificadas as capacidades e os recursos de cada um, a fim de evitar a sobreposição de esforços e facilitar as relações de procura e oferta.



Fig. 3. Fotografias dos Cerros Merced e Las Cañas (da esquerda para a direita) um ano depois do incêndio de abril de 2014 (Agência UNO, 2015)

Casas “Construídas por” ou “Providenciadas para”

“No Ocidente, e nos países do mundo que se desenvolveram a partir de linhas ocidentais, há uma tendência crescente de ‘providenciar’ habitação. Não, no entanto, sem se levantarem consideráveis problemas de stress: a provisão tem funcionado melhor quando oportunidades de escolha também são providenciadas. Nas regiões propensas a desastres na Ásia, África, Médio Oriente, América Central e do Sul, a maioria das populações determina as formas dos seus próprios abrigos e incorpora nestes os seus valores.” (Oliver, 2006, p. 194)

Como refere Paul Oliver no texto “The cultural context of shelter provision (1978)” (Oliver, 2006), numa grande proporção dos sistemas sociais do mundo, o processo de definição da forma da casa não é reconhecido a partir de uma condição de provisão-receção, mas sim de um sistema de autoconstrução (p. 194). Nestes casos, o próprio habitante - por vezes ajudado por outros membros da comunidade onde se insere – incumbe-se de todas as escolhas relativas ao desenho e à construção da casa, considerando espontaneamente os valores culturais intrínsecos ao seu sistema social. Em situações pós-desastre, a tendência natural destas comunidades é reproduzir o mesmo sistema de definição da forma da casa.

Em abril de 2014, num incêndio que durou cinco dias e devastou sete cerros da cidade de Valparaíso, no Chile, aproximadamente 12.500 pessoas ficaram desalojadas e quase 2.800 casas foram completamente destruídas (Gobierno de Chile, Agosto de 2014, p. 5). Como resposta à circunstância, o Governo chileno providenciou abrigos de emergência e começou a prever, entre outras medidas, o realojamento das pessoas afetadas em habitações - existentes ou a construir -, noutro lugar, fora da zona de risco que havia sido afetada. No entanto, logo após a extinção do incêndio, as pessoas regressaram aos bairros para limpar os terrenos, sinalizar dentre os materiais aí existentes os que se poderiam aproveitar, e organizar o processo de reconstrução das suas casas, ao qual deram início no dia seguinte. Passados quinze meses, 77% das habitações já havia sido reconstruída (Fig.3). No Chile, e de forma ainda mais peculiar em Valparaíso, a autoconstrução é uma prática recorrente entre a população. Nesta cidade, cuja forma em baía a fundou como porto, a complexa topografia que inicialmente se previa incompatível com o alastramento dos pequenos assentamentos à escala urbana, acabou por ser povoada de forma espontânea, quando a parte plana da cidade se viu ocupada pelos edifícios relativos à atividade portuária, e os imigrantes, que chegavam pelo mar, assim como a população que se deslocava desde as áreas rurais interiores, *“na sua própria carência, ocupavam com dificuldade as ladeiras dos cerros e, desde a precariedade material, lhe davam forma a uma tipologia capaz de se ajustar”* (Gobierno de Chile, Agosto de 2014, p. 7) à própria topografia. Valparaíso é uma cidade que nunca teve um plano de urbanização - salvo em alguns bairros que são, no entanto, intervenções pontuais - e que foi crescendo até hoje pelas mãos dos seus habitantes, consoante as suas necessidades e possibilidades. As casas, que se firmam e elevam nos cerros a partir de pilotis, leem-se como volumes e derivados acrescentos que marcam com a sua diversidade geométrica e estética a regularidade da paisagem, o modo de habitar⁸ e a identidade de cada um dos seus habitantes. Por isto, apesar do governo ter providenciado um projeto-tipo que aceleraria o processo de recuperação, a população não se reconheceu na unidade visual e espacial que as soluções propunham – além da alegada má qualidade dos materiais que as constituíam.

Uma intervenção de tal maneira direta por parte da população pode ser suportada segundo diferentes estratégias, como apoios financeiros - do tipo de subsídios ou empréstimos -, distribuição de materiais ou ferramentas, ou ainda sob a forma de capacitação ou assistência técnica. A última opção pode envolver o ensino ou o treino de técnicas construtivas que a população possa dominar e replicar, assim

⁸ Apesar das casas poderem ser inicialmente pensadas para um certo número de pessoas, é normal que, consoante a família cresce ou surgem novas necessidades, os habitantes vão adaptando a casa, agregando novos volumes ao existente.

como a transferência de outros conhecimentos que possam aplicar no sentido de tornar as construções mais seguras e garantir níveis de habitabilidade. No caso do incêndio de Valparaíso, e como estratégia de adaptação à então falhada tentativa de providenciar habitações, o Governo procedeu à entrega de subsídios de autoconstrução assistida que, além de suportarem a compra dos materiais, previam o acompanhamento das obras por parte de um arquiteto, cujo contributo se valoriza principalmente pela possibilidade de induzir aos projetos uma maior resistência ao risco existente.

O papel que a comunidade afetada assume no processo de construção das habitações pode ser justificado por vários fatores dos quais alguns são intrínsecos a si mesma, como a posse de capacidades e motivações pessoais para empreender determinadas tarefas, e de fatores específicos da circunstância de atuação, como os recursos e as capacidades mobilizados pelos outros atores intervenientes e a própria iniciativa destes dentro do processo de gestão e atribuição dos apoios.

Como já foi referido, a comunidade afetada pode contribuir para o processo de recuperação das habitações de diversas maneiras, mas a distinção que Paul Oliver apresenta entre as casas serem “construídas por” ou “providenciadas para” os habitantes remete especificamente para os papéis que estes podem assumir no desenvolvimento do projeto arquitetónico em si. Ao reconhecer que, mesmo quando as habitações são providenciadas por outrem, os habitantes devem intervir na definição da forma, o autor deixa implícitas várias questões que concernem às dinâmicas que, durante o desenvolvimento do projeto, se estabelecem entre o arquiteto e o habitante. Este não se pretende definir aqui como um ator que vai impor ideias ou conceitos sobre o outro, mas como um interveniente ativo que, mesmo tendo um impacto menos direto na materialização da forma em si, está na base do processo do seu planeamento.

Segundo a sua lógica de questionamento já descrita, Giancarlo De Carlo salienta que, mesmo com a participação do habitante, o congelamento de um desenho da casa a partir de uma formulação inicial dificilmente irá considerar as retroações que a circunstância de atuação pode sofrer. Na impossibilidade de prever resultados “perfeitos”, a nova forma deve ser definida a partir de um processo - que o autor define como “*fase de formulação de hipóteses*” – e que se constrói com a constante confrontação entre a materialização gráfica proposta pelo arquiteto e a reação que os habitantes têm a esta. Confrontação que vai ditar a qualidade do consenso e que termina quando o habitante revê numa das hipóteses a possibilidade de construir a partir daí a sua *Casa*, dando continuidade ao processo da sua definição, habitando-a (Carlo, 2005, p. 15).

Este tipo de planeamento, além de exigir uma maturação das soluções, implica o reconhecimento do habitante como um ator individual, com um modo de habitar único. No âmbito do processo de recuperação de um desastre estas condições representam as principais dificuldades implícitas ao trabalho do arquiteto, devido às limitações de tempo para execução do projeto a que normalmente é submetido. Importa lembrar que as soluções de alojamento temporário têm um papel determinante na definição das condicionantes temporais da fase de planeamento.

Transferência de Tecnologia

Ao haver a necessidade de intervenção por parte de atores externos, a atuação destes – que se considera aqui que será sempre propulsionada pela intenção de provocar uma transformação positiva – significa que as soluções propostas, construídas a partir dos conhecimentos, capacidades e recursos desses atores, podem contribuir com tecnologias às quais a comunidade afetada não tinha tido acesso até então ou, tendo, não as havia incorporado nas suas práticas habituais. O que se considera que pode ser transferido tem correspondência com fatores físicos que Amos Rapoport refere como *modifying factors* da forma, nomeadamente os materiais, a tecnologia e os métodos construtivos e que, como referido anteriormente, não definem a forma física nem a sua função, mas podem representar novas possibilidades não só na forma, mas na configuração e nas qualidades do espaço e consequentemente no habitar e na construção do *lar* de Pallasmaa.

Este processo de *transferência de tecnologia* não é inédito das situações pós-catástrofe e pode mesmo ser associado à condição híbrida que, com mais ou menos intensidade, todas as culturas apresentam. Os principais canais de influência tecnológica que se podem rastrear referem-se a atos de conquista, expansão e colonização, que podem ser sinalizados de uma forma geral nos processos de evolução de cada cultura. Importa salientar que a transferência, apesar de ser na maioria das vezes uma demonstração de poder da cultura de poder, pode ter o sentido inverso e a cultura dominadora ser a que sofre a transferência (Oliver, 2006, p. 169). A *transferência de tecnologia* não implica necessariamente a existência de atores externos à cultura que sofre as transformações e, segundo Paul Oliver, estas são mais eficientes quando estimuladas internamente mas, na falta de recursos e meios para o fazer, a introdução de ideias e tecnologias por parte de atores externos é “bem-vinda” e “admissível”, e pode provocar transformações positivas.

Dentro dos contextos pós-catástrofe, a *transferência de tecnologia* está normalmente associada a estratégias de celeridade e de redução da vulnerabilidade das casas. Como estratégia para tornar o processo de recuperação mais célere, destaca-se a utilização de elementos construtivos pré-fabricados e projetos pré-definidos que, apesar de poderem ser eficientes para tal, podem representar inúmeras desvantagens que colocam em causa a estratégia de recuperação como processo de desenvolvimento. Uma destas é que a importação destes elementos, além de poder resultar numa opção mais cara do que a produção e/ou compra de materiais no lugar, principalmente devido ao custo do transporte, não incentiva a recuperação das dinâmicas económicas locais. No entanto, e como salienta Kate Stohr, “Talvez ainda mais importante, [é que a pré-fabricação] negou a necessidade do diálogo entre o arquiteto e o ocupante. De repente, uma casa podia ser desenhada, detalhada e entregue sem o arquiteto sequer conhecer o seu dono.” (2006, p. 37). Esta estratégia terá implícita a possibilidade de não ser aceite pelos habitantes sempre que os excluir completamente do processo de definição da forma das habitações, como no caso do incêndio de Valparaíso de 2014. Mas, como os elementos pré-fabricados são efetivamente céleres a responder à demanda causada pelo desastre, várias técnicas têm vindo a ser desenvolvidas no sentido de evitar esta desconformidade das soluções, como, por exemplo, o sistema *core house* que prevê a



Fig. 4. Sessões de capacitação de uma comunidade afetada por inundações (Al Jazeera, 2016)



Fig. 5. Um dos exemplos de um “Elevated Cultural Node” (Curry Stone Foundation, 2018)

infraestrutura básica, como a existência de eletricidade, mas parte com apenas um ou dois espaços, deixado em aberto a possibilidade de alargamento (Barakat, 2003, p. 22).

Como estratégia de redução da vulnerabilidade das casas, a *transferência de tecnologia* pode surgir através de vários métodos que pretendem a mitigação dos efeitos de um desastre; estes podem ter a forma de capacitação, educação, regulamentos, ou ser mesmo uma intervenção mais direta na casa, ao nível dos sistemas construtivos ou dos materiais. Nesta perspetiva, que pode ser associada ao conceito “Build Back Safer”, destaca-se o trabalho de Yasmeen Lari, arquiteta paquistanesa e fundadora da Heritage Foundation, através da qual, desde 2005, tem vindo a atuar em áreas do Paquistão que são constantemente afetadas por cheias e terremotos. Através de uma equipa de técnicos cujos conhecimentos resultam de uma confrontação entre a investigação e a prática, Lari promove projetos de capacitação entre as comunidades afetadas (Fig.4), onde são transmitidas não só técnicas construtivas de reforço da capacidade de resistência das estruturas, mas também conceitos e estratégias de planeamento, como

por exemplo a elevação de todas as estruturas a uma distância de segurança da água. Com a missão de *“promover o património cultural para a integração social, a paz e o desenvolvimento”* (Heritage Foundation), a Fundação atua em prol do empoderamento das comunidades, fornecendo-lhes ferramentas para atuar no futuro, que garantem a sua sustentabilidade e permitem-lhes manter a sua identidade cultural, pois têm como base a preservação dos métodos construtivos locais, a utilização dos materiais existentes no lugar - nomeadamente terra, bambu e palha – e a independência quanto à mobilização dos recursos humanos e materiais necessários. Além das intervenções ao nível das casas, a equipa da Heritage Foundation promove a construção de equipamentos públicos, dentro dos quais se destacam os *“Elevated Cultural Nodes”* (Fig.5). Estas estruturas, que são compostas por dois pisos, durante o tempo das cheias, são espaços de armazenamento de bens alimentares no piso superior, como estratégia de segurança e redução da vulnerabilidade das pessoas, e, no resto do tempo, são destinados a atividades comunitárias, como reuniões, espetáculos ou outros eventos culturais, e surgem da anterior carência de espaços públicos nos povoamentos em questão, como uma estratégia para o seu desenvolvimento integral (*Build Back Safer with Vernacular Methodologies*, 2013).

“No norte da África, os franceses introduziram sistemas de canalização de água em várias vilas, o que causou sérias insatisfações. A investigação mostrou que, na sociedade muçulmana, as mulheres se encerram em casa, e os equipamentos da vila são a única oportunidade para saírem, falarem entre si e darem-se conta do seu mundo limitado. Assim que o moinho foi restaurado e as torneiras eliminadas, a insatisfação acabou.” (Rapoport, 1969, p. 25)

Apesar dos benefícios que a tecnologia possa significar desde a perspetiva de quem os transmite, a sua transferência só será aceite pela comunidade se esta encontrar nas soluções *“consciência da necessidade, utilidade evidente e provada, viabilidade económica e compatibilidade cultural”* (Oliver, 2006, p. 174). O contributo por parte dos atores externos deve representar novas possibilidades de escolha para os beneficiários que, além de poderem incutir transformações positivas nas suas condições de habitabilidade, não devem ser intrusivas ao ponto de excluírem os saberes tradicionais que são parte da sua identidade cultural. Mas, mais importante do que aquilo que a tecnologia é ou permite, a sua introdução deve ser pensada a partir das repercussões que tem nas dinâmicas sociais, já que o entendido avanço tecnológico que possibilita não corresponde necessariamente a um desenvolvimento social, como se evidencia com o caso descrito por Rapoport, mas terá inevitavelmente consequências a esse nível (Oliver, 2006, p. 163).

1.6. Ações integradas em processos de desenvolvimento – Casos de referência e o caso de estudo

Ao definir a arquitetura como necessidade constante reconhece-se que a presença do arquiteto deve ser intrínseca a todas as fases de um processo de recuperação pós-catástrofe. Apesar de se questionar o conceito de “Arquitetura de Emergência”, entende-se que as estruturas temporárias a que está associado também podem – e devem – ser integradas no campo de ação do arquiteto e, por isso, o seu contributo pode abranger a realização de projetos arquitetónicos que vão desde essas estruturas efémeras a estruturas permanentes. No entanto, a sinalização de dois casos reais em que se entende que o arquiteto adotou uma postura crítica frente à circunstância de atuação e às suas condicionantes, revela que o seu campo de ação se alarga além do projeto arquitetónico, tanto na fase de emergência como de reconstrução. Através da análise do modo de operar dos atores intervenientes nos dois exemplos, pretendem-se identificar as estratégias de atuação que se considera que contribuem para a construção de um processo de desenvolvimento.

O trabalho de Shigeru Ban em contextos pós-desastre

Apesar do caso de estudo da presente dissertação incidir sobre a colaboração do arquiteto durante a *fase de reconstrução* de um caso específico, admite-se que a urgência que pesa sobre a *fase de emergência e de planeamento* de qualquer processo de recuperação pós-catástrofe pode facilmente apresentar-se mais condicionadora. Neste sentido, o exemplo que se segue pretende demonstrar que, mesmo nessa circunstância, o papel do arquiteto não tem de ser limitado ao desenho de estruturas efêmeras. O exemplo em questão é um dos casos de maior reconhecimento internacional pela sua colaboração em situações pós-catástrofe: o do arquiteto japonês Shigeru Ban e o seu trabalho como cofundador e membro mais representativo da organização não-governamental Voluntary Architects' Network (VAN), que integra arquitetos e estudantes de arquitetura num esforço conjunto e em colaboração com outros atores que estejam presentes no terreno.

A partir dos anos 80, Shigeru Ban começou a estudar a utilização de tubos de cartão na construção e a desenvolver a sua aplicação em distintos sistemas estruturais que representavam inúmeros benefícios em circunstâncias condicionadas pela urgência: permitia uma rápida e acessível montagem e desmontagem; representava um baixo custo de produção e facilidade de transporte; e, além de os materiais serem reutilizáveis, implicavam uma reduzida produção de desperdícios. A primeira inclusão que Ban faz deste material numa situação pós-catástrofe foi em 1995, no Ruanda, e na perspetiva de providenciar abrigos de emergência a pessoas desalojadas a propósito da guerra civil que havia eclodido no ano anterior. A partir de um esquema de encaixes que permitia armar uma estrutura de tubos de cartão, os abrigos foram posteriormente cobertos com folhas de plástico já existentes no local e providenciadas pelo Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados. Depois desta intervenção, e até aos dias de hoje, o envolvimento de Ban e das equipas VAN em contextos deste tipo teve reflexo no desenho e construção de outros abrigos de emergência; habitações temporárias; e equipamentos públicos temporários. No entanto, estes casos não se pretendem destacar aqui pelas soluções *per se*, mas sim pelo modo de operar do arquiteto que, além de fundamentar a postura que tem em cada situação, permite entender a abrangência do seu campo de ação.

As primeiras habitações temporárias que aplicavam os tubos de cartão surgem no âmbito do processo de recuperação de um terramoto que devastou a cidade de Kobe, em 1995. Neste caso, o material era utilizado não só como elemento estrutural, mas também na constituição das paredes, e era conjugado com telas de plástico para a cobertura e grades de cerveja - que haviam sido doadas por um produtor local - na composição das fundações, que foram posteriormente enchidas com sacos de areia (Fig.6) (Shigeru Ban Architects). O emprego dos tubos de cartão surge em outras situações de semelhante necessidade, como na Turquia, em 2000, e na Índia, em 2001, mas, apesar de servir as mesmas funções, as soluções em si distinguem-se em diversos fatores, como outros materiais e sistema construtivo, o tamanho e a própria espacialidade do alojamento. Sobre as habitações construídas na Turquia, a equipa VAN afirma que “*Uma unidade, por exemplo, tinha 3x6m, uma configuração diferente e ligeiramente maior* [do que



Fig. 6. Habitações temporárias construídas em Kobe, em 1995 (Shigeru Ban Architects)



Fig. 7. Habitações temporárias construídas na Turquia, em 2000 (Shigeru Ban Architects)



Fig. 8. Habitações temporárias construídas na Índia, em 2001 (Shigeru Ban Architects)

as de Kobe], *que se devia ao tamanho standardizado das placas de madeira prensada na Turquia, e também devido ao tamanho médio dos agregados familiares, que é superior neste país*” (Shigeru Ban Architects) (Fig.7). Quanto à derivação desenhada para a Índia, é realçada a singularidade das fundações e da cobertura em comparação com as outras intervenções; aqui, em vez de grades de cerveja – que não existiam no local porque a população indiana é maioritariamente muçulmana e, por isso, não ingere álcool – as fundações foram substituídas por cascalho proveniente dos edifícios destruídos, e a cobertura é abobadada e rematada com uma estrutura de verga entrelaçada que facilita a ventilação e *“permite que se cozinhe no interior, com o benefício acrescido de repelir os mosquitos”* (Shigeru Ban Architects) (Fig.8).

A partir destes discursos, reconhece-se que os motivos que justificam as distintas variações de caso para caso surgem de um confronto entre a avaliação das necessidades intrínsecas ao modo de habitar de cada comunidade e as condicionantes de cada circunstância. No caso das habitações temporárias construídas



Fig. 9. O centro de evacuação de Cam-pesino antes da chegada da equipa VAN (Architects, 2016)



Fig. 10. Processo de montagem do PPS4 com os alunos da universidade de arquitetura local (Architects, 2016)



Fig. 11. Célula individual montada a partir do PPS4 (Architects, 2016)

na Índia, a solução encontrada para as fundações, além de demonstrar uma consideração pelos valores da cultura local, reflete uma capacidade de adaptação ao contexto; a proposta, além de responder à necessidade material que se fazia sentir, permitiu a reutilização de um material que não ia ser usado para outra coisa e que ainda contribuiu para a limpeza dos escombros. As diferenças ao nível da cobertura sinalizam-se como uma adaptação tanto ao clima local como aos hábitos culturais.

A 2 de novembro de 2016, uma equipa VAN chega à cidade de Camerino, em Itália, para apoiar as entidades locais a providenciar espaços de conforto para os habitantes que haviam ficado desalojados devido ao terramoto que assolou a cidade três dias antes. Considerando que as pessoas já haviam sido abrigadas num centro de evacuação (Fig.9), o contributo da equipa liderada por Ban focou-se na montagem de um sistema de divisórias que pretendia conferir alguma privacidade a cada agregado familiar aí alojado. Em colaboração com os estudantes de arquitetura da universidade local, armaram uma estrutura com tubos de cartão e cortinas, dividindo o espaço em pequenas células (Fig.9 e 10). O então denominado



Fig. 12. Uma versão do PPS1, em Niigata, Japão, 2004 (Architects, 2004)



Fig. 13. Processo de montagem do PPS2 (Architects, 2006)



Fig. 14. Processo de montagem do PPS3 (Architects, 2006)

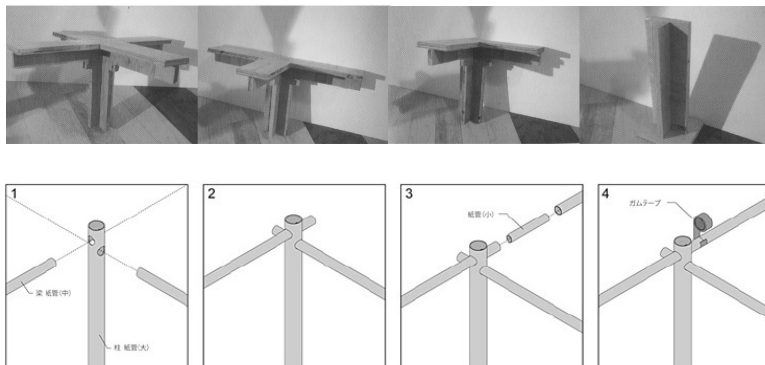


Fig. 15. Evolução do sistema de encaixes: PPS3 em cima e PPS4 em baixo (Architects; Ban, 2010)

“Paper Partition System” (PPS) era aqui utilizado na sua quarta versão, como a evolução de um sistema aplicado pela primeira vez em 2004, em Niigata, no Japão (Fig.12). Num confronto constante entre a investigação e a prática, o PPS foi sendo aperfeiçoado para melhorar a sua resposta às condicionantes de tempo e recursos; sofreu alterações quanto aos materiais, sistema construtivo e, consequentemente, à espacialidade, mas sem colocar em causa o seu propósito (Fig.13 a 15).

Se a providência das habitações temporárias surge essencialmente da necessidade de abrigar as pessoas – e mesmo assumindo que pode responder a mais do que a essa função da casa – a utilização do PPS em casos onde essa necessidade já estava satisfeita, demonstra que Shigeru Ban reconhece na casa o seu significado de espaço de vivência da privacidade de cada um, e que este está na origem do questionamento segundo o qual o arquiteto identifica as necessidades existentes. A partir do cruzamento destas com as possibilidades e as condicionantes da circunstância de atuação, onde sinaliza os cursos de ação já em curso, Ban estabelece prioridades e age em prol da melhoria tanto do conforto físico como psicológico das pessoas afetadas pelo desastre.

A constante investigação sobre as potencialidades dos tubos de cartão permitiu a Ban desenvolver uma ferramenta que, além de lhe permitir atuar com celeridade, garante a sustentabilidade de toda atuação, já que os materiais podem ser produzidos localmente, contribuindo para a dinamização económica do lugar, e o sistema construtivo de baixa tecnologia não solicita recursos humanos especializados, podendo mesmo ser montado e desmontado pela comunidade afetada. Apesar da introdução do material em questão como elemento de um sistema construtivo ser entendida como uma *transferência de tecnologia* e da sua produção em massa representar uma unidade a esse nível em todas as suas aplicações, este apresenta uma flexibilidade que permite à equipa adaptá-lo às diferentes circunstâncias e valores culturais.

Da análise destas intervenções é possível reconhecer um modo de operar que revela consciência sobre duas vertentes do carácter efêmero das estruturas referidas: por um lado, Ban reconhece a necessidade de providenciar espaços que não respondam apenas às necessidades físicas dos habitantes e, por isso, dá prioridade à conformidade que as soluções apresentam com a noção de conforto destes; e, por outro, revela cuidado em definir estratégias sustentáveis, ecológicas e não intrusivas, que permitem uma maior canalização de recursos para o desenvolvimento dos cursos de ação que têm em vista a construção das habitações permanentes, ou seja, contribuindo como ações *integradas* num processo que pretende o desenvolvimento futuro do lugar e da sua população. Além disto, o arquiteto japonês alarga o seu campo de ação além da definição de projetos arquitetónicos, respondendo a outras necessidades, cuja sinalização é o seu ponto de partida, e cujas propostas se constroem a partir de um questionamento realista das condicionantes de atuação, assim como de uma investigação incessante que parte da sua capacidade de inovação.

ArchiAid, Região de Tohoku, Japão, 3 de março de 2011

Em março de 2011, a região de Tohoku, na zona nordeste do Japão, foi devastada por um terremoto que desencadeou uma sequência de desastres, entre os quais um tsunami e vários acidentes nucleares, que causaram quase 16.000 mortes e mais de 6.000 feridos. Os danos materiais afetaram cerca de 1.130.000 edifícios, dos quais 122.000 ficaram completamente destruídos. Da disponibilização espontânea de vários arquitetos para apoiar a reconstrução das áreas afetadas, surgiu a plataforma ArchiAid, uma rede que agregava todas as iniciativas emergentes para coordenar as atuações em prol da maximização de esforços, e que detinha um fundo próprio para mobilização de financiamento. Avaliadas as necessidades mais urgentes, definiram os povoamentos mais pequenos como lugares de intervenção prioritária, por serem propensos a ser negligenciados no contexto dos planos em execução sob gestão governamental, que consideravam principalmente intervenções a escalas mais alargadas (Taro Igarashi in “A Year of ArchiAid” in ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami, p. 6). A reconhecida fragilidade socioeconómica que dominava as pequenas vilas mesmo antes do desastre dava conta de uma sociedade que, envelhecida pela saída dos jovens motivados pela procura de melhores trabalhos, lutava para manter as atividades tradicionais e representativas da economia local, como a pesca e a agricultura. A falta de mão-de-obra capaz acentuou ainda o abandono da indústria florestal que, já diminuída pelo aumento das importações de madeira dos EUA nas últimas três décadas, era ameaçada pelo esquecimento das práticas que sustentavam a floresta e propiciavam o seu aproveitamento, por exemplo, como principal material de construção local (Columbia GSAPP, 2017).

Para Yoshiharu Tsukamoto e Momoyo Kaijima, membros da equipa ArchiAid e elementos cofundadores do internacionalmente reconhecido Atelier Bow-Wow, o avanço tecnológico e a crescente industrialização fomentam uma relação artificial entre o homem e a natureza que põe em causa a sustentabilidade, tanto de um como do outro, e, consequentemente, o equilíbrio do ecossistema em que coexistem. Através das suas obras de pequena escala, tanto em espaços públicos como privados, estruturam as suas intervenções segundo as necessidades da comunidade que aí habite, no sentido de provocar um impacto efetivo que melhore o acesso e o aproveitamento dos recursos locais. Neste sentido, no caso da intervenção pós-terramoto, levaram a cabo um processo de recuperação em conjunto com outros atores, que, mais do que reconstruir as infraestruturas danificadas, visava o desenvolvimento das dinâmicas sociais e económicas através da revitalização do uso desses recursos.

Questionada sobre as intenções da intervenção – preservar as origens do lugar ou desenvolver algo completamente novo – Kaijima salienta o carácter único da cultura daquela região e refere que *“Já que uma parte tão significativa do ambiente construído tinha sido destruído, nós tínhamos de começar o nosso trabalho por descobrir a voz e as crenças das pessoas, pois estavam embebidas em cultura, na paisagem. Os seus costumes, religião, cultura folk, festivais, trabalho, vida e redes culturais. Nós queríamos ajudar as pessoas a redescobrir o seu espírito.”* (McCurdy, 2017). A resposta estava, portanto, na própria comunidade. Desde o início, e na condição de protagonista das soluções propostas, esta foi incentivada a participar de forma direta no desenvolvimento do processo, desmistificando a sua condição única de



Fig. 16. Exposição do projeto "Lost Homes" (ArchiAid, p. 13)



Fig. 17. Desenvolvimento e exposição do projeto "A Book for Our Future, 311"(ArchiAid, p. 14)



Fig. 18. Sessão de diálogo e discussão "Characters in Affected Areas: Talk Session" (ArchiAid, p. 25)

vítima na circunstância de atuação. Num registo de colaboração com as entidades de poder – nacional e local – e corpos estudantis universitários, a equipa ArchiAid foi realizando atividades que propiciavam essa participação ativa da comunidade. Estas foram desenvolvidas desde: i) a fase de avaliação de necessidades, como no projeto "Lost Homes", que consistiu numa representação em maquete das vilas antes do desastre e que, além de servir como memorial, permitia aos habitantes sinalizar tanto os fatores mais negativos como os mais positivos que as vilas apresentavam antes do desastre e assim decidir quais queriam preservar (Fig.16); ii) à sugestão de cursos de ação, como no projeto "A Book for Our Future, 311", em que se recolheram propostas dos locais para a futura vila e, depois de materializadas em desenhos e textos, lhes foram apresentadas, estimulando o debate e fortalecendo o espírito crítico dos habitantes (Fig.17); iii) e à tomada de decisões, como por exemplo, numa sessão nomeada "Characters in Affected Areas: Talk Session" onde, através do diálogo e da discussão, se debateram os métodos construtivos a utilizar (Fig.18) (ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami).



Fig. 19. Estudos de planeamento à escala da cidade: Master plan de Namiita (em cima) e corte de Tachihama (em baixo) (ArchiAid, p. 15)

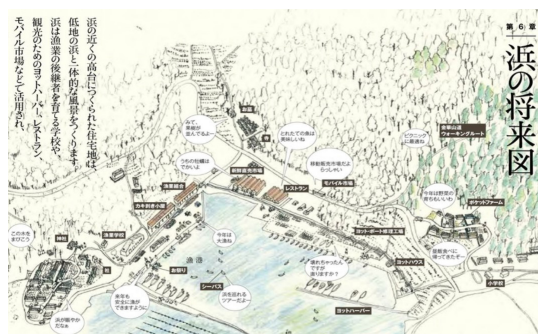


Fig. 20. Estudo de planeamento e gestão de recursos naturais (PechaKucha, 2012)



Fig. 21. Imagem do espaço interior multifuncional da Itakura House (PechaKucha, 2012)

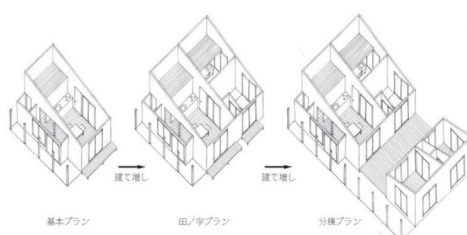


Fig. 22. Possibilidades de expansão da Itakura House (PechaKucha, 2012)

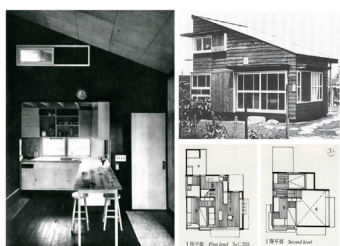


Fig. 23. Projeto de habitação de dimensões mínimas do arquiteto Kiyoshi Ikebe (PechaKucha, 2012)

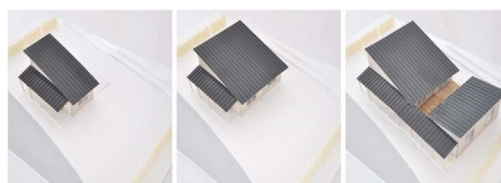


Fig. 24. Um exemplar da Itakura House construído (PechaKucha, 2012)

O processo dividiu-se em vários cursos de ação que pretendiam reestabelecer atividades tradicionais sustentáveis e propostas inovadoras que, em conjunto, melhorassem as condições de vida dos habitantes existentes e motivassem o investimento e a permanência de população mais jovem. As propostas apresentadas, desenvolvidas com consciência da necessidade constante de mitigar os danos de um novo desastre, variaram desde i) planos a uma escala alargada, que repensavam a posição do edificado em relação ao mar, à floresta e à montanha, considerando-os pelos perigos naturais a que possam estar associados e à sua importância como recursos naturais (Fig.19 e 20); ii) à planificação de equipamentos públicos, como a Toyama Nursery School e a Shichigahama Junior High School, que previam mecanismos de segurança em caso de desastre; iii) e ao desenho da Itakura Core House, que definia uma zona de serviços completa (*Core House*) e um espaço multifuncional – que podia ser espaço de estar, dormir e comer (Fig.21) –, podendo ser ampliado se os habitantes o desejassem e conseguissem o seu financiamento (Fig.22). A casa, baseada num projeto de habitação de dimensões mínimas desenvolvido pelo arquiteto Kiyoshi Ikebe depois da Segunda Guerra Mundial (Fig.23), foi

desenhada em conformidade com o modo de habitar dos pescadores: tem a fachada da entrada marcada por um pórtico que, não só tem a função de suportar os materiais e roupas de trabalho enquanto seca, mas também de permitir um contacto visual constante com o mar a partir de um lugar abrigado. Pensada também como estratégia de dinamização cultural, a sua construção implica a utilização de um método construtivo tradicional do lugar e, fazendo uso da madeira, possibilita a integração da indústria florestal local, dinamizando o setor económico (Fig.24).

No contexto descrito, o arquiteto não é representado por um ator individual, mas sim coletivo, que atua num registo de colaboração interna e externa com os outros atores intervenientes no processo de recuperação pós-catástrofe. Apesar do ArchiAid se destacar como um movimento independente do processo de gestão pública – tanto na sua componente técnica como gestora –, ao partirem com uma consideração da totalidade dos procedimentos em curso, assim como com a identificação das reais necessidades, os arquitetos potenciaram intervenções que, como ações *integradas* num contexto de atuação global, responderam a carências que ainda não estavam a ser cobertas, potenciando uma distribuição mais uniforme dos recursos. Além disto, sinalizam-se também como ações *integradas* num processo que visa o desenvolvimento, porque, ao partirem com um entendimento da circunstância anterior ao terramoto, conseguiram reconhecer situações que impediam esse desenvolvimento e, com sensibilidade para perceber de que forma é que o espaço podia influir na transformação das dinâmicas sociais implícitas nessa circunstância, potenciaram cursos de ação que vão além da reparação epidérmica dos danos do desastre e da execução de projetos arquitetónicos.

As intervenções da rede ArchiAid destacam-se ainda por apresentarem soluções que se baseiam nos saberes locais, e, principalmente, por definirem diversas estratégias de inclusão da comunidade como ator interveniente e ativo deste processo de recuperação; estas não só potenciam a construção da capacidade crítica dos seus elementos, mas representam a possibilidade de atuar em conformidade com os seus valores culturais e modo de habitar.

O constante registo das atividades que foram sendo desenvolvidas, tanto num exemplo como no outro, permite a acumulação de conhecimentos que, não sendo nunca replicáveis integralmente por dependerem de cada circunstância de atuação, permitem expor fragilidades e forças que podem servir como guias para intervenções futuras.



Fig. 25. O bairro das Terras da Costa da Caparica (Guerra, 2015)



Fig. 26. A Cozinha das Terras da Costa e a horta comunitária (Guerra, 2015)

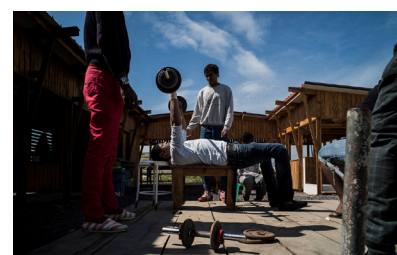


Fig. 27. As múltiplas funcionalidades da Cozinha das Terras da Costa (Guerra, 2015)

O caso de estudo

Ateliernob e a Cooperativa Trabalhar com os 99% - Apresentação

A realização de alguns trabalhos em parceria motivou Tiago Mota Saraiva e Andreia Salavessa a fundarem o Ateliernob, em 2005, que denominam como “*uma plataforma multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, investigação e projectos nas áreas da arquitectura, paisagismo, design e urbanismo*” (Ateliernob, 15 de outubro de 2015). O envolvimento em vários projetos na área da arquitetura e design social ao longo do percurso do atelier levou-os a criar, em 2016, a cooperativa “Trabalhar com os 99%”, através da qual constroem processos que permitam o seu envolvimento, como profissionais de arquitetura e urbanismo, em casos onde os habitantes não têm capacidade financeira para suportarem os seus serviços. Para tal, libertaram-se das estratégias de financiamento típico e desenvolveram a capacidade de candidatura da cooperativa a financiamentos que, independentemente da sua natureza – pública ou privada, municipal, nacional ou europeia -, lhes permite intervir em comunidades que, de outra maneira, não teriam acesso a serviços nestas áreas (“Bairros da Prodac,”).

A obra construída como pretexto de transformação social

A Cozinha Comunitária das Terras da Costa, Costa da Caparica, 2012- 2014

Reconhecida com o prémio de “Edifício do Ano de 2016” na categoria “Arquitetura Pública” pela plataforma Archdaily, esta obra serviu como resposta à até então inexistência de um espaço público estruturante da vida em comunidade de um bairro ilegal e de condições precárias na Costa da Caparica (Fig.25 e 26). Além de responder como solução multifuncional a esta carência - já que integra uma cozinha, um espaço de refeições, uma zona de lavagem e secagem de roupa e um espaço de convívio (Fig.27) -, esta obra deve ser enquadrada como parte de um processo mais abrangente, no espaço e no tempo, de transformação das condições de habitabilidade da comunidade local: a sua construção seria um pretexto, não só para levar água até ao bairro, mas para promover *“um diálogo não conflituoso com as instituições e entidades locais”* (Warehouse, 2014) - já que aqui a intervenção pública era praticamente inexistente - que proporcionasse o realojamento digno da comunidade naquele lugar, onde mantinha os seus sistemas de produção agrícola de subsistência.

Apesar do tempo da construção efetiva do equipamento ter sido curto, pois os materiais e as técnicas construtivas utilizadas o permitiram, o processo total de planeamento e realização da obra durou cerca de dois anos (de 2012 a 2014). Este ficou marcado por uma determinante participação da comunidade, tanto nas questões inerentes à qualidade espacial e funcional da obra, como na sua gestão e manutenção futura, e que foi potenciada mediante diferentes estratégias, como discussões e workshops, que foram promovidas por uma equipa multidisciplinar composta por arquitetos, urbanistas, carpinteiros, artistas, mediadores sociais e antropólogos. Depois de uma parceria para definir o projeto, o Colectivo Warehouse ficou encarregue pela sua construção.

Atualmente, o processo de realojamento já foi iniciado e a equipa do atelier, suportada por uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, continua a apoiar a comunidade com elementos no terreno, para *“garantir que o projecto é realizado de uma forma participada e que tenha em conta as formas e processos de vida dos seus residentes.”* (Ateliernob, 15 de dezembro de 2015).

Intervenções nos bairros PRODAC Norte e PRODAC Sul, Lisboa, 2016-2017

No âmbito do programa de Parcerias Locais BIP-ZIP, a Câmara de Lisboa promoveu um plano de legalização das habitações dos bairros PRODAC Norte e Sul. Estes surgiram desde processos de autoconstrução no início dos anos 70, em terrenos municipais cedidos à cooperativa. O envolvimento do Ateliernob neste caso focou-se na prestação de apoio às associações de moradores na condução dos processos de legalização das casas, e em intervenções no espaço público, propostas pelos habitantes e discutidas em conjunto. No PRODAC Norte, atuaram ao nível de reparações e melhoramento de estruturas e mobiliário urbano (Fig.28), enquanto que no PRODAC Sul projetaram um anfiteatro ao ar livre, potenciando a realização de eventos em comunidade, ao mesmo tempo que resolviam um problema



Fig. 28. Reabilitação do espaço público do bairro PRODAC NORTE (d'Aires & Vinagre, 2017)



Fig. 29. Processo de construção do anfiteatro ao ar livre (à esquerda) e a sua ocupação pela comunidade (à direita) (d'Aires & Vinagre, 2017)

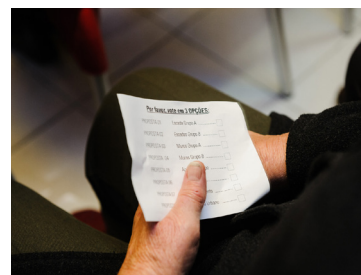


Fig. 30. Sessões de votação e debate com os moradores dos bairros PRODAC (d'Aires & Vinagre, 2017)

de ligação entre duas cotas do bairro (Fig.29). Neste projeto, os habitantes tiveram uma participação direta não só na sua fase projetual, mas também na sua construção, como um seguimento da tradição da sua formação como comunidade. Para tal, criou-se uma bolsa de trabalhadores para realizar as obras, o que se apresentou ainda como uma oportunidade para apoiar a população local mais desfavorecida economicamente (“Bairros da Prodac”). As principais decisões referentes aos projetos construídos e aos processos de legalização das casas foram tomadas em conjunto, a partir de assembleias, reuniões e votações, onde se cruzavam ideias e discutiam opções, num registo de empoderamento dos habitantes com capacidade crítica sobre os temas burocráticos que precisavam de resolver.



Fig. 31. O anfiteatro do Parque Intergeracional de Marvila (MAR-VILA, 2016)



Fig. 32. Sessão de discussão com os moradores de Marvila (MAR-VILA, 2016)

Requalificação urbana da zona de Marvila, Lisboa, 2014 - 2017

Em 2014, o Ateliernob recebeu a primeira leva de financiamento BIP-ZIP para intervir na zona de Marvila que, em 2010, havia sido considerada no Plano Diretor Municipal de Lisboa como alvo de três grandes investimentos, nomeadamente receber um novo hospital, o arranque de uma nova ponte sobre o Tejo e novas zonas de habitação, mas que até então não se haviam concretizado.

Nesta primeira abordagem, o processo de requalificação urbana a que a equipa se comprometia a desenvolver culminou na construção do Parque Intergeracional da Rua de Marvila (Fig.31). O programa deste projeto, que aposta na melhoria do espaço público da zona através de um espaço comunitário de estímulo das relações intergeracionais, foi definido entre profissionais e habitantes locais (Fig.32), e construído num esforço conjunto entre o Colectivo Warehouse, a organização Xerém e alunos de Arquitetura da Universidade Lusófona de Lisboa (MAR-VILA, 2016).



Fig. 33. O gabinete local constituído no Palácio do Marquês de Abrantes (Archdaily, 2017)



Fig. 34. Exposição "Entre Linhas", realizada no Palácio do Marquês de Abrantes (Archdaily, 2017)

No sentido de dar continuidade a este processo, surge uma candidatura ao mesmo financiamento no ano de 2017, a partir do qual o Ateliermob se propõe a intervir no Palácio do Marquês de Abrantes. Este estava ao abandono e foi sinalizado pelo seu valor simbólico de espaço de reunião e hospedagem que, durante os anos 40 e 50, foi habitado por mais de duas centenas de pessoas, num *“tempo em que na zona se implantavam os grandes bairros operários da zona oriental de Lisboa (...) em que Marvila era o ponto de chegada de milhares de famílias do interior do país à procura de trabalho e de uma vida melhor”* (Archdaily, 2017).

Numa postura de semelhante contacto e interação com a comunidade local - que se reconhece não só nas intervenções mencionadas, mas em todos os projetos em que o Ateliermob se envolve – o processo de intervenção e requalificação do Palácio do Marquês de Abrantes foi iniciado com o levantamento das necessidades e dos desejos das pessoas locais. Apesar da proximidade entre o Palácio e o gabinete da equipa (ambos se situam em Lisboa), o Ateliermob constituiu um gabinete local numa das salas do

edifício que, como *“um agregador de várias propostas”* (“Palácio do Marquês Abrantes no ETNIAS - SIC,” 2017), foi espaço de visita e tomada de decisões coletivas (Fig.33). Para estimular o pensamento sobre o significado e o futuro daquele lugar, surge a exposição “Entre Linhas”, com a colaboração de vários artistas, onde a equipa propõe o registo do *“património imaterial das pessoas desta Lisboa tão esquecida”* (Fig.34). Além da intenção de manter o Palácio no poder do setor público, que parte do objetivo de *“desenhar para aquele território de cidade expectante uma estratégia anti-gentrificação”* (Archdaily, 2017), o programa final de espaço de alojamento temporário aparece depois de outras propostas, como por exemplo um edifício alternativo para a nova Sede da Junta de Freguesia. Predestinado a ser *“Casa de muita gente”*, a equipa espera que o Palácio possa vir a albergar não só novos hóspedes, mas os habitantes atuais, quando haja oportunidade para propor melhorias nas habitações existentes.

O campo de ação e o modo de operar

Além da prática projetual e de planeamento, o Ateliernob atua no campo da investigação, fomentando debates sob vários suportes, como exposições e fóruns, onde exploram as questões sociais intrínsecas à arquitetura e que entendem como catalisadoras da sua prática. Destes destaca-se a participação na rede europeia ReKreators, o Observatório da Cidade do México, a Rede DLBC Lisboa e a exposição “Tanto Mar”. Esta, que foi posteriormente transformada numa plataforma online, dá a conhecer o trabalho de portugueses no estrangeiro que *“procuram ter uma atitude transformadora a partir das questões sociais que se colocam no momento e espaço em que são construídas”* (TANTO MAR), e está dividida em cinco grupos – “Emergência”, “Escassez”, “Urbano”, “Informal” e “Formal”-, que dão conta de distintas condições a partir das quais os projetos se desenvolvem.

“A arquitetura tem obviamente uma dimensão política e quanto mais apolítico o arquiteto se considere, consciente ou inconscientemente, mais a sua prática se torna vulnerável a vontades alheias, a ser utilizada como um instrumento em mãos de quem tem o poder, longe do bem comum ou público.” (Ateliernob, 2017)

Numa das mais recentes intervenções da equipa, que foi a participação na Bienal de Arquitectura y Urbanismo de Chile de 2017, em Valparaíso, o Ateliernob alertou a comunidade profissional para o poder que a arquitetura tem na construção das dinâmicas sociais e a consequente necessidade do arquiteto atuar com consciência sobre os efeitos das suas ações, assumindo uma posição de empoderamento das comunidades atualmente negligenciadas pelas estruturas de poder. Posição esta na qual se revêem a si próprios, e que se reconhece aqui como tal, e que atribuem a práticas que assentam em estratégias de inclusão e participação democrática, como as que foram identificadas nos três processos descritos.

A leitura da obra do Ateliermob – e aqui obra subentende-se como todos os tipos de aportes com os quais a equipa tem vindo a atuar – permite sinalizar um modo de operar que, tal como a sua capacidade de adaptação à especificidade de cada contexto, se vai consolidando com a prática, e se atribui a uma postura que é alternativa à habitual relação entre o arquiteto, os clientes e o método de financiamento. Depois de ter sinalizado um contexto de intervenção necessária, o Ateliermob parte com uma iniciativa de atuação no lugar em questão e, conseguido financiamento, dá início a um processo arquitetural, cujos objetivos vão sendo construídos em conjunto com os habitantes e as instituições locais, num exercício de constante confrontação entre as necessidades destes e as possibilidades da circunstância. Apesar desses objetivos se irem materializando em espaços construídos, como a Cozinha Comunitária, o anfiteatro do bairro PRODAC e o Parque Intergeracional de Marvila, estes vão surgindo como pretextos para potenciar uma transformação de carácter social. A concretização desta – que se admite que, mesmo nos processos mencionados, não foi ainda completamente alcançada – está sujeita ao ritmo normal, lento, de (re)definição do espaço social; daí se justifica o alcance temporal alargado dos processos em questão.

Parte 2

A colaboração do Ateliernob no processo de recuperação de habitações
após o complexo de incêndios de junho de 2017

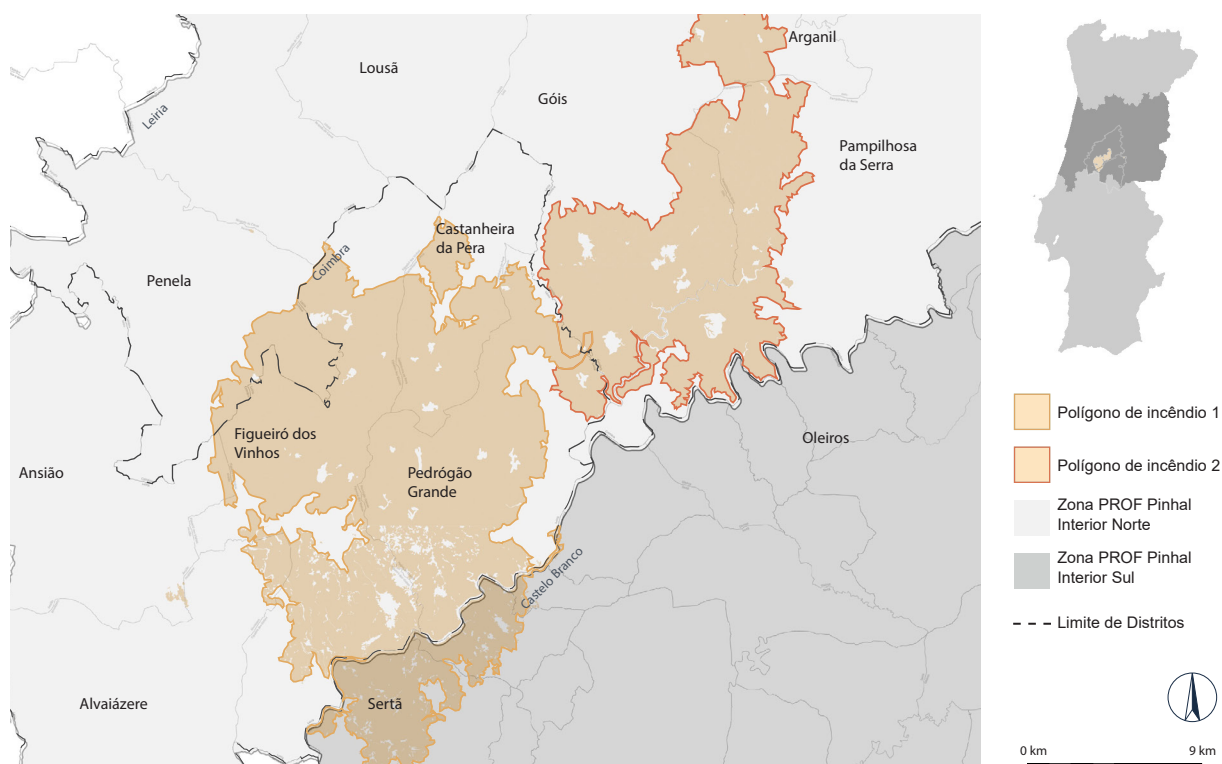


Fig. 35. Mapa de localização da área afetada pelos Incêndios (Autora)

2.1. Definição da circunstância de atuação

O complexo de incêndios que deflagrou na Região Centro de Portugal Continental (NUTS II) de 17 a 24 de junho de 2017, abrangeu os distritos de Leiria, Coimbra e Castelo Branco, num total de onze concelhos que se distribuem pelas Unidades Territoriais (NUTS III 2003)¹ do Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, coincidentes com as regiões PROF do mesmo nome (Fig.35). A área devastada distribui-se em dois polígonos cuja forma é o resultado da expansão dos cinco incêndios que se uniram. O Polígono 1, que resulta dos incêndios iniciados em Escalos Fundeiros e Regadas (Pedrógão Grande), Pardieiros (Penela), Cabeças (Alvaiázere) e Moninhos (Figueiró dos Vinhos), integra a área queimada pertencente a os concelhos de Penela, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Sertã, e o Polígono 2, que é o resultado do incêndio iniciado em Fonte Limpa (Góis),

¹ Apesar de ter havido uma reestruturação das NUTS III em 2013, utiliza-se a organização definida em 2003 para facilitar a leitura.

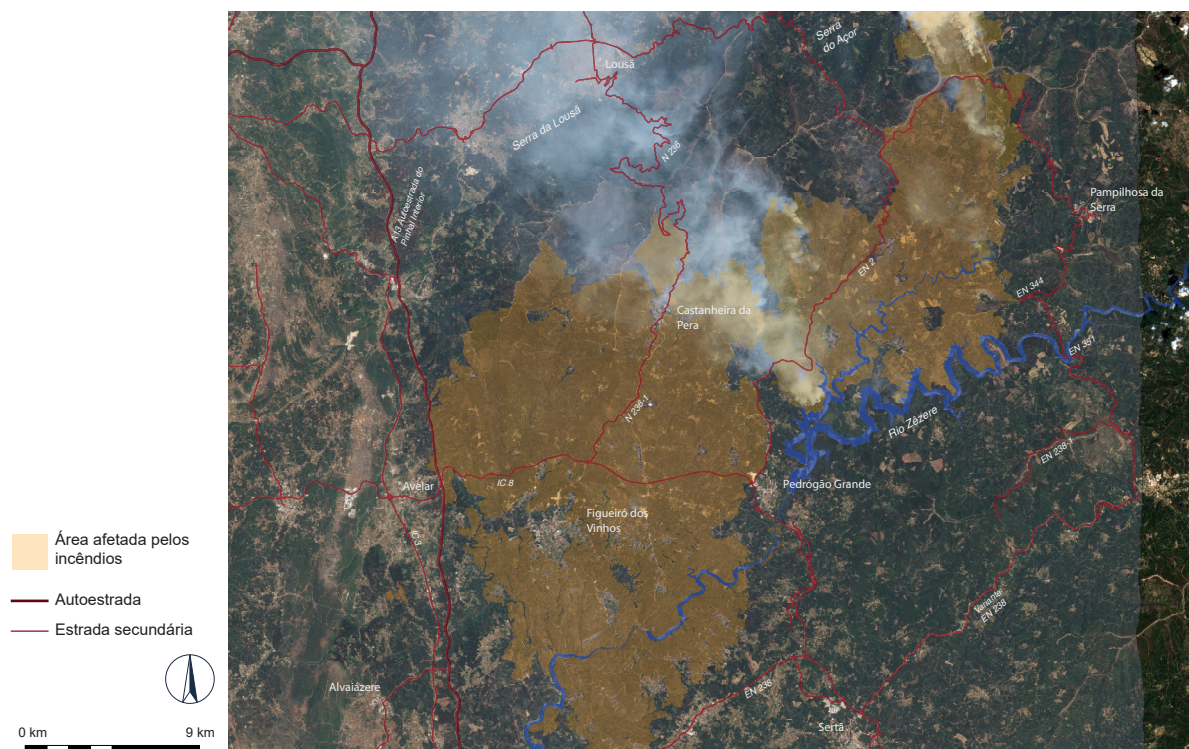


Fig. 36. Mapa de enquadramento territorial da área afetada pelos Incêndios (Autora)

integra essencialmente a área queimada pertencente ao concelho Góis, a Pampilhosa da Serra e a Arganil (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 15).

O fogo abrangeu uma área que se enquadra essencialmente entre a massa rochosa que colmata a Cordilheira Central, nas encostas sudeste das serras da Lousã e do Açor; a margem este da autoestrada A13 do Pinhal Interior - que faz a ligação entre Coimbra e o Entroncamento; o limite sudeste da região PROF Pinhal Interior Norte, na margem do rio Zêzere; e ainda uma extensão significativa do limite sudoeste do concelho de Pampilhosa da Serra (Fig.36). O Pinhal Interior Sul foi afetado nos concelhos de Oleiros e Sertã, nos seus limites a noroeste, numa extensão muito menos significativa do que o Pinhal Interior Norte.

O interior

A área territorial em estudo enquadra-se na zona interior de Portugal; esta, mais do que se contrapor àquilo que significa o ser litoral, carrega, nos dias de hoje - mas não desde há pouco tempo -, o valor de parte desfavorecida do país. Principalmente a partir do século XIX, o desenvolvimento técnico e científico, já introduzido pela Revolução Industrial, desencadeou um modelo económico que, a partir de profundas alterações nas dinâmicas sociais, culturais e territoriais, culminou em circunstâncias contrastantes. O investimento de industrialização das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, com a instalação de grandes unidades fabris, estimulou a movimentação da população para o litoral, motivada pela maior oferta de trabalho que o triunfo do progresso aí preconizava, propulsionando uma acentuada desigualdade na distribuição demográfica. O crescimento destas áreas, acelerado também pelo desenvolvimento dos transportes - nomeadamente do comboio e do automóvel - culminou numa grande concentração demográfica que, pelo desfasamento entre as velocidades de chegada da população e de capacidade dos grandes centros urbanos de a acolherem, se foi distribuindo em povoamentos periféricos, cujas condições de habitabilidade não correspondiam com as expectativas iniciais da nova classe trabalhadora. O litoral, em contraste com o interior que ia ficando parcamente povoado e envelhecido, foi-se destacando, até hoje, numa faixa “*quase contínua de Braga a Setúbal*” (Telles, 2016) que condensa não só as pessoas, mas também o investimento e o desenvolvimento económico e tecnológico do país.

Esta divisão não deve, no entanto, ser entendida como uma representação gráfica da dualidade urbano-rural. Segundo Álvaro Domingues (2011, p. 54), continuar a insistir nessa contraposição “*é como olhar para a sociedade e território com conceitos desfocados*” (Domingues, 2011) e não reconhecer os efeitos colaterais que as dinâmicas sociais e económicas que surgiram com o desenvolvimento das cidades urbano-industriais exerceram sobre a ruralidade. Esta, como cultura dominante desse território *interior* e das comunidades que aí habitavam, foi sofrendo, até hoje, perdas profundas nos seus traços identitários, num processo de constante descaracterização que o mesmo autor define como *desruralização*. Conceito este que, sem esclarecer o que a cultura rural é atualmente, enuncia aquilo que foi outrora. A agricultura, como principal fonte económica, desapareceu como tal com a evasão da mão-de-obra capaz para a cidade, levando ao abandono dos campos ou à transformação da atividade, não só nos seus sistemas de produção, mas também de distribuição, consumo, produtos, preço e mercado. Apesar da inevitável correlação entre a agricultura e a ruralidade, seria redutor definir o abandono da primeira como causa única das profundas transformações de que a segunda foi alvo. Transformações estas que alteraram a cultura rural na sua plenitude, “*enquanto modo de vida, visão do mundo, sistema de hábitos, crenças, tradições ou comportamentos*” (Domingues, 2011, p. 69).

Paralelamente, os progressos técnicos e a crescente facilidade da sua transmissão provocaram transformações, através da introdução de tecnologias que podiam contribuir para o desenvolvimento do mundo rural e que, com a sua aplicação na construção de infraestruturas e outros meios de comunicação, facilitaram a sua conexão com o litoral e, conseqüentemente, esse intercâmbio de conhecimentos. Nos casos de maior proximidade com os centros urbanos, o campo foi sendo “engolido” pelas cidades, que

se expandiam - não necessariamente de uma forma planeada - para responder à procura de habitação que foi potenciada pela, então crescente, oferta de trabalho. De uma forma mais premeditada, a necessidade e a consciência da disponibilidade de recursos no interior levaram à *industrialização* do campo, com a instalação de centros de produção especializados que, como uma “metamorfose *in situ*”, redirecionaram internamente as dinâmicas económicas e sociais do lugar (Domingues, 2011).

As transformações a que a circunstância foi sendo sujeita e que foram, desde a Revolução Industrial, sucedendo-se a um ritmo cada vez mais acelerado, não são, apenas pelo facto de terem acontecido, justificativas do processo de *desruralização* que o território interior sofreu. Os efeitos que essas transformações tiveram nas dinâmicas sociais, económicas e culturais só podem ser entendidos considerando os objetivos de desenvolvimento para os quais foram direcionadas. A persistência de uma cultura no tempo é resultado da sua capacidade de se adaptar às circunstâncias enquanto estas se vão inevitavelmente transformando por fenómenos naturais e humanos. As diferentes formas de *urbanização* acima descritas, assim como outras ações que foram introduzindo tecnologias no campo, podiam efetivamente ser adotadas e adaptadas pela cultura rural, proporcionando benefícios sem romper com a sua continuidade. Isto sucedeu, por exemplo, quando algumas indústrias especializadas coexistiram em várias situações com outros saberes e atividades de produção artesanais, como a utilização de teares caseiros, o fabrico de artefactos e alfaia agrícola ou a comercialização de matérias-primas locais (Domingues, 2011, p. 44).

Para Gonçalo Ribeiro Telles (Telles, 2016, p. 88), “*Cultura não é mais do que sábia administração da energia disponível em prol do desenvolvimento dessa mesma sociedade*” e, pela definição que o autor apresenta de desenvolvimento - que é considerada pela conformidade com o pensamento que se tem construído até aqui - este implica uma melhoria da qualidade de vida que, sem prejuízo premeditado de nenhum dos fatores que esta acarreta - seja económico, tecnológico, social, político ou cultural - os considera em prol da circunstância em que estão mais equilibrados entre si.

Sendo o campo a fonte de recursos alimentares e energéticos da cidade - e ainda espaço de recreio dos seus habitantes -, mesmo quando as muralhas definiam nitidamente a separação física entre os dois, as culturas urbana e rural mantinham, sempre que possível, uma relação de proximidade visual e de mútuo aproveitamento, que se ia transformando segundo a circunstância para manter o equilíbrio necessário ao máximo benefício das duas partes. Apesar de terem culturas e dinâmicas distintas, o desenvolvimento de cada uma era considerado em consciência das necessidades e possibilidades da outra e as relações que daí surgiam sustentavam o objetivo de um desenvolvimento global.

A sociedade urbano-industrial encontrava no progresso tecnológico a possibilidade, não só da sua subsistência - já que a quantidade de recursos necessária para a manter obrigava a um consumo quantitativo até então não experienciado -, mas da sua evolução como sistema estruturado de dinâmicas sociais que se apoiavam, então, nesse progresso como oportunidade de alcançar prometedoras metas de desenvolvimento. A possibilidade de adaptação da cultura rural à nova circunstância ficou comprometida quando a ideia de retrocesso a que foi ficando associada desencadeou um desenvolvimento desigual

entre o mundo rural e a cidade. Os investimentos de que o primeiro possa ter sido alvo tinham como objetivo o sustento do segundo e, como “*cega aplicação de muitas das conquistas da tecnologia*” (Telles, 2016, p. 41), não garantiam a independência do mundo rural, nem o seu equilíbrio como sistema baseado numa forte interação homem-natureza. A própria agricultura foi industrializada num modelo que, sem respeitar os ritmos naturais e os saberes que as práticas tradicionais foram produzindo, se servia de novas estratégias, como a utilização de compostos químicos, que pretendiam maximizar por hectare o lucro da produção. A grande concorrência que estas condições proporcionavam foi deixando os ainda existentes pequenos produtores locais dependentes de um mercado global ou resignados a uma agricultura de autossustentação que permaneceu, no entanto, de forma residual (Domingues, 2011, p. 53).

Dinâmicas de ocupação do mundo rural

Depois dos movimentos iniciais de êxodo, a transformação das ideologias e ambições sociais suscitou sentimentos renovados pelo mundo rural que se traduziram em novas dinâmicas na sua ocupação.

As habitações secundárias

A crescente consciencialização das problemáticas associadas à contaminação ambiental – que dominava as grandes áreas urbanas e suburbanas devido à atividade industrial e ao desenvolvimento dos transportes –, disseminou a vontade de regresso ao campo, agora como escape temporário que permitia beneficiar de uma relação mais direta com a natureza. Este tipo de ocupação propulsionou o investimento em habitações – que se definem como habitações secundárias ou segundas habitações – e que, construídas de raiz ou adaptadas a partir da reabilitação de estruturas existentes, tinham como principal função o lazer. A possibilidade de ter uma habitação secundária está normalmente associada a algum poder económico e remonta à Grécia e Roma Antigas. Apesar de ser uma dinâmica que se começou a generalizar em outros países da Europa ainda no século XVIII, começou a verificar-se em Portugal no final do século XIX – aqui ainda perto dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto – e enfatizou-se essencialmente depois da Segunda Guerra Mundial, devido à crescente disseminação do modo de vida urbano e ao apoio que o desenvolvimento económico e a generalização do automóvel proporcionaram, alargando essa possibilidade a mais pessoas (Cravidão, 1989).

O turismo rural

O regresso ao *interior*, além de propulsionar investimentos para uso próprio, serviu para disseminar o turismo rural, que passou a representar uma nova fonte de rendimento, e que podia ser encontrado em estruturas destinadas apenas para este efeito ou onde os proprietários conjugavam espaços de habitar com espaços de arrendamento. A partir de 1986, quando o turismo rural foi institucionalizado,

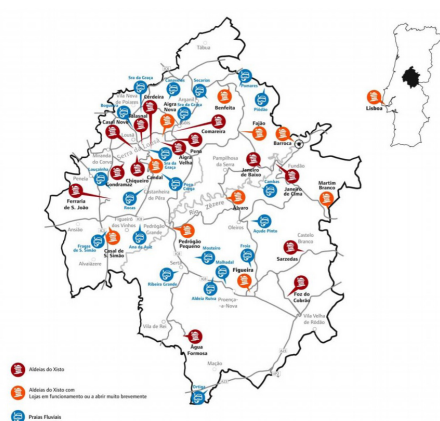


Fig. 37. Mapa das Aldeias do Xisto: percursos e pontos de interesse (Simões, 2010, p. 3)

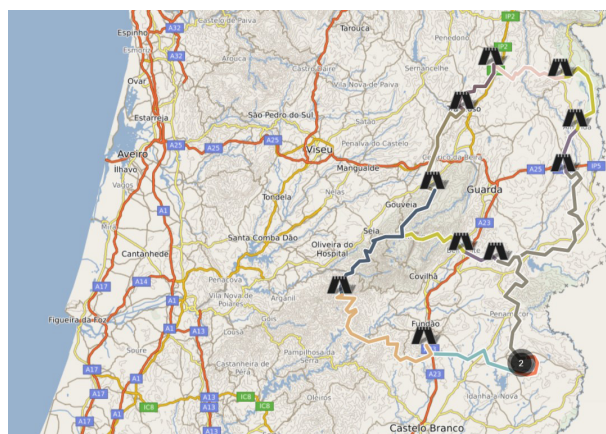


Fig. 38. Mapa das Aldeias Históricas de Portugal (Aldeias Históricas de Portugal, 2018)

começaram a surgir iniciativas de investimento regional que se preconizavam como estratégias de revalorização dos valores da cultura rural e ainda de desenvolvimento social e económico destas áreas (Cardoso, 2013).

Dentre as iniciativas que emergiram destaca-se a Rede de Aldeias de Xisto (Fig.37) e o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (Fig.38), que abrangem alguns dos concelhos afetados pelo Complexo de Incêndios e outros de grande proximidade. Com o intuito de tornar os lugares que lhe estão associados em pontos de interesse turístico, estes programas materializaram-se, por exemplo, na constituição de redes de percursos e de praias fluviais, ou ainda na recuperação das fachadas do edificado ou na melhoria dos acessos aos lugares.

Apesar de as iniciativas referidas poderem ter efetivamente contribuído para o desenvolvimento económico das áreas que abrangem, a sua influência nas dinâmicas sociais e culturais tem gerado uma mitificação da ruralidade que, em vez de potenciar o seu desenvolvimento como “*espaço produtor*”,

a vende como um produto – “Aldeias de Xisto” e “Aldeias Históricas de Portugal” foram constituídas marcas – que se mantém para ser consumido.

As “casas de sonhos” dos emigrantes

Outra dinâmica de reocupação do mundo rural, que foi intensificada a partir de meados dos anos 70 do século XX, foi propulsionada pelos emigrantes portugueses que, motivados pelo desejo de regresso temporário ou definitivo, começaram a investir nos lugares de onde haviam partido com a construção de habitações, nas quais depositavam as poupanças e as expectativas que iam produzindo sobre a sua “*casa de sonhos*” (Villanova, Leite, & Raposo, 1994). Estes investimentos, além de potenciarem novos fluxos de movimentação populacional nas áreas rurais, foram elementos decisivos na transformação da sua arquitetura e, consequentemente, da sua paisagem. Para Isabel Cardoso, os emigrantes foram “*os principais atores da urbanização do habitat rural*” (2013, p. 172) quando, através destas intervenções, estenderam aos meios rurais o modelo urbano como forma de expressão e modo de vida. A integração dos portugueses em sociedades que usufruíam de um maior desenvolvimento tecnológico e económico - e que foi o objetivo da sua partida -, no contexto do regresso, motivou um questionamento sobre a casa como reflexo da sua nova identidade urbana. Se, até à data referida as casas dos emigrantes não rompiam com a linguagem arquitetónica local, a partir daí as soluções começaram a incorporar referências exteriores, disponíveis no mercado global, que se revelavam nas formas, nos materiais e nas técnicas utilizadas, e que deram lugar a “*inesperadas composições*” que se afastavam daquelas a que se associava a identidade do mundo rural (Villanova et al., 1994, p. 202).

Entre as dinâmicas de ocupação do *interior* que já foram referidas é possível reconhecer uma justificação comum que potencia, de forma direta ou indireta, a construção ou requalificação do espaço - principalmente de estruturas destinadas à habitação: o desejo de criar ou manter uma relação com o lugar em si. No entanto, importa salientar que a movimentação para os espaços rurais pode ter intrínseca uma razão social: a preservação de laços familiares. Apesar de não possuírem aí casa própria, muitos portugueses – que representam essencialmente as gerações mais novas - continuam a movimentar-se regularmente para o *interior* do país com o intuito de visitar as pessoas que aí habitam de forma permanente. Este fator não indica, no entanto, que não se relacionam com o lugar; pelo contrário, este perfil de “habitante temporário”, tal como os emigrantes ou mesmo as pessoas que possuem habitação secundária, normalmente apresenta conexões sentimentais com o lugar por este ter sido de alguma forma parte da sua vida.

Tanto num caso como nos outros, estes atores constroem fluxos de relação entre o campo e a cidade que importa manter por aquilo que representam para as pessoas e para a dinamização económica, social e cultural dos próprios lugares. Salienta-se ainda que, no âmbito do processo de recuperação do desastre

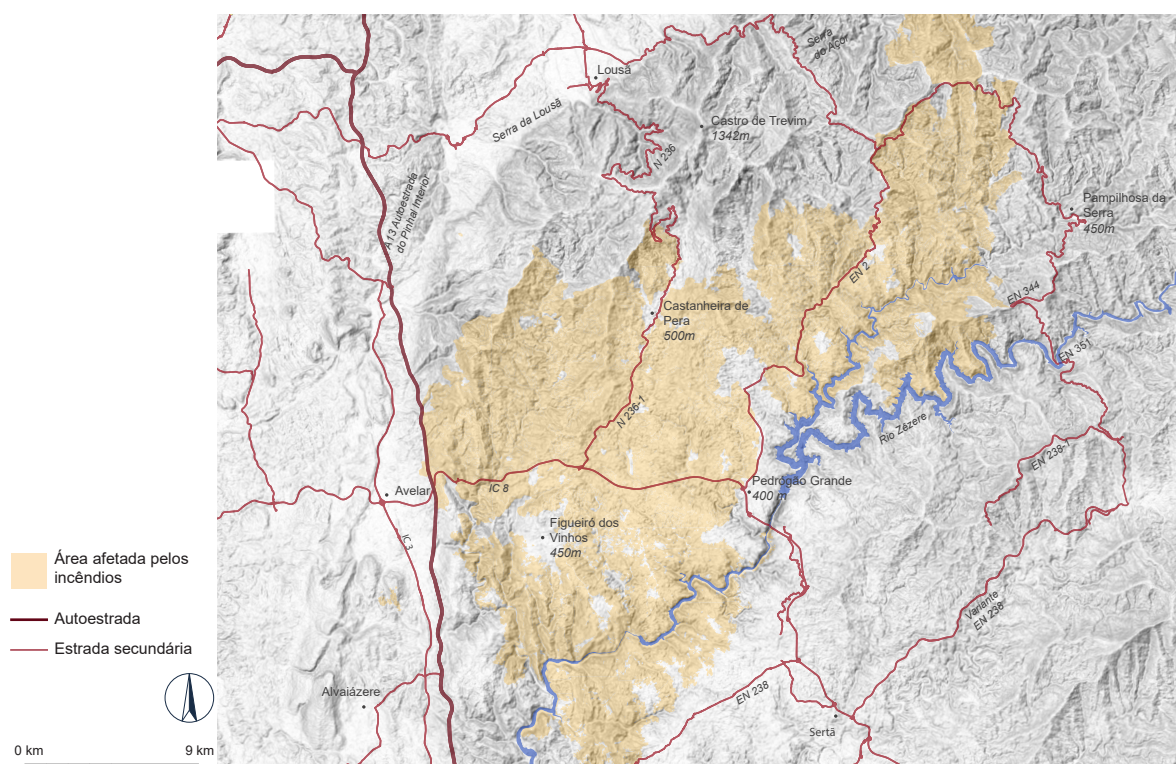


Fig. 39. Mapa topográfico da área afetada pelos Incêndios (Autora)

em estudo, e no sentido de promover um desenvolvimento integral das áreas afetadas, estes fluxos devem ser considerados em estratégias que potenciam a permanência no lugar.

A circunstância local

“Prolifera nesta região do País uma gente rija e aguerrida, cuja epopeia tem sido a luta milenária para arrancar do solo pouco generoso um sustento escasso. Homens em quem tal luta gerou hábitos de trabalho sem tréguas nem desfalecimento, de sobriedade, de economia e um entranhado amor ao terrunho que lhes resiste, mas que os alimenta e lhes revela a medida das suas forças criadoras. Em contrapartida, mantêm-se num primitivismo de vida, de interesses e de aspirações que impressiona e, frequentemente, confrange.” (Amaral, Lobo, & Malato, 2004, p. 224)

Quando, nos anos 50 do século XX e no âmbito da realização do Inquérito à Arquitetura Popular de Portugal, a equipa de arquitetos que estava encarregue de analisar a arquitetura da zona das Beiras, e que era composta por Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato, descreve de tal forma o homem Beirão, coloca em evidência o papel que a natureza teve na construção da sua identidade: por um lado, de força de resistência, que o obrigava a uma constante adaptação e esforço de sobrevivência; e, por outro, o forjava com rigidez e sensibilidade que permitia uma coexistência harmónica entre os dois. A “*luta*” era ditada pela conjugação de fatores naturais, como o relevo, o clima ou a constituição do solo, que divergiam de zona para zona e, condicionando a circunstância de formas diferentes, levavam a diferentes dinâmicas sociais e territoriais.

A combinação dos fatores naturais que caracterizam a área relativa ao contexto em estudo definem-na como espaço de transição entre duas realidades climáticas díspares que, conjugadas, caracterizam o território de Portugal Continental: o sul Mediterrâneo e o norte Atlântico. Encurralada essencialmente entre a Cordilheira Central e o rio Zêzere, a área que ardeu no Complexo de Incêndios é espaço de convergência das baforadas de ar quente e seco, que vêm do clima mediterrâneo que domina a sul; e as massas de ar Atlântico que, vindas do ocidente, regulam o clima com a humidade que carregam (Ribeiro, 1991, p. 107). A norte, as encostas sudeste das serras da Lousã e do Açor, que se erguem até lugares onde a altitude alcança os 1204m, em Castelo de Trevim, e 1342m, em S. Pedro do Açor, aparecem como um “*promontório*” de declives acentuados – variam entre 45% a 60% - e que obstrui a passagem das massas de ar. Na zona mais a sul da área afetada, que abrange o vale do rio Zêzere, a altitude ronda os 400m e os declives atenuam-se, atingindo valores entre os 0% e os 15% na margem norte, e voltando a insinuar-se na margem sul, com valores entre 30% e 40%. Desta multiplicidade de fatores resulta a diversidade climática: chuva e temperaturas baixas nas zonas de maior altitude e temperaturas altas nas zonas mais baixas (Fig.39).

Como resultado destas condições e da natureza das rochas xistosas que compõem as duas serras, o tipo de solo predominante é o litossolo, tal como em Portugal Continental, e que tem grandes limitações de fertilidade devido à pouca profundidade que, além de potenciar facilmente o seu arrastamento em condições meteorológicas adversas, tem tendência a secar e alagar rapidamente (Universidade de Évora - Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, junho de 2004, p. 181).

Estes fatores naturais e os meios de que o homem dispunha para usufruir deles obrigavam a uma economia rudimentar, onde o cultivo da castanha e a criação de cabras dominavam as atividades agrícolas e pecuárias, e a falta de gado grosso impelia o trabalho pesado para o homem. As dinâmicas sociais e económicas que daí resultavam contribuíram para que a ocupação destas encostas de terrenos xistosos, ao contrário do que acontecia nas serras do Norte de Portugal, fosse essencialmente periférica até ao século XVI. Até aí, só nos meses mais quentes é que os habitantes desses povoamentos, que se distribuíam nos sopés das montanhas e que mesmo assim mal davam para “*sustentar uma dezena*”, conseguiam um suplemento às suas colheitas e fainas agrícolas com os recursos oferecidos pelas serras, e que derivavam desde fruta e mel, a pasto para o gado e caça. As serras só começaram a propiciar um estado de permanência quando foi introduzido o milho americano que, sendo pouco exigente, lograva despontar nas condições rígidas

Concelho	Número de população					Taxa de crescimento	Índice de envelhecimento	Densidade Populacional
	1950	1970	1991	2011	2016	1950-2016	2016	2016
Arganil	21.736	15.410	13.926	12.105	11.317	-47,93	280	34
Alvaiázere	14.950	11.165	9.306	7.272	6.789	-54,59	340,1	42,3
Ansião	18.309	14.905	14.029	13.101	12.449	-32,01	255,6	70,7
Castanheira de Pera	6.330	4.540	4.442	3.164	2.736	-56,78	398,3	41
Figueiró dos Vinhos	12.300	8.760	8.012	6.148	5.757	-53,2	337,5	33,2
Pedrógão Grande	8.955	4.960	4.643	3.891	3.516	-60,74	288,9	27,3
Góis	11.103	6.540	5.372	4.230	3.936	-64,55	303,2	14,9
Pampilhosa da Serra	14.800	9.065	5.797	4.469	4.112	-72,22	554,4	10,4
Penela	10.525	7.745	6.919	5.953	5.556	-47,21	264,3	41,2
Oleiros	15.137	12.620	7.767	5.698	5.197	-65,67	614,4	11
Sertão	28.623	22.670	18.199	15.852	14.983	-47,65	244,2	33,5
Total	162.768	109.315	98.412	81.883	76.348	-53,09	-	-
Centro	-	-	-	-	-	-	188,5	79,6
Portugal	-	-	-	-	-	-	150,9	111,8

Fig. 40. Tabela de dados sobre a população local (INE)

que a altitude proporcionava (Daveau, 1995, p. 114) Este processo de ocupação de zonas mais altas, já iniciado com os deslocamentos temporários, deu origem a vários lugarejos que se foram despoitando e multiplicando ao longo das encostas, “*como se vê no complemento de Cimeiras, do Meio, Fundeiras, apostos a tantos deles*” (Ribeiro, 1991, p. 108). As novas possibilidades de sustento permitiram um aumento da densidade populacional, que teve o seu auge nos anos 40 do século XX, e, a partir daí, foi sempre decrescendo, como reflexo das transformações sociais e económicas que, ainda no século XIX, haviam sido desencadeadas e que já foram aqui referidas (Daveau, 1995, p. 114).

Os dados estatísticos mais atualizados (Fig. 40) indicam que a densidade populacional da área afetada varia essencialmente entre 10,4 hab/km², em Pampilhosa da Serra, e 42,3 hab/km², em Alvaiázere, num intervalo contrastante com o valor médio nacional² de 110,1 hab/km² - mesmo considerando a exceção

² Todos os valores apresentados são referentes ao universo de Portugal e Ilhas.

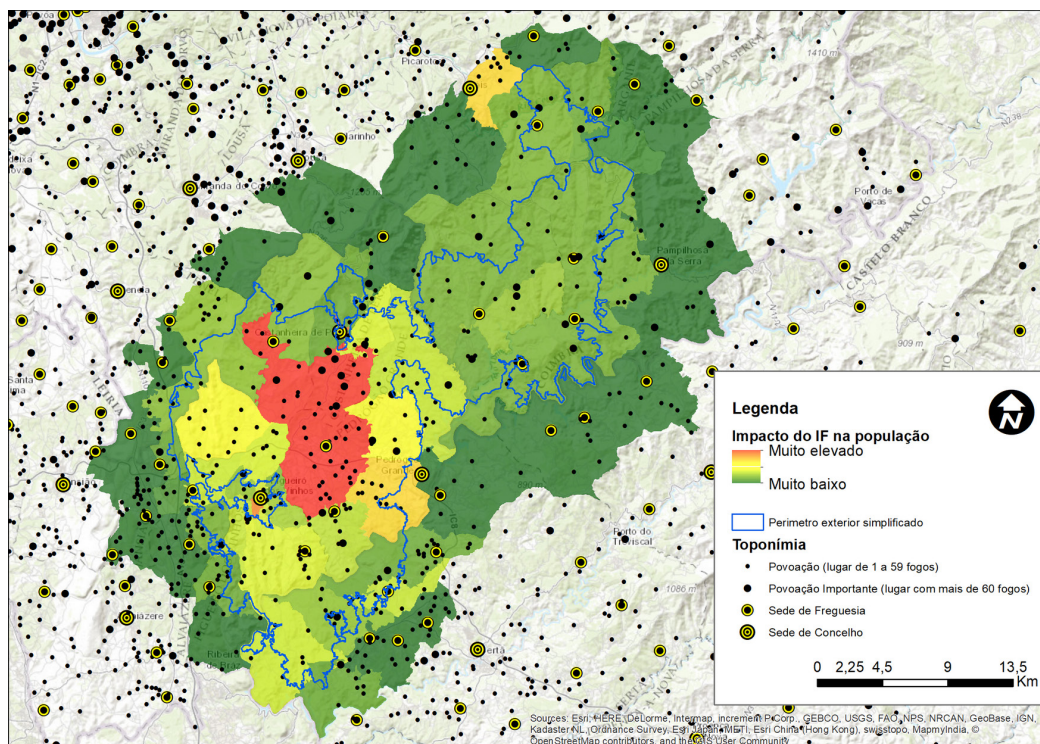


Fig. 41. A rede de ocupação populacional e o tamanho dos povoaamentos na área afetada pelos Incêndios (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 188)

do valor de 70,7 hab/km² referente ao concelho de Ansião. A tendência progressiva de decréscimo de população foi contribuindo para o aumento do índice de envelhecimento³ que, ao variar entre 244,2, em Sertão, e 614,4, em Oleiros, é também muito díspar da realidade nacional em que o valor médio é de 153,9. Estes valores demonstram que, apesar das diferentes estratégias de urbanização que possam ter sido direcionadas para estes territórios, a desigualdade demográfica entre o litoral e o interior, assim como as suas consequências, são ainda uma realidade nacional.

O padrão de ocupação da área abrangida pelos incêndios é marcado por uma densa rede de núcleos populacionais (Fig. 41) que, na sua maioria, integram menos de 60 fogos e dependem dos serviços das

3 Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, o índice de envelhecimento é a “Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).” (Instituto Nacional de Estatísticas)

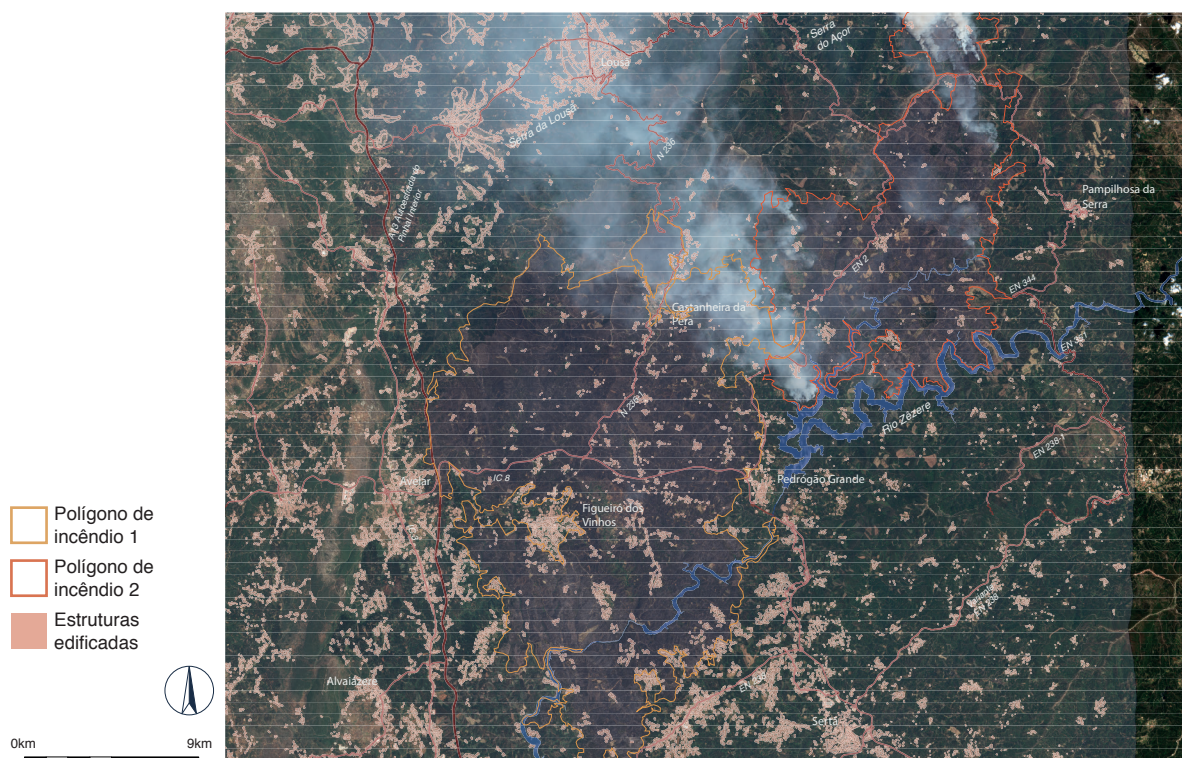


Fig. 42. O padrão de ocupação territorial da área afetada pelos incêndios (Autora)

correspondentes sedes de concelho. No Polígono 2 e na área a norte da IC8 do Polígono 1 dominam núcleos populacionais mais pequenos, muitos destes com um número de fogos da ordem das duas dezenas. Principalmente na área compreendida entre a A13, a IC8, a N236 e a Serra da Lousã, os povoamentos, além de serem muito pequenos, definem uma malha menos densa, fruto do maior afastamento entre si, se comparados com as outras áreas da zona em estudo. A sul, na extensão do vale do rio Zêzere que foi afetada, os povoamentos são maiores, devido à geomorfologia do terreno que, apresentando aqui declives menos acentuados, permite uma maior extensão territorial. Destacam-se ainda três sedes de município, nomeadamente Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, que se inserem dentro da área afetada e foram ameaçadas pelo fogo até aos seus limites; e Pedrógão Grande, pela proximidade com a área ardida (Fig. 42).

Além do espaço natural ardido, várias estruturas e infraestruturas construídas foram arrasadas pelos incêndios. Os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos reúnem entre

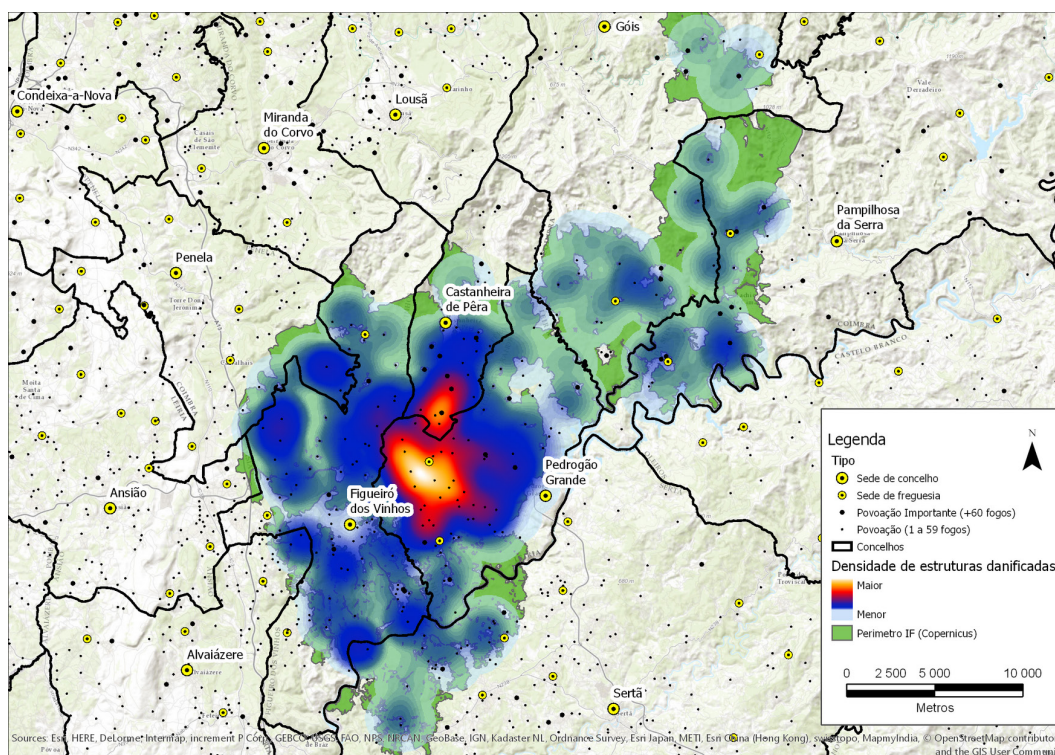


Fig. 43. Densidade das estruturas danificadas (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 169)

si mais de 90% das estruturas danificadas, destacando-se o primeiro com um valor superior a 600 e os outros dois com cerca de 170 cada um. Estas estruturas concentram-se numa área onde dominam pequenos núcleos populacionais com menos de 60 fogos e que se inscreve na sua essência na área ocupada pelo triângulo geométrico que tem as três sedes de municípios como vértices (Fig. 43). De todas as estruturas sinalizadas ao longo dos levantamentos, cerca de 12% das estruturas ardidas foram referenciadas como habitações secundárias – apesar de se admitir que esse número possa ter crescido substancialmente, tal como o de habitações permanentes, que inicialmente foram identificadas 139, mas, com a atualização dos dados, constata-se que são 265 (Fundo REVITA, Abril de 2018).

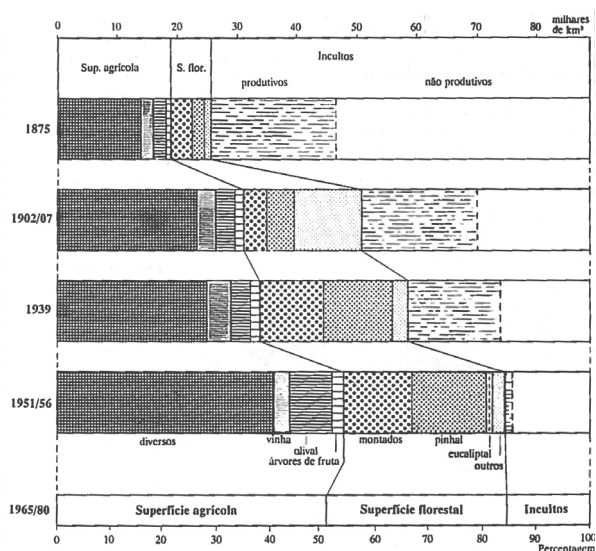


Fig. 44. Evolução dos grandes tipos de utilização do solo (Daveau, 1995)

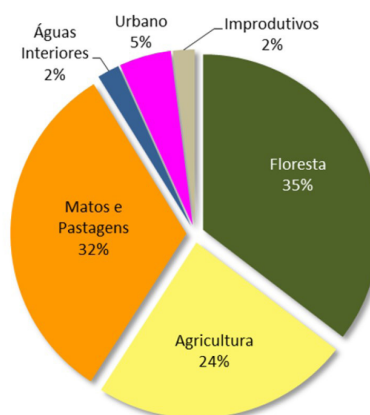


Fig. 45. Distribuição dos usos do solo em Portugal Continental em 2010 (ICNF, 2010, p. 7)

O recente alastrar da floresta

A primeira avaliação numérica dos grandes tipos de ocupação do solo português, que data de 1875, revela que até aí a superfície agrícola não dominava ainda um quinto da área total do território, mas que, até à segunda metade do século XX, sofreu uma evolução mais ou menos constante, e atingiu o seu auge na segunda metade dos anos 50, quando representava cerca de 55% do área território nacional. A partir desta data, o aumento das movimentações para as grandes áreas urbanas obrigou a população que permanecia nas zonas rurais a definir novas estratégias de rendimento (Fig. 44) (Daveau, 1995).

A chegada das indústrias de papel e madeira ao interior do país começou a difundir a plantação de espécies florestais, cuja atividade, além de se revelar uma manutenção mais simples do que a agricultura, representava maior rendimento económico, rapidez de produção, e podia ser implementada em solos onde a atividade agrícola não vingava, aumentando as áreas de possível exploração.

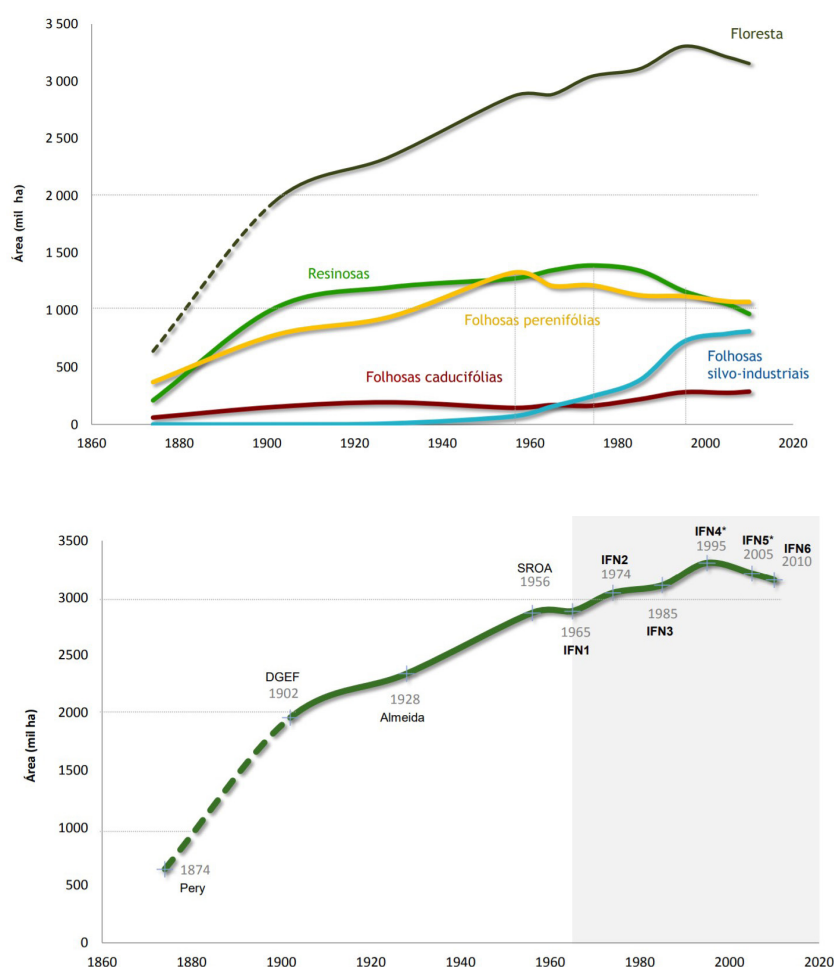


Fig. 46. Evolução histórica da área da floresta (Uva, 2015, p. 12 e 13)

O pinheiro-bravo e o eucalipto, que são as duas espécies mais predominantes da atual área florestal portuguesa, começaram a ser disseminadas essencialmente a partir da segunda metade do século XIX, devido às necessidades impostas pelos caminhos-de-ferro. A história das florestas portuguesas começou, no entanto, no reinado de D. Afonso III (1248-79), quando este mandou plantar o atual Pinhal de Leiria – ou Pinhal Del’Rei, nessa época -, tendo sido essencialmente implantado durante o mandato de D. Dinis I (1279-1325), a quem lhe é atribuída a sua extensão atual.

Em 2010, segundo o 6º Inventário Florestal Nacional (IFN6), a agricultura representava apenas 24% da área total de Portugal, enquanto que a área florestal ocupava 35%, e os matos e as pastagens 32% (Fig. 45). Apesar da floresta continuar a dominar a área total de Portugal, a sua máxima extensão foi sinalizada no ano 1995, a partir do qual começou a diminuir. Desde a introdução do eucalipto, este esteve quase sempre presente em menor quantidade do que o pinheiro-bravo, até 2005, quando passou a dominar a área florestal (Fig. 46).



Fig. 47. Evolução percentual do uso do solo no último século no Pinhal Interior Norte (à esquerda) e no Pinhal Interior Sul (à direita) (CTI, 12 de outubro de 2017, p. 45 e 46)

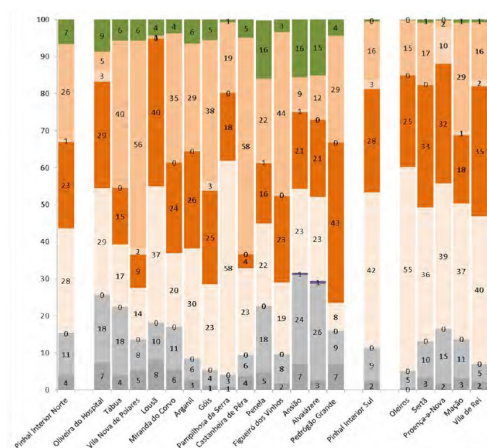


Fig. 48. Ocupação dos diversos tipos de solos por concelho das regiões PROF Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul (CTI, 12 de outubro de 2017, p. 47)

Evolução na área afetada pelo Complexo de Incêndios

Nas duas regiões PROF atingidas pelo Complexo de Incêndios, nomeadamente o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul, o recuo da área agrícola começou a sentir-se um pouco mais tarde do que no contexto nacional, durante os anos 70 do século XX, assim como a diminuição da área florestal, tendo-se revelado apenas no IFN5 (2004-2006), no Pinhal Interior sul, e no IFN6 (2010-2013), no Pinhal Interior Norte (Fig. 47). À semelhança do que acontece nas regiões PROF onde se inserem, o território pertencente aos concelhos atingidos pelo Complexo de Incêndios é largamente dominado por espaço florestal (Fig. 48). Este, por causa da continuidade espacial que as plantações de eucaliptos e pinheiro bravo lhe conferem, marca a paisagem com uniformidade e monotonia. Atualmente, a agricultura tem uma expressão pouco significativa na paisagem e restringe-se às cinturas dos núcleos populacionais e bases das encostas; está associada a uma policultura composta principalmente por espécies permanentes como o olival e alguma vinha (Universidade de Évora - Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, junho de 2004, p. 200).

Prejuízos		Valor
A. DANOS IMEDIATOS E RESPOSTA DE EMERGÊNCIA		193 289 791 €
Habitação particular	1.ª habitação (169 casas), 2.ª habitação (205 casas) e devolutas (117 casas)	27 679 995 €
Floresta	Medidas estabilização de emergência, maquinaria e equipamento (privado) (43.2 mil ha ardidos)	83 049 089 €
	Limpeza de linhas de água	1 000 000 €
Atividades económicas	Indústria (49 empresas afetadas) (reposição da atividade económica e apoios à redução temporária dos períodos normais de trabalho ou pela suspensão dos contratos de trabalho)	31 196 600 €
Agricultura	Restabelecimento do potencial produtivo (2.018 agricultores afetados)	21 567 697 €
Infraestruturas e equipamentos municipais	Caminhos municipais, estradas municipais, arruamentos urbanos, segurança rodoviária, edificações/construções municipais, viaturas e outros veículos municipais, equipamento urbano complementar, sistema de distribuição pública de água, equipamento municipal de lazer	21 709 447 €
Rede viária nacional	Reestabelecimento das condições de segurança rodoviária (IC8, EN236-1, ER2, ER347, outras - EN2, EN344, EN112, A13, EN237)	2 586 963 €
Proteção civil	Proteção Civil (mobilização de meios de combate aos incêndios)	4 500 000 €
B. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA		303 523 486 €
Floresta	Arborização/ rearboreção	58 523 486 €
	Projeto piloto de gestão florestal	100 000 000 €
Relançamento da Economia	Diversificação de investimento	70 000 000 €
	Valorização de recursos endógenos	30 000 000 €
	Dinamização do Turismo	25 000 000 €
Prevenção e gestão de riscos	Resiliência do território e das comunidades (medidas de prevenção aos incêndios / proteção civil)	20 000 000 €
Total global		496 813 277 €

Fig. 49. Primeira estimativa de danos e necessidades sinalizados pela CCDR-C (CCDR-C, 30 de junho de 2017, p. 18)

O complexo de incêndios

Da Avaliação de danos

A 30 de junho de 2017, uma semana depois dos incêndios terem sido completamente extintos, a CCDR-C apresentava as primeiras avaliações de danos e necessidades, e definia, em termos gerais, algumas linhas de ação - assim como as possibilidades do seu financiamento - que começavam a esboçar o planeamento da recuperação das áreas afetadas (Fig. 49).

Os trabalhos de levantamento de danos foram realizados por equipas multidisciplinares constituídas por elementos da CCDR-C, da Câmaras Municipais, o IHRU, o Instituto de Segurança Social, a Proteção Civil e outras entidades⁴, das quais se destaca a EDP pela relevância que tem no desenvolvimento do

⁴ Estas equipas foram apoiadas por outras entidades públicas e privadas como a Infraestruturas de Portugal, a IAPMEI, a Turismo de Portugal, a Direção Regional de Agricultura Centro, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, os

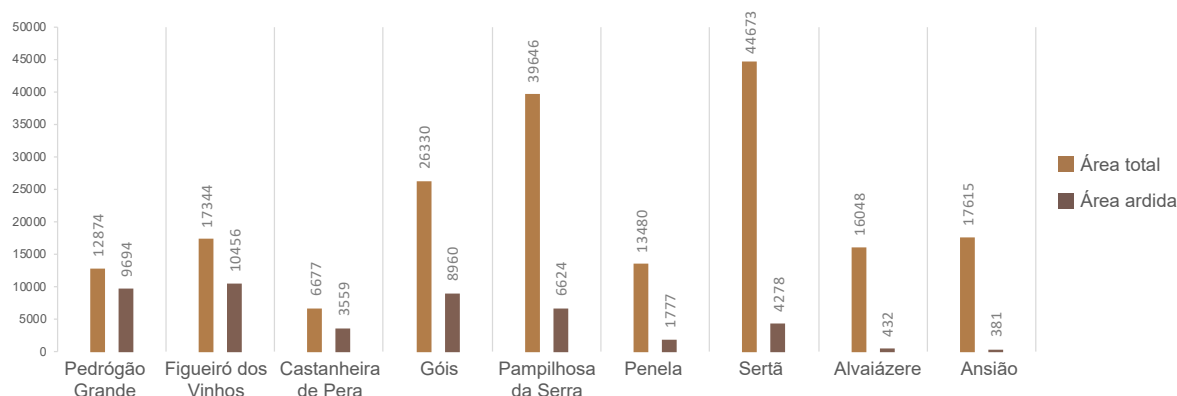


Fig. 50. Total da área ardida por concelho (ICNF)

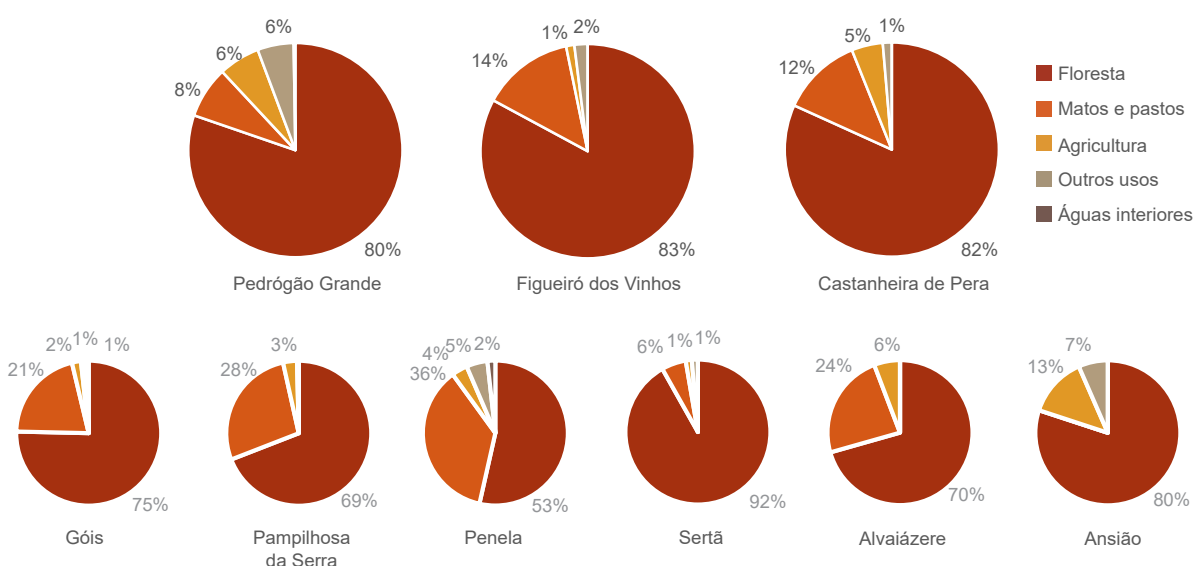


Fig. 51. Uso do solo da área ardida por concelho (ICNF)

processo de construção das habitações permanentes. Vários trabalhos posteriores foram necessários para identificar e sinalizar com mais detalhe as reais necessidades sentidas e recolher informação sobre os requerentes para que o processo de implementação de apoios pudesse ser planeado com rigor. No entanto, esta primeira avaliação dava conta da escala quantitativa dos danos e permitia estimar a quantidade de recursos que eram necessários mobilizar para assegurar a concretização desses apoios. Desses dados destacam-se: i) 46.161 ha ardidos; ii) 491 habitações danificadas, que se distinguem em “1ª habitação”, “2ª habitação” e “devoluta” – revelando já o estabelecimento de critérios; iii) 49 empresas e 2.018 agricultores afetados (CCDR-C, 30 de junho de 2017).

O complexo de incêndios arrasou 46.161 ha e, relacionando a área total de cada concelho com a percentagem desta que ardeu, pode concluir-se que o concelho de Pedrógão Grande foi o mais afetado,

Fuzileiros Navais da Marinha Portuguesa, a Administração Regional de Saúde do Centro, e ONGs (CCDR-C, 30 de junho de 2017, p. 15 e 16).

com 75% da sua área total ardida, ou seja, 9.694 ha. Seguiu-se Figueiró dos Vinhos, com 60% referentes a 10.456 ha; e Castanheira de Pera, com 53% referentes a 3.559 ha. Destacam-se ainda os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra e Sertã, que, apesar de resultarem como menos afetados desta análise, sofreram danos numéricos superiores a Castanheira de Pera com, respetivamente, 8.960 ha, 6.624 ha e 4.278 ha ardidos (Fig. 50).

Em todos os concelhos afetados, mais de 50% do que ardeu é referente a área florestal e chega a corresponder a 80%, 83% e 82% da área ardida em Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, respetivamente. As áreas cobertas com matos e pastos são as segundas mais afetadas também em todos os concelhos e a proporção destas na área total ardida de cada concelho varia entre 6% e 36%, em Penela e na Sertã, respetivamente. A área ardida correspondente a agricultura tem uma expressão menos significativa do que estes dois tipos de uso do solo e varia entre 1% e 6% da área ardida, em Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, respetivamente (Fig. 51). Do valor total da área ardida, 76% são relativos a área florestal, 18% a matos e pastos e apenas 3% a agricultura.

As causas

No sentido de apurar responsabilidades sobre as causas dos Incêndios, e ainda no decorrer destes, o Primeiro-Ministro António Costa encomendou um relatório a uma equipa do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial, ligada ao Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (CEIF-ADAI), para analisar de forma independente, autónoma e sem interferência externa *“as condições de ocorrência, início e propagação do incêndio”* e o contexto dos acidentes mortais. O relatório contribuiu ainda com uma avaliação dos danos nas estruturas e com recomendações para *“suportar a tomada de decisões por parte das autoridades (...) e se melhorar o sistema para o futuro.”* (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 17). Outra iniciativa a destacar é a Lei nº 49-A/2017, de 10 de julho, em que a Assembleia da República decretou a criação de uma Comissão Técnica Independente (CTI), que, sem poder *“solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas”* tinha o encargo de realizar uma avaliação das atuações de todas os agentes envolvidos no combate aos incêndios e uma análise das origens, características e dinâmicas destes, e da qual resultassem conclusões e recomendações pertinentes para o futuro nas áreas de prevenção e combate, além das *“que se prendem com o ordenamento florestal na área afetada.”* (“Lei nº49-A/2017, de 10 de julho,”).⁵

5 Destaca-se ainda a importância de outros documentos de análise que foram sendo produzidos após os primeiros dias de, como o “Relatório sobre as Condições Meteorológicas associadas ao incêndio de Pedrógão Grande de 17 de junho de 2017” realizado pelo IPMA e solicitado também pelo Primeiro-Ministro; o “Relatório Extraordinário Provisório de Incêndios Florestais de 2017”, de 22 de junho, do ICNF; e o “Relatório de Incêndios da Região Centro – de 17 a 21 de junho”, realizado pela CCDR-C, realizando a primeira estimativa dos danos e a apresentação das fontes de financiamento que permitiriam satisfazer as necessidades reconhecidas.

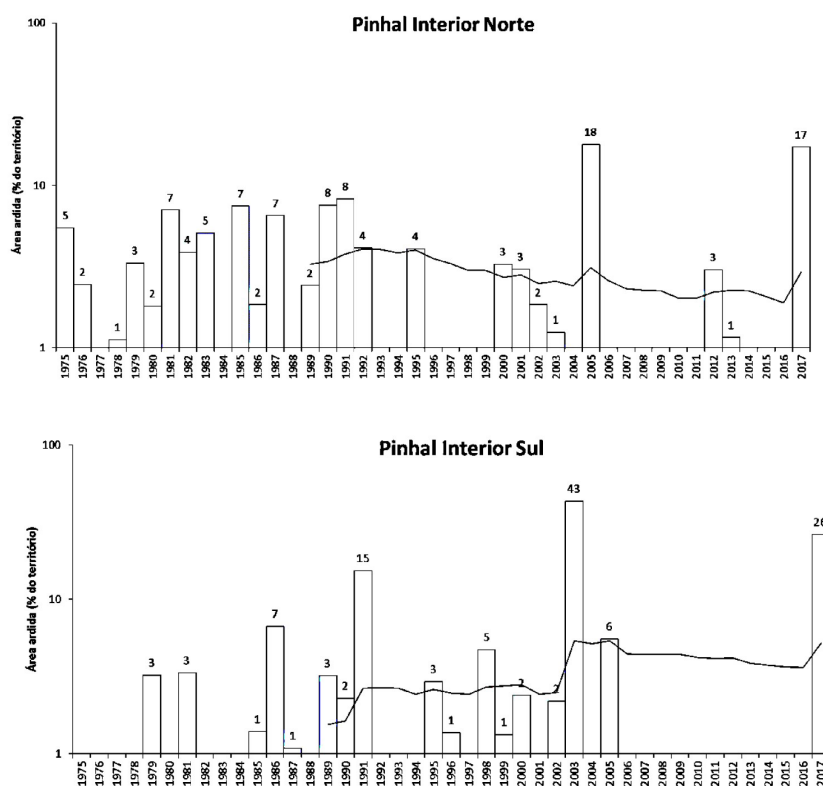


Fig. 52. Total da área ardida no Pinhal Interior Norte (em cima) e no Pinhal Interior Sul (em baixo) desde 1975 até 2017 (CTI, 12 de outubro de 2017, p. 50)

Quanto às causas, os relatórios dão conta das seguintes suspeitas que se levantaram: i) fogo posto; ii) uma descarga elétrica provocada por trovoadas secas; iii) e uma descarga elétrica resultante do contacto entre uma linha de média tensão e vegetação. A primeira hipótese foi descartada com base em testemunhos e experiências de pessoas locais e/ou presentes no terreno aquando do incêndio, e a segunda nas conclusões do estudo científico realizado pelo IPMA que, apesar de confirmar a existência de instabilidade atmosférica na área abrangida pelo incêndio, considerou que tinha havido “*uma probabilidade baixa, não nula, de ocorrência de descargas nuvem-solo na proximidade do local de início do incêndio de Pedrógão Grande.*” (IPMA, 30 de junho de 2017, p. 34). A terceira causa referida foi, então, a que se apresentou como mais provável, dadas as “*evidências testemunhais e sinais no terreno*” registados e analisadas pela equipa do CEIF-ADAI e que davam conta da recorrência de anomalias relacionadas com essa linha de média tensão, que estava inclusive sem revestimento de segurança (CEIF-ADAI, outubro

de 2017). Não deixa, no entanto, de ser salientado pelas entidades encarregues pela análise dos incêndios que a escala das suas consequências foi derivada da conjugação de vários fatores que não se prendem apenas com a razão da sua ignição, e que são de cariz natural, como as condições meteorológicas que concorriam para o já elevado risco de incêndio, e humanos, como possíveis casos de negligência por parte de entidades responsáveis pela prevenção e combate dos incêndios.

“A plantação de eucaliptos tem sido feita, por todo o País, indiscriminadamente sem se atender à excessiva extensão dos povoamentos, à natureza dos solos, às circunstâncias fisiográficas e ecológicas em que se realiza e às repercussões sociais que motiva. (...) Em muitas zonas do interior, devido à plantação de eucaliptos, diminuiu a produção dos alimentos de consumo local e emigrou muita da mão-de-obra agrícola e da construção civil.” (Telles, 2016, p. 61)

Em 1986, Gonçalo Ribeiro Telles apresenta, como deputado independente do PPM, o Projeto de Lei nº117/IV, de “Condicionamento da cultura do eucalipto”. Nesta proposta, o arquiteto paisagista dava conta das consequências que a disseminação extensiva e descontrolada desta espécie havia causado: *“A Erosão dos solos; A diminuição da recarga dos lençóis aquíferos subterrâneos; O aumento da torrencialidade das águas de escoamento superficial; o despovoamento dos campos, serras e aldeias.”*. Além da fragilização das dinâmicas económicas e sociais deste *interior* português, o arquiteto apontava o perigo de incêndio como outro dos riscos que a monocultura florestal representava. Apesar de, nos últimos doze anos, as duas zonas PROF em estudo terem sofrido poucas ocorrências, é possível comprovar que o Complexo de Incêndios de junho não é, no entanto, um evento singular na sua história (Fig. 52). Pelo contrário, essa diminuição contribuiu para a acumulação de combustível que facilmente, com condições meteorológicas adversas – como foi o caso – desse origem a um incêndio de grande intensidade (CTI, 12 de outubro de 2017, p. 50).

Os resultados das avaliações de danos do Complexo de Incêndios não foram, então, surpreendentes para Gonçalo Ribeiro Telles, nem para o resto da comunidade científica que, a partir de diferentes áreas, já havia reconhecido o desequilíbrio social e ecológico que esta espécie estava a causar. Os relatórios produzidos pelas equipas da CTI e do CEIF-ADAI, entre outras medidas de combate aos incêndios, também reconheceram a necessidade de atuar no ordenamento do território. Por exemplo, numa perspetiva de *“pensar global e atuar local”*, a equipa da CTI alerta para a necessidade de definir uma Estratégia Florestal Nacional *“enquadradora”*, na qual os PROF – cujas metas têm de ser revistas – devem repercutir-se de forma mais efetiva nos Planos Diretores Municipais (CTI, 12 de outubro de 2017, p. 164). Ainda a outra escala, a equipa realça a necessidade de estabelecer estratégias de gestão das propriedades privadas que dominam o mosaico territorial – as florestas de gestão pública representam uma proporção quase insignificativa da área total florestal – e que Álvaro Domingues define

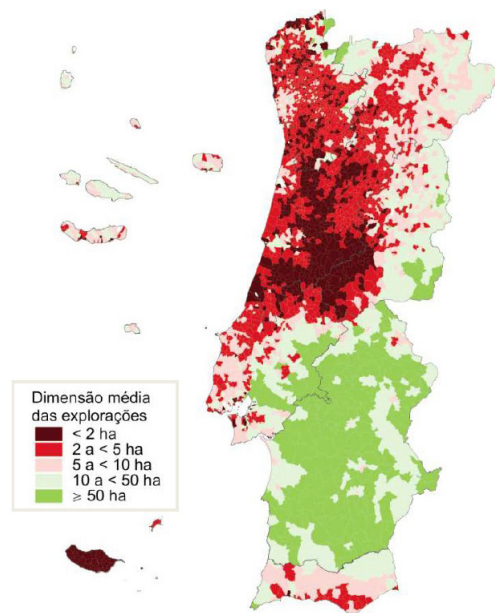


Fig. 53. Dimensão média das explorações agrícolas (Recenseamento agrícola 2009, 2011, p. 3)

como “*extremamente complexo*” (Domingues, 26 de outubro de 2017) devido à multiplicidade de proprietários que, na sua maioria tem explorações com menos de 2ha e sem cadastro (Fig. 53).

“*Das cinzas desta Fénix não se sabe que coisa renascerá, talvez outro incêndio assim que reverdeça o mato e o Verão venha seco e prolongado.*” (Domingues, 2011, p. 163)

A definição da circunstância de atuação do caso de estudo revela dinâmicas sociais fragilizadas cujas causas remetem para as *root causes* e as *dynamic pressures* que construíram a *progressão da vulnerabilidade* das pessoas afetadas pelo Complexo de Incêndios. As motivações de um rápido desenvolvimento económico e tecnológico impulsionaram dinâmicas de movimentação da população e um investimento desigual entre as áreas urbanas e rurais que culminaram em condições físicas

instáveis que, representando um desequilíbrio ecológico, aumentam o risco de desastre. Apesar de não se desenvolver diretamente nesta dissertação o tema relativo ao ordenamento do território que está implícito à vulnerabilidade não só dos habitantes dos lugares afetados pelos Incêndios, mas de todos os portugueses que se encontram em situações de semelhante risco, reconhece-se que um processo de desenvolvimento integral não será possível se não forem definidas estratégias que voltem a reestabelecer o equilíbrio da paisagem e que, segundo a definição que Aurora Carapinha faz desta, permitam que seja novamente “*expressão da existência e forma de representação, no espaço e no tempo, da relação que o homem estabeleceu com a Natureza.*” (outubro 2015, p. 14). Apesar do pequeno impacto imediato que uma geração possa ter sobre a paisagem, a intervenção de cada uma, como parte de um processo coletivo em constante transformação, será inevitavelmente condicionadora da circunstância futura. Há, por isso, uma responsabilidade implícita a todos os seus intervenientes de atuar com consciência sobre as marcas que aí deixará. Estas, como materialização dos objetivos e processos de implementação de desenvolvimento de cada um, não devem limitar ou esgotar as necessidade e possibilidades futuras que são, não só de sobrevivência, mas de expressão de uma identidade.

Com foco no papel que o arquiteto assume no processo de recuperação das habitações permanentes, não se deixa, no entanto, de analisar em que medida cada intervenção pode ser entendida como ação *integrada* de um processo de desenvolvimento.

Caracterização da situação habitacional após o Complexo de incêndios

Principalmente a partir do dia 18 de junho, iniciava-se a fase de emergência, com a chegada ao terreno de várias entidades que se disponibilizavam para assegurar bens e prestar serviços de primeira necessidade às pessoas afetadas. Diversas medidas em termos de proteção, saúde e a nível social foram sendo tomadas, sob a coordenação da CCDR-C, e em colaboração com várias entidades públicas, como o ISS, IP., os serviços de Saúde Pública, o INEM, a GNR, a Proteção Civil e as autarquias locais; e entidades privadas sem fins lucrativos com experiência em situações de emergência, e que se fizeram presentes por iniciativa própria, como a Cáritas, ou como resposta a pedidos de auxílio por parte dos municípios ou outras entidades públicas, como a Médicos do Mundo e a Cruz Vermelha. Durante a fase inicial de maior urgência, vários cidadãos contribuíram também como voluntários, associados a alguma entidade privada sem fins lucrativos ou de forma independente.

A mobilização dos bens de primeira necessidade como água, comida, roupa e medicamentos foi conseguida essencialmente através de movimentos de solidariedade que foram surgindo por parte de entidades de todas as naturezas – seja pública ou privada, individual ou coletiva, nacional ou estrangeira. A partir destes, também foram garantidos outros bens, como ração, animais e sementes, destinados a quem dependia desses recursos como economia de subsistência; eletrodomésticos e mobiliário, que se previam necessários na fase de reconstrução das habitações afetadas; a prestação de serviços de

construção e fiscalização; e donativos em dinheiro – estes foram transferidos diretamente para contas bancárias criadas para o efeito, ou angariados segundo estratégias como o concerto “Juntos por Todos”⁶.

A destruição de várias habitações acresceu ainda a necessidade de providenciar alojamento temporário. Estima-se que das 265 primeiras habitações afetadas possa ter resultado um número de agregados familiares desalojados que se compreende entre 111 e 176 (Fundo REVITA, Abril de 2018, p. 7).⁷ Considerando a baixa densidade populacional das áreas afetadas e a dominância de núcleos populacionais que não ultrapassam os 60 fogos – havendo mesmo casos onde nem alcançam os 20 fogos –, admite-se que é um número significativo à escala local, mesmo tendo em conta o valor mais reduzido (111). As questões materiais que estão associadas à disponibilização e/ou construção de abrigos temporários – como a mobilização de recursos materiais, financeiros e humanos – não foram, no entanto, contempladas neste caso em estudo: a totalidade das pessoas que ficaram com a sua casa inabitável depois incêndio foi alojada em espaços já existentes. Da recolha de informação que foi feita, podem-se identificar três tipologias de espaços que serviram como alojamento temporário: i) a casa de familiares ou amigos; ii) espaços municipais que se encontravam disponíveis – e que podiam ter originalmente outras funções além de habitação, como escritórios; iii) e instituições privadas de acolhimento, como lares ou centros geriátricos. Reconhece-se que a reação, tanto dos municípios como de outras entidades, em responder utilizando os recursos existentes permitiu não só colmatar com celeridade e eficácia a necessidade que se sentia, mas também evitar o gasto de recursos materiais e financeiros que podiam ser direcionados para a construção das habitações permanentes.

Não havendo informação referente a cada um dos alojamentos temporários, não se pode retirar conclusões sobre as condições de conforto e bem-estar físico que estes espaços providenciaram, mas admite-se que a configuração espacial e a qualidade material das soluções encontradas deveria apresentar benefícios se comparadas com estruturas temporárias. Considerando o entendimento de *casa* realizado anteriormente, importa salientar que a sua condição de abrigo foi, então, colmatada, mas o seu significado como espaço de expressão própria do habitante pode não ter sido (e provavelmente não foi) conseguido. Os novos alojamentos podem até ser espaços de possível apropriação e criação de novas rotinas, mas a expectativa e/ou a certeza de que será uma solução temporária pode dificultar a construção da casa como espaço de reflexão da identidade do seu habitante.

6 Esta iniciativa contou com o apoio de vários artistas portugueses e decorreu a 27 de junho de 2017. O dinheiro angariado reverteu para um fundo que a União das Misericórdias Portuguesas estava a gerir.

7 Na falta de dados, estimou-se o intervalo de valores a partir das seguintes informações:

111, que é o número de primeiras habitações que necessitou de uma reconstrução total, de custo superior a 25.000€;

176=111+65, onde 65 representa o número de primeiras habitações que necessitou de uma reconstrução de custo compreendido entre os 5.001€ e os 25.000€ e que podem ou não ter sido reconstruções totais.

2.2. Os Instrumentos de atuação disponibilizados e as suas possibilidades

Depois de definida a circunstância de atuação, apresentam-se três instrumentos, que foram criados por entidades distintas, e que surgem como ferramentas de organização e celeridade que têm aplicação em diferentes vertentes do processo de reconstrução das habitações permanentes. Como se verá em seguida, nem todos os instrumentos foram utilizados total ou parcialmente pelo Ateliermob, mas, tendo sido aplicados por outras entidades, permitem contextualizar a sua colaboração dentro da rede de atores intervenientes e apresentar outras possibilidades de atuação que surgiram ao longo do processo. Apesar dos instrumentos serem definidos e analisados essencialmente a partir daquilo que podem influir no contributo do arquiteto, a sua utilização e abrangência não são exclusivas a este profissional e, pelo contrário, estas ferramentas definem políticas e possibilidades de atuação que pretendem facilitar a colaboração entre os diversos atores intervenientes.

1 - Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA

O primeiro passo do processo que visa a construção de novas habitações surgiu com a iniciativa de várias entidades de reverter para esse fim os fundos financeiros⁸ que haviam criado a partir da receção de distintas doações. A necessidade de definir uma estratégia para a implementação dos apoios existentes levou o Governo a assumir uma posição decisiva dentro do processo e a criar um instrumento de atuação, nomeadamente um regulamento, que define as políticas de gestão e funcionamento do fundo de gestão pública, denominado Fundo REVITA⁹. A última versão aprovada do Regulamento surge a 12 de julho de 2017, aproximadamente duas semanas depois da primeira avaliação de danos realizada pela CCDR-C, e cinco dias depois do REVITA ter sido promulgado no Diário da República¹⁰. Este foi o primeiro instrumento de atuação a ser disponibilizado e reconhece-se que, dada a circunstância, a sua formulação pode ser considerada célere, já que acabou por converter-se na base da estruturação das fases de preparação e planeamento dos processos de reconstrução das habitações.

Com o intuito de potenciar uniformidade entre todos os cursos de ação implementados, foram estabelecidas parcerias entre as entidades públicas e as entidades privadas que geriam os outros fundos - que são a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a SIC Esperança (SIC-E) e a Cáritas Diocesana de Coimbra (CDC) -, e que assentam no compromisso por parte destas de cumprirem as políticas estabelecidas pelo Regulamento do REVITA. Através de um registo de transparência, colaboração e repartição de responsabilidades, pretende-se que os parceiros contribuam com conhecimentos adquiridos em experiências precedentes, de carácter social e/ou em situações pós-catástrofe, para sinalizar e suprimir carências que surjam no desenvolvimento do processo, aumentando a sua celeridade e maximizando os esforços de todos os atores envolvidos (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017).

As principais políticas estabelecidas

Este instrumento de atuação prevê que os donativos do REVITA e dos fundos parceiros podem reverter para três tipologias de intervenção: i) a reconstrução ou reabilitação de habitações; ii) o respetivo apetrechamento destas; iii) e o *“apoio a outras necessidades devidamente identificadas (...) dirigidas às áreas e população afetadas pelos incêndios.”* (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 5). Apesar da terceira tipologia ser definida de forma muito ambígua no Regulamento, os

⁸ Os donativos aceites pelos fundos também podiam ter a forma de espécies de bens móveis ou a prestação de serviços (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 1), mas o seu valor centra-se essencialmente nos bens financeiros.

⁹ Apesar de ao longo do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, que estipula a criação do FUNDO REVITA, assim como no Regulamento de Gestão e Funcionamento deste, se referir apenas os municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, todos os concelhos afetados pelo complexo de incêndios foram incluídos na aplicação do REVITA e seus fundos parceiros. Os representantes de alguns municípios não referidos nos documentos demonstraram preocupação e medo por não serem incluídos, mas o Governo rapidamente esclareceu que os apoios em questão iriam abranger todos os concelhos afetados (TSF, 22 de junho de 2017).

¹⁰ O Decreto-Lei n.º 81-A/2017 previa que a elaboração e a aprovação do Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA deveria ser realizada pelo seu conselho de gestão num prazo máximo de 10 dias depois da sua nomeação.

relatórios de execução do REVITA e das entidades protocoladas revelam que os apoios em questão foram posteriormente destinados à *“recuperação da atividade dos produtores agrícolas e da agricultura de subsistência”*¹¹ (Fundo REVITA, setembro de 2017, p. 4). Quanto à prioridade de intervenção, as duas primeiras tipologias foram cingidas a habitações permanentes, e estabelecidas como prioritárias sobre os apoios agrícolas. Apesar destes ficarem dependentes da disponibilidade dos fundos depois da implementação dos apoios referentes às habitações (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 6 e 7), a sua consideração demonstra o reconhecimento do peso que a agricultura tem como meio de sustento para a comunidade afetada, e representa a possibilidade de apoiar o retorno de uma atividade que, tal como a casa e a vivência do seu espaço, é determinante na construção da memória mais pessoal dessas pessoas e que compõe o seu habitar.

Além dos Critérios de Intervenção referidos, também foram definidos Critérios de Seleção, que estabeleceram prioridades sobre os distintos perfis de beneficiários elegíveis para os apoios. Estes critérios contemplaram a situação económica dos habitantes, o agregado familiar, a presença de elementos considerados frágeis - como crianças, idosos e doentes -, e ainda a existência de encargos com o alojamento temporário (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 7).

Quanto à implementação dos apoios às habitações, o Regulamento prevê que as despesas a cobrir pelos fundos devem incluir todos os trabalhos intrínsecos ao desenvolvimento de um processo normal de desenho e construção de uma casa, e que são nomeadamente os trabalhos de demolição, os projetos de arquitetura e especialidades, a aquisição de materiais de construção, a realização das obras e a sua fiscalização, *“quando aplicável”* (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 5). Além destas especificidades, são apenas providenciados valores de referência máximos para os casos de reconstrução e reabilitação, de 840 euros + IVA por m² e 420 euros + IVA por m², respetivamente (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 5).

As políticas aqui destacadas são as que influenciam de uma forma mais direta a intervenção do arquiteto, no entanto, reconhece-se que este Regulamento teve um papel determinante na definição de uma estratégia de candidatura e aprovação dos apoios, a partir da qual se deu início ao processo de recuperação de cada uma das habitações.

A rede de atores intervenientes: estrutura e funções

Além de se entender que as múltiplas entidades que foram sendo mencionadas até aqui foram os primeiros atores intervenientes - mais ou menos diretos - do processo em estudo nesta dissertação, reconhece-se que foi a criação e a implementação do Regulamento do REVITA que consolidou a rede de atores intervenientes que hoje se pode identificar, pois propulsionou o cruzamento das distintas ações já em curso e encaminhou não só as ações futuras, mas também a integração dos restantes intervenientes. Com a análise desta rede de relações, pretende-se definir como é que o arquiteto aí se enquadra.

¹¹Esta tipologia de intervenção concretiza-se com o pagamento de subsídios (Fundo REVITA, Janeiro de 2018, p. 3).

Equipa de Intervenção REVITA

Os atores que se sinalizam porque a sua intervenção neste processo foi motivada diretamente pelo Regulamento são os que compõem a Comissão de Gestão e a Comissão Técnica do Fundo REVITA, cuja constituição está prevista no documento em causa, e que são representativas do setor público, a nível nacional, regional e local.

A Comissão de Gestão do Fundo REVITA é composta por: i) um representante do Instituto da Segurança Social (ISS), ii) um representante das câmaras municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, iii) e um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB). As principais funções destes elementos prendem-se com a definição das políticas de funcionamento, adesão e atribuição do fundo, e a organização do seu processo técnico e contabilístico (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 1 e 2).

Por sua vez, a Comissão Técnica é composta por: i) elementos das câmaras municipais dos concelhos afetados, ii) três elementos da CCDDR-C, iii) e dois elementos da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) (Conselho de Gestão do Fundo REVITA, 12 de julho de 2017, p. 14). Como o título da comissão indica, estes elementos são responsáveis por encargos mais técnicos, através dos quais são responsáveis por “*garantir a uniformidade e equidade na atribuição dos apoios*”, não só de financiamento através do REVITA, mas de todos os fundos parceiros. Dentre outras funções que possam ter desempenhado, os elementos da Comissão Técnica foram responsáveis pela construção de uma base de dados, contactos e diretrizes a partir das quais as entidades privadas puderam dar início às suas intervenções no terreno. Esta construção corresponde a uma Fase de Preparação e Avaliação, que se inicia com o processo de levantamento e avaliação de danos (já mencionado, e que começa ainda antes da definição do REVITA e do seu Regulamento); prossegue com a formalização, administração e instrução dos pedidos de apoio; a consequente necessidade de confirmar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e prioridade referentes a todas as casas e aos seus habitantes; e culmina na criação de Listas de Identificação ¹²dos casos, que foram posteriormente distribuídas entre as distintas entidades encarregues pelo processo de desenho, a partir da terceira semana de julho, aproximadamente um mês depois do incêndio, e a marcar o início da Fase de Planeamento e Reconstrução. Durante esta fase, a Comissão Técnica tem contribuído ainda com a prestação de apoio logístico às entidades responsáveis pelo processo de desenho e construção das habitações, referente a questões burocráticas intrínsecas ao seu desenvolvimento num contexto normal ou específicas da circunstância em questão.

Quanto ao Fundo em si, que deveria financiar as “*habitações com um perfil de intervenção mais exigente*” (Fundo REVITA, Janeiro de 2018, p. 6), apesar de ser gerido pela Comissão de Gestão, a sua implementação não ficou a cargo da Comissão Técnica, pois o reduzido número de técnicos pertencente a cada município tornava impraticável a execução por parte destes dos projetos de todas as habitações.

¹² Esta denominação surge do facto de as listas conterem apenas dados de identificação das casa e dos seus habitantes.

Neste sentido, estes foram executados por membros da EDP, que havia oferecido os seus serviços nesse âmbito. Esta entidade, que esteve presente no terreno desde o início dos trabalhos de levantamento, integra a rede de atores intervenientes como uma Equipa Técnica que não ficou associada exclusivamente a nenhum dos fundos, tendo colaborado com a execução de projetos que foram financiados pela SIC Esperança, e ainda dois pela UMP e a FCG¹³. Com a denominação de Equipa Técnica pretende-se referir a uma equipa de trabalho, representativa do arquiteto e de outros profissionais, encarregue pelos trabalhos técnicos intrínsecos ao desenvolvimento de projetos de arquitetura e especialidades das habitações permanentes, que vão desde o reconhecimento das necessidades, à própria execução dos projetos e ao acompanhamento da obra.

Entidades privadas: Equipas de Gestão e Equipas Técnicas

As parcerias estabelecidas entre o REVITA e as entidades privadas gestoras de outros fundos formalizaram-se com a partilha das políticas de funcionamento do processo de adesão, assim como dos critérios de prioridade e seleção estipulados pelo Regulamento, mas a gestão de cada um desses fundos é dirigida por uma estrutura interna, completamente independente, que se estrutura e atua segundo estratégias próprias de funcionamento.

Dentre as entidades parceiras, a SIC-E é a única¹⁴ que, quanto à sua estrutura interna, é composta por uma equipa responsável apenas pela gestão do fundo, ou seja, não inclui uma Equipa Técnica, e, por isso, teve de colaborar com entidades exteriores que se encarregaram pelo processo de desenho das habitações que pretendia financiar, como a EDP, ou pelo processo de construção destas, como a Just a Change¹⁵. Mediante Equipas Técnicas próprias e contratadas para o efeito, a UMP, a FCG e a CDC, além de gerirem os fundos correspondentes, detiveram maior controlo sobre todas as fases do processo de desenho, construção e apetrechamento das habitações, porque mantinham uma relação mais direta e constante com as equipas que estavam a realizar estes trabalhos. A intervenção do Ateliermob/TC99% no âmbito deste processo inicia-se, então, com a sua contratação como Equipa Técnica da FCG, assim como a Galbilec e a parceria Faim + D-Solution foram contratadas pela UMP e a CDC, respetivamente.

Além de constituírem uma Equipa de Intervenção completa – com componente de gestão e técnica - a UMP, a FCG e a CDC celebraram protocolos com o REVITA, em que assumiram o compromisso de intervir em prol das três tipologias de intervenção definidas no Regulamento.¹⁶ A CDC fê-lo de maneira

13 Os projetos executados pela EDP que foram apoiados pelos fundos da UMP e da FCG inicialmente iam ser financiados pela SIC Esperança, mas foram posteriormente traspassados por motivos que não foram esclarecidos.

14 A impossibilidade de estabelecer contacto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa não permite retirar conclusões sobre a sua participação em todo o processo de construção de novas habitações permanentes.

15 A Just a Change é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão apoiar casos de pobreza, com foco na área da construção e reabilitação. Integrou o processo em estudo para levar a cabo os trabalhos de reparações de quatro casas,

16 Apesar de não se encontrar uma justificação oficial, atribui-se a realização destes protocolos aos valores financeiros significativamente maiores dos fundos destas três entidades – são referidos nos relatórios do REVITA como “*os principais*”

No plano da execução dos projetos das novas habitações, as funções de cada Equipa Técnica haviam sido definidas segundo as competências e o foco de ação internos de cada uma. A partir destes, os casos de reparações e reconstruções parciais tinham sido definidos como responsabilidade da Galbilec, não só por uma questão de proximidade, já que a sede da Galbilec se situa em Coimbra, mas porque normalmente tem uma intervenção com *“mais peso no acompanhamento das operações, em termos de gestão, do que propriamente em termos de projeto. (...) [e ainda em] fiscalização de obras”* (Figueiras, 16 de abril de 2018); e, nos casos das reconstruções totais, os projetos de arquitetura seriam entregues ao Ateliernob e complementados pela Galbilec com os projetos de especialidades (Ateliernob). No entanto, no decorrer das primeiras visitas ao terreno para levantamento de necessidades, esta distribuição de funções foi alterada e optaram por distribuir os casos de reconstruções totais pelas duas entidades por separado e, de forma independente, cada uma tornou-se responsável pela totalidade dos processos de execução e implementação dos projetos que lhe foram atribuídos. Cada equipa acabou por gerir os projetos dentro do seus contactos habituais de trabalho.

Pelo que foi reconhecido pela equipa do Ateliernob, as razões que motivaram a alteração da distribuição de funções estão relacionadas com diferenças nas estratégias de trabalho internas das duas equipas e que se evidenciaram durante as visitas de levantamentos (Ateliernob). Ao reconhecerem a necessidade de ajustar o método de trabalho em parceria, as equipas demonstraram capacidade de adaptação, que, como já foi referido anteriormente, é essencial no desenrolar deste tipo de processos. Esta divisão de trabalhos levou a que a parceria UMP/FCG não tivesse relevância na ordem dos trabalhos técnicos, de responsabilidade das Equipas Técnicas, e tivesse expressão apenas na vertente de gestão dos dois fundos protocolados.

Apesar das entidades intervenientes identificadas até agora serem consideradas externas ao lugar afetado pelos incêndios - à exceção dos técnicos das câmaras, que são conhecedores da realidade local e foram elementos determinantes de intermediação entre os outros atores e a população afetada - importa salientar que as entidades que foram encarregues pela construção das habitações são todas representativas do setor privado local, ou regional quando não havia oferta suficiente a esse nível. A necessidade de revitalizar as dinâmicas económicas do lugar foi reconhecida por todas as entidades adjudicatárias, o que se sinaliza como uma intenção de dirigir os processos de construção como ações *integradas* num processo de desenvolvimento mais abrangente do que a reconstrução física do lugar.

2- Projeto-tipo

O *projeto-tipo* consistia em elementos gráficos, como plantas, cortes, alçados e pormenores construtivos, de três tipologias de habitação, nomeadamente T1, T2 e T2+1, que a Câmara de Pombal havia realizado numa situação de semelhante urgência e que disponibilizava agora ao Gabinete Operacional de Reconstrução e Reabilitação¹⁸ (GORR), para que pudessem ser distribuídos pelas distintas entidades encarregues pela execução dos projetos de reconstrução das primeiras habitações (Allison, 4 de dezembro de 2017).

Como foi referido anteriormente, a utilização de elementos predefinidos é uma das soluções mais utilizadas em circunstâncias em que domina a urgência, mas contribui, em muitos casos, para a diminuição das possibilidades de escolha - e, por isso, de participação - do habitante no desenho da casa. As escolhas ficam condicionadas não só ao nível dos materiais e dos métodos construtivos, mas da própria configuração e organização espacial da habitação. Neste caso em específico, em que os projetos foram “importados” de outro contexto, também o arquiteto e os outros projetistas podem vir a considerar as suas possibilidades de intervenção condicionadas, sendo que isto pode até ampliar o efeito pretendido de acelerar todo o processo de planeamento dos projetos. No entanto, uma atitude passiva em relação aos elementos predefinidos pode implicar o distanciamento de aspetos fundamentais na conceção do projeto. Estes aspetos são referentes não só ao significado que a casa tem para o habitante – e que deve ser, na sua essência, de espaço de expressão própria -, mas ao significado que a casa tem na sua extensão – o que obriga a um questionamento da casa, não como objeto isolado, mas como parte de um contexto físico e social mais alargado.

A aplicação literal dos *projetos-tipo* foi impedida à partida em vários casos, por incompatibilidades físicas que podiam ser intrínsecas ao território - como a pendente e a morfologia dos terrenos -, ou à composição e configuração dos elementos construídos nos quais as habitações se tinham de enquadrar – como, por exemplo, entre paredes de meação de casas vizinhas. A adaptação dos projetos a cada contexto foi, então, inevitável, pelo menos no que concerne à capacidade de se transformarem em estruturas construídas legal e fisicamente estáveis, praticáveis e compatíveis com a sua envolvente. Estas transformações são, por si só, suficientes para obrigar a um questionamento sobre a configuração e a organização espacial. Mas a capacidade de direccionar essas transformações para uma abordagem que considere as necessidades dos habitantes – sejam físicas ou intelectuais -, e a posição da casa na paisagem implica um questionamento sensível do significado desta.

A disponibilização deste instrumento de atuação não obrigou, no entanto, à sua aplicação e, como se verá, várias entidades optaram, por distintas razões, por não os utilizar nas suas estratégias de celeridade.

18 O GORR foi criado por iniciativa da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, em parceria com a EDP (só participou na criação do gabinete), com o propósito de gerir os pedidos recebidos durante a fase de emergência (bens alimentares, alimentação para animais, roupa...), e cuja função se focou posteriormente na gestão dos processos de reconstrução das habitações permanentes. Este gabinete é independente dos outros concelhos.

3 - Decreto-Lei nº130/2017, de 9 de outubro

O Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro¹⁹ surge como instrumento de apoio aos municípios ao estabelecer “*um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe*”. Este permite abreviar os prazos e os procedimentos de entrega e aprovação dos projetos para a emissão de licença de construção. Na prática, esses procedimentos são acelerados porque o projeto pode ser submetido apenas como comunicação prévia, ou seja, os elementos – gráficos e escritos – que são entregues para aprovação nos municípios não são obrigados a cumprir o grau de detalhe de um projeto de licenciamento. Apesar disto, os projetos são obrigados a cumprir com as regras de uso do solo e de edificação aplicáveis. Este *regime excecional de controlo prévio* não permite ainda que das obras de reconstrução, alteração e/ou conservação dos edifícios em causa resulte “*um aumento da altura da fachada, do número de pisos, nem das áreas de implantação ou construção da edificação previamente existente*” (“Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro,”) e, apenas em casos excecionais em que, seguindo estas diretrizes, não fiquem asseguradas “*condições de segurança, salubridade, eficiência térmica ou acessibilidade da edificação*”, é que é admitida a ampliação da área de construção e da altura da fachada da edificação original até 10%.²⁰ (“Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro,”).

Entende-se que este *regime excecional* pode ser parte de uma estratégia mais alargada de recuperação das áreas afetadas, porque, ao poder ser aplicado também a edifícios destinados a atividades económicas - e não apenas a habitações -, permite abranger também a recuperação do tecido socioeconómico. Salienta-se ainda que não tem uma aplicação exclusiva no âmbito da recuperação das áreas afetadas pelo Incêndio de junho de 2017 e, em vez disso, é um instrumento que poderá ser utilizado em situações futuras que sejam condicionadas por semelhante urgência.

Da análise dos três instrumentos de atuação sinalizados é possível identificar as várias vertentes do processo de recuperação das habitações nas quais permitem inferir celeridade: o Regulamento está relacionado com a gestão e o funcionamento do processo em si; o Projeto-tipo pode influenciar a definição do projeto arquitetónico; e o Decreto-Lei nº130/2017, além de também influir nesta definição, tem um papel relevante no desenvolvimento do processo de formalização e aprovação dos projetos.

À exceção do Regulamento, que foi um elemento estruturador de todas as intervenções, os outros dois instrumentos foram mais suscetíveis ao questionamento dos atores intervenientes e, como se verá mais à frente, foram adaptados ou rejeitados consoante as estratégias de atuação de cada um.

¹⁹ A data da criação deste Decreto-Lei coincide com o início da fase de planeamento das habitações, aproximadamente um mês depois de terem sido estabilizadas as Listas de Identificação e o processo de atribuição das habitações. Ou seja, quando as entidades se começam a deparar com questões relativas aos projetos em si.

²⁰ Esta exceção não é aplicável à reconstrução de edifícios destinados a atividades económicas.

2.3. A estratégia de atuação do Ateliermob na fase de planeamento

Quando as Listas de Identificação foram entregues às distintas Equipas Técnicas, estas puderam dar início à fase de planeamento das casas, começando com a realização de visitas de identificação e sinalização das necessidades dos habitantes e de reconhecimento do lugar.

No entanto, apesar das listas terem começado a ser distribuídas em julho, só em meados de setembro é que foram estabilizadas – acabando por coincidir com o início da fase de planeamento -, porque, até aí, apresentavam certa inconstância em relação a alguns casos que, de uma atualização das listas para outra, eram omitidos ou apareciam como novos. Além disto, durante as visitas de levantamento das distintas equipas, estas iam-se cruzando no terreno e sinalizando duplicações de casos em listas de uma entidade e de outra. O desenvolvimento deste processo de formalização e entrega das listas chegou a ser descrito por várias entidades como desorganizado e “*confuso*” (Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de setembro de 2017, p. 5), principalmente enquanto as câmaras municipais estavam a atuar como entidades coordenadoras da Comissão Técnica, como previa o Regulamento.

As irregularidades relativas à presença das casas nas listas atribuem-se ao ritmo a que os trabalhos de levantamento de necessidades e verificação da elegibilidade dos casos estava a ser feito, e que, por isso, apresentavam ainda incongruências como a inclusão de segundas habitações, anexos agrícolas e casas que estavam devolutas antes do incêndio, em vez de estarem sinalizadas apenas as habitações permanentes. Entende-se que, dada a circunstância, a quantidade de habitações que era necessário levantar e a quantidade de recursos humanos que isso implica, a base de dados com a qual as Equipas de Intervenção puderam começar a trabalhar já apresentava os dados essenciais da maioria dos casos – considerando que foram recolhidos durante três semanas -, e, mesmo que para estas equipas as irregularidades possam ter de alguma forma atrasado a fase de planeamento, reconhece-se que os esforços realizados na fase de preparação pela Comissão Técnica foram eficazes. O início das visitas de avaliação de necessidades por parte das Equipas de Intervenção também permitiu acelerar a formalização das listas, já que estas entidades começaram a contribuir para o levantamento da informação em falta.

Nos casos em que as habitações foram atribuídas a mais do que uma Entidade de Gestão, as Equipas de Intervenção colaboraram entre si para tomar uma decisão quanto a quem se responsabilizaria por essas casas. Estes casos de duplicação fazem sobressair questões relativas à construção das listas e aos critérios de distribuição das casas pelas distintas Equipas de Intervenção. O único critério que foi divulgado oficialmente é o já referido, relativo apenas ao Fundo REVITA, e que lhe atribui os casos mais exigentes. Em relação aos restantes casos, não se entende o que motivou a atribuição de cada casa a determinada entidade.

No sentido de gerir este processo de forma mais eficiente, a CCDDR-C assumiu a liderança no início de agosto, o que se reconhece aqui como uma capacidade de adaptação das políticas do Regulamento.

No caso da parceria UMP/FCG, a CCDDR-C providenciou listas comuns – que estavam organizadas por município, como as das outras entidades – e a partir das quais o Ateliermob e a Galbilec procederem à distribuição dos casos entre si. Cada Equipa de Intervenção recebeu Listas de Identificação próprias que apresentavam apenas os casos em que lhes competia intervir.

Como inicialmente se previa uma colaboração entre as duas Equipas Técnicas (Ateliermob e Galbilec), as primeiras visitas foram realizadas em conjunto e conduzidas por membros das quatro entidades envolvidas, nomeadamente UMP, FCG, Galbilec e Ateliermob, e nas quais estas se faziam acompanhar por outros atores, como técnicos dos municípios e, por vezes, assistentes sociais (Ateliermob).

Apesar da Parceria ter recebido Listas de Identificação referentes a sete concelhos e ter realizado levantamento de informação de habitações contempladas em todos, visitando cerca de 60 casas em aproximadamente 4 semanas, acabou responsável por 40²¹ casos. Destes, o Ateliermob ficou encarregue de 7 reconstruções totais e a Galbilec de 7 reconstruções totais e 26 reconstruções parciais. Os critérios utilizados para fazer esta divisão não são, no entanto, claros e chegam a ser definidos como “aleatórios” por um representante da Galbilec (Figueiras, 16 de abril de 2018).

²¹ Como se verá posteriormente, este número acabou por ser aumentado com 8 processos que foram entregues à Galbilec.

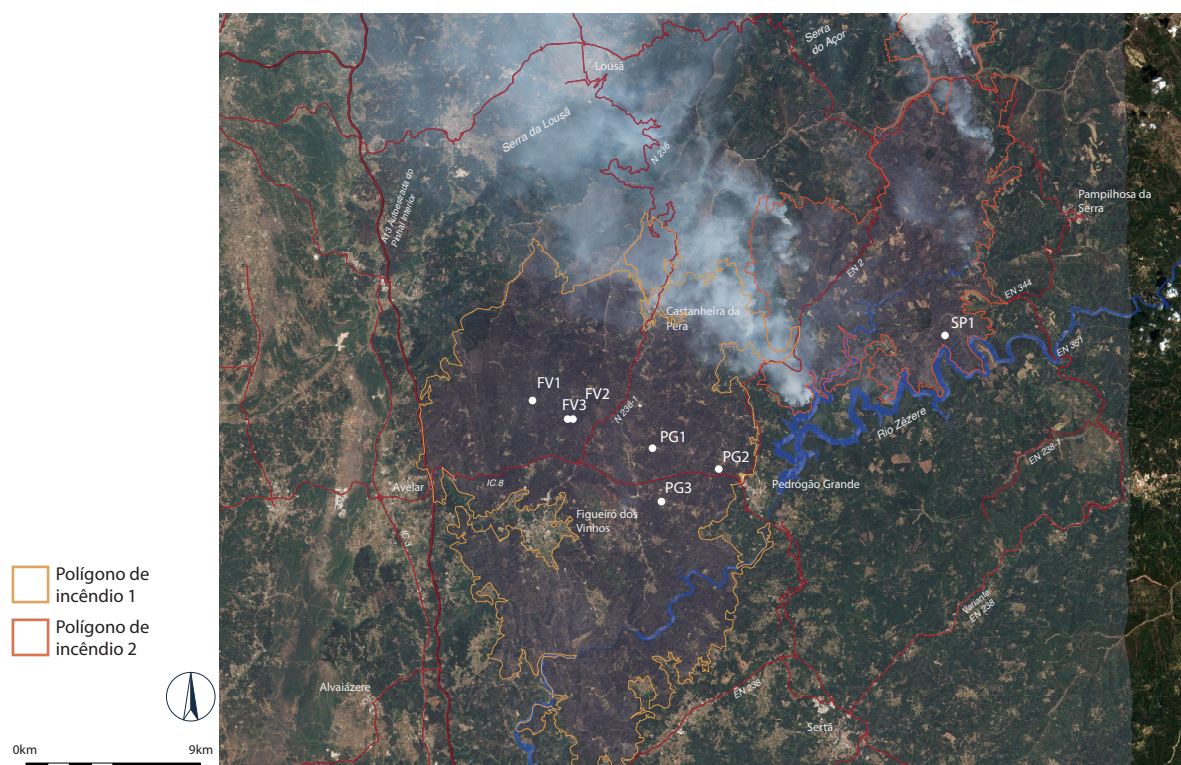


Fig. 55. Enquadramento territorial das casas atribuídas ao Ateliernob (Autora)

Enquadramento territorial das casas atribuídas ao Ateliernob

As sete habitações sobre as quais o Ateliernob assumiu responsabilidade de reconstrução distribuem-se por três municípios, nomeadamente três em Figueiró dos Vinhos, três em Pedrógão Grande e uma em Pampilhosa da Serra (Fig. 54).



Fig. 56. Enquadramento territorial das casas FV1, FV2 e FV3 (Autora)

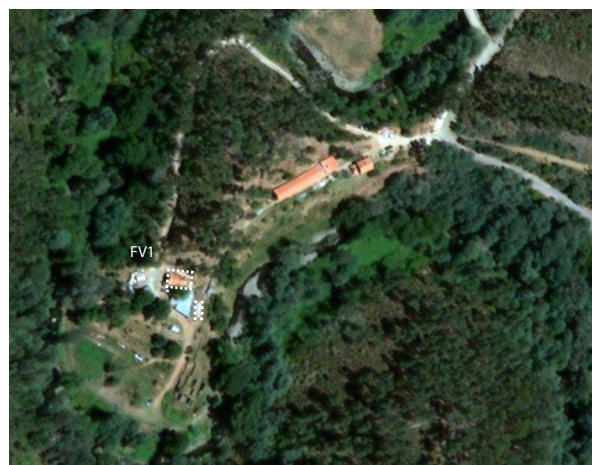


Fig. 57. Localização da casa FV1, na Goladinhã (Autora)



Fig. 58. Localização das casas FV2 e FV3, em Vale Vicente (Autora)

As habitações que pertencem ao concelho de Figueiró dos Vinhos localizam-se na zona noroeste do Polígono de Incêndio 1. Dentro dos sete casos a apresentar, estas três casas encontram-se na situação de maior isolamento, seja pelo reduzido número de fogos que os povoadamentos em que se inserem apresentam, como pelo enquadramento destes na rede de ocupação territorial – integram a área anteriormente definida como menos densa, onde despontam ocasionalmente povoadamentos encaixados nas reentrâncias da serra e encurralados pela sua altura, numa paisagem dominada por espaço florestal. (Fig. 55). A casa FV1 situa-se na Goladinhã (Fig. 56), que é composta por menos de 10 estruturas construídas, e as casas FV2 e a FV3 localizam-se em Vale Vicente (Fig. 57), que tem cerca de 25 estruturas edificadas - estas compõem um núcleo condensado onde se encontra a casa FV2 e do qual a casa FV3 é a mais isolada e de maior proximidade com a área florestal a sul da aldeia.

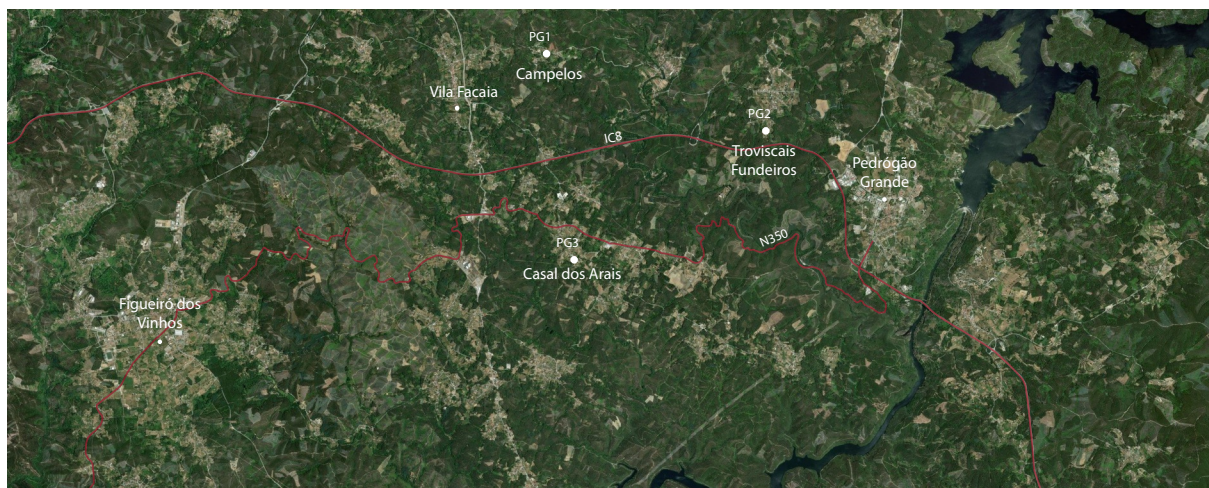


Fig. 59. Enquadramento territorial das casas PG1, PG2 e PG3 (Autora)



Fig. 60. Enquadramento da casa PG1, em Campelos (Autora)



Fig. 61. Enquadramento da casa PG2, em Troviscais Fundeiros (Autora)



Fig. 62. Enquadramento da casa PG3, em Casal dos Arais (Autora)

As três habitações que integram o Município de Pedrógão Grande pertencem ao triângulo geométrico que condensa a maioria das estruturas danificadas pelo complexo de incêndios. A casa PG1 localiza-se em Campelos (Fig. 59), que deriva de um eixo que conecta Vila Facaia e Pedrógão Grande, e a partir do qual se vão ramificando outros lugares, como Troviscais Fundeiros, onde se situa a casa PG2. Enquanto que a casa PG1 se encontra no núcleo mais denso de Campelos, do qual fazem parte cerca de 25 estruturas, a casa PG2 (Fig. 60) está deslocada da área mais concentrada de Troviscais Fundeiros, que se destaca com mais de 60 estruturas. A casa PG3 é a que se localiza mais a sul, num lugar chamado Casal dos Arais (Fig. 61), que está nas imediações de Ladeira Fundeira, integra menos de 10 estruturas construídas e cujo acesso principal deriva da N350, que liga Figueiró dos Vinhos a Pedrógão Grande.

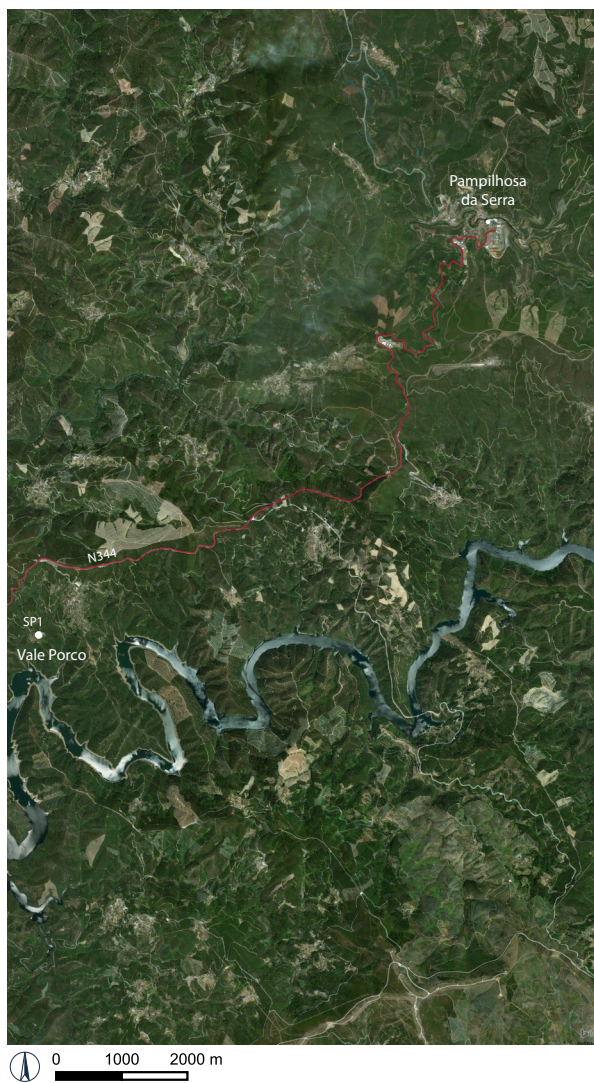


Fig. 63. Enquadramento territorial da casa PS1 (Autora)



Fig. 64. Enquadramento da casa PS1, em Vale Porco (Autora)

A casa PS1, que é a única que se enquadra no Polígono de Incêndio 2, situa-se em Vale do Porco, que é um lugar com menos de 20 estruturas edificadas, perto de Trinhão, e que, ao contrário do que o nome indica, não se situa numa vale, mas sim na parte mais alta de uma massa rochosa que se destaca da terra num ponto do que é agora a N344 e em direção ao rio Zêzere, desenhando um troço da sua margem norte. (Fig. 62 e 63)

Entendimento do modo de habitar como método de avaliação de necessidades

Ao recordar que, para um processo de recuperação de habitações contribuir para uma *nova* circunstância, o habitante deve não só reconhecer e aceitar a existência de melhores condições de habitabilidade, mas ver na nova forma uma possível conformidade com o seu modo de habitar, analisa-se a atuação do Ateliermob a partir do seu método de avaliação de necessidades para entender como é que a equipa constrói o seu processo arquitetural nesse sentido. Para tal, constroem-se os casos referentes a cada projeto, ou seja, a cada casa e aos seus habitantes, a partir da identificação dos fatores que a equipa foi destacando ao longo do levantamento de necessidades e da confrontação destes com as soluções propostas. Não importa analisar os projetos pela sua qualidade arquitetónica, mas pela intenção que têm em responder às necessidades sinalizadas.



Fig. 65. Fotografias da casa FV1 ardida (Ateliernob)

Casos FV1 e FV2

As casas FV1 e FV2 são habitadas por casais de estrangeiros que, como tantos outros de várias nacionalidades europeias, nos últimos anos escolheram o centro de Portugal para viver. Entre as razões que os motivaram a escolher este lugar encontra-se o afastamento das áreas urbanas e do seu associado desenvolvimento tecnológico - que levou os portugueses a abandoná-lo -, e a paisagem que, ironicamente, esteve na raiz do incêndio que destruiu as suas casas. Alguns destes imigrantes pertencem a comunidades mais fechadas, que não se relacionam tanto com a população local, e que têm estilos de vida alternativos, normalmente baseados numa relação muito próxima com a natureza e espirituais. Dentre os casos que integravam as Listas de Identificação da Parceria UMP/FCG, foi sinalizado o de uma família estrangeira que rejeitou a ajuda do REVITA que previa que uma das Equipas Técnicas desenhasse a sua casa, sob a razão de que preferiam ser eles próprios a construí-la, dado que era uma prática que dominavam e que previam ser mais célere – aqui, a urgência acentuava-se devido à gravidez da mulher, cujo término se

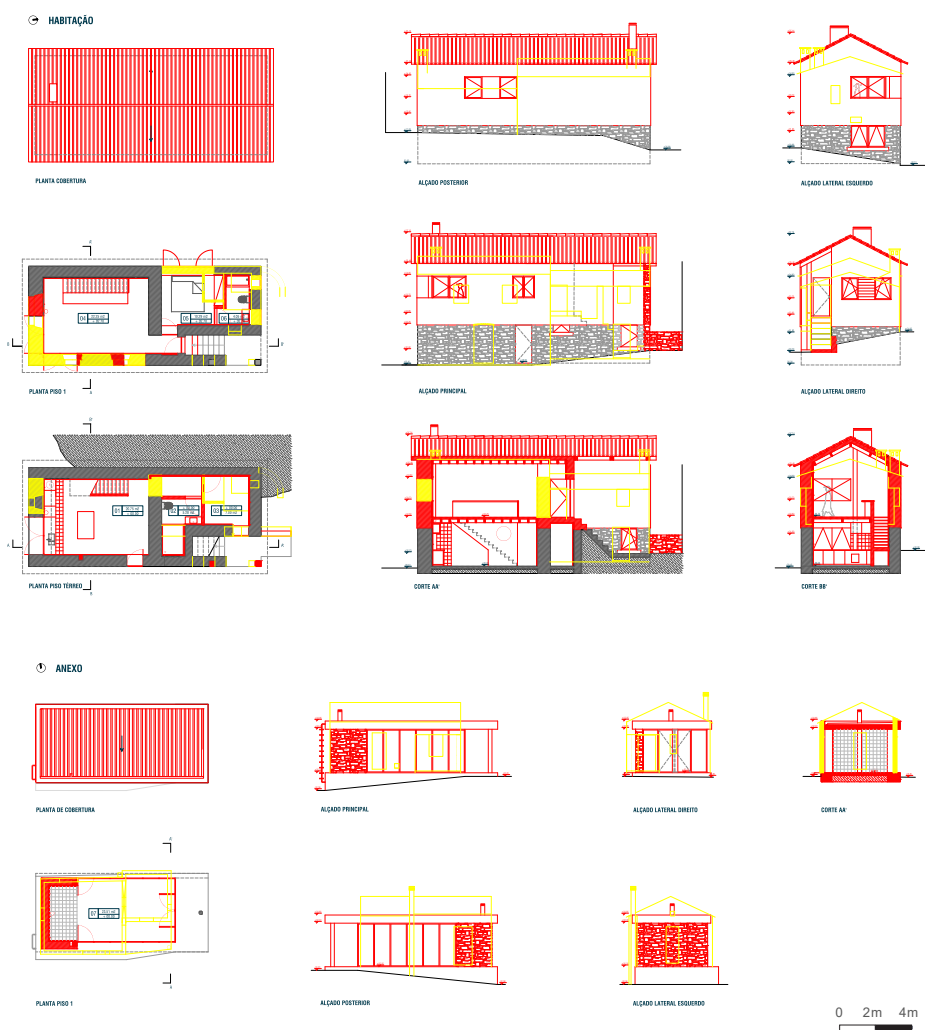


Fig. 66. O projeto do Ateliermob para o caso FV1 (Ateliermob)

aproximava. Neste caso, a família foi ajudada através de um banco de materiais constituído através de donativos, o que se reconhece como uma medida de adaptação eficaz, dado que este tipo de apoios não estava considerado no Regulamento.

Os habitantes da casa FV1 (Fig. 64), já reformados, costumavam receber convidados e amigos no seu terreno, onde se hospedavam em roulotte e se serviam de um anexo existente como espaço de convívio. Apesar da recuperação total deste anexo - ou seja, até ao nível do seu apetrechamento - não ser concretizável dentro do financiamento e do âmbito do processo em que se inseria, o reconhecimento do seu valor nas dinâmicas sociais do casal motivou o Ateliermob a considerar a sua reconstrução e garantir um ponto de água e esgotos, “respondendo às necessidades de trabalho neste espaço.”. Quanto à casa em si (Fig. 65), a sua forma surge desde a conservação de algumas paredes de pedra, que mantiveram a sua capacidade estrutural mesmo após o incêndio, e que estabilizaram a área da nova casa no valor pré-existente. Esta conservação não implica, no entanto, a replicação dos espaços anteriores, mas serve



Fig. 67. Fotografias da casa FV2 ardida (Ateliernob)

como uma base que é adaptada e trabalhada para encontrar outra configuração e ambiência espaciais que pretendem, não só responder melhor às necessidades atuais da família – como a construção de espaços acessíveis ao filho, que tem dificuldades motoras -, mas potenciem uma maior abertura para o espaço exterior e a paisagem, que são o principal motivo da permanência neste lugar – e que se reconhece, por exemplo, no alargamento dos vãos dos espaços de estar. A consciência e o conhecimento que os habitantes detinham sobre as áreas da arquitetura e da construção permitiram-lhes integrar o processo de planeamento da casa com capacidade crítica sobre as hipóteses formuladas, e, no seguimento do seu desejo de ter uma casa mais ecológica, sugerir, com mais ou menos clareza e definição, soluções quanto ao sistema de aquecimento ou de isolamento térmico a aplicar.

À semelhança do que aconteceu no caso FV1, em FV2 (Fig. 66) foram mantidas várias paredes estruturais de pedra, a partir das quais a forma da casa se desenvolveu segundo as necessidades dos habitantes. O que se salienta neste caso são fatores intrínsecos à organização e configuração espacial em si que foram



Fig. 68. O projeto do Ateliermob para o caso FV2 (Ateliermob)

considerados no projeto do Ateliermob, por exemplo, a definição de uma caixa de escadas que estabelece uma ligação interior entre os dois pisos da casa - que se distinguem consoante o seu carácter comum ou privado - e que até então tinha de ser realizado pelo exterior, e a construção de uma rampa exterior que torna o segundo piso acessível a pessoas de mobilidade condicionada (Fig. 67).



Fig. 69. Fotografias da casa FV3 ardida (Ateliernob)

Caso FV3

O caso FV3 (Fig. 68) é referente a um casal de idosos que, tal como os habitantes das restantes casas que serão apresentadas, são de nacionalidade portuguesa e naturais do lugar ou região que foi afetada pelo complexo de incêndios.

Atualmente o casal vive sozinho, mas têm filhos e netos que têm uma presença constante nas suas vidas - inclusive neste processo de recuperação – e, por isso, como estratégia de manutenção das dinâmicas familiares que já existiam, o Ateliernob considerou a definição de um quarto de hóspedes que tem o intuito de os receber. No entanto, o fator que se destaca com mais relevância da avaliação de necessidades é a relação que os habitantes estabelecem com o espaço exterior, e que denota um contacto regular com atividades agrícolas e a criação de animais. Na solução proposta pela equipa, os acessos ao interior são marcados com espaços de transição, que não são apenas de passagem, mas de receção, permanência e



Fig. 70. O projeto do Ateliermob para o caso FV3 (Ateliermob)

contemplação, na entrada principal, e de organização ou preparação de tarefas que têm lugar no exterior, no alçado tardoz (Fig. 69).



Fig. 71. Fotografias da casa PG1 ardida (Ateliernob)

Caso PG1

Na casa PG1 (Fig. 70) vive um Senhor de idade avançada que, antes do incêndio, tinha uma vida autónoma, sem ajuda externa no decorrer do dia-a-dia, e cujo desejo de a manter foi expresso desde o início, mesmo tendo sido identificada a possibilidade de se mudar permanentemente para o centro geriátrico onde foi acolhido de forma temporária. Mesmo que neste caso essa opção não se tenha concretizado, relatos referentes a outros casos dão notícia de que esta medida foi aplicada no âmbito deste processo, o que se reconhece aqui como uma estratégia de adaptação à especificidade que cada situação exige, pois o realojamento das pessoas afetadas em lugares alternativos não estava previsto nos instrumentos de atuação disponibilizados.

Apesar do incêndio ter devastado o interior da casa - que havia sido dos seus pais -, as paredes de pedra originais que definem o seu perímetro conservaram a capacidade estrutural e, por isso, foram mantidas no projeto da nova casa (Fig. 71). Considera-se que a avaliação das reais necessidades do habitante foi

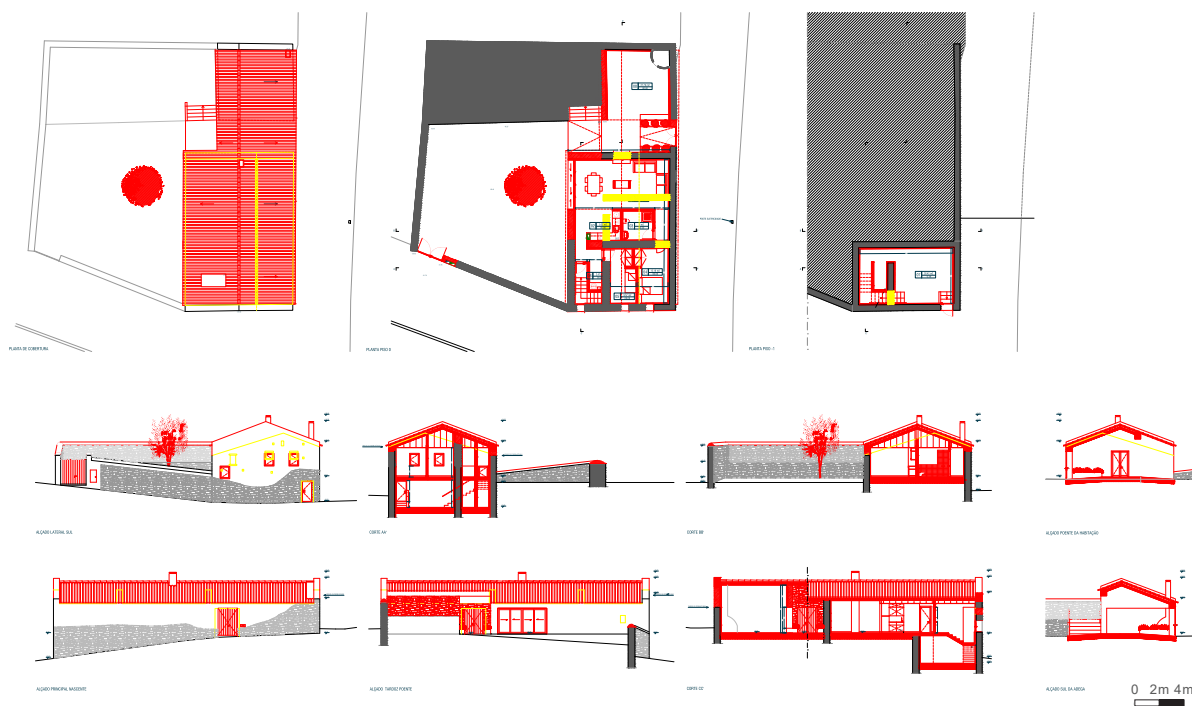


Fig. 72. O projeto do Ateliermob para o caso PG1 (Ateliermob)

determinante para definir aspetos relativos à configuração e organização espacial da nova casa, como a concentração das suas funções no piso superior, de acesso à rua, para garantir a acessibilidade de todos os espaços; a inclusão de um quarto para receber as sobrinhas, que o visitavam regularmente; e a consideração de um espaço de armazenamento que pode ser utilizado para diversos fins – na casa anterior, existiam vários espaços deste tipo, também utilizados para trabalhos relativos à agricultura e à criação de animais, no entanto, consciente das dificuldades físicas que a idade acarreta e que não o permitem realizar todas as funções implícitas a essas atividades, o habitante sugeriu manter apenas um espaço mais pequeno para guardar o que fosse necessário.



Fig. 73. Fotografias da casa PG2 ardida (Ateliernob)

Caso PG2

O caso PG2 é referente a uma casa (Fig. 72) onde habita apenas uma Senhora idosa e a Filha adulta, mas no qual se integra também o Filho que, apesar de ter casa própria, teve um papel participativo no processo de avaliação de necessidades e tomada de decisões referentes ao projeto da nova habitação. Inicialmente, este caso tinha sido entregue a outra Equipa de Intervenção, que propôs a adaptação do projeto-tipo às necessidades da família, no entanto, esta recusou.

À semelhança dos outros casos referidos em que as paredes de pedras que sobreviveram ao incêndio haviam mantido a sua capacidade estrutural, neste caso, as duas paredes que verificavam essa condição foram integradas no projeto da nova casa. Para o Ateliernob, *“A sua preservação inscreve-se numa ótica de requalificação de paredes de pedra que, de forma abrangente, se traduz numa forte marca nas casas desta zona do país. Deste modo pretende-se salvaguardar a memória do edificado mantendo a traça e volumetria do edifício existente, efetuando apenas as alterações que se revelam importantes*

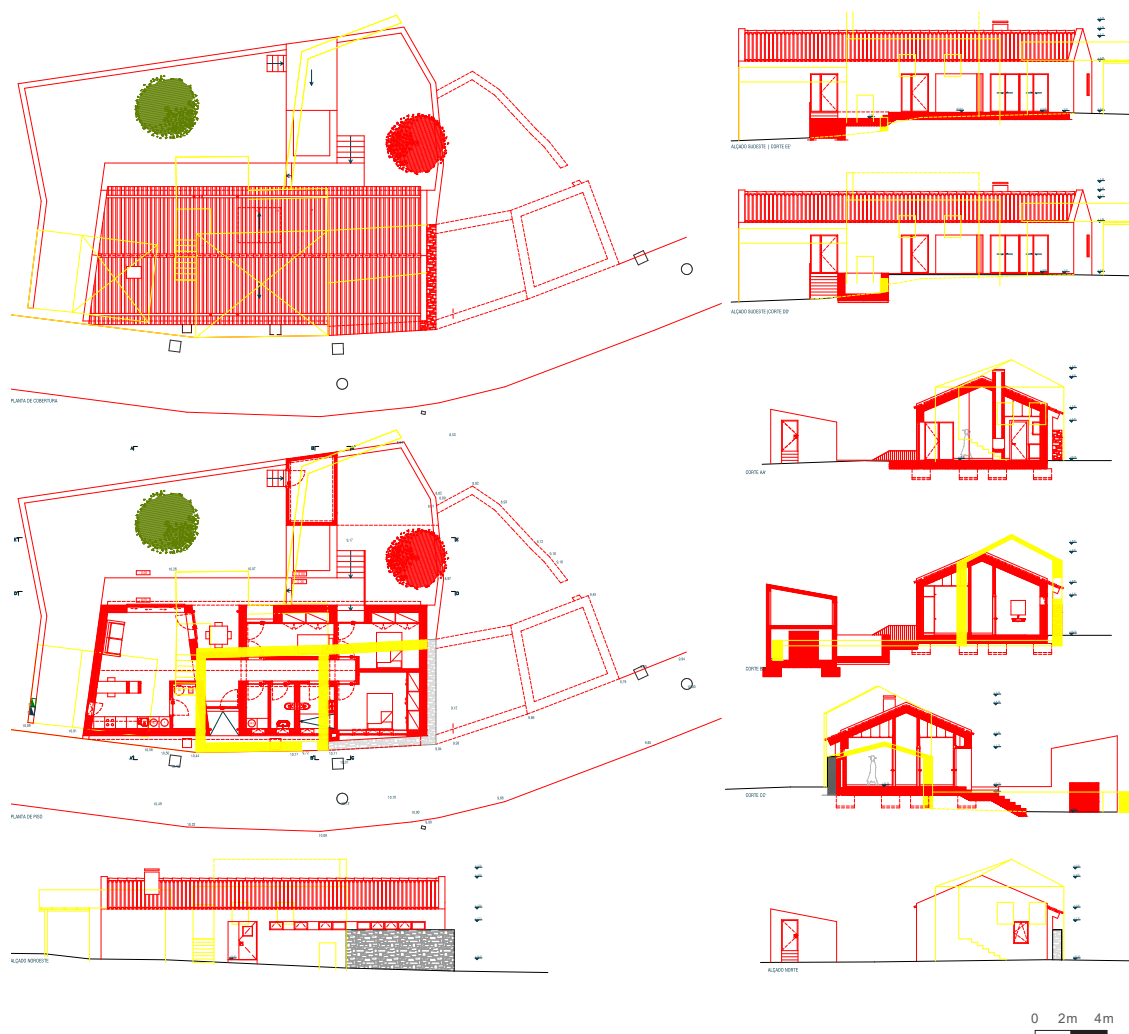


Fig. 74. O projeto do Ateliermob para o caso PG2 (Ateliermob)

para o bom cumprimento do programa funcional bem como dos projetos de especialidades.”. Apesar de se manterem estes dois elementos, o projeto assume uma configuração espacial completamente distinta do volume que ardeu e, em vez de se desenvolver em dois pisos, concentra todas as funções da casa no nível de acesso a partir da rua. À exceção de um dos três quartos - que compõe parte da fachada principal – os principais espaços de estar da casa abrem-se para a zona exterior, mantendo com esta uma relação não só visual, mas a partir de dois acessos físicos. Nesta zona, além de um tanque de água, foi integrado um volume que encerra dois pisos de armazenamento que suportam de forma independente os trabalhos relativos à horta e à criação de animais (Fig. 73).



Fig. 75. Fotografias da casa PG3 (Ateliernob)

Caso PG3

No caso PG3, referente a um casal de idosos, o projeto desenvolvido pelo Ateliernob previu a demolição integral da casa pré-existente (Fig. 74), apesar de se terem salvo do incêndio algumas paredes de pedra. Neste caso, esses elementos já não ofereciam condições mínimas de segurança a nível estrutural, e, em conjunto, *“contavam com diversos incumprimentos segundo o RGEU, não respeitando, por exemplo, a altura mínima de pé direito livre ou as áreas mínimas em divisões como a cozinha.”*. Além da entrada principal, que permite um acesso ao nível da rua - e a partir do qual se desenvolve o espaço interior da casa, todo à mesma cota -, a equipa definiu outro ponto de acesso, onde se define um espaço exterior para guardar o carro da família. Como forma de potenciar relações entre o interior e o exterior, o volume decompõe-se para criar vazios que conformam um espaço de estar – como na fachada a norte, que se abre sobre outro terreno dos proprietários e prevê uma zona de comer exterior com conexão interior à cozinha -, ou ainda o espaço de passagem que define o segundo acesso (Fig. 75).



Fig. 76. O projeto do Ateliermob para o caso PG3 (Ateliermob)



Fig. 77. Fotografias da casa PS1 ardida (Ateliernob)

Caso PS1

Os habitantes da casa PS1 (Fig. 76) são um casal bastante idoso e um dos seus filhos, já de meia idade, que, apesar de viver com os pais, tem uma vida muito independente destes e, na casa pré-existente, dispunha de um espaço de estar e dormir definido por um volume desagregado do resto da casa. Apesar de ser uma família numerosa, pois o casal tem mais filhos e vários netos, são poucos os elementos que ficam regularmente alojadas na casa. Mesmo antes do incêndio, o casal já era acompanhado por um centro de dia, que os apoiava ao nível das refeições, e, apesar da Senhora ter problemas de saúde mental e dificuldades motoras, após o incêndio, haviam recusado assistência psicológica.

“É notório que esta casa sofria de poucas condições de salubridade, nomeadamente o quarto do [filho] que não apresentava condições mínimas de habitabilidade e que se situava num edifício com áreas mínimas, desagregado da restante casa.”

Além da circunstância familiar revelar dinâmicas complicadas, as condições de insalubridade sinalizadas na casa pré-existente agregavam complexidade ao caso na sua vertente social. Em adição, e apesar de



Fig. 78. O projeto do Ateliermob para o caso PS1 (Ateliermob)

apenas uma parte da casa ter sido irremediavelmente danificada pelo incêndio, a equipa do Ateliermob diagnosticou fragilidades estruturais na parte que ficou intacta e, pelas fragilidades físicas e sociais que o caso apresentava, optou por fazer uma reconstrução total para assegurar condições de habitabilidade e segurança. Outros fatores que os documentos oficiais e os projetos da equipa denotam como decisivos no desenho da casa são a acessibilidade – de urgência enfatizada pelos problemas já existentes da Senhora; a necessidade de manter a dinâmica de privacidade do filho, proporcionando-lhe um espaço próprio que tem, no entanto, relação com as áreas comuns da casa; a capacidade de adaptação do orçamento para responder ao desejo expresso pelos habitantes de considerar um quarto para receber os familiares, e que é entendido como uma dinâmica importante na construção do ambiente familiar; e a consideração de um anexo agrícola, que permite o armazenamento de ferramentas e/ou alfaia agrícola e ainda outras funções, já que a horta, além de ter sido reconhecida como espaço de produção de alimentos para consumo próprio, surge como elemento de ligação entre o pai e o filho, na qual trabalham juntos (Fig. 77).

Além dos fatores que possam ser mais específicos de cada caso, sinalizam-se três sobre os quais a equipa do Ateliermob se debruçou, de uma forma geral, com especial ênfase em todos os projetos. O primeiro que aqui se identifica é a necessidade de assegurar condições de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida a todos os espaços do habitar; este foi determinante, mesmo nos casos em que se mantiveram vários elementos estruturais da casa pré-existente, como em FV1, FV2 e PG1, e porque, apesar de não se poder precisar, sabe-se que a maioria dos habitantes tem mais de 60 anos e, dentre estes, alguns já apresentam dificuldades motoras. O segundo fator sinalizado é a relação de proximidade que as pessoas demonstraram para com o espaço exterior; o reconhecimento de hábitos relativos à prática de atividades agrícolas e de criação de animais destacou-se nos projetos através da conservação de espaços destinados para armazenamento ou realização de trabalhos implícitos a estas atividades, mantidas para autoconsumo. Os dois fatores apresentados são um reflexo das especificidades da circunstância local - do perfil da maioria da população atual e do seu modo de habitar - e que surgem das transformações sociais e territoriais de que foi alvo principalmente nos últimos 60 anos. O terceiro fator que importa salientar é a sensibilidade que a equipa do Ateliermob apresentou perante as dinâmicas familiares de cada caso e à consideração dos espaços que as possibilitam - e potenciam - , como por exemplo, nos casos em que são mantidos os quartos de hóspedes onde os habitantes recebem as visitas regulares, ou no caso específico PS1, em que é reconhecida a particularidade da dinâmica interna entre o casal e o filho.

Em adição aos fatores que são intrínsecos aos habitantes e ao seu modo de habitar, a postura que o Ateliermob apresenta perante a conservação dos materiais e os métodos construtivos que caracterizam a arquitetura local reflete uma consciência sobre o papel da casa no território em que se insere, como elemento de construção da paisagem do lugar.

Para a equipa do Ateliermob, mesmo tendo em conta que haveria alterações nas Listas de Identificação e na distribuição dos casos dentro da parceria e, por isso, algumas das casas que haviam visitado podiam não lhes ser atribuídas, cada visita ao terreno representava também a possibilidade para sinalizar necessidades, não só relativas ao modo de habitar e à casa ardida, e que iriam contribuir para a execução dos projetos, mas relativas ao bem-estar físico e psicológico dos habitantes e que potenciassem o planeamento e a concretização de outros tipos de apoios (Catarino, 8 de fevereiro de 2018).

Além dos relatos da equipa do Ateliermob, o relatório do CEIF-ADAI e os testemunhos de outras entidades intervenientes²² constituem elementos determinantes na construção de um entendimento sobre as condições de habitabilidade no contexto local. Apesar de a quantidade e o detalhe da informação recolhida não serem suficientes para retirar conclusões gerais, entende-se que é pertinente salientar algumas condições de habitabilidade - mesmo que, na possibilidade de um estudo mais aprofundado, estes casos não fossem a regra, mas sim exceções -, pois revelam a existência de situações que podiam ser de *urgente* resolução mesmo antes de se destacarem como tal devido ao incêndio. Ao longo do processo de reconhecimento e sinalização de necessidades, as entidades referidas foram-se deparando com várias

22 Testemunhos que foram recolhidos no âmbito desta dissertação e cuja informação se encontra em apêndice.

estruturas um mau estado de conservação²³, vários casos de insalubridade, casas sem canalização e sem casas-de-banho.

“É uma questão que parte do lado mais político e ético com que todas as pessoas que trabalham aqui veem a arquitetura e a forma como podemos trabalhar com as pessoas. (...) [Estas] ficaram sem casas e para nós não fazia sentido simplesmente reabilitá-las tal e qual como estavam. Fazia sentido era perceber que tipo de vida é que as pessoas têm agora (...) Na primeira abordagem tentar perceber as pessoas e depois tentar perceber realmente o que queriam. Inicialmente, elas queriam as casas como tinham, era a primeira reação. Isto também foi uma barreira um bocado difícil de ultrapassar (...) (Vieira, 9 de abril de 2018)

Apesar da facilidade que um ator externo²⁴ possa ter em identificar condições passíveis de uma transformação positiva, a reação inicial de várias das pessoas que viram a sua casa irremediavelmente destruída foi de pedir uma reconstrução literal da sua forma (Ateliernob). Julgando a circunstância a partir de uma sensibilidade humana (mas não científica), e considerando o significado que a casa tem na construção de um modo de expressão e de identidade própria, entende-se que a experiência de sofrer e, em muitos casos, presenciar a destruição da própria casa pode ser traumática, e que esta reação, carregada de motivos emocionais e sentimentais mais do que racionais, é compreensível. No entanto, uma reconstrução literal tem intrínseca uma posição passiva do ator externo, pois significa que não houve um questionamento das necessidades atuais dos habitantes. Todas as entidades que contribuíram com testemunhos para esta dissertação revelaram a intenção de melhorar as condições de vida das pessoas afetadas em relação às que tinham antes do incêndio. Os critérios de sinalização e avaliação de necessidades que cada uma definiu para a sua intervenção serão reveladores da sua interpretação do significado de casa e, consequentemente, dos fatores que irá considerar ao formular soluções.

Entende-se que, no caso do Ateliernob, a fase de preparação em que se definem esses critérios surge do cruzamento daquilo que os habitantes comunicam diretamente à equipa, com outros fatores que esta vai apreendendo como relevantes no modo de habitar dos habitantes.

As visitas às casas ardidas, na maioria das vezes realizadas na presença deles²⁵, representavam a possibilidade de perceber *“as pessoas, os espaços e a relação das pessoas com estes”* (Catarino, 8

23 Além dos fatores idade, materiais, enquadramento em relação ao espaço urbano e gestão de combustíveis na periferia, o mau estado de conservação ou falta de manutenção das estruturas por parte dos proprietários foi avaliada como determinante na destruição causada pelo fogo nas estruturas construídas. Das estruturas que eram utilizadas antes do incêndio, apenas 28% se apresentava em bom estado de conservação (CEIF-ADAI, outubro de 2017, p. 177).

24 Neste caso, “ator externo” refere-se a alguém exterior à casa e que, estando envolvido no processo de recuperação das habitações, é responsável pela sinalização de necessidades e proposição de soluções. Por isto, entende-se que, pelas suas competências profissionais, deverá ter sensibilidade e capacidade para identificar condições passíveis de uma transformação positiva.

25 No caso dos habitantes não estarem presentes na casa, a equipa do Ateliernob deslocava-se ao lugar onde estavam alojados temporariamente, para poder recolher informações diretamente dos habitantes.

de fevereiro de 2018), e, a partir daí, num exercício de “*desmontagem*” (Catarino, 8 de fevereiro de 2018), identificar os aspetos que, em conjunto, haviam construído a *Casa* de cada um. Referenciando novamente o conceito de Herman Hertzberg da forma como *veículo de significado* (1984, p. 13), a pertinência da interpretação das casas ardidas está em identificar o significado que a *Casa* tem para cada habitante. O entendimento destas é relevante como meio para apreender o modo de habitar das pessoas, em vez de ser considerado como produto replicável, já que a casa, como espaço de expressão da identidade do habitante, é uma construção da memória e não da forma.

Estratégias de comunicação na fase de formulação de hipóteses

“(...) mas o tempo foi muito importante para as pessoas começarem a consciencializar-se que realmente iam ter uma casa nova e que podíamos trabalhar no sentido de conseguir condições melhores do que as que tinham.” (Vieira, 9 de abril de 2018)

O processo de consciencialização dos habitantes sobre as possibilidades que a circunstância apresentava, e que é salientado por Marta Vieira, surge da postura de integração que o Ateliernob assume perante os requerentes. Se em casos como o FV1 e o FV2 os habitantes demonstraram, desde o início, um maior entendimento sobre os aspetos intrínsecos ao desenvolvimento de um projeto de arquitetura e, por isso, detinham capacidade crítica para fazer uma avaliação realista sobre as possibilidades e as condicionantes da circunstância, nos outros casos (de forma geral), essa consciência foi construída com o acompanhamento e a participação dos habitantes em todas as fases do processo de projeto.

O desenvolvimento de um processo em colaboração com os habitantes não é, no entanto, uma estratégia que surge apenas da especificidade da circunstância, mas que se reconhece como parte do modo de operar do Ateliernob. Segundo Marta Vieira, o primeiro contacto que têm com as pessoas, além de representar o arranque do processo de avaliação de necessidades, permite entender como vão “*gerir o processo em função do requerente*” (9 de abril de 2018) e definir estratégias de comunicação mediante aquilo que este transmita de si próprio e da forma como reaja à circunstância – por exemplo, ao facto de que o Ateliernob surge neste processo como ator externo à comunidade local²⁶.

Neste sentido, uma das estratégias que se sinalizam é a constituição de um gabinete local em Figueiró dos Vinhos, com sede na Biblioteca Municipal, que esteve operacional de outubro de 2017 a março de 2018. Este espaço, cuja função foi potenciar a participação dos habitantes, representava a possibilidade de uma confrontação de ideias mais direta e constante durante a fase de formulação de hipóteses. Apesar de os projetos correspondentes aos casos de Figueiró dos Vinhos já estarem em processo de definição

²⁶ Segundo os relatos da equipa do Ateliernob, o facto de terem sede em Lisboa foi motivo de insegurança por parte dos habitantes das casas em que estavam a trabalhar e, principalmente, do resto da comunidade local que não acompanhou o seu trabalho por perto.

do Projeto Base quando o gabinete iniciou atividade, os restantes foram desenvolvidos num esforço conjunto entre os elementos da equipa presente no local, que definia a base dos projetos, e os elementos que se mantinham em Lisboa, que apoiavam no que fosse necessário (Vieira, 9 de abril de 2018). Esta estratégia de definição de um espaço de proximidade física aos habitantes pode ser identificada em outras obras do Ateliermob, como na intervenção no Palácio Marquês de Abrantes e nos bairros PRODAC.

À semelhança de outras entidades como, por exemplo, a Cáritas, que sinalizaram dificuldades dentre alguns habitantes em entender os elementos gráficos mais técnicos que lhes apresentavam (Costa, 12 de janeiro de 2018), a equipa do Ateliermob deparou-se com a necessidade de definir estratégias que permitissem uma leitura mais clara das hipóteses que ia formulando. No âmbito de uma observação construída durante uma reunião com os habitantes da casa FV3, Ana Catarino reflete sobre a necessidade da equipa “(...) *pensar em como explicar o que se propõe tendo em conta o que parece ser uma fraca capacidade de lidar com o abstracto.*”. Neste sentido, o Ateliermob empreendeu a tarefa de experienciar outros tipos de representação e expressão gráfica, como desenhos feitos à mão, ou fotografias de exemplos, na procura de uma melhor comunicação dos avanços que o projeto ia sofrendo.

Esta procura de estratégias de comunicação por parte do Ateliermob atribui-se a um entendimento do projeto arquitetural como um processo colaborativo, onde o habitante não é apenas o recetor da solução final, mas um ator que participa na sua construção; participação esta que não se define numa atitude impositiva – de nenhum dos dois lados –, mas de colaboração na procura de um consenso equilibrado entre as ideias e os desejos dos habitantes e o contributo do conhecimento técnico do arquiteto (Vieira, 9 de abril de 2018). A construção desse consenso dá-se ao longo da *fase de formulação de hipóteses*, que Marta Vieira descreve como um processo de aprendizagem mútua (Vieira, 9 de abril de 2018) e onde as propostas se vão ajustando consoante os resultados da confrontação de conhecimentos. As reuniões que a equipa foi tendo com os habitantes ao longo do desenvolvimento dos projetos foi espaço de discussão e tomada de decisões sobre vários temas que vão desde a configuração e organização dos espaço, à escolha de acabamentos como os materiais do pavimento ou o sistemas de sombreamento. Se este exercício de abertura ao contributo um do outro se pode referenciar como parte do modo de operar do Ateliermob - e assim se entende que a sua postura não se alterou perante a particularidade do contexto em estudo - reconhece-se que os condicionamentos financeiros, como fatores específicos da circunstância, surgem como argumento de algumas decisões, como por exemplo no caso FV1, em que a possibilidade de integrar um sistema de aquecimento ficou pendente da situação orçamental. A urgência, pelo contrário, foi-se desvanecendo ironicamente com o passar do tempo, já que com este surgia a perspetiva de uma *nova casa*.

2.4. Identificação, definição e análise de estratégias de celeridade

Como método para compreender o tipo de esforços necessários que um ator pode assumir durante o desenvolvimento de um processo cuja complexidade está na concretização de cursos de ação que são demorados pela sua natureza, mas que está condicionado pela urgência, importa sinalizar as estratégias de celeridade que cada Equipa de Intervenção desenvolveu para se adaptar à circunstância e analisar as possibilidades de atuação que daí resultam. Neste sentido, foram identificadas três tipologias que enquadram as estratégias definidas pelo Ateliermob e pelos restantes atores intervenientes, e que se definem e analisam em seguida.

Constituição e organização interna das Equipas de Intervenção

Uma das estratégias adotadas pelo Ateliermob ocorreu ao nível da própria constituição da equipa, que foi aumentada com a contratação de três novos elementos. A fase de execução dos projetos foi, ao longo de todo o processo, a que obrigou à mobilização de um maior número de recursos humanos (9) e, apesar de a equipa suportar numericamente esse valor – era constituída por 12 elementos antes da contratação –, esta permitiu que outros projetos iniciados antes do envolvimento neste processo²⁷ avançassem simultaneamente. Com o início das obras, e à medida que a intervenção exigia mais do trabalho de acompanhamento do que de produção, alguns membros da equipa foram sendo mobilizados gradualmente para os outros projetos em curso (Ateliermob).

Esta estratégia de reforço da equipa tem implícita a consciência sobre a capacidade interna própria de assegurar o ritmo de produção necessário à circunstância e foi adotada por mais entidades, nomeadamente a EDP, a Cáritas e a SIC Esperança. Na fase inicial de levantamento de necessidades, a EDP efetuou um processo de recrutamento de voluntários para complementar a sua equipa e, na fase final da execução dos projetos, contratou uma empresa externa para complementar o seu trabalho ao nível das especialidades (Botelho, 9 de abril de 2018). À semelhança deste caso, a Cáritas contratou um gabinete de arquitetura além do que foi mobilizado inicialmente (Costa, 12 de janeiro de 2018). Já a iniciativa da SIC Esperança salienta-se por uma motivação distinta: esta concerne à necessidade sentida pela entidade gestora de introduzir um ator, com capacidades profissionais da área da arquitetura e da construção – neste caso um arquiteto –, que integrasse o processo como intermediário entre a SIC Esperança e as equipas técnicas de realização dos projetos (EDP) e das obras (empreiteiros) que estava a financiar. As funções deste ator são essencialmente da ordem do acompanhamento e verificação do cumprimento de prazos e objetivos (Farinha, 2 de novembro de 2018). Neste caso, o reforço da equipa funciona não só como estratégia de celeridade, mas também de fiscalização, já que a realização das funções enunciadas pode levar à sinalização antecipada de problemas que o não tivessem sido durante a execução do projeto.

Definição, formalização e validação dos projetos de arquitetura

Como foi referido anteriormente, a aplicação literal do *projeto-tipo* demonstrou-se condicionada por diversas incompatibilidades físicas que obrigavam a adaptações da sua forma e, no caso do Ateliermob, a sua aplicação nem chegou a ser ponderada. Ainda assim, estima-se que 123 dos 265²⁸ projetos de primeira habitação que foram desenvolvidos sob o regulamento do REVITA tenham tido este *projeto-tipo* como base. Na impossibilidade de reproduzir a configuração e organização espacial predefinida, entende-se que tenham sido uma referência essencialmente ao nível de aspetos construtivos, nomeadamente nos materiais e métodos construtivos.

²⁷ Destes destacam-se o Salão Central de Évora e a Torre do Relógio de Amareleja.

²⁸ Consideram-se como possíveis casos de adaptação do projeto-tipo as primeiras habitações que ficaram a cargo do Fundo REVITA e da SIC Esperança, ou seja, que tiveram projetos desenvolvidos pela EDP, e que são 96 e 22, respetivamente; e as 5 habitações financiadas pela Mota Engil (Allison, 4 de dezembro de 2017).

Em relação ao processo de entrega e aprovação dos projetos, que foi identificado como uma das áreas de possível intervenção em função da celeridade, também podem ser sinalizadas distintas estratégias. No caso do Ateliernob, todos os projetos realizados foram submetidos nos municípios na forma de Licenciamento (Projeto Base) e posteriormente desenvolvidos e entregues como Projeto Base Detalhado antes de dar início às obras - e apesar da possibilidade de submissão como Comunicação Prévia devido à disponibilidade do *regime excecional de controlo prévio*. A realização do Projeto Base Detalhado pretendia conferir ao projeto arquitetónico um grau de detalhe que, noutra circunstância, seria abordado como Projeto de Execução. A adaptação que aqui se identifica consistiu numa entrega desta fase onde nem todos os elementos processuais que implica foram formalizados na íntegra (Ateliernob).

No caso da Cáritas, a estratégia de celeridade adotada foi a construção efetiva das habitações antes da formalização e entrega dos elementos processuais. Neste sentido, as obras das habitações permanentes de que era responsável foram iniciadas antes do seu licenciamento (Costa, 12 de janeiro de 2018). Esta estratégia dificultou o desenvolvimento de uma relação de coordenação e transparência com as entidades municipais que, sem informação oficial sobre os projetos, não tinham conhecimento integral sobre as soluções e os seus avanços.

Se comparada com outros casos em que os projetos foram desenvolvidos apenas até à fase de Comunicação Prévia ou, como no caso da Cáritas, construídos antes de submetidos, a estratégia do Ateliernob pode ser reconhecida como menos eficiente a acelerar o processo que antecede a construção da casa – no caso da Cáritas, por exemplo, a primeira obra tem início a 30 de outubro de 2017²⁹ (Coimbra, 17 de agosto de 2018), enquanto que a primeira obra do Ateliernob se inicia a 9 de janeiro de 2018³⁰. As diferentes estratégias podem ser justificadas pelas prioridades que cada entidade estabelece para as suas intervenções. No caso do Ateliernob estas identificam-se como: i) a possibilidade de colmatar atrasos no arranque e desenrolar das obras que a indefinição de um projeto na fase de Comunicação Prévia apresenta; ii) e, principalmente, a intenção de proporcionar uma maturação dos projetos que, considerando a análise anterior e o que se subentende do seu modo de operar, deriva da intenção de provocar uma transformação efetiva na vida dos habitantes, construindo uma *nova* casa com estes que possa ser expressão da sua identidade e para o qual o detalhe que definem é determinante. Em contraposição, a Cáritas estabeleceu a celeridade como prioridade da sua intervenção, motivada pela necessidade de fazer uma “*gestão das expectativas*” temporais dos intervenientes (Costa, 12 de janeiro de 2018).

29 A data da primeira obra referida no relatório refere-se ao dia de 25 de agosto de 2018, no entanto, e apesar de o documento não o especificar, entende-se que as obras iniciadas nesse dia são relativas às reconstruções parciais.

30 Apesar de se reconhecer que vários fatores como, por exemplo, o número de pessoas a trabalhar no projeto ou a própria complexidade deste contribuem para o desenvolvimento da fase de planeamento e, por isso, para a sua duração, as datas referem-se a título indicativo, para salientar a grande distância temporal entre as duas intervenções, que se entende essencialmente como um reflexo das duas estratégias.

Importa salientar o papel que também os municípios podem desempenhar no desenvolvimento de uma estratégia de celeridade deste carácter. A atuação destas entidades, assim como as prioridades que a definem, podem influenciar tanto a duração do processo de aprovação dos projetos, como a exigência dos elementos submetidos – e, consequentemente, a duração da sua execução. Neste sentido, a aplicação do *regime excecional de controlo prévio* foi a única estratégia que se pôde identificar, e o Município da Pampilhosa da Serra foi o único sinalizado por não o ter aplicado e ter assumido a responsabilidade de realização dos trabalhos de aprovação dos projetos desenvolvidos com um grau de detalhe superior ao da Comunicação Prévia. A tomada desta posição é justificada pela necessidade de aprovar apenas dois projetos de primeiras habitações e, apesar de o Município admitir que no caso das habitações afetadas pelo incêndio de outubro de 2017 o valor significativamente maior (600) estar a obrigar a uma simplificação dos projetos submetidos (Alves, 15 de junho de 2018), demonstra a capacidade de questionar a aplicação do Decreto-Lei.

Relação entre o arquiteto e os habitantes

A constituição do gabinete local em Figueiró dos Vinhos, além de ser uma estratégia de comunicação para a equipa do Ateliernob, pode ser reconhecida como uma estratégia de celeridade: ao permitir um contacto com os habitantes mais direto, em comparação com outros meios de comunicação, como conversas através do e-mail ou do telefone, potenciou uma comunicação mais clara e fluída, o que se supõe que, na fase de formulação de hipóteses, culminou mais rapidamente num consenso entre a equipa e os beneficiários.

Reconhece-se, no entanto, que a estratégia descrita surge da especificidade da postura do Ateliernob perante os habitantes, que se baseia na integração destes na tomada de decisões durante o planeamento da casa, num exercício de constante confronto de hipóteses com as necessidades e desejos que os habitantes vão revelando, e que entidades com posturas distintas recorrem a outras estratégias que se adaptem melhor ao seu modo de operar. Dentre as outras Equipas Técnicas, destaca-se a intervenção da EDP, que define uma estratégia de celeridade oposta à do Ateliernob, no sentido em que, em vez de potenciar uma aproximação aos habitantes, encontra no seu afastamento perante estes uma estratégia para acelerar o processo de definição e aprovação dos projetos arquitetónicos. Para tal, as câmaras municipais, mais do que serem elementos de apoio na instrução e aprovação dos processos, foram integradas como intermediárias entre a EDP e os beneficiários, ou seja, entre o arquiteto e os habitantes. Depois da equipa da EDP realizar as primeiras visitas de reconhecimento do lugar e levantamento de necessidades com os habitantes, prosseguiu com o desenvolvimento dos projetos e, após a formalização das soluções – que tinham, como referido, o *projeto-tipo* como base -, as entidades locais assumiram o papel de intermediário, recetor das propostas finais, que apresentavam posteriormente aos habitantes. Desta maneira, a EDP respondia a apenas uma entidade exterior a si, sem confrontar as hipóteses diretamente com os habitantes, reduzindo (ou anulando) a possibilidade da sua reformulação e acelerando eficazmente o processo da sua aprovação. A utilização desta estratégia, além de permitir adaptar os cursos de ação à

urgência da circunstância, corre o risco de limitar a capacidade dos seus objetivos responderem às reais necessidades dos habitantes, já que se baseia na sua exclusão do processo de formulação e aprovação de hipóteses.

A partir da análise das diferentes estratégias de celeridade que foram sinalizadas, conclui-se que a definição destas é reflexo das prioridades de intervenção do ator que as potencia. Apesar da equipa do Ateliermob reconhecer que há a necessidade de incutir celeridade ao processo de recuperação das habitações permanentes, e daí ter adotado algumas estratégias para tal, estas surgem como parte do processo de adaptação à especificidade de cada circunstância que é revelador do seu modo de operar. Em vez de a equipa entender a urgência como um fator condicionador das suas ações e dos objetivos das suas propostas, foi integrada no processo arquitetural como um fator a considerar, que define, como tantos outros, a circunstância de atuação. Neste sentido, as estratégias de celeridade a que o Ateliermob recorre não alteram a sua postura perante os habitantes, nem o compromisso – que deveria ser transigente a todos os intervenientes - de atuarem com a arquitetura como ferramenta de definição de uma forma na qual revejam a sua identidade e prevejam uma melhoria das suas condições de habitabilidade.

Apesar dos esforços de outras entidades que se foram sinalizando como produtivos no sentido de proporcionarem qualidade às habitações propostas, como a iniciativa de acompanhamento e fiscalização da SIC-E ou de cumprimento do processo de aprovação de todas as fases dos projetos pelo Município de Pampilhosa da Serra, identificaram-se várias estratégias de celeridade que podem ter ofuscado a conformidade das soluções com a ideia de casa dos habitantes e podem vir a desencadear contra-ações que afastam os cursos de ação dos objetivos de transformação social.

Depois de alguns meses de distanciamento e capacidade de autocritica, o representante da Cáritas no processo de recuperação do complexo de incêndios admite que esta entidade, ao condicionar a sua intervenção principalmente pelas expectativas temporais e limitações financeiras do fundo, levou algumas das decisões tomadas a transformarem-se em “*constrangimentos*” (Costa, 12 de janeiro de 2018). Estes surgiram, por exemplo, de escolhas relativas aos materiais e métodos construtivos utilizados, que introduziram, nalguns casos, soluções distintas às pré-existentes, que eram paredes de pedra ou de adobe ou ainda a utilização de madeira nos caixilhos; os constrangimentos são o resultado de uma consciencialização tardia de que a transferência de tecnologia potenciada com a substituição destes *modifying factors*, nomeadamente por paredes de alvenaria de tijolo ou caixilhos de PVC, contribui para o desvanecer da identidade da paisagem local. Perante a necessidade de dispensar tempo a planear soluções que fugiam à sua ordem de trabalhos habitual - como a reabilitação de paredes de pedra ou a aplicação de sistemas construtivos em terra -, a Equipa de Intervenção da Cáritas optou por cingir-se à execução das técnicas que dominava e, sob o pensamento de que é necessário “*baixar (...) algumas expectativas para dimensionar a sua intervenção àquilo que são as possibilidades*” (Costa, 12 de janeiro de 2018), avançou com soluções que, apesar de corresponderem à ideia de conforto desta

entidade, esta pode não responder à ideia de casa dos habitantes. Por exemplo, no caso de um casal estrangeiro que demonstrou interesse em ter uma casa mais ecológica, e até se disponibilizou para a construir, já que dominava a técnica construtiva em terra que queria aplicar, as suas expectativas foram “redimensionadas” para aceitarem aquilo que a Cáritas se propunha a oferecer-lhes.

2.5. A ação do Ateliermob nas dinâmicas sociais do lugar

Ao integrar o processo de recuperação das áreas ardidas, a FCG comprometeu-se a intervir em dois eixos de atuação: i) o primeiro, referente aos apoios cedidos no âmbito da parceria estabelecida com a UMP e protocolada ao Fundo REVITA; ii) e o segundo, através do qual pretendia focar-se na recuperação do tecido social, ao nível comunitário e regional. O desenvolvimento deste segundo eixo previa intervenções como a reabilitação de equipamentos comunitários, o apoio a instituições sem fins lucrativos locais e a promoção de estudos sobre a gestão e identificação de riscos naturais (Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de setembro de 2017, p. 8). A contratação do Ateliermob como Equipa Técnica da FCG implicava o seu envolvimento nestes dois eixos de atuação e previa que o gabinete de arquitetura fosse incumbido de funções como a *“instrução técnica dos processos de apoio, (...) suporte técnico aos processos de consulta a prestadores de serviços e fornecedores e respetivas adjudicações, (...) acompanhamento das execuções das intervenções, (...) validação das faturas e dos*

*autos de medição*³¹, (...) *receção técnica das obras, (...) sinalização de situações que devem merecer atenção*” (Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de setembro de 2017, p. 7), e ainda a prestação de “*serviços técnicos multidisciplinares de apoio especializado à intervenção da Fundação*” (Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de setembro de 2017, p. 9). Das funções referidas destacam-se a sinalização de outros casos que a equipa considere de intervenção necessária – e que o podiam ser mesmo antes do incêndio –, e a prestação de apoio e pareceres técnicos sobre os casos considerados pela FCG; estas representam a possibilidade da equipa alargar o seu campo de ação além da realização dos projetos de arquitetura das habitações – e encargos associados – e do respetivo processo de apetrechamento.

No desenvolvimento do segundo eixo de atuação, diversas instituições locais foram sinalizadas pela equipa FCG/Ateliernob³² como potenciais beneficiárias de algum tipo de apoio por parte destas entidades³³. Apesar de alguns casos não se terem efetivado numa intervenção – por razões que não se confirmam³⁴ – é possível identificar três casos em que foram implementadas distintas tipologias de apoios.

O primeiro caso que se salienta é o da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra (SCMPS) que é a única instituição apoiada que sofreu danos físicos devido ao incêndio; aqui, a intervenção do Ateliernob passou pela sinalização dos trabalhos a realizar – que, por se tratarem apenas de danos superficiais, foram de reparação – e o desenvolvimento do respetivo processo de adjudicação.

Outra instituição que foi ajudada pelo fundo FCG foi a Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande (AVIPG), que foi fundada a partir de um movimento da sociedade civil com o intuito de apoiar todos os que tenham sido afetados pelo incêndio e de apurar responsabilidades sobre as suas causas e danos materiais e humanos (“Criada a Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande,” 2017); neste caso, a ação do Ateliernob surge da necessidade de definir um espaço físico para ser a sede desta instituição e, neste sentido, a função da equipa foi identificar as possibilidades existentes e sinalizar uma solução. Esta, que foi a antiga escola primária de Figueira, localizada na freguesia de Vila Facaia em Pedrógão Grande, necessitava de algumas obras de reparação e apetrechamento que foram direcionadas para o Colectivo Warehouse³⁵.

31 Como já foi referido, os levantamentos das habitações ardidas foram efetuados por várias entidades, nomeadamente a CCDR-C, o IHRU, as Câmaras Municipais, a EDP e outros, e posteriormente entregues pelos municípios às entidades encarregues pelas reconstruções. No entanto, a receção de elementos incompletos, como no caso do Ateliernob (ver Anexos), ou mesmo o atraso da receção, como no caso da Galbilec (Figueiras, 16 de abril de 2018), obrigaram estas equipas a participar na concretização desses trabalhos.

32 Ver Anexo L.

33 Dentro dos dois eixos de atuação, a FCG implementou apoios nos quais se entende que a equipa do Ateliernob não participou, por não se enquadrarem nas áreas disciplinares que domina. Dessas intervenções destaca-se a “*reposição de bens e equipamentos agrícolas e florestais*”, a capacitação de Unidades de Saúde e a organização de rastreios à visão e audição nas escolas (Fundação Calouste Gulbenkian, 31 de dezembro de 2017).

34 Alguns projetos com as instituições locais podem não ter sido desenvolvidos, porque a FCG ponderou canalizar alguns recursos financeiros para a reconstrução das habitações afetadas pelos incêndios de outubro de 2017 (ver Anexo D).

35 Este coletivo também já tinha colaborado com a FCG e o Ateliernob na construção da Cozinha Comunitária das Terras da Costa.

A terceira instituição que foi alvo de intervenção do Ateliermob foi a Biblioteca de Figueiró dos Vinhos, que foi sinalizada pela FCG, pois já existia um contacto entre as duas entidades³⁶, e que, não tendo sido afetada diretamente pelos incêndios, foi apoiada no desenvolvimento de um projeto que já havia iniciado, juntamente com as bibliotecas de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, e que consistia na recolha de memórias das aldeias locais; o aporte do Ateliermob centrou-se na formalização de uma proposta em conjunto com a equipa local responsável pelo projeto. Apesar desta intervenção ter sido conduzida pela antropóloga da equipa, Ana Catarino, e de ter um efeito mais direto de dinamização cultural, entende-se que o (re)conhecimento do lugar através do entendimento da sua história, que aqui se reconstrói com a partilha, fomenta, dentro da comunidade local, o pensamento sobre o território, a paisagem, as dinâmicas culturais e, inevitavelmente, a arquitetura, e que, à semelhança da exposição “Entre Linhas”, realizada no Palácio do Marquês de Abrantes, pode potenciar um envolvimento mais ativo da comunidade na construção futura deste lugar.

Ao analisar a estratégia de atuação do Ateliermob na fase de planeamento das habitações permanentes pode-se concluir que a sua intervenção não se restringe à concretização dos projetos arquitetónicos por si só, mas aponta para transformações ao nível das condições de habitabilidade, influenciando diretamente na qualidade de vida dos habitantes e, consequentemente, no seu modo de habitar. As três intervenções recém apresentadas, ao influírem na construção ou requalificação de espaços que vão servir a comunidade local, ou ainda ao potenciarem o pensamento sobre estes, possibilitam o alargamento do campo de ação da equipa. Mais do que a área ou o número de pessoas que podem influenciar diretamente, importa realçar estas intervenções pelo papel que assumem dentro das dinâmicas sociais do lugar: o apoio à SCMPs representa a possibilidade desta manter em ativo os cuidados de saúde e bem-estar que oferecia à população local mais frágil, como os idosos; o apoio à AVIPG, ao materializar-se na definição de um espaço próprio para a instituição, contribuiu para a recuperação e o empoderamento da comunidade afetada que, através de reuniões, debates e sessões informativas, foi construindo um processo de reivindicação de direitos como vítimas; e a integração no projeto das Bibliotecas, que enfatiza a necessidade de todos se envolverem na construção do espaço, e no qual se lê a intenção de construir a capacidade crítica da população local.

36 Aquando da fundação da Biblioteca de Figueiró dos Vinhos, a FCG doou o espólio da Biblioteca itinerante que aí havia constituído anteriormente (ver Anexo D).

Fatores catalisadores e condicionantes do alargamento do campo de ação do Ateliermob

Apesar de se reconhecerem estas intervenções como um resultado da capacidade do Ateliermob sinalizar e avaliar as necessidades que vão além das qualidades físicas do espaço, importa lembrar que também foram potenciadas por um compromisso interno da FCG; reconhece-se aqui a partilha entre as duas entidades de uma sensibilidade quanto ao papel da arquitetura na construção do espaço social, que catalisa o alargamento do campo de ação do Ateliermob, e que pode justificar a ligação com a FCG, não só no âmbito deste processo, mas das outras intervenções realizadas em conjunto antes desta.

No início de dezembro de 2017, quase três meses depois da estabilização das listas de identificação e do processo de atribuição das habitações, a CCDD-C indicou à Parceria FCG/UMP oito processos para financiar. Destes, um era de reparações e sete de reconstrução total de habitações permanentes, e, por razões pouco claras, já não estavam a ser considerados no âmbito dos fundos a que tinham sido inicialmente atribuídos. Considerando as suas funções dentro da Equipa FCG/Ateliermob, a entidade em estudo partiu com uma avaliação dos casos, analisando o desenvolvimento dos processos e a qualidade das propostas, caso existissem, e emitindo posteriormente um parecer quanto à melhor estratégia de atuação para seguir em cada um deles. Apesar do Ateliermob concluir que cinco dos oito processos não reuniam as condições necessárias para se dar início à fase de implementação, as entidades gestoras da Parceria FCG/UMP decidiram aceitar o seu financiamento e prosseguir com o desenvolvimento dos processos. Os motivos que estão por trás da decisão do Ateliermob prendem-se com a falta de definição e maturação dos projetos - dois destes eram referentes a adaptações do projeto-tipo e três possuíam apenas orçamentos.

Este caso em que o poder de decisão da entidade gestora se sobrepõe ao contributo do arquiteto num tema em que é evidente que a sensibilidade e o conhecimento profissionais deste são pertinentes, salienta que, apesar da possibilidade de alargamento do campo de ação do Ateliermob devido às condições sobre as quais a sua parceria com a FCG se estabelece, as suas intervenções são dependentes da aprovação da entidade gestora. Este condicionamento é resultado do âmbito em que surge a Equipa de Intervenção, assim como a sua estruturação, que é o da necessidade de gerir um fundo financeiro e não da necessidade de gerir as questões intrínsecas à arquitetura e ao espaço - e que era também efetiva. A estruturação desta Equipa de Intervenção formaliza-se, então, a partir de um esquema top-down, em que os elementos que detêm o conhecimento necessário à tomada das decisões que concernem ao espaço e à sua organização são subjugados ao poder da Entidade de Gestão. Apesar de não haver informação detalhada sobre as funções que as outras Equipas Técnicas desempenharam e sobre a estruturação interna de cada Equipa de Intervenção, todas parecem remeter para este esquema top-down.

Parte 3

Sistematização de resultados

3. Sistematização de resultados

A presente dissertação foi construída com base no reconhecimento do caráter dual de um processo de recuperação de um desastre. Esta dualidade materializa-se nas possibilidades e nas condicionantes que uma circunstância pós-desastre apresenta perante a necessidade de ser intervencionada. As primeiras obrigam a abarcar este processo a partir de uma perspectiva de desenvolvimento integral, onde os objetivos das intervenções devem ir além da reparação física do ambiente destruído pela ocorrência, apontando para estratégias de transformação a níveis estruturais mais profundos, referentes às dinâmicas sociais implícitas nas relações do homem com o espaço. E as segundas - que distinguem este tipo de contextos da realidade quotidiana - compulsam a um estado de clara consciência sobre si mesmas e sobre as reais necessidades das pessoas afetadas.

Para que as condicionantes não se imponham como limitações das possibilidades, o arquiteto deve assumir perante umas e outras uma postura realista e simultaneamente inovadora, desenvolvendo estratégias que lhe permitam adaptar-se às especificidades da circunstância sem se desviar das prioridades de transformação social. A definição das suas intervenções deve partir de um questionamento que não considere apenas o seu aspeto prático, de construção de um método de trabalho, mas da própria intenção que as justifica. Este questionamento deve ser constante, ao longo de todo o processo, para que se vá ajustando às retroações que surgem com o desenvolvimento dos cursos de ação.

A consolidação deste processo de recuperação deve ser o resultado de um esforço colaborativo, onde os atores das outras áreas disciplinares e o arquiteto se relacionam de forma transparente e flexível, num registo de partilha de conhecimentos e responsabilidades, e onde a participação da própria comunidade afetada deve ser incentivada, não só pelo que pode representar para a sua recuperação psicológica ou como recurso para o processo em si, mas pela necessidade de ser parte das escolhas para que estas possam estar em conformidade com o seu modo de habitar o espaço.

No seguimento disto, um processo de recuperação de habitações permanentes, para que seja ação integrada desse processo de desenvolvimento, deve ser empreendido a partir da mesma postura de questionamento. Neste caso, reconhece-se a necessidade de pensar a casa não só como elemento de

expressão individual do seu habitante, mas representativa de uma cultura e da sua paisagem. Conclui-se reafirmando que, dentro dos condicionamentos que possam existir, a forma das habitações deve ser definida segundo os critérios que a definiriam numa circunstância considerada normal.

No contexto do processo de recuperação de habitações após os Incêndios de junho de 2017, o arquiteto surge numa rede de vários atores que se relacionam entre si de forma mais ou menos direta, consoante as suas funções no processo de recuperação das habitações permanentes. Neste, o arquiteto surge a partir de uma organização top-down que o afasta, assim como aos outros profissionais da organização do espaço, da gestão do processo em estudo. Essa organização reflete os próprios objetivos que estruturaram todo o processo: o Regulamento que foi base para tal define políticas de funcionamento e administração de fundos monetários, integrando a arquitetura e as suas formas de materialização como despesas, em vez de áreas de estudo. Com esta observação pretende-se salientar que, mesmo havendo margem para atuar além do projeto arquitetónico das habitações, como foi o caso do Ateliernob, não se conduziu um plano geral que analisasse as intervenções como um todo a partir da perspectiva de profissionais do espaço, quando uma intervenção neste era exatamente o objetivo do processo.

Além da estruturação que o Regulamento do Fundo REVITA incutiu na *fase de preparação* – já que pretendia assegurar o desenvolvimento de todos os cursos de ação de forma paralela, uniforme e num esforço de maximização de recursos – sinalizaram-se mais dois instrumentos de atuação que, tal como este, pretendiam incutir celeridade à *fase de planeamento* das casas: i) um projeto-tipo e ii) um Regime excecional de controlo prévio, que podiam influir diretamente na fase de desenho e aprovação dos projetos em si. À semelhança das limitações que se podem associar a soluções pré-fabricadas, o projeto-tipo apresentava uma base a partir da qual a forma da casa podia ser adaptada (já que se revelaram incompatíveis sem alterações), e o Regime, que permitia a aprovação dos projetos numa fase de menor detalhe. Reconhece-se que a disponibilização de qualquer um destes instrumentos pode apresentar benefícios de celeridade, no entanto, a sua utilização deve partir de uma avaliação eficiente dos recursos existentes e da confrontação de todas as possibilidades existentes. Caso contrário, os dois instrumentos, ao influírem diretamente na forma da casa, podem arriscar a sua limitação.

Dentre as várias entidades intervenientes foram sinalizadas distintas estratégias de atuação e celeridade que se atribuem às intenções e prioridades a partir dos quais cada uma construiu a sua intervenção. No caso do Ateliernob, as estratégias de celeridade que se sinalizaram foram a contratação de recursos humanos, para apoiar os elementos da equipa já existente tanto no desenvolvimento dos projetos neste âmbito como de outros independentes ao contexto; a adaptação da formalização do Projeto de Execução, através da exclusão de alguns dos elementos processuais; e o estabelecimento de uma relação mais direta com os habitantes, através da construção de um gabinete técnico local, que permitia um contacto mais direto e, consequentemente, mais célere durante a fase de formulação de hipóteses.

Apesar destas estratégias se identificarem segundo o potencial que apresentavam em acelerar o desenvolvimento dos projetos, entende-se que não rompem como o modo de operar do Ateliernob. Em

vez disso, apresentam-se como o resultado da capacidade de adaptação à especificidade da circunstância que é intrínseca a este.

A análise do processo arquitetural desta equipa permitiu ainda concluir que, desde a fase de levantamento de necessidades, à fase de formulação de hipóteses e ao momento da estabilização de uma destas, o Ateliernob transpôs para o contexto em estudo outras ferramentas implícitas ao seu modo de operar. Destas identifica-se o seu método de avaliação de necessidades, que parte do entendimento do significado que o espaço tem para os habitantes, neste caso do seu modo de habitar a casa; e a integração destes no processo de formulação de hipóteses, potenciado a sua participação na tomada de decisões sobre a forma da habitação. Esta participação foi fulcral para construir uma postura mais crítica por parte dos habitantes, a partir da qual podiam valorizar a *fase de planeamento* por aquilo que podia significar na sua nova casa.

A confrontação dos resultados das avaliações de necessidades com as soluções propostas pelo caso de estudo revela que as propostas da equipa foram definidas tendo em consideração todos os aspetos implícitos à forma de uma casa e que concernem tanto à sua função física (como a contante preocupação pela garantia da acessibilidade), como pelo seu significado como espaço de expressão do habitante, onde este deve rever o seu modo de habitar.

A análise da colaboração do Ateliernob neste contexto permite concluir que a equipa transpôs para este a postura que o caracteriza e que tem implícita a intenção de utilizar a arquitetura como elemento potenciador de uma transformação social. E, se no processo de recuperação de habitações essa transformação tem um impacto mais individual, reconhece-se que nos apoios às instituições locais pôde assumir uma posição à escala comunitária.

À semelhança dos exemplos de Shigeru Ban e do Atelier Bow-Wow na plataforma ArchiAid, a intervenção do Ateliernob neste contexto revela que o modo de operar do arquiteto vai inevitavelmente conduzir as suas ações numa circunstância pós-desastre e que, para que estas potenciem uma *nova* circunstância, a consciência que têm sobre o carácter social que é implícito a qualquer obra de arquitetura, assim como a postura que assumem perante este, é o que lhes permite lidar com as especificidades da circunstância sem limitar o significado que as soluções devem ter para os seus futuros habitantes.

Considerações finais

Na perspectiva de responder aos objetivos que impulsionaram o presente estudo construiu-se uma rede de fundamentos a partir dos conceitos de desastre e de vulnerabilidade. Ao reconhecer que a dimensão causal destes é intrínseca às relações quotidianas que os homens estabelecem entre si e com o meio, complementou-se um conhecimento inicial de que o processo de recuperação de um desastre deve ser conduzido segundo estratégias de prevenção destes fenómenos e de mitigação dos seus danos. Os objetivos das transformações espaciais que o arquiteto pode potenciar neste sentido – que podem variar da escala territorial à de um edifício – estendem-se além daquilo que permitem alterar nas condições físicas do espaço e apontam para a construção de uma *nova* circunstância. Esta define-se como o resultado de uma transformação que, além de inevitável, contribuiu para uma estrutura social mais equilibrada. Concluiu-se que a recuperação de um desastre deve ser conduzida como um processo de desenvolvimento integral, não se focando na reparação dos danos físicos provocados pelo fenómeno, mas pensada como uma intervenção mais profunda no tempo e no espaço, considerando que este é pensado segundo o significado que tem na definição das dinâmicas sociais que caracterizam a sociedade afetada.

Se o entendimento anterior concorreu para definir que o arquiteto deve procurar soluções que não se afastam do que seriam num contexto quotidiano, as condicionantes relativas à escassez de tempo e de recursos que caracterizam uma situação pós-desastre destacam a importância de enfrentar o processo arquitetural com realismo, definindo prioridades e fazendo uma correta avaliação das necessidades das pessoas afetadas. Além disto, o arquiteto deve manter uma postura de permanente questionamento que lhe permita manter o foco nos seus objetivos e ir adaptando os cursos de ação às alterações que a circunstância vai sofrendo.

O estudo de casos de referência permitiu identificar em contextos reais como é que os fatores até aqui aludidos se podem traduzir em métodos e estratégias de atuação que contribuem para um desenvolvimento a todos os níveis. A integração do Ateliemob como potencial caso de referência surge do reconhecimento do seu modo de operar e das prioridades que o regem. No contexto da recuperação de

habitações ardidas nos Incêndios de junho 2017, a análise da colaboração do Ateliernob revela que esta entidade, sem colocar em causa a concretização de objetivos estruturais mais profundos, desenvolveu estratégias de celeridade. No entanto, estas são reconhecidas como o resultado de uma capacidade de adaptação a cada circunstância, que é intrínseca ao seu modo de operar e que se materializa com a avaliação das necessidades das pessoas afetadas e com o entendimento do significado que o espaço tem para estas. Na postura que a equipa assume perante as possibilidades da circunstância está ainda patente a preocupação em definir soluções que se integram não só nas expectativas e necessidades dos habitantes, mas que possam ser reconhecidas como parte de uma unidade territorial. Esta preocupação traduz-se, por exemplo, na definição de espaços que possibilitam o acesso e a comunicação entre o interior e o exterior – intrínseca à cultura local, e a conservação de paredes de pedra que representam a arquitetura e a paisagem do lugar.

No processo de recuperação das habitações ardidas em junho de 2017, a multiplicidade de atores intervenientes contribuiu para que a presença do arquiteto e da arquitetura fosse procurada e conseguida de diversas maneiras. Estas distinguem-se pelas posturas que os atores assumiram perante as possibilidades e as condicionantes da circunstância, por exemplo na utilização e no questionamento dos instrumentos de atuação que foram disponibilizados, assim como nas prioridades que estabeleceram para as suas intervenções e na forma como se relacionaram com os habitantes. O estudo do caso do Ateliernob revelou que a sua postura perante todos estes fatores pode contribuir para a construção de uma nova circunstância, no entanto, essa multiplicidade de atuações não permite retirar conclusões quanto ao processo como um todo; cada atuação deve ser estudada a partir da sua particularidade.

Nos meses posteriores à ocorrência dos Incêndios, os media mantiveram a cobertura, focando-se no desenvolvimento dos processos de recuperação das áreas ardidas. Este acompanhamento mediático constante foi decisivo para manter os portugueses atentos à concretização destes processos, o que pode ter sido catalisador de várias das medidas que foram tomadas. No entanto, a recolha de dados e testemunhos dos que tiveram uma intervenção direta nesse processo demonstrou que a informação que ia alimentando esse estado de alerta e que foi sendo mais ou menos contextualizada e instrumentada, contribuiu para a construção de uma consciência desfocada por parte da população portuguesa e de várias entidades do poder sobre as possibilidades e as condicionantes da circunstância em que as pessoas afetadas estavam a viver e os distintos atores intervenientes estavam a atuar.

Um ano depois dos Incêndios, cerca de 60% das habitações permanentes já estavam concluídas e as restantes com construção iniciada ou em processo de o ser proximamente. Mesmo não tendo cumprido alguns prazos que iam sendo anunciados na comunicação social – e que tinham apenas fundamentos simbólicos como a proximidade do natal ou do aniversário do Complexo de Incêndios- , importa reconhecer que a rede de atores agiu, de forma geral, com celeridade, dada a natureza demorada dos trabalhos a que este tipo de processo de recuperação obriga. A valorização dessa celeridade não pretende caracterizar este processo como bem-sucedido – o que discriminaria todo o pensamento até aqui -, mas alertar para a necessidade de construir uma consciência na sociedade portuguesa sobre a realidade destes acontecimentos. Mesmo reconhecendo que a colaboração do Ateliernob ou outra pode potenciar uma

transformação social positiva, o sucesso das soluções em si será definido pelos habitantes através do uso, no processo de evolução da casa como contentor para Casa como reflexo da sua identidade individual, ou seja, no seu habitar.

Em continuação ao que foi referido anteriormente, a arquitetura sozinha não pode transformar a condição social do espaço e, por isso, mesmo que outras ações como as do Ateliermob surjam neste processo, a possibilidade dessa nova circunstância se efetivar obriga à definição de objetivos de desenvolvimento onde estas se possam integrar. É neste sentido que surge, por exemplo, o “Programa de revitalização do Pinhal Interior”, que foi construído a partir das recomendações definidas pela CTI e representa as principais medidas previstas. Este documento aponta objetivos em três eixos de atuação: Floresta Sustentável e Resiliente; Prevenção estrutural dos incêndios rurais; e Território Atrativo, Competitivo e Inovador. Apesar de apresentar várias medidas, principalmente relativas ao ordenamento territorial, salienta-se que consiste num planeamento isolado do que foi o processo de recuperação das habitações permanentes. O sucesso deste será ditado pelo tempo, seja pelo desenvolvimento das obras e das dinâmicas estabelecidas entre todas as entidades, como pelo relação entre as medidas previstas e a fragilidade social pré-existente.

Bibliografia

Livros

- Amaral, K. d., Lobo, J. H., & Malato, J. J. (2004). Zona 3 - As Beiras. In *Arquitetura Popular em Portugal* (4ª ed., Vol. I). Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- Awan, N., Schneider, T., & Till, J. (2011). *Spatial Agency - Other ways of doing architecture*. New York: Routledge.
- Barakat, S. (2003). *Housing Reconstruction after Conflict and Disaster*. Londres: Overseas Development Institute.
- Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I., & Wisner, B. (2003). *At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters* (2 ed.): Routledge.
- Cardoso, I. L. (2013). A urbanização da paisagem rural e o papel das casas dos emigrantes. In *Paisagem e património : aproximações pluridisciplinares* (1ª ed.). Porto: DAFNE Editora.
- Carlo, G. D. (2005). *Architect's public*. In P. B. Jones, D. Petrescu, & J. Till (Eds.), *Architecture & Participation*. Nova York: Spon Press.
- Cravidão, F. D. (1989). *Residência Secundária e Espaço Rural – Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal* (1ª ed.). Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.
- Cuny, F. C. (1994). *Disasters and Development*. Dallas, Texas: INTERTECT Press.
- Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico* (1ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa Lda.
- Domingues, Á. (2011). *Vida no Campo* (1ª ed.). Porto: DAFNE Editora.
- Filgueiras, O. L. (1985). *da Função Social do Arquitecto - para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada* (2ª ed.). Porto: E.S.B.A.P.
- Gómez-Guillamón, M. (2014). *Proyecto Arquitectónico vs Proyecto De Arquitectura*. In *Arquitectura y Derechos Humanos*. Roma: Aracne editrice.
- Hertzberg, H. (1984). *The interaction of form and users*. In *The Scope of Social Architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold Company Inc.
- Lobos, J. (2014). *Arquitectura y Derechos Humanos*. Roma: Aracne editrice.
- Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2014). *Las Formas del Poder*. In *Arquitectura y Política*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Oliver, P. (2006). *Built to meet needs - Cultural Issues in Vernacular Architecture* (1ª ed.). Oxford: ELSEVIER.
- Pallasmaa, J. (2017). *Habitar* (À. G. Imirizaldu, Trans. 1ª ed.). Barcelona: Editorial Gustavo Gil, SL.
- Rapoport, A. (1969). *House Form and Culture*. Englewoods, New Jersey: PRENTICE-HALL, Inc.
- Ribeiro, O. (1991). *Portugal: o Atlântico e o Mediterrâneo - Esboço de relações geográficas* (6ª ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Stohr, K. (2006). *100 Years of Humanitarian Design*. In *Architecture for Humanity* (Ed.), *Design Like You Give a Damn - Architectural Responses to Humanitarian Crises*: Thames & Hudson.
- Távora, F. (2004). *Da Organização do Espaço* (5 ed.). Porto: FAUP Publicações.
- Telles, G. R. (2016). *Textos Escolhidos: ARGUMENTUM*.
- UN-HABITAT, & IFRC. (2013). *Post disaster Shelter Projects - ten designs*. Geneva: UN-HABITAT.
- Universidade de Évora - Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico. (junho de 2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem de Portugal continental* (Vol. III - Grupos de Unidades de Paisagens, F (Beira Alta) a J (Pinhal Centro)).
- Vargas, J. E. (abril de 2002). *Políticas públicas para la reducción de la vulnerabilidad frente a los desastres naturales y socio-naturales*. Santiago de Chile: Naciones Unidas - División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos.
- Villanova, R., Leite, C., & Raposo, I. (1994). *Casas de Sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra, Lda.

Revistas

- Carapinha, A. (outubro 2015). Do Topus e do Locus. Revista AP - Arquitectura Paisagista, Fazer Paisagem(11)
- Siena, M. (2014). Desastres y vulnerabilidad: un debate que no puede parar. BULLETIN de l’Institut Français d’Études Andines - Políticas de vivienda posdesastre en América Latina
- Vale, C. P. d. (Março 2013). Arquitectura em cenários pós-catástrofe. PROCIV.

Documentos legais

- Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA, (12 de julho de 2017).
- Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro.
- Gobierno de Chile. (Agosto de 2014). Plan de Inversiones- Reconstrucción Y Rehabilitación Urbana.
- Lei nº49-A/2017, de 10 de julho.

Relatórios

- ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami
- Build Back Safer with Vernacular Methodologies. (2013)
- CCDR-C. (30 de junho de 2017). Relatório de Incêndios na Região Centro
- CEIF-ADAI. (outubro de 2017). O Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017
- Coimbra, C. D. d. (17 de agosto de 2018). Compromisso Cáritas de Coimbra - Reconstrução (parcial e total) de habitações
- CTI. (12 de outubro de 2017). Relatório - Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão, entre 17 e 24 de junho de 2017
- Fundação Calouste Gulbenkian. (25 de setembro de 2017). Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das áreas afetadas pelos incêndios - relatório de progresso
- Fundação Calouste Gulbenkian. (31 de dezembro de 2017). Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das áreas afetadas pelos incêndios - relatório de progresso
- Fundo REVITA. (Abril de 2018). 3º Relatório Trimestral - Abril de 2018
- Fundo REVITA. (Janeiro de 2018). 2º Relatório Trimestral - Janeiro de 2018
- Fundo REVITA. (setembro de 2017). 1º Relatório trimestral - Julho a Setembro de 2017
- ICNF. (3 novembro 2017). Relatório Provisório de Incêndios Florestais - 2017
- ICNF. (22 de junho 2017). Relatório Extraordinário Provisório de Incêndios Florestais - 2017
- IPMA. (30 de junho de 2017). Relatório - Condições meteorológicas associadas ao Incêndio de Pedrógão Grande de 17 junho 2017.

Entrevistas

- Allison, B. (4 de dezembro de 2017) /Interviewer: S. Pereira.
- Alves, F. (15 de junho de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Botelho, S. (9 de abril de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Catarino, A. (8 de fevereiro de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Costa, L. (12 de janeiro de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Domingues, Á. (26 de outubro de 2017) /Interviewer: M. A. Silva. Jornal de Leiria.

Farinha, P. (2 de novembro de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Figueiras, J. (16 de abril de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Vieira, M. (9 de abril de 2018) /Interviewer: S. Pereira.

Websites

Archdaily. (2017). Construir Redes em Marvila – Casas Entre Linhas / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliermob>

Ateliermob. (15 de dezembro de 2015). NOVIDADES DAS TERRAS DA COSTA. Retrieved from <http://ateliermob.com/novidades-das-terras-da-costa-473312>

Ateliermob. (15 de outubro de 2015). ATELIERMOB - ARQUITECTURA, DESIGN E URBANISMO LDA.

Câmara Municipal de Lisboa. (7 de abril de 2018). BIP/ZIP 2018 em ação. Retrieved from <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/bipzip-2018-em-acao>

Heritage Foundation. Heritage Foundation - About us. Retrieved from <http://www.heritagefoundationpak.org/Page/1307/About-Us--Registration--Mission--Vision--Board-of-Directors-HF-Offices-Registration-Heritage-Foundat>

Incêndio de Pedrógão Grande é o terceiro com mais vítimas mortais na Europa. (2017). Retrieved from <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/incendio-de-pedrogao-grande-e-o-terceiro-com-mais-vitimas-mortais-na-europa>

Instituto Nacional de Estatísticas. Retrieved from https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000603

MAR-VILA. (2016). Projetos - Parque Intergeracional de Marvila. Retrieved from <http://mar-vila.org/projetos/>

McCurdy, C. (2017). Reconstructing the Shrine: Architects in Post-Disaster Tohoku. Retrieved from <https://intpolicydigest.org/2017/05/15/reconstructing-the-shrine-architects-in-post-disaster-tohoku/>

Priberam. Retrieved from <https://www.priberam.pt/dlpo/urg%C3%A2ncia>

Shigeru Ban Architects. PAPER LOG HOUSE - Turkey, 2000 / Bhuj, India, 2001. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2001_paper-log-house-india/index.html

Shigeru Ban Architects. PAPER LOG HOUSES - Kobe, Japan, 1995. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_paper-log-house-kobe/index.html

TANTO MAR. TANTO MAR – Arquitectos Portugueses lá fora. Retrieved from <http://tantomar.pt/apresentacao/>

TSF. (22 de junho de 2017). Góis e Pampilhosa da Serra estão “obviamente” abrangidos por apoios. Retrieved from <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/incendios-gois-e-pampilhosa-da-serra-estao-obviamente-abrangidos-por-apoios-do-estado---governo-8583914.html>

Warehouse, C. (2014). Cozinha comunitária das Terras da Costa. Retrieved from <http://warehouse.pt/c011-pt.html>

Outros

Ateliernob. (2017). La Arquitectura como herramienta política. In. Valparaíso: Bienal de Arquitectura y Urbanismo de Chile.

Bairros da Prodac. In S. Notícias (Producer), Espaços & Casas.

Columbia GSAPP (Writer). (2017). GSAPP CONVERSATIONS #9: MOMOYO KAIJIMA OF ATELIER BOW-WOW IN CONVERSATION WITH AMALE ANDRAOS. In.

Palácio do Marquês Abrantes no ETNIAS - SIC. (2017). In SIC (Producer), ETNIAS.

Lista de Imagens

- Figura 1. O Complexo de Incêndios que atingiu a zona centro de Portugal em junho de 2017. Fotografia tirada no final do dia 17, quando estava no seu estado mais crítico.
Marchante, R. (2017). Um dos incêndios mais mortíferos. Retrieved from <http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/tragedia-em-pedrogao-grande/2017-06-18-Um-dos-incendios-mais-mortiferos>
- Figura 2. "Pressure and Release Model", o modelo de *Progressão da vulnerabilidade*.
Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I., & Wisner, B. (2003). *At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters* (2 ed.): Routledge.
- Figura 3. Fotografias dos Cerros Merced e Las Cañas (da esquerda para a direita) um ano depois do incêndio de abril de 2014.
Agência UNO. (2015). [FOTOS] El antes y después de Valparaíso a un año del incendio. Retrieved from <http://www.t13.cl/noticia/nacional/fotos-el-antes-y-despues-de-valparaiso-a-un-ano-del-incendio>
- Figura 4. Sessões de capacitação de uma comunidade afetada por inundações.
Al Jazeera (Writer). (2016). A Traditional Future. In.
- Figura 5. Um dos exemplos de um "Elevated Cultural Node".
Curry Stone Foundation. (2018). CAN POST DISASTER HOUSING BE SUSTAINABLE AND RESPECTFUL OF LOCAL VERNACULAR? Retrieved from <https://currystonefoundation.org/practice/heritage-foundation-of-pakistan/>
- Figura 6. Habitações temporárias construídas em Kobe, em 1995.
Shigeru Ban Architects. PAPER LOG HOUSES - Kobe, Japan, 1995. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/1995_paper-log-house-kobe/index.html
- Figura 7. Habitações temporárias construídas na Turquia, em 2000.
Shigeru Ban Architects. PAPER LOG HOUSE - Turkey, 2000 / Bhuj, India, 2001. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2001_paper-log-house-india/index.html
- Figura 8. Habitações temporárias construídas na Índia, em 2001.
Shigeru Ban Architects. PAPER LOG HOUSE - Turkey, 2000 / Bhuj, India, 2001. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2001_paper-log-house-india/index.html
- Figura 9. O centro de evacuação de Campesino antes da chegada da equipa VAN.
Architects, S. B. (2016). 2016年11月18日、PPS (Paper Partition System -紙の間仕切り) 設置. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2016_Amatrice_02/index.html
- Figura 10. Processo de montagem do PPS4 com os alunos da universidade de arquitetura local.
Architects, S. B. (2016). 2016年11月18日、PPS (Paper Partition System -紙の間仕切り) 設置. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2016_Amatrice_02/index.html
- Figura 11. Célula individual montada a partir do PPS4.
Architects, S. B. (2016). 2016年11月18日、PPS (Paper Partition System -紙の間仕切り) 設置. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2016_Amatrice_02/index.html
- Figura 12. Uma versão do PPS1, em Niigata, Japão, 2004.
Architects, S. B. (2004). PAPER HOUSE FOR NIIGATA EARTHQUAKE VICTIMS - Niigata, Japan, 2004. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2004_paper-house/index.html
- Figura 13. Processo de montagem do PPS2.
Architects, S. B. (2006). PAPER PARTITION SYSTEM- Fukuoka, Japan, 2005 Fujisawa, Japan, 2006. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2005_paper-partition-system-2/index.html
- Figura 14. Processo de montagem do PPS3.
Architects, S. B. (2006). PAPER PARTITION SYSTEM- Fukuoka, Japan, 2005 Fujisawa, Japan, 2006. Retrieved from http://www.shigerubanarchitects.com/works/2005_paper-partition-system-2/index.html
- Figura 15. Evolução do sistema de encaixes: PPS3 em cima e PPS4 em baixo.
Ban, S. (2010). Voluntary architects' network: making architecture, nurturing people: from Rwanda to Haiti. Tokyo.
- Figura 16. Exposição do projeto "Lost Homes".
ArchiAid. ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami.
- Figura 17. Desenvolvimento e exposição do projeto "A Book for Our Future, 311".
ArchiAid. ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami.
- Figura 18. Sessão de diálogo e discussão "Characters in Affected Areas: Talk Session".
ArchiAid. ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami.
- Figura 19. Estudos de planeamento à escala da cidade: Master plan de Namiita (em cima) e corte de Tachihama (em baixo).
ArchiAid. ArchiAid Annual Report 2011 - Relief and Recovery by Architects for Tohoku Earthquake and Tsunami.
- Figura 20. Estudo de planeamento e gestão de recursos naturais.
PechaKucha. (2012). PechaKucha Presentation. Retrieved from <https://www.pechakucha.org/presentations/itakura-core-house>
- Figura 21. Projeto de habitação de dimensões mínimas do arquiteto Kiyoshi Ikebe.
PechaKucha. (2012). PechaKucha Presentation. Retrieved from <https://www.pechakucha.org/presentations/itakura-core-house>
- Figura 22. Imagem do espaço interior multifuncional da Itakura House.
PechaKucha. (2012). PechaKucha Presentation. Retrieved from <https://www.pechakucha.org/presentations/itakura-core-house>
- Figura 23. Possibilidades de expansão da Itakura House.
PechaKucha. (2012). PechaKucha Presentation. Retrieved from <https://www.pechakucha.org/presentations/itakura-core-house>
- Figura 24. Um exemplar da Itakura House construído.

- PechaKucha. (2012). PechaKucha Presentation. Retrieved from <https://www.pechakucha.org/presentations/itaku-ra-core-house>
- Figura 25. O bairro das Terras da Costa da Caparica.
Guerra, F. (2015). Community Kitchen of Terras da Costa / ateliermob + Colectivo Warehouse. Retrieved from <https://www.archdaily.com/775891/community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliermob-plus-projecto-warehouse>
- Figura 26. A Cozinha das Terras da Costa e a horta comunitária.
Guerra, F. (2015). Community Kitchen of Terras da Costa / ateliermob + Colectivo Warehouse. Retrieved from <https://www.archdaily.com/775891/community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliermob-plus-projecto-warehouse>
- Figura 27. As múltiplas funcionalidades da Cozinha das Terras da Costa.
Guerra, F. (2015). Community Kitchen of Terras da Costa / ateliermob + Colectivo Warehouse. Retrieved from <https://www.archdaily.com/775891/community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliermob-plus-projecto-warehouse>
- Figura 28. Reabilitação do espaço público do bairro PRODAC NORTE.
d'Aires, N., & Vinagre, V. (2017). Prodac / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob>
- Figura 29. Processo de construção do anfiteatro ao ar livre (à esquerda) e a sua ocupação pela comunidade (à direita).
d'Aires, N., & Vinagre, V. (2017). Prodac / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob>
- Figura 30. Sessões de votação e debate com os moradores dos bairros PRODAC.
d'Aires, N., & Vinagre, V. (2017). Prodac / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob>
- Figura 31. O anfiteatro do Parque Intergeracional de Marvila.
MAR-VILA. (2016). Projetos - Parque Intergeracional de Marvila. Retrieved from <http://mar-vila.org/projetos/>
- Figura 32. Sessão de discussão com os moradores de Marvila.
MAR-VILA. (2016). Projetos - Parque Intergeracional de Marvila. Retrieved from <http://mar-vila.org/projetos/>
- Figura 33. O gabinete local constituído no Palácio do Marquês de Abrantes.
Archdaily. (2017). Construir Redes em Marvila – Casas Entre Linhas / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliermob>
- Figura 34. Exposição "Entre Linhas", realizada no Palácio do Marquês de Abrantes.
Archdaily. (2017). Construir Redes em Marvila – Casas Entre Linhas / ateliermob. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliermob>
- Figura 35. Mapa de localização da área afetada pelos Incêndios
Autora
- Figura 36. Mapa de enquadramento territorial da área afetada pelos Incêndios
Autora
- Figura 37. Mapa das Aldeias do Xisto: percursos e pontos de interesse
Simões, P. (2010). RELATÓRIO DE ESTÁGIO: *Licenciatura em Informática para o Turismo*. Retrieved from http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/665/1/Philip%20Sim%C3%B5es_6000762.pdf
- Figura 38. Mapa das Aldeias Históricas de Portugal
Aldeias Históricas de Portugal. (2018). Aldeias Históricas de Portugal. Retrieved from <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/planear/>
- Figura 39. Mapa topográfico da área afetada pelos Incêndios
Autora
- Figura 40. Tabela de dados sobre a população local
Instituto Nacional de Estatística
- Figura 41. A rede de ocupação populacional e o tamanho dos povoamentos na área afetada pelos Incêndios
CEIF-ADAI. (outubro de 2017). O Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017.
- Figura 42. O padrão de ocupação territorial da área afetada pelos incêndios
Autora
- Figura 43. Densidade das estruturas danificadas
CEIF-ADAI. (outubro de 2017). O Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de junho de 2017.
- Figura 44. Evolução dos grandes tipos de utilização do solo
Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico* (1ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa Lda.
- Figura 45. Distribuição dos usos do solo em Portugal Continental em 2010
ICNF. (2010). Inventário Florestal Nacional 6.
- Figura 46. Evolução histórica da área da floresta
Uva, J. S. (2015). A ocupação florestal do solo em Portugal Continental
- Figura 47. Evolução percentual do uso do solo no último século no Pinhal Interior Norte (à esquerda) e no Pinhal Interior Sul (à direita)
CTI. (12 de outubro de 2017). Relatório - Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão, entre 17 e 24 de junho de 2017.
- Figura 48. Ocupação dos diversos tipos de solos por concelho das regiões PROF Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul

CTI. (12 de outubro de 2017). Relatório - Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão, entre 17 e 24 de junho de 2017.

Figura 49. Primeira estimativa de danos e necessidades sinalizados pela CCDR-C (CCDR-C, 30 de junho de 2017, p. 18)

CCDR-C. (30 de junho de 2017). Relatório de Incêndios na Região Centro.

Figura 50. Total da área ardida por concelho

CCDR-C. (30 de junho de 2017). Relatório de Incêndios na Região Centro.

Figura 51. Uso do solo da área ardida por concelho

CCDR-C. (30 de junho de 2017). Relatório de Incêndios na Região Centro.

Figura 52. Total da área ardida no Pinhal Interior Norte (em cima) e no Pinhal Interior Sul (em baixo) desde 1975 até 2017

CTI. (12 de outubro de 2017). Relatório - Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão, entre 17 e 24 de junho de 2017.

Figura 53. Dimensão média das explorações agrícolas

Recenseamento agrícola 2009. (2011).

Figura 54. Rede de atores intervenientes no processo de recuperação das habitações permanentes

(Autora)

Figura 55. Enquadramento territorial das casas atribuídas ao Ateliernob

Autora

Figura 56. Enquadramento territorial das casas FV1, FV2 e FV3

Autora

Figura 57. Localização da casa FV1, na Goladinha

Autora

Figura 58. Localização das casas FV2 e FV3, em Vale Vicente

Autora

Figura 59. Enquadramento territorial das casas PG1, PG2 e PG3

Autora

Figura 60. Enquadramento da casa PG1, em Campelos

Autora

Figura 61. Enquadramento da casa PG2, em Troviscais Fundeiros

Autora

Figura 62. Enquadramento da casa PG3, em Casal dos Arais

Autora

Figura 63. Enquadramento territorial da casa PS1

Autora

Figura 64. Enquadramento da casa PS1, em Vale Porco

Autora

Figura 65. Fotografias da casa FV1 ardida

Ateliernob

Figura 66. O projeto do Ateliernob para o caso FV1

Ateliernob

Figura 67. Fotografias da casa FV2 ardida

Ateliernob

Figura 68. O projeto do Ateliernob para o caso FV2

Ateliernob

Figura 69. Fotografias da casa FV3 ardida

Ateliernob

Figura 70. O projeto do Ateliernob para o caso FV3

Ateliernob

Figura 71. Fotografias da casa PG1 ardida

Ateliernob

Figura 72. O projeto do Ateliernob para o caso PG1

Ateliernob

Figura 73. Fotografias da casa PG2 ardida

Ateliernob

Figura 74. O projeto do Ateliernob para o caso PG2

Ateliernob

Figura 75. Fotografias da casa PG3

Ateliernob

Figura 76. O projeto do Ateliernob para o caso PG3

Ateliernob

Figura 77. Fotografias da casa PS1 ardida

Ateliernob

Figura 78. O projeto do Ateliernob para o caso PS1

Ateliernob

Anexos

Anexo A - Entrevista concedida por Patrícia Farinha | *Transcrição*

Elemento da Equipa de Gestão do Fundo SIC Esperança
2 de novembro de 2017

Anexo B - Entrevista concedida por Betty Allison | *Apontamentos*

Elemento da Equipa Técnica do GORR
4 de dezembro de 2017

Anexo C - Entrevista concedida por Padre Luís Costa | *Transcrição*

Elemento da Equipa de Gestão da Cáritas Diocesana de Coimbra
12 de janeiro de 2018

Anexo D - Entrevista concedida por Ana Catarino | *Apontamentos*

Antropóloga da Equipa do Ateliernob
8 de fevereiro de 2018

Anexo E - Entrevista concedida por Marta Vieira | *Transcrição*

Arquiteta colaboradora do Ateliernob
9 de abril de 2018

Anexo F - Entrevista concedida por Simão Botelho | *Transcrição*

Arquiteto e voluntário externo da EDP
9 de abril de 2018

Anexo G - Entrevista concedida por José Figueiras | *Transcrição*

Engenheiro da Equipa Técnica Galbilec
16 de abril de 2018

Anexo H - Entrevista concedida por Fernando Alves | *Transcrição*

Engenheiro da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra
15 de junho de 2018

Anexo I - Aspetos relativos à colaboração do Ateliernob | *Apontamentos*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliernob
janeiro a junho de 2018

Anexo J - Apresentação dos casos atribuídos ao Ateliernob | *Tabela*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliernob
janeiro a junho de 2018

Anexo K - Dados gerais sobre os projetos do Ateliernob | *Tabela*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliernob
janeiro a junho de 2018

Anexo L - Apresentação dos casos de instituições locais | *Tabela*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliernob
janeiro a junho de 2018

Anexo M - O enquadramento do Ateliernob no processo de recuperação de habitações após o Complexo de Incêndios de 2017 | *Cronologia*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliernob
janeiro a junho de 2018

Anexo A - Entrevista concedida por Patrícia Farinha | Transcrição

Elemento da Equipa de Gestão do Fundo SIC Esperança

2 de novembro de 2017

Sara Pereira: A intervenção da SIC Esperança só teve reflexo na área da construção das habitações?

Patrícia Farinha: Sim. Neste âmbito deste “Abraço para Portugal” foi uma angariação de fundos que foi pura e dura para reconstrução. Nós antes de sabermos fizemos uma angariação interna e fomos comprar alguns bens mas nem foram para estas Câmaras, foram as que ainda não tinham nada na altura, que era Góis e Pampilhosa da Serra. Porque estava tudo tão concentrado nos outros, estavam com um excesso de doações e aqui ainda não tinham chegado.

SP: Disse que em relação aos concelhos afetados em outubro ainda não se sabe bem o que vão fazer.

PF: Nós estávamos um bocado reticentes. A SIC Esperança não tem fundos próprios, por isso precisa sempre de verbas, junto de parceiros ou angariações de fundos. Achámos que não faria sentido fazer nova angariação de fundos quando ainda não aplicámos toda a outra verba. Mas como fomos contactados por um grupo de empresários que se mostrou interessado em fazer uma doação à SIC Esperança para estes novos incêndios, amanhã vou ter um reunião com eles para saber qual é o interesse deles e a ordem de grandeza, perceber se faz sentido pra nós. Já troquei alguns contactos com a CCDR, disseram que estavam em reconstrução, que precisavam muito de alfaías agrícolas, também faltaram muitas em Pedrógão. Depois desta reunião vamos saber se avançamos ou não e em que modos.

SP: Qual foi o percurso até à ida para o terreno?

PF: Ainda no fim de semana, no domingo 18 de junho, aquilo começou a 17, começámos internamente cada um a tentar montar... isto era demasiado grave, eu já estava durante a noite a acompanhar, já fora de controlo, e percebi que áamos ter de fazer algum tipo de intervenção. Internamente começámos logo a montar a operação em parceria com a SIC. Começaram eles a criar estas questões todas, eu a ver como nos podíamos organizar, sempre em contacto com o Ministério da Administração Interna, com quem já tínhamos trabalhado no ano anterior aquando dos incêndios na Maderia. Estiveram sempre, apesar do caos todo, presentes, a atender o telefone. Depois houve ali algumas semanas de impasse, disseram que afinal já não era aquele o Ministério que ia ficar com o caso. Passou para o do Trabalho e Segurança Social, mas antes ainda esteve noutro que fez o levantamento, mas já não me lembro agora. Andou ali a saltitar até depois ficar no da Segurança Social e depois criar-se o fundo, mas nós não ficámos à espera desta organizaçã, e quando percebemos que por ali não estávamos a ter, a conseguir, virámo-nos pras Câmaras. Ou seja, a nossa lógica sempre é haver algum organismo público para trabalharmos em cooperação. O dinheiro nunca é dado a mecanismos públicos mas trabalhamos sempre em cooperação com eles e normalmente o dinheiro é atribuído a instituições de atividade local sociais. Desta vez, dada a magnitude da tragédia, as poucas instituições locais e os problemas do poder local, optámos por ser nós a gerir o dinheiro no terreno. O que não é muito normal pra nós. Portanto começámos a reunir com os 3 Presidentes de Câmara. Aquilo ao início estava muito junto. Depois surgiu o contacto interno do Just a Change e numa fase inicial até pensámos que poderiam fazer muito mais casas, todas ou grande parte das casas. Temos de pensar que estávamos no fim de junho, início de julho, a zona forte deles é nas férias escolares porque têm muitos universitários. E depois havia muitas reconstruções totais e obras muito complexas. Portanto começámos as visitas ao terreno, depois das reuniões com a Câmara foram-nos atribuídas casas, havendo algumas que não se enquadravam por serem segunda habitação. Mas à partida aceitámos todas que cumpriam os requisitos, que era serem primeira habitação, não terem seguro e ser necessário a intervenção. Depois fui fazer também visitas para selecionar as casas. Depois o Just a Change selecionaram aquelas em que queriam intervir e as restantes estamos nós a trabalhar nelas. No final de tudo ficaram só com 4. Nós temos 25 casas e uma instituição, no total dos 3 concelhos. Agora o que acontece é que estamos a trabalhar sempre em cooperação com as Câmaras. Estamos no terreno e contratámos um arquiteto, nosso técnico que irá acompanhar as obras, para nos certificarmos que os empreiteiros estão a cumprir o que está acordado no orçamento. Será este o processo. Estamos a contratar diretamente os empreiteiros, o dinheiro não passa por lado nenhum. Por exemplo, numa reconstrução total, o processo, é preciso um projeto, os voluntários da EDP em cooperação com as Câmaras estão a desenhar os projetos. Depois são validados com os proprietários, vistos por eles. Isso é a Câmara que está a coordenar com os proprietários. Depois de tudo aprovado, é-nos dado o mapa de trabalhos e com esse mapa vamos procurar 3 empreiteiros. O melhor valor, não só o valor mas também alguém que nos seja recomendado, que tenha capacidade de trabalho. É adjudicado e então aí começa a obra. Há no mínimo 3 orçamentos para cada casa. Também já houve algumas em que tivemos mais. Como temos muitas, sabemos quem é que está a praticar preços.

SP: São todos de empresas do local?

PF: São todos do local. Até agora não tivemos necessidade de procurar ainda fora. Uma das nossas prioridades é estimular a economia local, trabalhar com os empreiteiros e sempre que possível com fornecedores locais. Se virmos mais pra frente que não há capacidade... também não podemos deixar as pessoas sem o bem porque queremos isso. É uma prioridade mas se virmos que não conseguimos vamos largando. É local, depois distrital, por zona, sempre tentando que seja zona centro. A ideia não é trazer por exemplo empreiteiros de Lisboa, nem acho que faça sentido.

SP: Quando diz os voluntários da EDP...

PF: São trabalhadores da EDP, arquitetos e engenheiros que estão a fazer esse levantamento de forma voluntária. A empresa dá-lhes x dias para isso. São eles que estão a fazer quase todos os projetos.

SP: E qual é o papel do João?

PF: O João faz o acompanhamento das obras.

SP: Depois de os voluntários da edp fazerem os projetos, o João faz o acompanhamento?

PF: Há um ou outro projeto que eu quero que ele reveja, vai-nos ajudar com os orçamentos, com a negociação com os empreiteiros e depois vai acompanhar as obras. Dizer se está tudo a ser cumprido como orçamentado. Tem de ser alguém mais técnico do que eu.

SP: A SIC-E já tinha tido algum trabalho com esta escala?

PF: Em 2010 fez-se uma angariação para ajudar as vítimas das cheias na Madeira. Devem ter conseguido mais de 1 milhão de €. Mas aí no nosso modelo habitual, nós angariamos, seleccionamos uma instituição local que está a fazer todo este trabalho e que nos vai reportando e nós vamos monitorizando a implementação da instituição no terreno, que faz a ponte com as famílias. E tivemos o ano passado o recheio das casas do incêndio da Madeira, aí não foi construção. Mas há casas que ainda não estão construídas, passado mais de um ano.

Em relação ao Just, qual foi o critério de seleção desta associação?

Deram-nos um contacto, internamente um colega deu-nos a conhecer a instituição. Parceu-nos que faria todo o sentido porque era dupla componente: a mobilização, sensibilização da sociedade civil, o voluntariado e também vimos que podia ser interessante o que fazíamos um pelo outro, como numa situação que sabíamos que era uma população que tinha passado por um trauma e que se falava, o ambiente era muito pesado. E poderia ser uma mais valia haver esta interação com jovens, ali a conviver com eles e trazer alguma alegria a estas aldeias já pouco povoadas e que depois do incêndio ainda ficaram pior. Achámos que faria sentido e tinham provas dadas. Já tinham um histórico de bom trabalho, desde 2010. Claro que sempre foram crescendo e pareceu-nos uma parceira que faria todo o sentido pra nós e que podíamos avançar.

SP: Como estão neste momento as casas que não foram atribuídas ao Just?

PF: Temos 3 totais com a obra em curso. Há uma que termina em Novembro, outra em Dezembro mas a terceira acho que vai passar para janeiro. Temos neste momento 6 concluídas, 7 em curso, das quais essas 3 eram reconstruções totais. O problema das que faltam é o projeto, já foi aprovado e falta-nos o mapa de trabalhos para podermos orçar, já estamos nisto há um mês e meio. Por um lado claro que é bom ter os voluntários da EDP a fazerem isto, mas isto é um extra, e são muitos casos, isto atrasa o processo.

SP: Quando acha que vão terminar todas as obras?

PF: Eu acredito no início de abril. Acho que estou sozinha nisto, mas acredito que é possível. Vai depender de quando efetivamente vamos receber essa informação, se vai ser um inverno muito rigoroso ou não, porque isso influencia as obras, vai depender de muitos factores mas estou otimista.

SP: Houve preocupação em integrar os beneficiários no processo de projeção?

PF: Sim. As próprias Câmaras têm esse cuidado. Nós não estamos aqui para impôr nada. E nós então nem fazemos essa negociação, é entre a Câmara e o proprietário. São eles que os conhecem, nós somos entidades externas. A nossa ideia é sempre deixar um bocadinho melhor do que estava antes, sem grandes excessos, que não pode ser porque é uma verba curta e temos de fazer uma gestão para conseguir que a verba chegue ao maior número de pessoas, mas o objetivo é sempre esse. Claro que há casas de estrangeiros que tinham uns casarões gigantes... mas em geral, havia pessoas sem canalização e isso não vai voltar a acontecer.

SP: Dos incêndios de junho resultaram 490 habitações ardidas. Como é que chegaram a esse número de 26?

PF: Foi com o valor. Mesmo nestas 26, faltando 6 orçamentos, estamos 100 000€ acima do valor. Já conseguimos baixar 150 000€ da estimativa inicial. Nós aceitámos mais do que dava, há sempre aquela ideia otimista de que vamos conseguir alguns parceiros que nos doem alguns materiais e assim desça um bocado o valor. Também as casas com o Just conseguimos reduzir um bocado o valor, mas foi com base nisso. Fomos encaixando.

SP: Que tipo de patrocínios tiveram?

PF: Com Leroy Merlin, o AKI e a Simpor. E vamos ter uma doação da AEG de eletrodomésticos para equipar as reconstruções totais.

SP: Doam diretamente os materiais, certo?

PF: Sim. Estamos a continuar a procurar mais parceiros, por exemplo para as loiças da casa de banho, porque isso ajuda a reduzir o total e sabemos que são bons materiais que não conseguiríamos comprar. Tentar manter o equilíbrio entre os fornecedores locais e estas doações.

SP: A equipa da SE é composta por profissionais de que áreas?

PF: Da área social e não só, eu sou. Depois a Cristina é de comunicação social e agora temos uma psicóloga estagiária. O nosso core business não é a reconstrução, por isso é que contratámos o João e se calhar em futuras acções, já temos alguém desta área. Achámos importante, não para ter na nossa equipa porque não é isto que fazemos habitualmente mas percebemos a necessidade de contratar alguém desta área para poder acompanhar um projeto deste tipo.

SP: No trabalho conjunto entre os Municípios, a SIC-EE e os profissionais responsáveis pelo desenho e construção das obras está presente a preocupação em preservar métodos construtivos, materiais locais e outros aspectos caracterizadores da arquitetura e da paisagem do lugar, como partes integrantes do seu património?

PF: Nós até agora ainda não fizemos uma demolição de uma casa em xisto. Há uma que até o João disse que não havia por onde lhe pegar que era uma mostura, a estrutura já estava afundada. Não pegámos em nada tradicional para deitar abaixo, mas essa gestão não passa por nós. É pela Câmara, pelos arquitetos, pelos proprietários. Temos 2 que eu sei que havia uma muralha de xisto e que vamos aproveitar. O objetivo é sempre que possível podermos aproveitar. Vamos reconstruir as casas com essa parte. A preocupação não é demolir tudo e construir de novo. Deve haver sempre essa preocupação, é a nossa identidade. Por ali casas que podem estar em qualquer parte do país não faz sentido. Mas não está totalmente nas nossas mãos. Mas todas as pessoas que devem estar estão envolvidas, arquitetos, Câmaras, proprietários, numa discussão muito conjunta. Até agora não nos calhou nenhuma situação que seja desse tipo.

SP: Em que dia é que a SIC-E começou a atuar no terreno?

PF: Foi uma obra em setembro. Em setembro é que fechámos totalmente o lote de casas.

Anexo B - Entrevista concedida por Betty Allison | *Apontamentos*

Elemento da Equipa Técnica do GORR

4 de dezembro de 2017

Dados gerais:

GORR – Gabinete Operacional de Reabilitação e Reconstrução, criado por iniciativa da Câmara de Pedrógão Grande em parceria com a Fundação EDP (só participou na criação do gabinete). É independente dos outros concelhos. Inicialmente era utilizado para gerir pedidos de todos os tipos (bens alimentares, alimentação para animais, roupa...), mas depois a sua ação focou-se na reconstrução. Tem uma linha verde de apoio por telefone

Primeiras entidades a atuar no terreno, a partir de dia 18

- Câmara Municipal de Pedrógão Grande
- Bombeiros
- Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande
- CCDR

Número de casas afetadas que precisam de reconstrução

- 1ª habitação: 135 (mais de 70 necessitam reconstrução total)
- 2ª habitação: 140
- Anexos: mais de 500

Freguesias onde arderam mais habitações

- Vila Facaia
- Graça

Sobre o alojamento temporário

A Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande encarregou-se do realojamento temporário dos habitantes que pertencem a este concelho: a maioria ficou com familiares e os restantes foram alojados em centros geriátricos (4 pessoas) ou em casas da Câmara (edifícios cuja função original era habitacional ou de escritórios).

Os casos mais complicados são aqueles em que as pessoas não quiseram sair das suas casas.

Sobre a comunicação com as entidades responsáveis pela reconstrução das habitações

Cáritas

Depois de visitarem todas as casas decidiram e comunicaram em quais irão intervir. O seu trabalho é pouco transparente. Neste momento, a Câmara ainda não recebeu os seus projetos.

União das Misericórdias Portuguesas

Foi-lhe entregue grande parte do dinheiro, mas são pouco transparentes no seu trabalho.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

3 projetos já passaram pela Câmara. Sabe-se que têm reconstruído anexos, mas não comunicam com a Câmara em relação a isso.

SIC Esperança

O processo tem sido muito transparente e organizado. 1 casa já foi inaugurada e será outra em breve.

Motaengil

Foram utilizados os projetos-tipo. Até agora terminou 1 reconstrução parcial e dia 15/12 vão ser terminadas 2 reconstruções totais.

EDP

Fizeram alguns levantamentos topográficos e projetos de reconstrução. Trabalham com outras entidades, como a SIC Esperança, mas não só. Alguns dos projetos têm como base os projetos-tipo oferecidos, apresentando uma versão melhorada destes. Há ainda projetos específicos que não seguem os projetos-tipo.

Fundação Benfica

Demonstrou interesse em financiar (e realizar?) reparações até aos 25.000€

Os proprietários podem solicitar alterações aos projetos, que podem ou não ser aceites.

Sobre os Projetos-tipo

Projetos de T1, T2 e T2+1, oferecidos pela Câmara de Pombal. Já tinham estes projetos como resposta a uma situação de emergência pela qual tinham passado.

Sobre os anexos agrícolas

Os anexos utilizados na produção para autoconsumo vão ser revistos no dimensionamento (este tem de justificar apenas a atividade que produzem, não devendo ser maior do que o necessário para tal)

DRAG Centro

Pagaram indemnizações a algumas pessoas para reconstruírem os seus anexos, mas no valor máximo de 5.000€. Há muitas pessoas que tinham pavilhões que valiam mais do que isso ou que tinham mais do que um pavilhão. Deram também algumas árvores.

Sobre o estado atual dos projetos e das obras

1ª Habitações:

- Já foram entregues 2 casas que sofreram reconstrução total e várias de reconstrução parcial
- 3 vão ser acabadas dia 16 de dezembro
- É improvável que estejam todas terminadas antes do verão (influência das condições meteorológicas)

Não há previsão de como será financiada ou gerida a reconstrução de 2ª habitações. No entanto, estas são muito importantes para estimular a economia local. A maioria são de pessoas que vêm nos fins-de-semana, não são apenas casas de férias.

Há 2 casos de realocização das habitações. Eram as duas na freguesia de Vila Facaia e uma delas vai mudar de freguesia. Foi tomada esta decisão porque a reconstrução nos lugares das casas era muito dispendioso e as novas localizações oferecem melhores condições, apesar de serem mais afastadas de um povoamento.

Anexo C - Entrevista concedida por Padre Luís Costa | *Transcrição*

Elemento da Equipa de Gestão da Cáritas Diocesana de Coimbra
12 de janeiro de 2018

Sara Pereira: Como é que a Cáritas surge no âmbito da intervenção que está a ser empreendida pela recuperação de habitações afetadas pelos incêndios de junho de 2017?

Luís Costa: Vais-te aperceber que não há uma intervenção de conjunto, tal como também não há uma intervenção urbanística uniforme. Se na intervenção ordinária, do nosso dia-a-dia, nós conseguimos ver as nossas cidades com intervenções urbanísticas diferenciadas e algumas delas muito pouco cuidadas, em situações de crise, que é do que estamos a falar, toda a intervenção praticamente se impõe a ser menos pensada, refletida. Há muito pouco tempo, e tudo se passa por uma gestão de expectativas, há muito pouco tempo para fazer tudo aquilo que é para fazer. Tudo está centrado na gestão das expectativas. Isso está centrado na parte urbanística ordinária – há um proprietário que quer fazer um empreendimento e tem uma expectativa de tempo daquilo que espera e depois confronta-se com a parte legal. Há uma expectativa da Câmara, que tem um plano urbanístico. Tudo é uma questão de expectativas. Em situações de crise, tudo isto é levado a um extremo, a um pico, onde a racionalidade conta muito pouco e a exigência que a gestão de expectativas provoca leva a que nem sempre se façam as melhores opções. Eu sou o primeiro a admitir, porque em situações normais há sempre lugar para algum risco, em situações de crise essas possibilidades aumentam de forma exponencial. Este é um primeiro enquadramento e a primeira nota que te posso dar é que nos processos de intervenção vais encontrar muitas práticas. Tenho algumas reservas se algumas se podem classificar como mais corretas que outras.

SP: O objetivo deste trabalho não é dizer se cada intervenção está bem ou mal, mas sim recolher informação para sinalizar estratégias e perceber quais são as possibilidades dentro da circunstância de atuação.

LC: Vou fazer um enquadramento do que se pode dizer quando se pergunta o que foi feito. Temos alguma experiência, que não é assim tanta, mas que é alguma. Sabíamos à partida que se alguém tinha capacidade para fazer um processo racional éramos nós, porque não estávamos diretamente dentro do problema, não éramos uma entidade camarária que está no foco da questão. Teríamos alguma estrutura e alguma distância para criar algum espírito crítico para definir alguns critérios de intervenção. Uma entidade como a Cáritas ou outras entidades que vêm de fora, a primeira exigência que se lhes é feita é termos alguma capacidade crítica sobre o que é preciso fazer, fazer bem as perguntas e depois buscar as possíveis respostas. E isso foi uma das nossas preocupações lá e em junho, desde o primeiro dia – os incêndios começaram no sábado e a nossa intervenção começou no domingo – e aí, de forma muito simples, percebemos que a nossa intervenção comunitária numa estrutura como esta passa por 3 fases e definimos 3 fases muito distintas.

A fase de emergência, que passaria por ajudar as pessoas, apoiar, acolher as pessoas, e fazer-lhes chegar aqueles bens sem os quais eles não podem viver. Teve de ter um tempo, que acho que foi de uma semana, para depois se poder passar à fase de apoio. Para nós a fase de emergência tem de ter um tempo por uma questão muito simples: a comunidade já existia antes e precisa de persistir depois. Depois passámos à fase do apoio, que não é para o geral, mas que já será objetivamente para aqueles que ficaram sem recursos e permite-nos depois trabalhar um outro âmbito que é um apoio mais estruturado. Um apoio que é mais focado naquilo que são as necessidades próprias de cada pessoa. E a terceira fase, que toca com a fase de apoio é a fase de reconstrução. Nem sempre estas estruturas são chamadas para intervir diretamente na reconstrução das casas, mas nós assumimos que a nossa intervenção poderia passar por aí.

Nesta fase da reconstrução, havia que definir duas ou três coisas importantes. Uma delas é que a definição dos critérios das pessoas a apoiar não é nossa, não tem de ser nossa. Há entidades, nomeadamente entidades públicas, entidades de proximidade a quem lhe compete definir os critérios de intervenção e não às entidades que, por muito boa vontade que tenham, como muitas vezes se vê. A intervenção tem de ser sempre coordenada, se não facilmente à tua casa chegam 3 carrinhas para fazer a mesma coisa. Quando há coordenação só lá chega uma carrinha. Fica sinalizada aquela situação e passa a ser acompanhada. A nossa primeira perceção é que nós não íamos definir os critérios, embora os nossos seriam sempre a primeira habitação, mas não os definíamos. Porque a primeira habitação pode ser uma coisa muito básica e elementar, mas não esgota em si toda a intervenção. Porque numa aldeia pequena, onde existam 10 casas em que 2 sejam de primeira habitação e as restantes não sejam, e isto é o tal desafio que se traz à arquitetura e a todo o âmbito urbanístico, de pouco nos vale recuperar as duas de 1ª habitação se não intervirmos também nas restantes. Porque aquelas duas famílias, que podem se apenas duas pessoas, passam a viver numa população de escombros. Lá está a gestão de expectativas. “É incompreensível que se ande a gastar dinheiro em casas de 2ª habitação”. No entanto, naquilo que é a consolidação de uma comunidade e de um tecido urbano, esses aspetos não podem ser senão tidos em consideração, porque sendo desconsiderados podem pôr em causa toda a intervenção.

É importante ser muitas vezes lembrado pelos técnicos, porque muitas vezes somos cegos. A pouca racionalidade que existe no momento de crise não nos permite ver todos os indicadores necessários para uma verdadeira intervenção. Foram de facto duas casas reconstruídas, mas uma delas confinava com outras casas que arderam e que estão em escombros e põem em causa a própria sustentabilidade daquela habitação e daquela estrutura. Isto tem de ser considerado por quem, foi por isto que nos fizemos depender das estruturas camarárias, porque é a elas que compete licenciar, definir o plano urbanístico e definir porque é que tem de ser de certa maneira. Esta foi uma das primeiras coisas que fizemos, foi dizer às câmaras municipais que estamos disponíveis para, de acordo com aquilo que foram as vossas prioridades, nós definimos depois o nosso compromisso. E em julho, praticamente no período de um mês, nós começámos a receber uma listagem de habitações, que

neste caso correspondiam a primeiras habitações, porque foi assim definido pelos programas, que só iam ser reconstruídas casas de primeira habitação. O que fez a Cáritas não foi mais do que avaliar... nós tínhamos um orçamento e queríamos avaliar cada uma as intervenções para ver se cabia nesse orçamento. A Cáritas disponibilizou 100.000€, mas não era suficiente para as casas que nos foram propostas. Recebemos à volta de 1.700.000€ e era esse orçamento que teríamos de distribuir de acordo com cada um dos processos para caber. Uma delas era uma verificação, ou seja, um levantamento. Para nós foi apenas um levantamento muito superficial, neste caso que respondia a duas condições. Uma era confirmar que as casas eram de primeira habitação e o segundo aspeto era fazer uma avaliação primária sobre quanto poderia significar uma intervenção naquela estrutura ardida para depois podermos redefinir o nosso compromisso, se era com 20 ou 40.

SP: O que é tido em conta nessa avaliação superficial?

LC: Essa avaliação é superficial porque, nesse momento ainda estávamos num processo prévio, não se obedecia a um levantamento rigoroso no sentido de medições, no nosso caso concreto. Que foi feito também por mim porque há um conjunto de experiências acumuladas. Era simplesmente para definir o nosso compromisso. De tal que, de 60 e poucas casas que nos foram atribuídas conseguimos confirmar parte delas que eram de 2ª habitação, não cumpriam os critérios então simplesmente caíram, outros casos eram de reconstruções parciais e outros de reconstruções totais e permitiu-nos assumir o compromisso, a partir das avaliações feitas, reconstruir 40 casas sabendo que 21 casas eram de reconstrução total e 19 de reconstruções parciais, pequenas intervenções, coisas pequenas sem grande relevo mas que estavam sinalizadas. Depois de fecharmos o compromisso, começámos o levantamento. Havia 2 ou 3 coisas a fazer. Havia que fazer um levantamento rigoroso feito por equipas técnicas de engenheiros e arquitetos para fazer não só um levantamento desde topográfico, da área do edificado, sinalizando a definição que tinha o edificado, o programa que aí existia, auscultando sempre com as pessoas que aí viviam, mas também fazer um outro levantamento que era o estado em que o edifício ficou depois que o incêndio lá passou.

SP: Como por exemplo peritagens?

LC: Exatamente. O edificado de uma casa depois de ardida e principalmente estas casas que nos tocaram, nós encontrámos dois tipos de casas. Um era construção do sec. XIX e XX, ainda construção em pedra e adobe, uma construção chamada de tradicional, de paredes de 50 a 70 cm de espessura, sempre com 2 níveis, normalmente travada e dividida por madeira, não no piso térreo, mas do 1º piso até à cobertura, o que levou, daí a avaliação, a madeira dilatou no processo de incêndio e forçou as próprias paredes. Quando ela teve uma forma de fuga, não afetou as paredes. Houve outras, uma vez que estamos a falar de madeira de qualidade que esteve aqueles anos todos, e com alguma capacidade de pressão afetou efetivamente as paredes. Isto permitia-nos redefinir o programa a executar. As avaliações não são muito difíceis nesse tipo de casas, porque as paredes que estão afetadas e se torna visível essa afetação porque ou é por fendas significativas ou sempre que não foram afetadas sabemos que a pedra tem alguma capacidade de resistência. Se fosse permitida uma intervenção antes que a água ali entrasse, conseguia-se recuperar fazendo uma nova capa a essa estrutura, uma vez que o interior das paredes nunca é afetado, só a zona superficial das paredes é que foi afetada pelo fogo. Naturalmente a pedra também perde alguma qualidade na sua resistência, mas sempre é pela capacidade que tem o adobe e a própria pedra, pode cozer, mas não deixa penetrar o calor como outros materiais. Também tivemos outro tipo de casas em que já é alvenaria de tijolo e algumas nem pilares tinham. Houve uma casa que rachou toda porque não tinha um pilar. Naturalmente nestes casos a avaliação era simples. Havia que tirar o perímetro da casa, o programa aí existente, porque de resto teria de ser tudo demolido. Esse foi o processo, isso durou-nos um mês. Estamos a falar de 21 casas, que não foram objetivamente feitas todas, porque depois percebemos, e esses são os tais processos paralelos a este processo, é que havia casas que, pela sua localização, já não tinha lógica fazer lá outra casa. Mas não por nossa vontade. Este diálogo fomos fazendo com as pessoas, percebendo se queriam ficar naquele lugar. Se as pessoas quisessem fazíamos lá, mas se fosse outra a vontade escolhíamos outra localização, porque não tinha lógica. Às vezes nem tinham instalações técnicas nenhuma, daquilo que são instalações básicas, mas se quisessem fazer ali era ali que tínhamos de fazer. Porque de uma forma ou de outra é a vontade das pessoas que prevalece. Eu não posso obrigar ninguém a mudar-se para outro lugar só porque sim, mesmo que me pareça a mim muito lógico. Há que negociar isso muito bem com as pessoas. Naturalmente cabemos a nós um papel de educação, de sensibilização, mas nunca de mobilização de vontades. A vontade é da pessoa e tem de ser respeitada. Nesse aspeto, esse mês de agosto foi um mês extremamente exigente, porque obrigou a definir o programa de cada casa, a definir o processo existente, a redesenhá-lo, uma vez que aquelas casas nenhuma delas tinha licença de utilização, muito menos projetos. Ou seja, havia que fazer tudo isso durante esse período de agosto e ao mesmo ter a equipa de arquitetura atrás a definir os programas.

SP: Esses levantamentos e avaliações foram feitos por profissionais da equipa da Cáritas? Houve alguma relação com a equipa da câmara?

LC: Sim, foram profissionais da nossa equipa. No nosso caso não houve relação com a equipa das câmaras. Houve outras entidades que o fizeram. Por exemplo, a EDP disponibilizou técnicos para fazer o levantamento e depois entregou-o. E algumas vezes até entregou projeto. Nós sabíamos que tínhamos para a gestão de expectativas muito pouco tempo, estávamos a meio do verão, mas em setembro estaríamos a terminar o verão, chegaria o outono e a época de chuvas, e se havia alguma coisa a fazer

ainda aproveitando as estruturas existentes, e era nossa vontade aproveitá-las no seu essencial, porque as pessoas viveram ... além de não mexer na malha urbana e naquilo que é a sua caracterização, era aquele estilo de casa que as pessoas buscavam para si ou que sempre tiveram, mas teríamos de ser muito céleres na busca do resultado. Imagine que uma coisa é fazer um projeto de arquitetura num contexto normal, que leva algum tempo, tal como fazer um projeto de especialidades, agora fazer 20 leva algum tempo vezes “x”. Nós tivemos de redefinir o nosso, e aqui a palavra redefinir tem lógica porque foi acrescentar, comecei com uma equipa e tive de a dobrar, dois gabinetes de arquitetura para fazer o levantamento, entregar as peças e fazer depois aquilo que seria o primeiro ensaio ou proposta para ser negociada com as pessoas.

SP: Essa proposta surgiu, então, em setembro?

LC: Sim. O nosso objetivo era que até ao final de agosto estivesse e começámos a negociar isso com as pessoas nessa altura, porque era o nosso objetivo que no início de setembro pudéssemos entregar, não digo todas – naturalmente a minha expectativa era que fossem todas – para que depois o concurso decorresse no início de setembro e fossem iniciadas obras no início de outubro, ou seja, antes da época das chuvas, de forma a que pudéssemos consolidar o processo antes dessa época. Uma das coisas a ter em consideração em todo este processo é que a casa não é feita nem para os arquitetos nem para as entidades que os financiam ou que fazem o acompanhamento, é feita para as pessoas. E daí terá que haver sempre uma necessária preocupação em acompanhar as pessoas nesse processo. E a que é que eu chamo acompanhar? Para mim que estou minimamente introduzido nesta área, olhar e ler uma planta, já nem digo alçados, mas pelo menos uma planta básica, para as pessoas, e estamos a falar de pessoas muitas vezes idosas, não fazem a mínima ideia do que é isso, ler um projeto. É preciso ter alguma sensibilidade para introduzir as pessoas e as acompanhar. Às vezes era preciso escrever em obra, dentro do edificado as dimensões, ...

Um outro aspeto que esteve inerente a esse é que antes aquela casa, estamos a falar numa área relativamente pequena, numa área relativamente pequena aquela casa tinha 3 quartos e uma salinha, não tinha casa-de-banho, e agora era preciso colocar lá a parte habitacional e a parte social, mas não dava pra meter 3 quartos. Há que ajudar a transformar aquilo que as pessoas tinham como ideia daquilo que tem de ser o edificado. E aqui o edificado para nós teria sempre de obedecer a 2 ou 3 aspetos. Um é que devia ser dimensionado ao agregado que ali vive, segundo aspeto é que teria de ter sempre um programa básico ao nível dos wc's e das acessibilidades. Ou seja, de permitir a acessibilidade pelo menos no piso em que estamos a falar. Uma vez que em muitas daquelas casas as acessibilidades não se cumpriam, o REGEU dificilmente se cumpriria a esse nível, porque eram casas com 1º piso. Dantes, o rés-do-chão era a loja, onde estavam os animais, e as pessoas habitavam no 1º piso, ou seja, era muito difícil cumprir as acessibilidades nesses casos. Mas uma vez dentro de casa, havia que eliminar tudo o que fosse barreiras de nível para que as pessoas pudessem transitar em casa e havia que colocar lá uma casa-de-banho, que a maior parte delas nem tinha, que faziam em quintais ou em partes anexas, colocar dentro de casa. Garantir também que as acessibilidades não fossem feitas pelo exterior, uma vez que não era possível fazer varandas nem cobertos, porque isso ia alterar toda a parte, não só estética, mas a imagem da rua. Mas permitir que dentro da própria casa se tivesse acesso aos pisos superiores por dentro, ou seja, dentro do próprio espaço habitacional. Foram esses pequenos critérios que levavam a que os arquitetos depois trabalhassem o programa para depois mostrar às pessoas. Havia que apresentar um programa às pessoas e explicar-lhes o que é que se podia garantir. Tendo de colocar instalações sanitárias, a cozinha – que por vezes nem estava na parte habitacional, toda a reconfiguração do espaço tem de ser de forma diferente.

Procurámos que as pessoas pudessem visualizar a sua casa como ficaria e depois perceber da parte deles quais eram as expectativas. Muitas das vezes foi relativamente simples, porque as pessoas diziam “Vivo sozinha. Dantes tinha 3 quartos, mas se calhar 2 chegam”. Era a parte de negociação que era relativamente fácil de fazer. Noutros casos, e estamos a falar em situações de crise, situações limite, também encontramos muita gente que “Já que me vão ajudar, então façam-me tudo”. Mas este é um programa que era preciso fazer, era preciso negociar porque as casas não eram para nós. E de alguma forma sempre respeitando o aglomerado onde se inseria, seja o tipo de construção, sabendo que dificilmente, e agora são os nossos constrangimentos, conseguiríamos aplicar nas casas a reconstruir sejam técnicas, materiais, um conjunto de requisitos que caracterizavam este tipo de construção. Este é um dos primeiros grandes constrangimentos que eu desde logo assinalo, porque objetivamente o que há para fazer para o orçamento existente não permite, por exemplo, usar madeira com vidro duplo, caixa de ar, ... que o mercado oferece, vãos de madeira com todos os requisitos de um vão de alumínio ou de PVC. Mas não estamos a falar do mesmo valor. São 2 ou 3 aspetos, este é muito real num tipo de intervenção deste tipo. Quem o desenha muitas vezes confronta-se com ter que baixar, espero que não seja radicalmente, algumas expectativas para dimensionar a sua intervenção àquilo que são as possibilidades que tem uma intervenção destas. E este é um deles. O tipo de construção... naturalmente havia paredes para refazer, não foram refeitas com as mesmas técnicas com que aquelas foram feitas. Não foram feitas com pedra e adobe, foram reconstruídas com alvenaria de tijolo. Mesmo completando alguma demolição que foi necessária fazer. Sou o primeiro a reconhecer que, como intervenção ideal, não era isto a fazer. Era refazer o processo assemelhando-se às técnicas usadas até ao momento. No nosso caso, somos os primeiros a admitir, não foi possível fazer isso. Se havia uma parede para refazer, se eram coisas de pormenor não houve grandes dramas, mas se eram coisas de maior tamanho naturalmente tinham de ser refeitas noutra técnica. De alguma forma davam-nos outras garantias, até de ligações de materiais. Teve de se encontrar outra forma de consolidar as estruturas, dava-nos mais garantias do que estar a fazer técnicas que nós não tínhamos sequer possibilidade para as pagar e o tempo para as executar. Eu falei no início na gestão das expectativas, estou sempre a falar nisso. Por outro lado, estava-me a lembrar de uns senhores estrangeiros que vivem isolados

e queriam aplicar na casa a técnica de construção a partir de terra prensada, fazer blocos de terra prensada, uma mistura. Até me mostraram como se fazia, mas tive de lhes redimensionar as expectativas. Espero não ter sido demasiado abusivo, mas tive de assumir que claramente eu não conseguia fazer aquilo, primeiro. Segundo, eles ao optarem por isso teriam de o fazer por si e os timings de execução disparariam de forma abismal. A garantia que a Cáritas lhes foi dando foi o conforto. É verdade que ecologicamente não íamos cumprir os mesmos objetivos, mas íamos garantir o mesmo conforto e a mesma resposta. Ou maior resposta porque as paredes não teriam de ser tão largas. Isto foi tudo numa fase da negociação e no âmbito de um projetista, às vezes mais do que o desenho, é explicar a leigos, às pessoas que são os destinatários o porquê e as mais-valias e menos-valias de uma intervenção.

Nós não utilizámos algumas técnicas, mas, por exemplo, nas paredes de pedra não vamos usar cimento, vamos usar base de cal, que era a existente, não só porque se fixa melhor e se consolida no tempo melhor, mas para tentar manter o traço de eventuais casas que estejam confinantes ou na área de implantação. Nessas conseguimos porque a execução é básica, só mudámos o material, não nos compromete a nível de orçamento e aparentemente para os destinatários até era mais fácil em cimento, mas nós conseguimos evidenciar que a durabilidade do material, embora as massas hoje não sejam o que foram noutros tempos, a durabilidade do material é idêntica e tem o mesmo resultado e assim cumprimos que aquela reconstrução se aproxime do aglomerado habitacional existente. Isso conseguimos, mas a reconstrução de uma parede de adobe era muito difícil conseguir, até porque aquilo obedece a um conjunto de estruturas que vem de baixo e reconstruir uma parede a meio permite-lhe uma resistência completamente diferente ao fazê-la depois.

SP: Quando fala em acompanhamento, quem é que o estava a fazer?

LC: Eu estive sempre neste processo, até porque representava a instituição e porque é uma área em que fazemos obras todos os dias, por isso temos algum conhecimento que permitia fazer essa ponte. Mas nunca estive sozinho. A parte técnica, o arquiteto e nalguns casos a parte de engenharia, porque aqui foi mais de arquitetura, porque aqui ainda não estamos a falar de estruturas. O objetivo era definir um programa para intervir. Só depois de definir o programa é que podíamos de falar de outras especialidades. Na parte da reconstrução, deve ter-se sempre como princípio que as casas são de quem as habitava e vai passar a habitar depois de lhes entregarmos a chave e seguirmos no nosso caminho. Para isso é necessário ter mesmo muita sensibilidade, porque por muito que tenhamos a noção que é a opção mais correta, se a pessoa não a entender nunca será correta para a pessoa, nunca. A gente pode dizer que a casa-de-banho é importante estar junto dos quartos, da parte social, junto do complexo, mas se as pessoas não entenderem isso acham que deve estar onde sempre esteve. Para nós, nunca descansáramos em deixar alguém sem casa-de-banho. Teríamos de trabalhar o suficiente, talvez até pressionar explicando, que havia mais-valias, porque hoje estamos em 2018, não em 1950. Estamos noutro timing e este implica que haja um conjunto de requisitos que faça parte do nosso próprio processo como pessoas, que haja requisitos básicos que façam parte de uma habitação. Não é só porque a lei do REGEU o permite ou outras leis o prevejam para casas novas, é porque eles se suportam no cumprimento de necessidades básicas das pessoas, mesmo que elas até ao momento as tivessem resolvido de outras formas. Só que isto não é uma questão automática, ninguém chega e diz que isto agora tem de levar aqui uma casa-de-banho e as pessoas aceitam. Há que fazer esse caminho.

Nesta parte a que eu chamei de negociação do programa é muito importante haver muita paciência, muitas horas perdidas para negociar com as pessoas, para elas entenderem que o quarto já não vai ficar 2mx2m, mas vai ficar 3mx3m ou 3mx4m e leva um roupeiro integrado. Sempre considerando que quando voltarmos lá da próxima vez e perguntarmos “Então não foi aqui que fizemos os quartos”, porque há uma lógica e conhecimento e experiência acumulada para pessoas como nós que conseguimos fazer o 3D, para a maior parte das pessoas que não estão introduzidas nisso não conseguem fazer. E então nós não cumprimos a nossa função primária que é se isto é para as pessoas, que já era delas, se elas não entendem o programa, e admito com toda a tranquilidade que mesmo nós com toda a insistência e sensibilidade não tenhamos chegado a 70% daquilo que foi a apreensão das pessoas daquilo que lhes explicámos. Porque ainda hoje vamos à obra e as pessoas perguntam o que é ali. Não há, para quem desenha aquilo fica assumido, para quem está do outro lado eles não percebem, percebem de outras coisas. E é esta diferenciação que tem de ser feita, mais do que utilizar boas técnicas ou ter bons princípios de atuação, é introduzir as pessoas nesses princípios e nas mais-valias que suportam as opções que vamos tomar.

Esse é um aspeto. Uma das partes que posso referir é depois todas as peças estruturais, peças de suporte, ... Uma coisa extremamente importante são os concursos. Num processo ordinário, estamos a falar de uma habitação, estamos a falar no máximo de uma habitação geminada, podemos ter programas diferentes ou estar em espelho, mesmo nesses contextos leva tempo a definir, a cruzar dados entra arquitetura e as estruturas, que é uma coisa que às vezes só se vê em obra. Esta definição dos programas é um trabalho muito exigente. Em momentos de crise existe sempre muita celeridade, é onde os erros aumentam significativamente e de tal maneira que, no nosso caso, às vezes num dia visitamos 3 ou 4 casas e já é uma confusão total, porque se fala de casas completamente diferentes. Basta muito pouco para parecerem iguais, mas haver diferenças nos programas. Todos estes processos em situação de crise, que é aquilo em que nos encontramos, todos eles exigem um conhecimento muito apurado de muitos fatores e uma capacidade muito grande de tomar decisões, de desenhar e redesenhar de forma muito rápida, de forma que não se fique muito tempo a amadurecer uma ideia, como se exige. Mas em situações destas é preciso ter muito claro o programa que se quer e fazer os exercícios possíveis e imaginários para colocar esse programa evitando que a parte

sul, norte não fique invertido no programa, por exemplo. Para nós é preciso ter muito claro o que se pode fazer de melhor e mais eficiente nesta área a implantar um programa específico. E muitas vezes é preciso negociar o próprio programa, se não é possível muda-se. As acessibilidades ficam nalguns casos comprometidas, mas se há um programa que seja necessário tem de se fazer opções claras. No nosso caso, nalguns casos tivemos de optar, sempre que fizemos uma divisão em baixo acoplámos a possibilidade de fazer um quarto. Porque se a pessoa tiver de habitar apenas na área de um piso poder usufruir da possibilidade de não ter de subir as escadas. Para quem define o programa tem de ter de forma assumida um conjunto de critérios, que nem sempre é possível concretizá-los, mas sendo têm de ser feitos objetivamente e buscados. Como sabe a arquitetura dá pra fazer muitas coisas e se usarmos muito da imaginação e nos dermos a possibilidade de fazer o pino, reinventar-nos, o que ontem não era possível hoje é. Tudo o que agrava num enquadramento de crise é que existem timings reduzidos a quase nada para resolver isto. Não há tempo para grandes ensaios, há tempo para definir claramente o programa que se quer, os quase deadlines que se devem ter em consideração e que não devem deixar de existir e depois negociar todos os outros pequenos aspetos que se puderem ser concorridos melhor, se não assumir que não os vamos ter. Assumir no dialogo que temos com as pessoas que não vai existir. Não vai existir uma sala enorme, mas vai existir, como é o caso, uma sala com a cozinha. Demolindo aqui uma parede conseguiu ter uma sala maior. “Ah então a sala vai para a cozinha?”, “sei que dantes havia uma porta que separava os dois, mas se fizer isso fica um átrio. Assim garanto que a cozinha tem uma boa extração e que o senhor possa coabitar o espaço e senti-lo. Pode redimensionar o espaço com os móveis, separando a parte social da cozinha.” Isto para as nossas gerações é mais simples de interiorizar, mas para as gerações mais velhas não. Quando falava em negociação falava que é quase preciso desenhar no chão as divisões. É esta negociação que para nós é fácil, mas para as pessoas não, porque acham sempre que dá, porque dantes tinham, as premissas eram diferentes. Agora uma cama já não cabe num quarto dantes. Se as pessoas estiverem numa cadeira de rodas precisam de circular, provavelmente dos dois lados e dantes a cama estava encostada à parede. Tudo isto é preciso redimensionar e negociar. Essa parte é algo que deve ficar, porque nem sempre os técnicos, passam muito tempo a desenhar pormenores, criar um conceito, só que depois a funcionalidade do mesmo e esse conceito passar para quem o habita vai uma distância enorme. E neste caso é algo que não foi pedido. As pessoas não nos convidaram a nós para fazermos o projeto da casa delas. De repente viram alguém à sua porta para lhes desenhar a casa. Os pressupostos que às vezes suportam algumas coisas mudam radicalmente o posicionamento perante as mesmas. As pessoas têm de alguma forma despir-se de tudo aquilo que nem sequer à sua vontade está em jogo. Por isso para mim é essencial que o técnico, seja ele de que tipo for, perceba claramente quem está à sua frente e que não está introduzido na matéria nem sabe do que ele está a falar e nem o chamou. Não houve tempo para ver as histórias das pessoas e da terra, nem para fazer o levantamento de todo o aglomerado. Se nem nas situações ordinárias isso acontece, quanto mais nas situações de crise.

As peças processuais são elementos importantíssimos, as peças para concurso e as peças para licenciamento. No nosso caso são peças diferentes. Tivemos de fazer peças de informação prévia muito básica, indicando algumas opções que íamos fazer, e acrescentar a isso, e aí os arquitetos têm um papel muito grande, um bom caderno de encargos para suportar depois o tipo de construção a realizar, os materiais a utilizar, as opções construtivas consideradas. Suportam-se depois seja em pequenos desenhos como este, este é muito simplificado, mas que permite ser operacional e ao mesmo tempo assegure que, quando se vai a concurso, não se pense que vai gastar 5 e depois vai gastar 20. Porque aqui não há margem, estamos sempre a falar de dinheiros públicos ou privados, que vieram de uma dada pública. Estamos a falar sempre de um enquadramento em que há sempre vários players que estão carentes de informação ou de confirmação de dados e da forma, dos meios, das estratégias, dos métodos utilizados para a concretização do fim a que se propuseram. E é este cruzamento de informação e exigências que está sempre inerente a uma intervenção de crise. E isso aconteceu com a Cáritas, a Gulbenkian e as misericórdias, com qualquer outra entidade. Mesmo os seguros que intervieram aqui provavelmente tinham um conjunto de processos mais facilitados, porque provavelmente têm já um projeto de arquitetura lá licenciados, então executaram o programa existente, repuseram-no. Nestes casos, normalmente não há nada. Num aglomerado habitacional nós sabemos onde vivem as pessoas pobres daquela terra. As deles são as casas ardidas. Em muitas ruas ardeu só uma casa que era a da pessoa mais pobre daquela terra. Por causa do tipo de construção, de manutenção que a casa tinha e da forma como o incêndio nunca entrou pela porta, foi sempre pelo telhado e depois o fogo propagou-se para os pisos inferiores. Há muitos casos em que a casa dos vizinhos não ardeu e só ardeu essa, por causa do tipo de construção. A gente coloca tudo acumulado nos sótãos, o pó seco é um elemento de propagação extremamente eficaz.

A questão dos licenciamentos é muito importante para a arquitetura, que se prepare muito bem as peças processuais, seja para os concursos e para os licenciamentos. E, no nosso caso, nós admitimos tempos diferentes para cada uma delas. Admitimos que não íamos entregar todos os projetos completos, admitimos que íamos fazer primeiro a construção, o essencial – construir, e depois entregar os projetos para licenciar. Porque estas casas vão ser licenciadas. Uma das exigências que vamos fazer aos proprietários é que façam seguros sobre as casas.

SP: O decreto-lei que saiu não obrigava que as casas estivessem licenciadas?

LC: Anterior a 51, nenhuma necessita. A questão é que nas nossas aldeias este processo de licenciamento é um processo recente e descomprometido, porque isso significa pagar contribuição sobre a mesma. Nenhuma das nossas casas tinha licenciamento. As casas mais recentes, suportadas por empréstimos, tinham licenciamento. Estamos a falar de um interior muito interior do nosso país. Interior que não é a Guarda ou Bragança. O Pinhal Interior é mais interior. É mais fácil ir de Lisboa a Bragança do

que de Lisboa a Góis. Ainda bem que isto levou os ministros a ir até ao terreno, porque não se tem noção que a distância nestes lugares não se conta em km, conta-se em tempo. 1km pode demorar uma hora a fazer. Pode significar coisas diferentes em momentos diferentes do dia. Esta relação de enquadramentos faz muita diferença em como se tem de relativizar este processo, que é um processo estruturá-la. Quando se faz uma casa ela não vai sair dali, não se pode levá-la para outro lado, e ela vai fazer parte do aglomerado habitacional daquele lugar. São coisas a ter em consideração.

O primeiro que se faz é o levantamento estruturado com um conjunto de requisitos que vão ser precisos no momento e à posteriori. Vai ser preciso um levantamento topográfico, a orientação da casa, ... Porque eu conheço todas estas casas, mas o técnico que está no gabinete pode nunca ter ido à casa. Qual é o posicionamento é muito importante. Depois um primeiro esboço do programa, porque o levantamento suportou o que as pessoas tinham e o que esperam do novo programa. Esboço que tem de estar apoiado em alguns critérios sobre os quais não se pode ceder, que são saber exatamente o programa básico que não pode deixar de existir. Questões como as acessibilidades, já nem digo entre pisos, mas dentro do próprio processo. Coisas tão simples como as medidas de portas, questões das acessibilidades. Nem sempre foi possível cumprir todas as acessibilidades das cadeiras de rodas, mas quando não dá para cumprir 1,5m de diâmetro, não usamos porta de abrir, mas sim de correr. O que tem de estar subentendido é o que queremos, o programa do qual não se pode baixar. Depois de fazer este esboço é preciso levá-lo às pessoas e essa é talvez das partes mais exigentes, mais importantes porque o projeto não é nosso, é para elas e nem fomos convidados para o fazer. É preciso ter a humildade para perguntar o que querem. Nessa negociação não é fazer todas as vontades. Negociar não é ceder só, é acompanhar as pessoas a ponto de as ajudar a perceber quais são os limites mínimos, as fasquias mínimas. Essa é a fase essencial da negociação e depois de a ter feito, estar assinado, já pode ser feito o programa concreto, afinar o programa com as especialidades, principalmente estruturas para que depois se definam as peças que devem ir a concurso. Estamos a falar de uma zona de crise. Num processo ordinário este passo era para ir à câmara, ao licenciamento do projeto para obter licença de construção. No nosso caso, foi ter as peças necessárias para ir a concurso, complementadas depois com um caderno de encargos ou um caderno descritivo dos métodos, materiais, técnicas a aplicar. Uma coisa tão simples como a consolidação das paredes existentes. Nós escrevemos como vamos fazer essa consolidação das paredes. Chegámos ao pormenor de escrever no caderno de encargos quais são os primeiros trabalhos que vamos realizar na obra. Não era a limpeza sequer, passava por consolidar as paredes, por pôr lintéis de ligação, por consolidar o existente, evitar a infiltração de águas. Todos esses processos foram descritos. Se depois foram totalmente cumpridos, ... já não me atrevo a dizer. Mas da nossa parte passa por definir um conjunto de passos para que depois quem vai a concurso saiba com o que vai jogar.

Há bocado falava de uma coisa muito importante que é tomada de decisões. E isso é uma parte técnica. Por muito bem definido que esteja o programa, no momento de o executar acontecem sempre pequenos grandes imprevistos, porque por vezes por causa de uns cm pode alterar muita coisa, ou a alterar ligeiramente o programa definido. O processo de acompanhamento de uma reconstrução ordinária é o que leva mais tempo a um técnico. Porque por vezes o que definiu no estirador depois vai para a obra e percebe nesse contexto que uma parede tem de mudar de lugar. Este processo de acompanhamento, depois do concurso, na fase de execução é fundamental. Os nossos engenheiros da casa estão lá todos os dias. Os arquitetos estão a ir sistematicamente, porque também é verdade que os projetos estavam mais ou menos bem definidos, estão a ir para tomar decisões pontuais sobre determinadas coisas, porque uma parede podemos achar que estava consolidada e não estava, teve de ser demolida e reposta. Há sempre pequenos pormenores a fazer. O processo de acompanhamento depois do concurso é extremamente importante, que a parte técnica, nomeadamente da arquitetura, se torne presente e interventiva, porque assim o exige a situação. É muito difícil que uma casa se execute exatamente como está e é ainda mais difícil que o processo de uma reconstrução deste tipo feita com tão pouca maturação do processo não exija em obra alterações. São aspetos que relevo até pelo menos à fase da construção.

Depois há que preparar as peças processuais exigidas para uma licença não de obra, mas já de utilização. No nosso caso, buscámos sempre que a descrição escrita dos processos que algumas intervenções técnicas, algumas especialidades, fossem feitas de acordo com as boas práticas de obra. Porque nós não tínhamos um projeto para entregar no início de obra de ITE, mas qualquer empreiteiro, estão previstas as caixas de ITE, as áreas técnicas de ITE, estão previstas... algumas delas estão previstas mas para marcar em obra normalmente a equipa que vai intervir naquilo vai ter de usar, foi a forma que arranjàmos, vai ter de usar de acordo com as boas praticas de construção, deixar a instalação técnica que preveja a existência daquelas especialidades, porque nós neste espaço de tempo não tínhamos hipótese nenhuma. Estamos de numa semana ou em duas fazer todos os projetos de especialidades, cruzá-los para 20 processos. Era impossível, a não ser que tivesse 20 gabinetes de arquitetura e mesmo assim era preciso que não houvesse férias e os nossos não tiveram. Em obra, a parte descritiva é muito importante, mais de ser o que se faz nos processos de licenciamento, ser justificativa, é preciso que seja referencial, justificativo referencial. Para quem lê uma tela e quem o acompanha com a peça escrita consiga ligar as duas coisas e saber como vai ser esta parede, rebocada ou com pladur. Conseguir ler no processo um conjunto de indicadores. Este verde é reboco pintado, o outro revestimento cerâmico. Na parte descritiva vem a metragem e vem a dizer se é aplicação, fornecimento e aplicação. Os nossos técnicos é que nos ajudam a fazer isso. Claro que temos alguma experiencia de outras obras que depois serve. Ninguém aqui é herói. Nós objetivamente só conseguimos fazer este processo neste tempo porque temos um conjunto de ajudas, não só de bons técnicos que concorrem para isso. As nossas câmaras em causa não tinham capacidade para isso, porque não têm historial, nem know-how. Uma coisa é estar habituado a aplicar a lei a um projeto que te chega e outra é estar a fazer um projeto. Em dezembro as nossas obras estavam todas em andamento e havia projetos que ainda nem sequer tinham sido iniciados, projetos.

Mas isso é a realidade própria de cada um. Não se trata de uns serem melhores do que outros. Nós também temos um conjunto de obrigações que decorrem da nossa atividade e assumimo-las por inteiro. Nós fazemos um conjunto de obras todos os anos, fazemos sempre um investimento superior a 1 milhão € em obras, significa que temos de ter um conjunto de deadlines em determinados pontos e na hora termos capacidade de decisão sobre o que queremos. Nem sempre o terreno, os players que se disponibilizam para fazer alguma coisa, que é algo majestoso, nem sempre têm esse know-how, porque alguns percebem de outras coisas, ciências, entidades bancárias, ... e vão entregar a outros.

SP: Quando fala de “gestão de expectativas” a quem se refere?

LC: Não são processos simples, não há processos perfeitos e é possível fazer muita coisa boa, mas isso não vende. Teria sido uma coisa boa se todas as casas tivessem sido feitas até ao natal. Nem todos temos interesse em saber a verdade. O que permite ser treinador de bancada são o que de alguma forma é menos bom, é onde está o dinheiro, o que estão a fazer, como se estalássemos os dedos e as casas aparecessem todas feitas, mas isso não existe na vida real. Quem está deste lado tem de ter uma estrutura muito grande. Muita gente não teve férias, mas nós não podemos dizer isso. Temos de ter uma estrutura muito grande e não perder o foco. Se ninguém nos chamou, eu é que quis ir lá, mas quem decide ir também pode sair. A Cáritas tem sempre uma atitude muito livre. Não fomos lá para nos baterem nas costas, sabendo muitas vezes que aquilo que nos é apontado são as coisas menos boas. Estamos a fazer 20 obras, mas vem-me pro Facebook uma área de obra que está desarrumada ou que os empreiteiros estão sem capacetes. Se os homens trabalharam 10 horas por dia para cumprir os prazos de 75 dias que defini para construir uma casa e que eles aceitaram fazê-lo, sendo a casa entregue nesse prazo “não está mal”, ninguém ia valorizar. Mas para quem está deste lado, mesmo para uma parte técnica, o trabalho não é muitas vezes recompensado, não sabem o esforço que está por trás. Para nós Cáritas, o mais importante são as pessoas, quero lá saber o que disse o Presidente da República. Se eu pudesse entregar em novembro entregava. Não vou fazer inauguração nem por placa nenhuma a dizer que fomos nós a fazer. Se eu faço uma entrevista a dizer isto, que é aquilo em que acredito, o que aparece da meia hora que falei é que eu disse que era impossível fazer as casas até ao natal. O que interessava era que alguém com alguma autoridade, neste caso relativa, que aquilo que o presidente da república tinha dito era impossível. Isso é o mundo real. Deves reter que é tudo uma gestão de expectativas. Não é só o que é que o outro espera, como é que eu me introduzo naquilo que ele espera e o que é que o outro pode esperar de mim. É o equilíbrio desses pressupostos que nos permite manter a cabeça acima da água. É uma linha média, nem somos bestas nem bestiais. Nas apresentações para os empreiteiros havia muitos a dizer que não era possível fazer aquilo e depois aparecia outro a dizer que era fácil, era esse que ficava com a obra.

A intervenção urbanística deve ser sempre tomada como um todo, mesmo que não seja real. Há um contexto e a arquitetura deve ser pensada aí. Uma situação de crise tem de ter critérios levados a um mínimo essencial. Decidir quais são os aspetos essenciais abaixo dos quais não se pode descer. Definir claramente que elementos não podem ser postos em causa. Não pode valer tudo. Não sabemos o que deve ser feito, mas sabemos o que não deve ser feito.

SP: Obrigada pelas respostas, Sr. Pe. Luís.

LC: De nada.

Anexo D - Entrevista concedida por Ana Catarino | Apontamentos

Antropóloga da Equipa do Ateliermob
8 de fevereiro de 2018

Sobre as funções da Ana no processo em estudo

A Ana interveio no processo com duas missões:

Sinalizar necessidades durante as visitas às casas

A FCG queria ir mais além da construção das casas. O papel da Ana era perceber quando é que o projeto deveria ser mais abrangente do que a construção do edifício de habitação, entender a importância de espaços e equipamentos (como os anexos e hortas) e a envolvente como espaços que compõem o habitar.

Esteve presente em praticamente todas as visitas iniciais. Nas visitas conseguiam perceber quem necessitava de apoio psicológico. A Ana e o Tiago são da opinião que muitas das pessoas não estavam a ser bem acompanhadas psicologicamente, ou não o estavam a ser de todo. Chegaram a ponderar incluir um psicólogo na equipa.

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos

Usar as ferramentas da antropologia para ajudar no processo de projeto. A Ana era alguém que *“fazia a desmontagem da casa”*.

“O acompanhamento pretende que a casa seja desenhada com as pessoas através da discussão. É um processo que requer tempo para falar com as pessoas e para pensar bem o espaço.”

Sobre a sua estratégia de trabalho

Foi tateando o terreno. Nas primeiras visitas tirou várias notas para perceber quem eram as pessoas, os espaços e a relação das pessoas com estes; perceber as dinâmicas do território. Neste caso específico foi um trabalho muito de intuição.

O trabalho de Michel Agier é uma referência pelo método de trabalho (trabalha a partir de situações concretas).

O método normal da antropologia é ouvir as pessoas. Tentou perceber no imediato como era a casa, ouvindo os habitantes e alguns familiares, para despistar mal-entendidos e identificar as coisas que são mais importantes para eles. Apesar de existir a consciência entre a equipa de que poderiam encontrar casos de insalubridade, as condições em que encontraram algumas casas foi um choque.

A Ana teve a preocupação de saber o que tinha acontecido a cada um no dia do incêndio, para perceber a sua relação com a casa nesse momento.

Nas primeiras visitas em que ainda não estava decidido quais casas seriam entregues ao Ateliermob, a Ana estava também a sinalizar casos que precisassem outro tipo de apoios, por exemplo psicológico. Quando já estavam decididas, também foi importante no início definir que estrutura os habitantes tinham de assegurar o seu regresso. No caso PS1, em que o apoio psicológico era evidentemente necessário, já estavam a ser acompanhados, mas talvez não fosse suficiente.

Sobre as reações dos habitantes

A maioria das pessoas com quem trabalharam tiveram duas reações:

1. Num período inicial, queriam com urgência recuperar a casa que tinham anteriormente, sem qualquer alteração.
2. Depois começam a perceber, com as discussões, que não tem de ser uma reconstrução – devem pensar naquilo que podem alterar para criar condições melhores do que as que tinham antes.

“É preciso saber falar com as pessoas para as fazer entender as mudanças como mais-valias”

Alguns conceitos ou palavras podem ter uma conotação que não é a que querem transmitir (*“kitchenette”*).

No início a equipa toda sentia que as pessoas tinham muita urgência em ver progressos. Muitos dos habitantes nem percebiam porque é que eles lhes faziam tantas perguntas. Mas, a partir do momento em que começam a mostrar as primeiras ideias e a discutir com eles os projetos deixam de sentir tanto essa urgência. Os habitantes da FV3 e PG3 iam fazendo sugestões “*se não atrasarem*”. Quando as pessoas que têm as suas casas entregues ao Ateliermob perceberam que as outras, que têm as suas entregues a outras entidades, ficaram prejudicadas de alguma maneira com os novos projetos – por exemplo, perderam área em relação ao que tinham – entendem que o processo deles, mesmo que mais lento, os está a beneficiar.

Sobre as demolições, estavam com receio que algumas das pessoas não reagissem bem, mas não foi o caso. A Ana apresentou preocupação sobre o momento em que terão de se mudar para as casas novas, que estarão quase vazias, e porque já têm uma rotina nos novos espaços onde vivem.

Casos FV1 e FV2

A Ana teve pouco contacto com os dois casos, pois tanto um como o outro tinham um pensamento muito claro sobre aquilo que queriam. O casal FV2 tinha um terreno isolado com uma espécie de hostel.

Caso FV3

- 1ª conversa com desenhos – era muito descritiva naquilo que queria, mas não olhava para os desenhos (técnicos – plantas, cortes e alçados).
- 2ª conversa com desenhos – prepararam desenhos (perspetivas) à mão, com cores até, mas mesmo assim não sentiram um aumento significativo da atenção dela aos desenhos.
- 3ª conversa com desenhos – perceberam que não era só desenhos que ela não sabia ler. Desviava o olhar para não se confrontar com os desenhos.

Ainda teve muitas conversas com a Senhora. Diz ser a única que estava a ter acompanhamento psicológico, pelo menos de que eles tenham conhecimento.

Caso PG1

A casa estava toda destruída e, por isso, era difícil entender como era. A Ana falou com o primo do Senhor para a ajudar a desenhar a casa que existia (não tinha casa de banho).

Caso PG2

Só conversou com a Senhora na primeira visita à casa.

Caso PG3

Falou muitas vezes com ela, tal como outros membros do Ateliermob. A Senhora estava sempre a ligar para eles a querer saber avanços do processo. Levava desenhos e ideias quando ia falar com eles. Este processo foi mais demorado, porque a CM demorou muito tempo a enviar-lhes o levantamento. Balanço constante entre querer “*aquilo que tinha*” e “*uma coisa nova*”.

Caso PS1

Neste caso teve um papel muito ativo. Trabalhou em conjunto com a CM e a Segurança Social. Era uma família com muitos problemas – a mulher tinha problemas de mobilidade e o filho era um caso que precisava de muita consideração (queriam entender como é que este se inseria na casa sem ser completamente dependente dos pais, mas fazendo parte do seu espaço de habitar). A casa era muito insalubre. Não só a casa tinha muito valor para o Manuel, porque tinha sido ele a construí-la, mas também o resto do terreno, pela horta.

A Ana esteve mais presente no início do processo, durante as primeiras visitas e durante o processo de projeto. Agora que as obras começaram não tem um papel tão ativo.

Sobre as intervenções nas instituições locais

Outra vertente que a FCG queria abranger: projetos extra casas, ou seja, instituições ou equipamentos. Com estes projetos a FCG também pretende patrocinar uma forma sustentável de permanência no território.

A Ana esteve no lugar durante outubro e novembro. Servia como intermediária, ajudando as pessoas a construir um pedido de apoio mais sustentado.

Caso da Biblioteca de Figueiró dos Vinhos

A antiga biblioteca de FV tinha sido patrocinada pela FCG e quando a Câmara decidiu construir a atual todo o espólio da antiga foi doado para a nova. Havia já, portanto, uma ligação entre as duas entidades.

A Ana pediu uma reunião com a senhora da biblioteca para perceber os projetos que estavam a desenvolver. As bibliotecas de FG, CP e PG funcionam em rede por uma questão de escala e, por isso, realizam projetos em conjunto. Um desses projetos era de recolha de memórias das aldeias, iniciado antes dos incêndios. (Poderá ser continuado?)

Através das ferramentas da antropologia consegue dar apoio à FCG sobre outros projetos nos quais pode ser pertinente participarem.

A Ana ajudou a formalizar a proposta que apresentaram à FCG, entregue em dezembro. As outras intervenções, depois de sinalizadas, não foram mais desenvolvidas por indicações da FCG, devido aos incêndios de outubro de 2017 – podiam ter de intervir em habitações afetadas por este. Houve vários momentos de indecisão, porque não dependendo deles (Ateliermob) não podiam garantir que depois os projetos se iam concretizar.

Anexo E - Entrevista concedida por Marta Vieira | *Transcrição*

Arquiteta colaboradora do Ateliermob

9 de abril de 2018

Sara Pereira: O teu testemunho é importante para entender a intervenção do Ateliermob no âmbito do processo de recuperação das habitações afetadas pelo complexo de incêndios de junho de 2017, não só desde a perspetiva geral da equipa, mas também a partir de um ponto de vista mais pessoal, dado que foste um dos membros da equipa mobilizados para o gabinete local que constituíram em Figueiró dos Vinhos.

Para entender o vosso processo desde o início, quero perguntar-te como foram desenvolvidas as primeiras visitas de levantamento de necessidades e reconhecimento do lugar, e o que é que puderam retirar delas?

MV: Como arquiteta, que faz uma primeira visita ao local... nós íamos eu, o Tiago, a Paula, a Ana Catarino, que é a antropóloga, que estava em quase todas as visitas, e tínhamos sempre alguém da FCG e da câmara. Tem de haver sempre um primeiro contacto com as pessoas, esse contacto depende muito das pessoas e daquilo que elas te transmitem logo à partida ou do à vontade que elas têm para falar com os “arquitetos que vêm de Lisboa”. Mas acabas sempre por tirar muito de uma primeira visita, tiras sempre imensa informação sobre a pessoa, como é que ela vive e com quem, se a casa está completamente destruída, se vai ser uma reconstrução total ou parcial. Nós ficámos com as reconstruções totais. Acima de tudo acho que é muito perceber como é que, dali para a frente, vais abordar esta pessoa. São aqueles contactos fundamentais para saberes como é que podes intervir, ou tirar o melhor da relação com aquela pessoa, como é que daí para a frente podes gerir o projeto em função do requerente.

SP: Em todo este processo tem-se falado muito em reconstrução, mas acho necessário clarificar que os vossos projetos não são uma reconstrução literal das casas que arderam. Quais foram os critérios que utilizaram para os definir? Afastam-se muito dos que usam normalmente?

MV: Isso parte muito do atelier e da maneira como ele em si aborda os projetos. É um bocado uma questão ética, este lado mais político e ético com que todas as pessoas que trabalham aqui veem a arquitetura e a forma como podemos trabalhar com as pessoas. E sendo esta equipa direcionada para esta abordagem, se calhar um bocado mais cuidada com as pessoas e com as suas necessidades, ... Isto foi uma catástrofe a nível nacional, as pessoas ficaram sem casas e para nós não fazia sentido simplesmente reabilitar as casas tal e qual como elas estavam. Fazia sentido era perceber que tipo de vida é que as pessoas têm agora, porque elas se calhar construíram as casas à 30 ou 40 anos atrás e, entretanto, tinham 2 filhos e agora têm mais um, ou estão de cadeira de rodas. Isto é muito importante, foi desde o início. Na primeira abordagem tentar perceber as pessoas e depois tentar perceber realmente o que queriam. Inicialmente, elas queriam as casas como tinham, era a primeira reação. Isto também foi uma barreira um bocado difícil de ultrapassar, mas o tempo foi muito importante para as pessoas começarem a consciencializar-se que realmente iam ter uma casa nova e que podíamos trabalhar no sentido conseguir condições melhores do que as que tinham. E isso implica uma melhoria a nível de construção, métodos construtivos, a ocupação, a área, a organização da casa, a horta, o anexo, tudo. E o atelier sempre teve essa abordagem de reconstruirmos as casas, fazer os projetos de reconstrução das casas numa perspetiva de melhor, porque deixar igual ou piorar não faz qualquer tipo de sentido.

SP: Como é que fizeram a distribuição do trabalho entre as pessoas que continuavam em Lisboa e vocês, tu e a Rita, que estavam a trabalhar de uma forma mais contínua no gabinete que a equipa constituiu em Figueiró dos Vinhos?

MV: Contínua e intensa. Quando fomos para lá, em outubro, havia casas que já tinham sido lançadas, já estava inclusive o programa base aprovado. Estou-me a lembrar das casas de Figueiró dos Vinhos, em que as casas já tinham sido aprovadas pelos moradores e estávamos a seguir para projeto base, enquanto havia outras que ainda nem sequer tinham sido lançadas, por exemplo a da Pampilhosa da Serra, que começámos a desenhar lá. Nós lá tínhamos a base de tudo, estávamos a organizar as casas, nós é que tínhamos na mão em que passo é que ia cada casa e organizávamo-nos com a equipa de cá. Dizíamos que precisávamos que alguém nos ajudasse a fazer alguma coisa, por exemplo mapas de vãos, projeto base de execução, ... Nós lá é que íamos dizendo o que precisávamos que a equipa fizesse. Houve uma altura em que estava praticamente a equipa toda só em Pedrógão. A Mariana com a casa do Neil, a Raquel com a casa do Walter, a Diana com a casa do Sr. António. Enquanto elas estavam a fazer esses projetos base detalhados eu se calhar, lá em Pedrógão, estava com as 3 casas de Figueiró que estavam noutra fase. Estava a coordenar as coisas de maneira mais leve, porque o trabalho mais exaustivo já tinha sido feito. Isto é mais a nível do atelier.

SP: O que é que retiram deste trabalho de maior proximidade com as pessoas?

MV: Eu acho que isso é muito importante para nós, como arquitetos, ter essa experiência. Obviamente temos de ter contacto com as pessoas para sabermos o que é que elas desejam da casa. Mas, acima de tudo, acho que foi fundamental para elas, que viviam lá, terem esta perceção que não somos os “arquitetos de Lisboa” que vão lá construir casas como nós bem quisermos. Somos arquitetos a exercer a nossa profissão, que passa por estar em contacto com as pessoas, para perceber o que é que eles precisam de nós. Então acho que foi muito importante nós estarmos lá, apesar de terem os nossos números de telemóveis e nos ligarem e tudo o mais, o facto de termos lá o gabinete em Figueiró fez com que as pessoas comessem a pensar a casa de uma maneira diferente. E é muito interessante, porque as pessoas começaram a pensar a casa. Muitos dos nossos projetos são casas antigas, provavelmente dos pais destas pessoas, e que provavelmente nunca pensaram na casa, nunca projetaram uma

casa para elas próprias. E o facto de agora poderem fazer isso é muito interessante, perceber que começam a pensar que se a porta do quarto estiver virada para a sala não é tão confortável, porque é uma zona mais privada da casa perto de uma zona mais social. Este tipo de questões que tu aprendes ao longo do tempo a estudar arquitetura, é muito interessante perceber que elas também começam a pensar nisso sobre a própria casa. Como temos lá o atelier, continua a haver pessoas, como a D. Isilda, que continuam sem perceber os desenhos. Nós fizemos, cortes, plantas e alçados e ela não percebia, fizemos um 3D e ela não percebia, fizemos uma ilustração à mão, a lápis de cor e continuou a não perceber muito bem. Tanto que, agora na fase de obra, há coisas que ela descobre como vão ser e que eu já lhe tinha explicado que iam ser assim. Ela não tem essa percepção. Mas há outras que têm e tivemos imensas pessoas a ir lá bater à porta do atelier. O Walter vinha mostrar portas e janelas que amigos lhe tinham dado e que queria que ficassem na obra. Ou, como ele tem um método construtivo mais sustentável, foi-nos explicar como gostaria que fosse implementado. A D. Isilda ia lá imensas vezes, o Neil, as pessoas iam lá muitas vezes e acho que resultou bem nesse aspeto.

SP: A participação mais ativa deles no projeto também deve criar algumas situações difíceis de gerir e vocês têm de fazer o equilíbrio entre impor uma coisa e ao mesmo tempo não ceder a tudo aquilo que eles querem.

MV: Sim. Há algumas coisas que eram intransigentes, como o número de quartos, de divisões, as coisas que estão estipuladas pelo REVITA e pelo regulamento, portanto, aí não havia muito onde mexer. A nível da arquitetura e do desenho da casa, por acaso não houve muitas divergências. Estou agora a olhar ali para a planta do anexo da D. Eduarda, que ainda está para ser resolvida esta semana, porque afinal não o quer bem assim. Mas acho que é uma questão de comunicação, porque nós conhecemos estas pessoas desde junho e já nos compreendemos, a falar. Mas já aconteceu. Por exemplo, a D. Isilda quer estores e nós queremos portadas e já houve toda uma discussão, saudável, entre o Tiago e ela a falar sobre isto. Nós não queremos fazer nada contra a vontade das pessoas, porque a casa é delas e são elas que vão viver lá, mas também queremos dar a nossa opinião e mostrar o que é que pode ser melhor. Neste caso nem é uma questão de preço, as portadas são mais caras, queremos é que ela perceba que é uma coisa melhor. Usarmos mosaico hidráulico no chão também tem sido difícil de aceitar, porque não é muito comum e o que nós tentamos mostrar é que estamos todos a aprender, nós com eles e eles connosco. Tentamos arranjar um equilíbrio de comunicação em que no final, ou nós damos razão ou eles a nós, e assim se vai equilibrando.

SP: Na prática, em que é que se traduziu a saída do Regime Excecional de Controlo Prévio?

MV: Para nós não se traduziu em muita coisa, porque já estávamos com os processos muito avançados, já tínhamos estipulados toda uma cronologia e métodos de como íamos fazer as fases de projeto até às fases de obra. Definimos que íamos ter um programa base, um projeto base e um projeto base detalhado. O programa base é aquele que tu apresentas às pessoas, em que não é nada oficial, é um provisório só para as pessoas terem uma ideia do que estamos a fazer e nós percebermos se estamos a ir pelo caminho correto ou errado. Depois o projeto base, que é o licenciamento, que nós sempre defendemos que deveria ser feito como numa obra normal, e o projeto base detalhado que é para nós o projeto de execução, só que é um bocadinho menos detalhado, não tem as exigências supostas. Esse decreto lei, na verdade, ao atelier só veio confundir um bocado as coisas. Mas isso também muda de município para município, porque tens os de Figueiró e Pedrógão, que são, dos com que estamos a trabalhar, que o aplicam. O da Pampilhosa continua a dizer que não o aplica. Tanto que nós tínhamos entregue um licenciamento na câmara, que foi chumbado, por razões com as quais nós concordámos e emendámos. E agora ainda está pendente, porque ainda falta uma consultoria técnica. Tem de ter projeto técnico, não é só consultoria. Isto são coisas que com este decreto lei não precisas. Isto é para um licenciamento normal e correto, que é o que nós estávamos a prever. Estávamos de certa maneira a contornar um licenciamento com tudo, mas íamos fazer uma coisa para a câmara aprovar como licenciamento, por isso a nós não nos veio alterar grandes coisas. Se calhar deixar mais tranquilos em relação a alguma coisa que poderia ter escapado, porque foi tudo tão a correr.

SP: Agora, com o acompanhamento das obras, continuam a ir regularmente a Figueiró dos Vinhos?

MV: Sim, vamos todas as semanas. Desde que voltei de lá, que foi em janeiro, acho que ainda só faltámos no máximo duas ou três semanas. Vamos sempre durante um dia inteiro, são dias muito exaustivos. Muitas vezes não conseguimos ir a todas as obras, mas contactamos com todos os empreiteiros. Às vezes pode não ser preciso ir a alguma obra.

SP: Quais foram as maiores dificuldades que sentiste ao longo de todo o processo?

MV: A maior dificuldade foi viver lá, viver no sítio onde estás a trabalhar, num sítio completamente desconhecido para ti, apesar de eu ser dali perto. A cultura, as pessoas, há uma certa familiaridade para mim, mas viver neste contexto, em Figueiró, enquanto trabalhas sobre os incêndios e sobre as casas, foi, principalmente no primeiro mês, muito difícil. Encontrava as pessoas na rua e quando desenvolvia uma conversa com alguém, qualquer pessoa, quando falavas mais de 10 minutos com essa pessoa ela começava a chorar, porque se lembrava do que tinha acontecido, das coisas que arderam. Isso foi muito exaustivo, porque era tudo ao mesmo tempo. Era a pressão dos media, era chegar a casa ligar a televisão e ter as notícias a passar sobre aquilo. Parece que não conseguias tirar a cabeça daquilo. Também algumas questões burocráticas nos trabalhos com os municípios.

SP: Como foi a articulação com as outras entidades?

MV: Com todas as entidades, principalmente as gestoras, continua a ser tudo um bocado vago. Nós temos reuniões com a Unidade de Missão e tu conheces as pessoas e tu estás em contacto com elas, mas pronto. No início havia mais desorganização, mas acho que é normal. O decreto lei que saiu devia ter saído mais cedo e ter sido corretamente aplicada por todos os municípios. E devia ter havido um plano geral. Na articulação com os municípios dependia. No de Figueiró foram sempre muito prestáveis. Se precisávamos de alguma coisa eles respondiam logo. Notava-se uma organização muito grande a nível do município. Quando precisámos das plantas topográficas pedimos e foram logo fazer e enviar. Isso não aconteceu em Pedrógão, onde sei que também arderam mais casas, nem na Pampilhosa. Não são experiências tão agradáveis, mas as coisas foram-se fazendo.

Anexo F - Entrevista concedida por Simão Botelho | Transcrição

Arquiteto e voluntário externo da EDP

9 de abril de 2018

Sara Pereira: O Simão é arquiteto e trabalhou como voluntário externo para a EDP na realização de alguns projetos no âmbito da reconstrução das áreas afetadas pelos incêndios. Queria começar por perceber como é que integraste a equipa da EDP, como é que foi o processo de recrutamento e como é que soubeste que eles estavam à procura de reforços da equipa deles.

Simão Botelho: Foi a Trienal de Arquitetura de Lisboa que me ligou a perguntar se estava interessado em ser voluntário para a EDP em Pedrógão Grande. Apesar da Trienal não ter arquitetos disponíveis nos seus quadros, respondeu ao pedido da EDP para voluntários de competências na área de Arquitetura. Eu respondi afirmativamente.

SP: Eras o único voluntário externo?

SB: Sim. Inicialmente havia outra arquiteta indicada pela Trienal, mas entretanto a EDP percebeu que conseguia encontrar internamente todo o pessoal necessário. Paralelamente, essa pessoa perdeu o interesse, portanto fiquei só eu.

SP: E isso foi em que altura?

SB: Fui contactado a meados de agosto de 2017 e comecei a trabalhar no dia 20 desse mês.

SP: Então não sabes se houve algum critério, porque parece ter sido um processo mais direto.

SB: Sim, foi uma proposta direta que fizeram a várias pessoas e eu fui quem aceitou.

SP: A EDP fez parte das equipas de levantamentos. Também integraste essas equipas?

SB: Sim. Havia pelo menos um topógrafo da EDP e um da Câmara Municipal de Pedrógão Grande (CMPG). Nós arquitetos também fizemos levantamentos, porque havia muito trabalho com muita informação para pouco pessoal.

SP: Houve algum limite de tempo para a realização dos trabalhos que vos tenham imposto?

SB: Os limites de tempo iam-se sempre alterando. O prazo final acabou por ser dia 07/12/2017, mas foi imposto semanas antes. Sendo os prazos muito curtos e havendo muitas casas para construir, a sensação com que fiquei é que o processo foi gerido pelas várias entidades numa lógica de “navegação à vista”.

SP: Em relação ao funcionamento dos trabalhos com a EDP, o que é que eles vos ofereciam em termos de condições de trabalho?

SB: Quando ia ao terreno, a EDP pagava deslocamento, alimentação e alojamento. Mas, quando estava em Lisboa, as despesas não eram cobertas. Como na fase de projeto estive a trabalhar a tempo inteiro durante cerca de quatro meses e meio, pedi para receber pelo menos um subsídio de alimentação. A partir de então ressarciam-me até ao máximo de 14€ por dia. Só para alimentação em restaurantes e exclusivamente nos dias úteis das 8 da manhã às 8 da noite (não podia incluir jantar), por mais que trabalhasse horas extra e aos fins-de-semana. Eu trabalhava em casa ou em bibliotecas. Provavelmente se tivesse pedido para ir para os escritórios da EDP seria aceite, mas não foi essa a minha opção. Na fase de acompanhamento de obra, para a qual por brio profissional trabalho mais do que o previsto pela EDP, o subsídio de alimentação não está contemplado e raramente as deslocações e alimentação em Pedrógão Grande são ressarcidas.

SP: Eu sei que houve alguns projetos-tipo que passaram pela EDP e foram utilizados em algumas casas. Também os utilizaste?

SB: Não, eu fiz projetos de reconstrução personalizados. Não adaptei os projetos tipo fornecidos pela CMPG por entender que têm fortes limitações enquanto projetos de arquitetura.

SP: A equipa da EDP era composta por quem?

SB: No terreno, por uma equipa completa com arquitetos, engenheiros de estruturas, engenheiros de águas e esgotos, um engenheiro eletrotécnico, um topógrafo e um gestor. Depois havia uma equipa de gestores e produtores nos escritórios de Lisboa que organizava estadias, deslocações, etc.

SP: Tu ficaste encarregue de quantas casas?

SB: Três casas e uma capela.

SP: Tu fazias o projeto de arquitetura e eles complementavam com as outras especialidades?

SB: Sim, foi um trabalho feito em conjunto. Perto da data da entrega foi contratada uma empresa externa para fazer os projetos de algumas casas que já não havia tempo para fazer com a equipa da EDP.

SP: Os projetos de arquitetura?

SB: Não, esses já estavam feitos, mas não havia capacidade para fazer os projetos de engenharia, razão pela qual foi uma empresa externa que os concretizou em cerca de duas semanas.

SP: Sobre o processo de projeto, tiveste de adaptar de alguma forma a tua maneira de projetar, principalmente por causa dos prazos, por exemplo, na formalização dos documentos das entregas? Todas as fases do projeto tiveram o desenvolvimento que um projeto sem estas limitações de tempo teria?

SB: A EDP funcionou como um braço da câmara. Era-nos pedida a realização de projetos cuja construção seria posteriormente financiada pelas diferentes entidades, fosse o REVITA ou outra que não tivesse equipa com arquitetos ou projetistas de especialidades. No início foram-nos encomendados vários projetos que posteriormente deixaram de ser considerados necessários pela CMPG. Os pedidos de projetos de casas apareciam e desapareciam ao longo do tempo. Para cada um deles, a CMPG pretendia que fizéssemos rapidamente estudos prévios muito simples baseados nos pormenores e projetos tipo.

SP: Pediam isso em que fase?

SB: Na Comunicação Prévia, porque houve um Regime Excecional de Controlo Prévio para esta operação que simplificou bastante o processo. Apesar desta norma administrativa poder ser benéfica, pareceu-me desadequado atalhar caminho pormenorizando pouco os projetos e usando os detalhes tipo da CMPG, que eram muito limitadores para o desenvolvimento conceptual do projeto. São os pormenores da construção mais corrente que existe em Portugal.

Teria sido importante encontrar uma estratégia projetual global para a reconstrução após os incêndios, mas como esta não existiu e os projetos tipo não são conceptualmente consistentes, decidi personalizar as minhas intervenções. Os projetos tipo apresentados pela CMPG só seriam aplicáveis se todos os terrenos fossem planos e se as casas afetadas tivessem todas colapsado. Pressupunham uma espécie de *tábula rasa*. No entanto, a maioria dos terrenos têm inclinação e em muitos casos havia paredes de pedra ou outras partes edificadas que se mantinham, podendo e devendo ser incluídas na reconstrução por questões culturais e de memória.

SP: Mesmo com as condicionantes de tempo e recursos, parece-me que a prioridade deste processo deve estar na definição de soluções que respondem às necessidades atuais das pessoas. Apesar de se definir estas intervenções como uma “reconstrução”, não devem ser uma replicação das casas que arderam, mas sim uma nova casa. Os instrumentos de atuação que foram colocados à disposição de todos os atores intervenientes não estabeleceram critérios que interferissem na configuração da casa, mas os projetos-tipo eram considerados segundo o agregado familiar. Quais foram os critérios que definiste para os teus projetos?

SB: A CMPG tinha na altura o Vereador Bruno Gomes, que conhecia muito bem a realidade local e estava apoiado por uma rede de moradores. Ele falava com as pessoas, percebia quais eram as necessidades e, com esses dados, a CMPG tomava decisões sobre as casas a reconstruir (pedindo posteriormente aprovação à CCDR-C). Essa informação era transmitida às várias entidades envolvidas, entre as quais a EDP. Mas não havia critérios definidos previamente, para além do critério do tamanho do agregado familiar. As instruções que me foram dadas eram elementares: “Tens aqui o projeto tipo, agora adaptas àqueles novos lugares.” Pareceu-me uma atitude desadequada, dada a grande variabilidade de contextos físicos e sociais, e ao facto dos projetos tipo não serem nada flexíveis. Por isso fiz um projeto específico para cada caso.

SP: Ao longo do projeto vocês iam tendo contacto com os proprietários?

SB: A política geral da nossa equipa foi não contactar os proprietários: a EDP fazia o projeto de acordo com as instruções da CMPG, que intermediava o contacto com os lesados. Era uma forma de a EDP ter um só cliente, que tratava de todo o restante processo. Não concordei com esta posição e foi-me dada liberdade para gerir os meus projetos como achava mais razoável. Segundo a minha ética profissional devo sempre falar com os clientes para entender as suas necessidades diretamente.

Fui o primeiro arquiteto da EDP a ir para Pedrógão Grande, coordenado pelo Eng.º André Rente (gestor de projeto no terreno). Por isso fiz os projetos das duas primeiras casas em contacto com os moradores: falei com eles presencialmente, por telefone e por Skype. Relativamente à terceira casa, cujo projeto me foi pedido mais tarde, falei uma vez com a moradora, fiz o projeto

muito rapidamente para cumprir prazos, enviei-o à CMPG para ser pré-aprovado e, pouco depois, já tinha sido mostrado aos moradores sem o meu conhecimento. Neste caso, aquilo que eu queria evitar acabou por acontecer.

SP: Não está previsto que façam o acompanhamento da obra?

SB: A EDP irá realizar visitas para verificar se os projetos estão a ser cumpridos. Mas não têm a assiduidade necessária de uma fase de Assistência Técnica. Eu tenho acompanhado as obras apanhando autocarros ou aproveitando a boleia dos arquitetos do Atelier MOB até Pedrógão Grande e depois boleia dos moradores até às casas. Para fazer o meu trabalho voluntário, cujas despesas deveriam ser ressarcidas, estou a pagar deslocações e alimentação, assim como pedir favores a várias entidades e aos moradores.

SP: Fazendo parte do trabalho, o acompanhamento de obra deveria estar incluído nas despesas de trabalho. E deveria fazer parte dos pedidos deles.

SB: Mas não foi essa a visão da EDP. A estratégia foi fazer projetos muito rapidamente com o mínimo detalhe possível (utilizando pormenores e projetos tipo) e realizar visitas esporádicas às obras.

SP: A EDP funcionou como apoio técnico das câmaras. Os teus projetos foram incluídos em que fundos?

SB: As duas casas primeiras casas já estão a ser construídas e são financiadas pela União das Misericórdias de Portugal (UMP), que é o dono de obra. É com a Galbilec (gabinete contratado pela UMP para gerir este processo) que eu falo quando as dúvidas vão surgindo. Quanto à terceira casa, não fui informado sobre a entidade financiadora e a construção ainda não começou apesar da adjudicação já estar feita há algum tempo. É comum empreiteiros locais fazem propostas de concurso para demasiadas casas. Quando ganham muitas e não têm estrutura para responder, atrasam muito os trabalhos de algumas ou constroem todas vagarosamente.

SP: Qual é exatamente a função da Galbilec em relação aos teus projetos?

SB: Não sei dizer exatamente quais são as funções da Galbilec porque nunca li essa informação, mas representam a UMP neste processo. Verificam o que está a ser feito em visitas ao terreno e controlam os custos.

SP: Para quando está previsto o final das obras?

SB: Tanto quanto sei, o objetivo estabelecido pelo Sr. Presidente da República é terminar as obras um ano após a tragédia dos incêndios. Todos estamos está a trabalhar para isso, mas é uma tarefa ingrata porque os prazos não são suficientes para projetar e construir casas de qualidade garantida, são objetivos simbólicos e políticos que se sobrepõem ao lado prático da construção e da fase de projeto.

SP: Onde estão alojados os habitantes das tuas casas?

SB: Os moradores das duas primeiras habitações estão a viver em moradias de amigos emprestadas ou alugadas. Um deles terá de mudar de casa em breve e encontra-se desconfortável com essa situação. A senhora da terceira moradia tem propriedades de família onde pode ficar alojada.

Os lesados prefeririam estar na sua casa, mas encontram-se suficientemente confortáveis na situação atual. Não tive conhecimento de alguém que não tivesse onde dormir. Claro que é incómodo para toda a gente, mas o sistema informal de entreaajuda tem funcionado. São comunidades pequenas onde toda a gente se conhece, por isso há entreaajuda pelo menos a um nível básico. Uma questão que me frustra bastante desde o início: existir uma elevada pressão sobre técnicos, empreiteiros e pessoal da CMPG para cumprir prazos muitíssimo ambiciosos, em vez de ser feito um trabalho de educação da população sobre os prazos mínimos para fazer projetos e construir casas em condições. O tempo disponível para realização dos projetos ficou aquém do desejável.

SP: Achas que as distintas abordagens projetuais que se podem sinalizar se vão traduzir em desigualdades em relação à qualidade espacial e construtiva das casas?

SB: O nivelamento foi feito por baixo através da utilização dos projetos tipo. Os projetos mais personalizados foram vistos como excessos e perdeu-se uma oportunidade de desenvolver esta zona do país através da melhoria estruturada das condições de vida da população e da criação de projetos inovadores, sobretudo a nível social e de sustentabilidade. Quando me propuseram colaborar com a EDP pensei nas vantagens de trabalhar com técnicos especializados para projetar casas energeticamente autónomas e com sistemas de reaproveitamento de águas. Apesar disso, rapidamente percebi que a CMPG e a EDP não

pretendiam gerar projetos segundo aos padrões de sustentabilidade atuais, nem criar lógicas sociais como se fez no SAAL, mas apenas reconstruir casas com os padrões de construção mais simples e comuns.

SP: Neste caso nem houve um projeto de conjunto.

SB: Pois, a coordenação geral é deficitária: a comunicação entre as várias entidades financiadoras (ex. FCG, UMP, Cáritas, etc.) e delas com o estado é muito deficitária. A CCDDR-C e a Unidade de Missão detêm o poder decisor, mas quem conhece a realidade local é a CMPG. É um processo com muitos intermediários, em que cada entidade tem uma abordagem própria e em geral expectativas muito baixas. Deveriam existir órgãos de coordenação mais fortes, com técnicos especializados em construção a gerir os principais processos, algo que não aconteceu nem na CMPG nem na EDP.

SP: Não houve um plano que questionasse sequer a reconstrução. Pelo menos a sua localização e perceber se faz sentido reconstruir as casas naquele lugar. Questionar a identidade do lugar e a qualidade de vida das pessoas que vão continuar a viver naquele território. Um lugar onde a natureza ardeu e entre casas que também arderam. O impacto que tem para uma pessoa sair de casa e ver esse cenário. Por mais que se estejam a fazer estas casas para estas pessoas, se calhar, no futuro, as próximas gerações podem nem ter uma ligação tão forte com o lugar. São projetos que servem agora, mas que não questionam o futuro do lugar e das casas. Um plano global em termos espaciais, temporais e sociológicos.

SB: Essas questões prendem-se com uma fase que devia ter existido, mas não teve lugar. Uma fase prévia de entendimento da realidade e das abordagens possíveis, onde deveriam participar equipas de estudo multidisciplinares. Isso seria o ideal. Avaliar as condicionantes e suas possíveis soluções em termos sociológicos, ambientais e económicos. A partir daí estabelecer um projeto, cuja conceção poderia demorar apenas um ou dois meses. Eu acho que havia margem para esse projeto, o que não havia era vontade política. Quem estava a gerir o processo no terreno eram as Câmaras Municipais, que não têm meios humanos nem massa crítica suficientes para realizar um projeto desta envergadura. Deveria ter-se constituído uma equipa multidisciplinar com técnicos das várias áreas (paisagismo, urbanismo, arquitetura, sustentabilidade, economia, sociologia, etc.) que fizesse um *master plan* com parâmetros de intervenção transversais a todas as entidades envolvidas.

SP: Também fizeste o projeto de uma capela. Qual é o estado desse processo?

SB: Não tenho resposta ainda. As informações mudam de dia para dia: o que eu disser hoje pode não ser amanhã. Fiz o estudo prévio da Capela e estava planeado ser a FCG a financiar a obra, mas os seus fundos estão a ser alocados a outros projetos, razão pela qual a CMPG irá tentar encontrar financiamento alternativo. O projeto de execução só será feito no momento em que estiver assegurado o financiamento.

SP: Como é que te chegou esse projeto às mãos?

SB: Foi o Eng.º Bruno Gomes que fez o pedido à EDP, tendo eu assumido a responsabilidade pelo projeto dentro da estrutura. A Capela N.ª Sra. das Brotas tem um forte simbolismo: é o único edifício religioso que ardeu nestes incêndios, está num lugar central em relação à área ardida e, dentro do contexto, num ponto relativamente alto. Por isso, e como me era pedido um arranjo paisagístico da envolvente próxima, propus a construção de um memorial às vítimas dos incêndios, que foi bem aceite pela CMPG.

SP: De uma forma geral, quais são as dificuldades que salientas deste processo?

SB: Principalmente a falta de critérios transversais a todas as entidades, mas também a escassez de tempo para desenvolver os projetos e coordenar as especialidades. Relativamente à obra, salientaria a baixa formação dos empreiteiros na leitura de projetos.

SP: Foste tu que detalhaste os mapas de quantidades?

SB: Sim, os mapas de quantidades incluíam a definição simplificada de materiais para que os orçamentos dos empreiteiros não disparassem. Nas duas primeiras casas fiz medições, mas na terceira não tive tempo. A estratégia da EDP para cumprir prazos e reduzir custos foi não efetuar medições, apresentando todos os itens do mapa de quantidades em “valor global”.

Os problemas acabam por surgir noutras fases. Tenta-se simplificar muito o projeto, tendo como consequência a tomada de decisões precipitadas e menos qualificadas em obra por parte do empreiteiro. Simultaneamente, quando se apresenta todos os itens em “valores globais” é mais difícil controlar custos de obra.

Há também falta de formação dos empreiteiros na leitura de desenhos, mas parece-me tratar-se dum problema nacional. Quando são cometidos erros de construção tenho de reestudar o projeto, de forma a minorar o prejuízo do empreiteiro e evitar atrasos.

Querer fazer um bom trabalho é muito difícil, porque o contexto é pouco competente e ambicioso. Não se aproveitou esta oportunidade para desenvolver algo dentro do paradigma contemporâneo internacional.

SP: Até porque é um território já fragilizado, tanto no seu setor económico como na sua caracterização, da paisagem, e era uma oportunidade para se repensar uma coisa que já era débil antes do incêndio e ficou ainda mais.

SB: Pois, o tempo para possíveis reflexões já passou.

Anexo G - Entrevista concedida por José Figueiras | *Transcrição*

Engenheiro da Equipa Técnica Galbilec

16 de abril de 2018

Sara Pereira: Como é que a Galbilec se integra no processo de reconstrução das habitações ardidas no complexo de incêndio de junho de 2017 que atingiu a zona Centro do país?

José Figueiras: Primeiro, nós estamos a falar de uma intervenção que tem uma particularidade em termos de recuperação de património habitacional e é feita de uma determinada forma, porque é feita na Região Centro. E se fosse feita aqui numa grande cidade seria diferente, porque o tipo de vida que aquelas pessoas têm é muito diferente do tipo de vida que temos aqui. E outra coisa importante é que, em termos de aplicação de fundo, estamos limitados à reconstrução das casas que existiam. É claro que quando se faz reconstrução de casas tem de se tentar melhorar as condições de vida, mesmo em termos de acessibilidades e mobilidade interna. Mas sempre com muitas limitações.

O Fundo da UMP, que financia as nossas obras está obrigado a cumprir o regulamento do Fundo REVITA. No âmbito destas 48 habitações que foram intervencionadas por nós, a maior parte delas eram parciais. Nestes casos estamos a falar de janelas, portas, pavimentos, portanto, não havia muita coisa a fazer a não ser repor as condições que haviam antes na integra. Nas reconstruções totais, só houve 4 ou 5 habitações que tiveram dano total, incluindo paredes exteriores, o que quer dizer que a reconstrução tinha de ser mesmo total, incluindo lajes de pavimento. E é aí que se faz a diferença em termos de acessibilidade, que é o principal problema nesta região. Houve a possibilidade de dar estas condições. Vou te dar um exemplo. Há uma habitação que estamos a fazer na Pampilhosa – isto pela questão das acessibilidades – na freguesia de Vilar. O acesso à habitação tinha para aí seis ou sete degraus e claro que, ao fazer a reconstrução nestas ocasiões, nós não podemos demolir aquilo que está em condições, porque nós estamos a aplicar um fundo social e solidário e, por isso, mesmo que fosse muito simpático construir uma casa de 150.000€ a cada pessoa que tenha tudo e mais alguma coisa, mas aí ia dar para fazer menos casas e não era esse o âmbito. Mas neste caso em que tínhamos um acesso muito íngreme, assumimos o acesso como ele estava, mas, na verdade, aquela freguesia o acesso feito por estrada – não tem passeios e tem apenas três casas... casos destes há muitos por lá – tem uma inclinação de 20% ou 25%. É claro que nós devíamos dar importância e criar um acesso fácil para as pessoas, que ainda por cima são todas de idade. Mas a própria localização da casa já está num lugar problemático.

SP: Quantas reconstruções totais fizeram?

JF: Nós temos 21 totais e 27 parciais. Há outras particularidades, que têm a ver o processo de licenciamento. Foi criado um regime de exceção que permitia que estas intervenções, se não alterassem em mais de 10% a área de implantação nem a cêrcea do edifício, podia ser apenas uma comunicação prévia. Foi um instrumento que nós usámos.

SP: Considera que, na prática, a saída desse Decreto-Lei permitiu efetivamente uma aceleração do processo?

JF: Pode-se dizer que sim. Tecnicamente ajudou. Na verdade, as próprias câmaras estavam a ter dificuldade em fazer este enquadramento. Só um município, que foi o de Pampilhosa da Serra, é que não o aplicou. Houve sete municípios afetados e nós estamos a intervir em todos e só este é que está a exercer o papel de entidade controladora dos projetos, porque todos os outros é “siga para a frente e depois resolve-se”.

SP: Então esse concelho não está a dar uso ao Decreto-Lei?

JF: Está sim, não é isso que eu quero dizer. Os projetos, quando não alteram em mais de 10% nem a cêrcea nem a área de implantação, é possível a comunicação prévia. Mas, quando se altera, já tem de ser um projeto de licenciamento normal. Nos outros municípios é um bocado irrelevante se tem projeto ou não – é fazer a obra e depois logo se vê -, em Pampilhosa da Serra eles fazem questão que tenha. No que diz respeito ao fundo que a União e a Gulbenkian gerem, todas as obras estão a ser feitas com projeto entregue na câmara. A verdade é que só a Pampilhosa da Serra, até hoje, nos respondeu aos projetos, mais ninguém se pronunciou. Eu acho que é um bocado no sentido de “Eles que façam a obra e vamos ver no que é que isto dá”. Eu acho que é um bocado protecionismo e já tem muito a ver com “politiquice”, porque quanto mais casas e mais rápido melhor para eles.

SP: O Fundo da UMP tem uma parceria com a FCG, mas eles próprios têm uma equipa técnica. Na prática, em que se traduz essa parceria? Fizeram algum trabalho em conjunto?

JF: Sim, nós estamos a trabalhar em conjunto.

Aquele concerto que foi feito resultou em 1 milhão e tal de euros foi atribuído à UMP e depois houve outros movimentos de mais entidades a fazer doações. Não sei muito bem qual foi a circunstância, mas como a FCG também tinha recebido muitos donativos, decidiram juntar esforços e juntar os dois fundos e fazer o acompanhamento do máximo de habitações que conseguissem. A UMP tem trabalhado connosco já há muitos anos e o atelier que tem trabalhado com a FCG tem trabalhado com eles há muitos anos e, portanto, distribuiu-se trabalho e cada um tem as suas habitações para recuperar.

SP: Ou seja, na prática cada um tem os seus projetos e acabam por ser independentes.

JF: Sim, são independentes, mas vamos sempre articulando as nossas intervenções, até porque a forma como são feitas obriga a que sejam próximas uma da outra. Não podemos ter perfis de intervenção muito diferentes, porque o fundo é o mesmo.

SP: Como é que foi feita a distribuição de trabalhos, já que as listas das casas, por ser uma parceria, eram comuns às duas equipas?

JF: Foi um bocado aleatório. Por uma questão de logística e de proximidade – o Atelier é de Lisboa e nós temos gabinete em Coimbra –, nós ficámos com todas as intervenções parciais. Relativamente à parte dos projetos, nós ficámos com alguns e eles com outros, mas a sua distribuição foi um bocado aleatória.

SP: As visitas ao terreno eram feitas em conjunto com a equipa da FCG ou foi, desde o início, um trabalho independente?

JF: Fizemos bastantes visitas iniciais em conjunto. Ainda hoje, com as operações em curso, vamos em conjunto. Para haver cruzamento de informação e estarmos sempre enquadrados no registo de intervenção que cada uma das partes tem de ter, porque não podem ser muito diferentes. Mas não houve nunca nenhuma dificuldade.

SP: A maioria das intervenções que fizeram foram procedimentos mais rápidos, mas, nos casos das reconstruções totais, como foi a relação com os proprietários e o papel destes dentro do processo de conceção?

JF: Todos os proprietários se pronunciaram à cerca dos projetos. Dependendo da operação, o número variou, mas íamos fazendo reuniões com os proprietários para eles perceberem do que estávamos à procura e, de alguma forma, também permitiu que os próprios proprietários, à medida que iam vendo as coisas a avançarem, iam-se regenerando. A primeira operação total que foi concluída foi em Castanheira, de um senhor já com 80 anos, e sempre que nos vê, faz-nos uma grande festa. Com alguns dos proprietários tivemos mais alguma dificuldade. Os nossos argumentos em termos de projeto eram, em regra geral, no local. Com alguns proprietários que ficaram com a casa completamente sem condições de habitação então, como as famílias estavam em Lisboa ou no estrangeiro, por isso eles foram para casas deles. Este senhor da Pampilhosa ainda está em Lisboa e foi lá que nós fizemos as reuniões com ele. Mas com a participação dos proprietários – e participavam também outros membros da família, porque toda a gente tem uma opinião a dar. Intervínhamos sempre com os proprietários e, por isso, eles fizeram sempre parte do desenvolvimento do projeto de reconstrução.

SP: A câmara de Pedrógão disponibilizou uns projetos-tipo para acelerar o processo.

JF: Não foi a câmara de Pedrógão, foi a EDP. Esta também tem algumas intervenções e, por uma questão de celeridade, que julgo que era celeridade junto das câmaras e do processo burocrático, para fazer o licenciamento. Eles fizeram projetos-tipo. Não ponho em causa a funcionalidade depois da construção, mas os projetos-tipo num território daqueles dificilmente pode ser enquadrado em todo o tipo de casos. Não só exceções. Aliás, existem mais casos onde não é possível implementar os projetos-tipo do que onde é possível. Porque estes projetos consideram um pressuposto: uma topografia de nível e uma casa quadrada. Há lá muitas casas que estão confinadas num terreno com construções coladas umas das outras, topografia de nível é quase utópico. Portanto, isso poderia acelerar o processo burocrático de aprovação junto da câmara, porque é muito fácil de apreciar. A memória descritiva tem duas páginas, tem duas ou três plantas e dois ou três alçados. Mas, em termos de execução, aí acho que se perdia um bocado a identidade daquela região. Fazer aquelas casas todas iguais é fazer um bairro.

SP: Mas foi-vos sugerido nalgum momento e por alguma entidade que utilizassem esses projetos?

JF: Houve um momento em que nos propuseram utilizar esses projetos em algumas habitações, mas, sinceramente, já nem me lembro quem foi. Mas esses projetos de que estás a falar não foi a EDP. Houve uma entidade, uma empresa de Gaia, que fez uma parceria com a câmara de Pedrógão e disponibilizou esses projetos e sei que a EDP os adaptou, mas não sei mais nada, nem se houve mais alguma relação com esta entidade ou não. Nós estamos agora a acompanhar duas situações na fase final. A CCDDR-C, no final de dezembro, veio pedir ajuda à UMP para intervir em 8 casas com as quais não estavam a conseguir avançar e duas delas tinham estes projetos-tipo da EDP. Nós estamos a fazer a intervenção dessas duas casas. Mas esses projetos foram-nos apresentados logo no início, em agosto ou setembro, mas nós ignorámo-los.

Inicialmente, a nossa lista era só de 40 operações e, em meados de dezembro, a CCDDR-C pediu-nos para intervir em mais 8 operações totais, porque estavam a ter dificuldades em fazer as intervenções com o Fundo REVITA. Destas, duas são projeto-tipo da EDP, duas operações em que os projetos já estavam feitos por um colega de Lisboa, havia três para as quais ainda foi necessário desenvolver projeto e havia uma que era parcial.

SP: Das que já tinham projeto, vocês ficaram encarregues pelo acompanhamento da obra?

JF: A nossa intervenção aqui tem mais peso no acompanhamento das operações, em termos de gestão, do que propriamente em termos de projeto. A nossa empresa não faz só projeto, faz gestão e fiscalização de obras e faz projetos na parte de contratação pública. A nossa intervenção lá até começou por ser mais no âmbito de gestão e acompanhamento de obras, nesta relação com os proprietários e com as câmaras, com as entidades financiadoras, na validação e verificação se a obra já estava feita para poder ser paga. A nossa intervenção é muito mais musculada nesta dimensão do que propriamente na parte de elaboração de projetos - fizemos apenas 7.

SP: A adjudicação também era da vossa responsabilidade?

JF: Se fosse uma reconstrução total, tinha mapa de quantidades, que é o procedimento normal. Vai a consulta, escolhemos o melhor preço, negociamos e adjudicamos. Num processo parcial o mapa de quantidades é relativamente mais pequeno e é sempre feita consulta... Nós estamos obrigados a cumprir o regulamento REVITA e, por isso, abaixo de 5.000€ só é preciso um orçamento e acima de 5.000€ tem de ter, no mínimo, três orçamentos, quer seja total ou parcial. Somos nós que fazemos sempre as consultas, mediante a disponibilidade de empreiteiros. No início foi muito difícil. Nós criámos um “Gabinete de Crise”, que era esta sala de reuniões, porque todos os contactos que tentámos fazer com empresas de construção nem era para saber de onde eram ou se tinham capacidade, era a perguntar se tinham disponibilidade para começar, porque essa a primeira disponibilidade para iniciar qualquer intervenção. À medida que as coisas foram evoluindo, fomos tendo contacto com praticamente todas as empresas de construção locais, pelo nome ou de relação mais próxima. Mas, no início, foi muito complicado. Somos nós que fazemos o contacto com as empresas de construção, enviamos os elementos para eles apresentarem o preço, nós avaliamos e negociamos, principalmente as condições de início de intervenção e prazo de execução. As condições de pagamento nunca são negociadas. Normalmente os prazos de pagamentos são muito elaborados, mas neste caso paga-se a dois dias, eles apresentam a fatura e dois dias depois estão a receber, e isso era o nosso trunfo. Não tivemos qualquer problema por causa disso.

SP: Sentiram que o mercado local conseguia ter oferta suficiente?

JF: Não, não conseguia. O mercado local não conseguia, tivemos de alargar um bocado o raio de ação e procurar no regional. Portanto, temos empresas da Sertã a fazer obras em Pedrógão e Castanheira, temos empresas de Ansião e Penela a fazer obras aí também. Foi necessário abrir esse raio de pesquisa para conseguir empresas com disponibilidade para fazer estas intervenções. Algumas empresas, em julho e agosto, disseram-nos que só tinham condições para começar em fevereiro e, por isso, essas nem perdemos tempo a consultá-las, porque estavam fora de questão.

SP: Os projetos das reconstruções totais são uma replicação das casas que existiam? As reações entre as pessoas deve ter sido muito diferente, em relação àquilo que cada uma queria para a sua casa.

JF: Faz parte da condição do ser humano aproveitar para mendigar por mais do que aquilo a que têm direito. Numa operação onde nós temos de validar isto com o proprietário e este é já uma pessoa com alguma idade e tem dificuldade em perceber os desenhos e o que está a ser proposto – e alguns já nem fazem aquilo por eles, mas sim pelos herdeiros – é difícil conseguir consensos. Nós tivemos pessoas com muita humildade na forma como estavam a pedir e pediam algumas condições melhores do que o que tinham, que nós entendíamos que o devíamos fazer. Mas também houve pessoas que estão a utilizar esta solidariedade para corrigir muitos dos problemas que eles próprios nunca tiveram vontade de corrigir. (A mostrar um projeto-tipo adaptado pela EDP) Se isto tivesse acontecido numa zona habitacional mais densa, porque não utilizar? Tem dois pormenores-tipo. Não ponho em causa que servisse as intenções se fosse numa zona mais povoada, mas nesta zona do interior acho que não faz sentido. Em alguns casos – nós chegámos a discutir isto em comissão com as entidades gestoras do fundo e o Ateliemob – a câmara aprovou isto, o proprietário também, o REVITA valida a operação, a CCDDR-C valida e pede para financiar a operação. Se toda a gente concorda, quem somos nós para dizer que não? Podemos não concordar, mas não vale de nada.

SP: Quais foram os critérios que utilizaram para definir os projetos das novas casas?

JF: Pelo menos as pessoas com quem nós fizemos projeto não foram muito interventivas enquanto estava a ser feito o desenho, principalmente porque não têm capacidade crítica. Na fase de construção é que depois vêm pedir alterações, mas não são do tipo de pedir mais um piso à casa. Grande parte dos problemas são problemas sociais. São pessoas que já não eram autónomas e já eram ajudadas por entidades externas. Houve um caso de um casal de pessoas já idosas que vivia sozinho e tinham uma casa com alguma dimensão e pediram uma casa mais pequena, porque não precisavam de todo aquele espaço. Temos outro caso de uma pessoa que tinha uma casa muito grande e muito bem construída, numa propriedade que tinha três construções. Inicialmente, a estimativa para esta casa era de 350.000€ e, se algum direito de veto esta parceria podia ter, era vetar esta habitação. Foi algo difícil negociar o modelo para fazer esta intervenção com os próprios proprietários. Se, por um lado, o REVITA dizia para reconstruir o que lá existia, por outro lado temos um fundo solidário que é para ajudar o máximo de pessoas do fundo e não se pode investir 20% desse fundo em apenas uma habitação. Houve um bocado de tudo e teve de ser com base no bom senso e nas informações que foi sendo retido e, como o número de elementos da parceria UMP/FCG é significativo, as sensibilidade deste conjunto de elementos é alargada e, quando as decisões são tomadas, já há algum fundamento.

No início, no processo de distribuição das listas houve uma confusão muito grande, porque as entidades foram todas para o terreno e a CCDR-C começou muito tarde a coordenar e a distribuir as listagens. Durante as primeiras visitas, vimos a habitação de uma senhora que vivia sozinha, tinha tido um AVC e da parte dos filhos havia algum distanciamento. Percebemos que aquilo que a senhora precisava era do apoio de um lar, porque ela não iria nunca mais usufruir da casa, portanto não fazia sentido reconstruir aquela casa considerando que ela era a única moradora e a sua relação com os herdeiros. O que fazia sentido era resolver aquele caso enquanto caso social e não como prejuízo causado pelos incêndios. Por isso é que não é fácil definir uma fórmula.

SP: Além do Decreto-Lei de regime excecional, houve mais algum instrumento ou estratégia que utilizaram para acelerar o processo?

JF: Houve uma coisa muito importante. Internamente, o nosso modelo de trabalho permitiu fazer facilmente os projetos. As coisas complicam-se quando não dependem de nós, como quando precisávamos de um levantamento topográfico. As câmaras municipais, apesar de terem assumido a responsabilidade, estavam a demorar muito tempo a fornecer a informação nalguns casos. Então assumimos que, sendo uma intervenção nossa, nós fazíamos esses trabalhos e sabíamos que dois ou três dias depois temos os elementos e começamos logo a trabalhar. Há um caso destas últimas 8 habitações que foram entregues, que nós estamos desenvolvemos três projetos para aí, e as operações foram-nos entregues numa quarta ou quinta e no domingo já tínhamos os levantamentos em nossa posse, por isso na segunda já pudemos começar a trabalhar. Até porque tínhamos o compromisso de que até sábado dessa semana tínhamos os projetos prontos para apresentar. E tínhamos, mas só os conseguimos porque aquilo que não dependia de nós passámos nós a controlar. Eu acho que o modelo que permitiu que as coisas da nossa parte andassem muito rápido foi assumirmos a responsabilidade de fazermos aquilo que à partida não seria da nossa responsabilidade.

SP: De uma forma geral, houve alguma dificuldade que tenha marcado o vosso processo neste contexto de uma maneira mais relevante?

JF: Não sei se houve alguma dificuldade ou se nos fomos adaptando a elas. Porque, no fundo, é para isso que somos convocados. No início – e é aquilo que registo nove meses depois com maior vinco – é que arranjar equipa para fazer aquilo em termos de construção não foi fácil, mas depois começámos a conhecer melhor o mercado e as pessoas, que nos vão dando referências. Por isso, fomos ultrapassando essas dificuldades. Da parte da CCDR-C e das câmaras também houve esse contributo, que nos disponibilizaram esse contacto. À parte disso, foram problemas normais de desenvolvimento de uma intervenção desta natureza e que foram sendo resolvidos. Mesmo pela parte dos proprietários surgem os problemas e as queixas normais. O que se vai ouvir muito é “Ah que fizeram aquilo no me vizinho e a mim não” e eu acho que isto não vai ficar por aqui, porque, a partir do momento em que as casas fiquem prontas, este padrão de qualidade vai levar a este tipo de críticas.

SP: Não houve uma fiscalização nem um plano geral que controlasse de maneira alguma os processos de desenho e construção das habitações. Acha que isso vai afetar as soluções, como conjunto?

JF: Eu estou de acordo com o facto de que devia ter havido um modelo, não só de distribuição, mas mesmo de intervenção que fosse muito mais objetivo do que aquilo que foi. Em algumas situações, o que já existia estava de tal forma degradado que reconstruir literalmente o que lá estava seria gastar dinheiro. Em Portugal não estávamos preparados. Tendo os incêndios sido a 17 de junho e havendo, no início de julho, já um levantamento do número de casos, mesmo que muito grosseiro e a meio de julho já havia equipas no terreno a fazer visitas a casas... com uma reação destas numa organização que não estava preparada para uma operação desta dimensão, acho que nem se podia esperar que saísse tudo perfeito. A CCDR-C só no início de agosto é que começou a assumir o papel de coordenador e distribuidor desta intervenção, porque até lá era um bocado cada um por si. Foram todas as entidades para o terreno começar a fazer perguntas e, nos dias seguintes ao incêndio, o que não faltavam eram relatos de dificuldades e de pessoas que precisavam de apoio, mas até era um apoio psicológico, muito mais do que em relação a habitações. E nós não estávamos preparados então cometeram-se alguns erros. Houve este movimento de cidadania para criar os fundos e um ano depois as habitações vão estar prontas. E isto é um reflexo da nossa capacidade.

SP: Obrigada pelas respostas, José.

JF: De nada.

Anexo H - Entrevista concedida por Fernando Alves | Transcrição

Engenheiro da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra
15 de junho de 2018

Fernando Alves: As reconstruções totais e parciais foram conduzidas, não pelo Município – este é lógico que é a entidade que está no terreno e é o front office, no fundo, das pessoas – pela CCDR-C. Esta é que desenvolveu conjuntamente com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa tudo o que é projetos e especialidades. São eles que estão a gerir todo este processo e a desenvolver os projetos das reconstruções. O Município está a acompanhar tudo o que tem a ver com a legislação.

Sara Pereira: Interessa-me perceber qual foi o papel do Município para poder enquadrar o papel do arquiteto em toda a rede de intervenientes.

FA: Mas o arquiteto, quem? Porque o arquiteto só entra nesta fase. E temos pontualmente o arquiteto do município a acompanhar em situações exceções. Porque estamos a falar de reposições e pequenas conservações. Estores, janelas, pinturas, coberturas, ... Em termos de urbanismo e projeto de arquitetura foram entregues à CCDR-C e à Faculdade. É lógico que damos todo o apoio, até mesmo depois de fiscalização. Mas foram sempre reposições pontuais daquilo que estava.

SP: De todos os municípios com quem já falei são o único que está a trabalhar com a Universidade. Pode-me explicar como está a ser coordenado o trabalho?

FA: Todos os municípios estão a receber projetos da Universidade. As câmaras celebraram um protocolo e a CCDR-C. Algumas câmaras assumiram os casos de reconstrução acima de 25.000€. Isto estava dividido em três patamares: inferior a 5.000€, entre 5.000€ e 25.000€ e acima de 25.000€. Esta repartição depois não coincide com a repartição dos projetos. E a repartição que nós aqui fizemos foi: o que são obras de reposição e conservação é atribuído ao município; e o que são obras de construção parcial ou total é a CCDR-C que conduz, desde os levantamentos, passando pelo projeto, passando pelas reuniões com os proprietários para discutir o projeto, até ao próprio lançamento das empreitadas para realização da obra e incluindo fiscalização desta, sem incluindo prejuízo de o município também poder fiscalizar e intervir enquanto entidade licenciadora. E isso é transversal a todas as câmaras da região. Houve câmaras que assumiram a totalidade destas obras de reconstrução, outras que não assumiram nenhuma, como o caso da Pampilhosa, e houve outras que fizeram um misto. Neste momento os projetos estão a ser desenvolvidos, já foram apresentados aos proprietários e já houve algumas discussões e alterações. Neste momento está em execução a fase final de conclusão dos projetos.

SP: Quando diz que os projetos passaram para a CCDR-C... são os projetos da EDP?

FA: Não, são só os feitos pela Faculdade de Arquitetura.

SP: Mas a EDP fez os projetos do REVITA.

FA: O REVITA foi um programa desenvolvido para aplicar apenas nas habitações afetadas pelos incêndios de junho. Desses tivemos apenas dois processos, que foram patrocinados pela UMP. Foram eles que fizeram o projeto. Contrataram um gabinete para os fazer, um foi a Galbilec e o outro o Ateliemob. Desenvolveram todo o trabalho de projeto e reuniões com os proprietários e submeteram o licenciamento no município e executaram a obra. A obra do projeto elaborado pela Galbilec está em fase final de execução e a do Ateliemob está agora a iniciar-se.

SP: Como é que a Câmara adaptou o seu modo de operar à circunstância? Por exemplo, com o Decreto-Lei de regime excecional de controlo prévio.

FA: Esse decreto não foi aplicado para as casas afetadas pelo incêndio de junho, uma vez que eram apenas duas habitações.

SP: E no caso dos incêndios de outubro?

FA: Sim, nesses já foi deliberado em reunião de Câmara e houve alguma simplificação.

SP: A aplicação desse decreto não pode esconder alguns erros que serão apenas revelados mais tarde, devido a essa simplificação inicial?

FA: Sim, é um risco que se corre, mas é um risco assumido e necessário. Eu como técnico compreendo essa preocupação e como técnico do município compreendo também a preocupação das pessoas e o facto de, de um dia para o outro, terem ficado sem casa. E o tempo do cidadão é um bocado diferente do tempo do técnico. E não são claramente compatíveis entre si nem com as burocracias legislativas que prevemos sempre. São riscos que têm de se assumir e que são calculados e serão feitos controlos em fase de execução da obra, precisamente para mitigar alguma situação. Mas havendo dispensa de determinados projetos é sempre um risco.

SP: Houve mais algum tipo de estratégia que o município adotou? Por exemplo, houve alguns municípios que utilizaram projetos-tipo.

FA: Aqui não foram feitos projetos-tipo para ninguém. O que foi feito foram levantamentos de necessidades para cada situação e, por isso, um projeto para cada uma.

SP: Para perceber a escala dos danos dos incêndios de outubro, quantas habitações foram afetadas?

FA: Reconstruções totais de primeira habitação temos cerca de 21. Para as segundas habitações ainda não está a ser trabalhado um programa e aí são seguramente muitas mais, entre 150 a 200.

SP: Onde é que as pessoas que viviam nas habitações afetadas ficaram alojadas?

FA: As dos incêndios de junho foram alojadas em instalações do município. E as dos incêndios foram alojadas de imediato e temporariamente também em instalações do município e depois foram sendo encontradas soluções em casas de familiares e algumas de amigos e algumas casas até foram cedidas por populares, o que as permitiu ficar nas suas aldeias, para que não se sintam desenraizadas da sua área de residência.

SP: O mercado local teve capacidade para responder à demanda de construção emergente?

FA: As duas habitações afetadas pelos incêndios de junho foram adjudicadas a empresas fora do concelho. E nas de outubro, que ainda não foram adjudicadas, mas uma vez que será uma adjudicação na totalidade, pelo menos na primeira fase das primeiras habitações será uma empreitada global, não é possível que seja entregue a uma empresa do conselho. Para já porque não há nenhuma empresa que possua alvará compatível com o valor dessa mesma empreitada e segundo que consiga dar resposta em tempo útil a todas as habitações. Acredito que depois serão feitas algumas subempreitadas a empresas do conselho.

SP: Qual foi a maior dificuldade que sentiram na gestão interna deste processo?

FA: É sempre difícil estar a lidar com situações destas, é logo à partida uma desvantagem. Em termos burocráticos, a maior dificuldade foi o pouco conhecimento das pessoas, porque, sendo a população já algo idosa, não tenha grande apetência nem conhecimentos para lidar com papelada e burocracias deste género. Estamos a falar de uma carga burocrática muito grande, mesmo até ao nível do próprio requerimento. E também o facto de muitas das habitações que arderam não estavam registadas em termos de conservatório, o que faz com que haja discrepância muitas vezes entre o que está inscrito nas finanças com aquilo que é a realidade física dos prédios e com aquilo que não está descrito no conservatório. Até se conseguir apurar o que é que realmente é demora algum tempo, gerando morosidade no processo. Muitas vezes são ainda situações que passaram por várias gerações da família e continuam em nome dos primeiros. Todas estas situações têm de ser regularizadas e isso demora bastante tempo.

SP: O envolvimento de tantas entidades acelerou o processo?

FA: Estes processos nunca são tão céleres como nós queremos e como as pessoas querem. O tempo da CCDR-C é um, o tempo da câmara é outro, o das pessoas é outro, o tempo dos técnicos é outro. E a noção de tempo é completamente diferente – um dia para as pessoas é uma semana para nós. Porque para eles já devia estar resolvido ontem, mas nem nós nem a CCDR-C conseguimos isso. E a CCDR-C foi sujeita a um grande volume de processos e procedimentos e teve de montar uma máquina para que tudo funcionasse. Nos de junho ainda pior, porque era algo que nunca tinha acontecido, era a primeira vez que estava a acontecer. Enquanto que em outubro pelo menos já havia uma experiência, ainda que pouca e recente, mas já havia alguma metodologia de trabalho que de uma forma ou outra conseguiu acelerar um pouco o processo.

SP: As próprias câmaras contribuíram para a construção e execução desse processo em conjunto com a CCDR-C.

FA: Os levantamentos foram todos feitos em consonância com as câmaras. A CCDR-C fez um trabalho excecional, mas sempre suportado pelo trabalho das câmaras. Sem este trabalho complementar era impossível, porque foram centenas de habitações. Em outubro, só na Pampilhosa, foram cerca de 600 habitações. Só a carga burocrática só para tratar os dados de todas as habitações já torna o processo demorado.

SP: Os anexos agrícolas também fazem parte desses projetos?

FA: A maior parte dos anexos agrícolas foram englobados nos apoios da agricultura, desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, as direções regionais de agricultura e as zonas agrárias. Foi feito o levantamento, a inventariação e a atribuição dos apoios. As edificações agrícolas foram separadas do que eram as habitações.

SP: Da minha perspectiva, e tendo consciência que é necessário dar uma resposta o mais rápido possível às pessoas, parece-me que o que passa pela comunicação social não é muito transparente e esclarecedor sobre o que está a ser feito e o tempo que é necessário para desenvolver um processo destes. Mesmo definindo estratégias para o acelerar, como o Decreto-Lei de regime excecional de controlo prévio, estas estão sempre associadas a riscos. Como é a reação da população com a qual têm contacto?

FA: Uma realidade é a que passa pela comunicação social e outra, bem diferente e distante, é aquela que nós vivemos no dia-a-dia. Aquilo que se passa na comunicação social é o que é interessante para as pessoas ouvirem. Mas, para colocar em prática todas as medidas necessárias ao decorrer do processo e implementar todas as diretivas que nos chegam, é preciso um tempo diferente. O problema é que as pessoas criaram expectativas, muitas delas a partir das próprias expectativas criadas pela classe política, o que gera uma pressão muito alta. Quando ainda nem levantamentos havia, nem estava feito o apuramento do que eram os reais prejuízos, já se falava que no Natal tinha de haver casas para entregar. Quando se marcam timings ainda sem ter começado corre-se o risco desta pressão desenfreada de datas. A opinião pública não tem muitas vezes o conhecimento adequado sobre o tempo que as coisas demoram a fazer e a única coisa que as pessoas sabem é o que captam daí. É, por isso, legítimo que as fundem as suas opiniões com base nessa realidade. Mas esta é construída com base no que a comunicação social passa e não naquilo que realmente se está a passar. É lógico que isso depois traz algum conflito, porque, quando as pessoas vêm até nós, e temos de dizer que ainda vai demorar mais tempo do que elas estão à espera, elas fundam as suas preocupações e pressas pelo que ouvirem na televisão. Isto tudo cria expectativas que são difíceis de gerir, mas as pessoas têm aceite e compreendido a realidade quando lhes mostramos o esforço que tem sido feito para que as coisas andem. E se não andam não é por falta de vontade ou de empenho, é porque há procedimentos a cumprir e mínimos a garantir. E tudo tem de ser notificado e aprovado, desde os documentos aos projetos. O regime excecional não iliba de tudo nem deixa tudo ao acaso. Por isso, em junho, como eram poucos, não aplicámos o decreto e os processos foram instruídos com normalidade. No segundo já foram aplicadas algumas simplificações.

SP: Na prática, em que é que se traduz esse decreto?

FA: Quer dizer que podem não ser entregues todas as especialidades e, no projeto de arquitetura, entra tudo sob a forma de comunicação prévia. Mas mesmo este deve ter o grau de pormenor que permita cumprir a legislação e uma correta execução. Porque, no fundo, estamos a falar de projetos de licenciamento que acabam por estar prontos para execução e, por isso, têm de ter algum grau de detalhe ou não se conseguirão implementar.

Outras dificuldades que surgiram tiveram mais a ver com o próprio desenho das habitações. Porque a verdade é que o concelho não tem gabinetes de arquitetura, então, havendo a necessidade de virem pessoas de fora, para executar os projetos obrigou a uma confrontação entre ideias e realidades construtivas diferentes. As pessoas, ainda por cima sendo a maioria delas já idosas, não estão habituadas a alguns conceitos novos, como “open space”. Nas primeiras abordagens apresentadas às pessoas muitos dos projetos não tinham sido desenhados a ter isso em consideração e causavam muito impacto nas pessoas.

SP: Os habitantes foram acompanhando e discutindo o desenho das habitações à medida que estas eram desenhadas?

FA: Sim, havia sempre duas equipas a trabalhar em simultâneo. Uma estava encarregue pela conceção do projeto, enquanto que a outra falava com as pessoas, para perceber as suas necessidades. E foram apresentando o projeto e discutindo o projeto com elas à medida que o iam desenvolvendo.

SP: Falou também nos aspetos construtivos. Provavelmente muitas das casas afetadas que, como disse, já eram muito antigas, tinham, por exemplo, elementos de pedra típica da região. Qual está a ser abordagem adotada em relação aos materiais e métodos construtivos?

FA: Sim, é verdade que muitas habitações conservam ainda esses elementos e estão a ser feitos esforços para os manter quando possível e introduzem outros materiais que fiquem em conformidade com estes.

Anexo I - Aspetos relativos à colaboração do Ateliermob | *Apontamentos*

Informação recolhida junto da equipa do Ateliermob
janeiro a junho de 2018

Considerações gerais

- O Ateliermob integrou o processo de recuperação das habitações permanentes que arderam nos Incêndios de junho de 2017 através da FCG, que os contratou como Equipa Técnica. O primeiro contacto estabelecido entre as duas entidades no sentido de formalizar esta união de esforços surgiu a 4 de julho, cerca de 2,5 semanas depois dos Incêndios serem extintos.
- Além deste contrato, que se concretizou dentro do fundo angariado para ser gasto neste processo específico, o Ateliermob e a FCG realizaram uma avença na qual o Ateliermob se comprometia a prestar apoio técnico no âmbito do Eixo 2 de atuação da FCG (Fundação Calouste Gulbenkian, 25 de setembro de 2017), e que era paga diretamente por esta.
 - Apesar da equipa ser constituída por 12 elementos – 11 arquiteto(a)s e 1 antropóloga - em setembro contrataram 3 pessoas para poderem continuar a desenvolver outros projetos que já haviam começado antes dos Incêndios. O número de elementos envolvidos no processo de recuperação das habitações variou durante as distintas fases: 6, na fase de levantamento de necessidades; 9, na fase de formulação de hipóteses; 4 e, posteriormente, 3, na fase de acompanhamento das obras.
 - Em outubro abriram um gabinete local em Figueiró dos Vinhos, com sede na Biblioteca Municipal, onde se dispuseram a receber os habitantes de todos os casos que lhes foram entregues, para discutirem com estes de forma mais direta e regular os projetos que estavam a desenvolver.
- Além da recuperação das habitações permanentes, a FCG vai investir em outros projetos nos quais pede também o parecer do Ateliermob.

Sobre as Listas de Identificação dos casos

- As Listas de Identificação dos casos foram atribuídas pela CCDR-C às Equipas de Gestão que, posteriormente, as passava à Equipa Técnica correspondente. Estas Listas estavam divididas por concelho e continham apenas os casos que seriam atribuídos a cada Equipa de Intervenção, ou seja, cada uma destas tinha Listas próprias. No entanto, não se sabe quais são os critérios que foram utilizados para definir a distribuição que foi feita.
- O Ateliermob recebeu a primeira Lista de Identificação dia 23 de julho de 2017. No entanto, esta já tinha sido recebida pela UMP, que partilhava as Listas com a FCG, por ter sido constituída parceira da FCG no protocolo com o REVITA. Estes documentos não foram logo entregues ao Ateliermob, porque a parceria UMP/FCG só foi reconhecida como tal depois de ter sido assinada. Não parece haver uma razão explícita para que a Cáritas tenha assinado uma minuta independente e a FCG e a UMP tenham sido protocoladas como parceiras.
- O processo de atribuição e estabilização das Listas é descrito pela equipa do Ateliermob como muito confuso. Desde julho até meados de setembro, visitaram cerca de 60 habitações, mas acabaram por

ficar encarregues apenas 7. Supõe-se que as restantes tenham sido entregues a outras entidades, ou tenham sido retiradas das Listas devido a incorreções nos levantamentos iniciais, que haviam incluído algumas habitações secundárias, habitações com seguro ou casas que já estavam abandonadas antes dos Incêndios. No entanto, o “desaparecimento” de algumas das casas das Listas de Identificação não foi justificado.

- Enquanto o Ateliermob estava no terreno, a equipa deu conta que algumas casas estavam repetidas em Listas de outras entidades. Quando se encontravam no terreno, confirmavam isto diretamente com as outras Equipas Técnicas disponíveis.

- Na fase de instrução do processo REVITA era necessário pedir logo orçamentos. Muitos destes apresentavam um mapa de trabalhos pouco detalhado, com descrições muito gerais do que era necessário fazer.

- No início de dezembro, a CCDDR-C solicitou apoio à parceria UMP/FCG com mais 11 casas - que foram posteriormente reduzidas para 8 -, que já não estavam a ser consideradas no âmbito dos fundos a que tinham sido inicialmente atribuídas. No entanto, as razões para esta mudança não são claras. A FCG pediu um parecer ao Ateliermob para decidir se estes casos estavam em condições de prosseguirem para a fase de implementação. Neste sentido, o Ateliermob sinalizou: i) 2 processos de reconstrução total que remetiam para os projetos-tipo, e que considerou que não estavam em condições de serem aceites; ii) 3 processos, dos quais 1 era de reparações, que tinham projetos desenvolvidos, e que estavam em condições de serem aceites; iii) e 3 processos que só tinham orçamentos, e, por isso, não estavam em condições de prosseguirem para a fase posterior. Apesar deste parecer, as Equipas de Gestão da parceria UMP/FCG decidiram aceitar os casos e prosseguir com o seu desenvolvimento (foram atribuídos à Galbilec).

Sobre as primeiras visitas às casas ardidas

- As Listas permitem apenas identificar as casas e os habitantes, mas não apresentam informação suficiente para dar início aos projetos. É a partir das primeiras visitas que se estabelece o primeiro contacto entre os habitantes e os arquitetos, e estes podem começar o processo de levantamento de necessidades.

- O Ateliermob realizou as primeiras visitas de reconhecimento das casas e das pessoas em conjunto com elementos da FCG, UMP e Galbilec, acompanhados por elementos dos municípios e, por vezes, assistentes sociais. Sempre que possível, os habitantes também estavam presentes. Dos casos que acabaram por ser entregues ao Ateliermob, apenas os habitantes do PS1 é que não estavam, mas, após visitar a casa, a equipa deslocou-se ao seu alojamento temporário, que era a casa da irmã do Senhor.

- Inicialmente, a ideia era que o Ateliermob ficasse encarregue apenas dos projetos de arquitetura das reconstruções totais, que seriam complementados pelos projetos de engenharia da Galbilec. No entanto, durante o processo de levantamento de necessidades realizado no terreno, as equipas aperceberam-se que tinham intenções e ritmos de trabalho distintos e que seriam mais eficientes a trabalhar separadamente. Por isto, acabaram por ficar com casos distintos e cada equipa encarregou-se tanto do projeto de arquitetura como de especialidades de cada um.

- A equipa do Ateliermob revela que, durante a fase de levantamento de necessidades, se depararam com várias casos de insalubridade, cujos problemas eram pré-existentes aos Incêndios. O caso PS1 foi um dos mais graves com que se depararam, apresentando complexos problemas sociais além de más condições de vida.

Sobre os projetos: definição e formalização

- Os critérios definidos no Decreto-Lei nº 130/2017, de 9 de outubro, referentes às limitações de altura, número de pisos e área parecem servir como uma referência para os projetos das novas casas, no entanto, estão sujeitos a alterações, caso estas sejam justificadas. Isto dá margem para que os projetos possam ser adaptados a algumas especificidades dos casos, como, por exemplo, no caso PG2, cuja casa ardida tinha dois pisos, mas o Ateliermob propôs uma nova casa só com um piso, de maneira a assegurar a acessibilidade de todos os espaços.

- Além dos critérios do Decreto-lei nº130, não foram estabelecidos mais nenhuns. Várias entidades estão a considerar apenas o agregado familiar. Reconhece-se que, havendo limitações de recursos financeiros, essa opção pode ser eficiente para assegurar um espaço de qualidade a todas as pessoas diretamente afetadas pelos Incêndios, mas pode traduzir-se em perdas de património para estas (podiam ter casas maiores do que as que vão receber) e ainda na fragilização de fluxos estabelecidos pelas visitas regulares que costumavam receber.

- Uma das lógicas de desenho do Ateliermob é aproveitar ao máximo o valor por m², para dar o máximo de qualidade que consigam dentro do valor limite (840€/m²), em vez de tentar poupar e arriscar a qualidade da construção e dos materiais.

- Todos os projetos que o Ateliermob está a realizar têm incluído fossa séptica (cerca de 6000€) e painéis solares (de 3000€ a 5000€), contabilizados dentro valor final de cada obra.

- Na maioria dos casos, os elementos que resistiram sem danos aos Incêndios foram as paredes de pedra. Por serem representativas da arquitetura local, a equipa decidiu mantê-las. Esta estratégia revelou-se também mais barata do que destruí-las.

- Os projetos foram sendo desenvolvidos em conjunto com os habitantes, com quem se reúnem semanalmente no gabinete local que constituíram na Biblioteca de Figueiró dos Vinhos (os habitantes

deslocam-se até aí ou é a equipa do Ateliernob que se desloca até ao alojamento onde estão a viver temporariamente), ou ainda por telefone ou e-mail (os estrangeiros principalmente).

- A equipa tem dado conta que muitas pessoas não têm noção do tempo necessário para executar um projeto de arquitetura. Quanto mais detalhado for, mais aproximado do valor real será o orçamento, mas para isso também é necessário mais tempo para o executar.

- Os documentos referentes aos levantamentos das casas em Figueiró dos Vinhos foram os primeiros a ser entregues ao Ateliernob. No entanto, os projetos destas três casas foram os que demoraram mais tempo a fazer (todas as fases dos 3 projetos foram entregues nos mesmos dias). porque, por motivos de celeridade, a equipa precisou de construir um modelo de entrega, em que definiu quais eram os elementos – tanto de arquitetura como de especialidades - que ia entregar à Câmara em cada uma das fases de entrega.

- No caso PG3, o projeto começou a ser formalizado mais tarde, porque receberam alguns levantamentos mais tarde e incompletos, tendo sido a própria equipa do Ateliernob a completá-los.

- Todos os projetos da equipa foram sujeitos a controlo prévio.

Cronologia da fase de levantamento de necessidades e formulação de hipóteses:

1. *Primeiro contacto com a casa e as pessoas* (visita às casas ardidas ou ao lugar onde os habitantes estão alojados temporariamente).

Ainda não têm qualquer ideia para o projeto. A visita serve para entenderem a história dos proprietários, as condições da casa que tinham e em que aspetos o novo projeto os pode beneficiar. Tiveram a preocupação de introduzir desde o início o tema da acessibilidade.

2. *Início do processo de formulação de hipóteses.*

As primeiras ideias começam a surgir depois da absorção e filtragem do que ouviram e discutiram com os proprietários.

Recebem os levantamentos das Câmaras a partir dos quais podem começar a trabalhar com rigor.

3. *Segunda conversa com os habitantes*

Ainda sem desenhos concretos para apresentar, reúnem-se para discutir as primeiras ideias. Ao longo da discussão sinalizam outras necessidades e desejos.

4. *Execução do Programa Base*

5. *Preparação do Projeto Base e Licenciamento*

Ao longo de todo o processo vão contactando e reunindo-se com os proprietários para dar a conhecer e discutir as decisões mais significativas.

6. *Entrega do Licenciamento*

Todas as partes envolvidas recebem os desenhos e documentos: Câmara, FCG e proprietários. Os desenhos são estabilizados.

Elementos entregues nesta fase:

- Projeto de Arquitetura:

Peças escritas: Memórias descritivas de Arquitetura e do Plano de acessibilidades

Peças desenhadas: Plantas, cortes e alçados de cores convencionais, da proposta; plano de acessibilidades

- Projeto de Especialidades entregues de forma detalhada nesta fase:

Projeto de Fundações e estruturas

Projeto de Distribuição de Água

Projeto de Drenagem de Águas Residuais

- Projeto de Especialidades entregues de forma menos detalhada nesta fase:

Instalações Gerais

Instalações de Telecomunicações

Ficha de Segurança contra Incêndios

7. *Execução do Projeto Base Detalhado* (em vez de Projeto de Execução)

A partir daqui têm menos contacto com os proprietários, porque o projeto já está fechado. A equipa prossegue com a pormenorização de alguns detalhes (essencialmente) construtivos.

Sobre o processo de construção das casas

- Em relação ao processo de adjudicação, no caso da Pampilhosa da Serra selecionaram primeiro o empreiteiro e depois apresentaram a escolha à FCG, porque, nos casos dos outros municípios, comunicaram primeiro todas as possibilidades à entidade gestora, para que fosse uma decisão conjunta, mas as negociações atrasaram-se por haver mais intermediários.

- Com o início das obras e o contacto com os empreiteiros surgiram algumas alterações nos projetos, principalmente relacionadas com pontes térmicas, que obrigaram a pequenas mudanças nos detalhes construtivos de algumas casas.

- Os proprietários foram convidados para ir ao lugar da casa no dia da demolição para verem o início da obra e conhecerem o empreiteiro

Sobre outros projetos

- Num dos casos que foi atribuído inicialmente à parceria UMP/FCG, os habitantes, que eram um casal estrangeiro, haviam decidido começar a construir a nova casa eles próprios, já que dominavam a autoconstrução, e esta lhes parecia uma solução mais célere do que esperar pela realização de um projeto por parte de um ator externo. Neste caso, a urgência em terem a casa pronta era enfatizada pela gravidez da Senhora, cujo término chegava em setembro. A Comissão Técnica do REVITA apoiou este caso disponibilizando materiais que haviam sido angariados e organizados num depósito gerido pelas Câmara municipais.

Anexo J - Apresentação dos casos atribuídos ao Ateliermob | Tabela

Informação recolhida junto da equipa do Ateliermob
janeiro a junho de 2018

Concelho	Código	Lugar	Agregado familiar		Alojamento temporário	Primeira visita à casa	Receção de instrumentos de trabalho			Aspetos salientados pela equipa do Ateliermob como relevantes durante as fases de levantamento e planeamento
			Nº pessoas	Nacionalidade			PDM	Levantamento da casa ardua	Outros	
Figueiró dos Vinhos	FV1	Geladinha	2 (um casal)	Estrangeira	-	31/07/2017	07/08/2017	07/09/2017 (levantamento do anexo arduo)	11/09/2017 (levantamento do anexo arduo)	Os habitantes costumavam receber amigos e visitantes que permaneciam em rouloes estacionadas no seu terreno e usavam um anexo existente como espaço de convívio e serviços, nomeadamente como cozinha. O Ateliermob considerou a reconstrução do anexo no projeto para assegurar a permanência destas dinâmicas sociais.
	FV2	Vale Vicente	2 (um casal)	Estrangeira	-	31/07/2017	07/08/2017	24/11/2017	22/09/2017 (lev. Top.)	A equipa do Ateliermob salientou que os habitantes tinham conhecimentos sobre arquitetura consolidados e capacidade crítica para discutir os projetos com eles.
	FV3	Vale Vicente	2 (um casal)	Portuguesa	-	31/07/2017	07/08/2017	07/09/2017	19/09/2017 (elementos adicionais)	Manter paredes de pedra estruturais e fazer gunilagem no interior A equipa do Ateliermob salientou que os habitantes tinham conhecimentos sobre arquitetura consolidados e capacidade crítica para discutir os projetos com eles.
Pedrógão Grande	PG1	Campelo	1 (um Senhor)	Portuguesa	Centro Geriátrico de Vila de Rei	16/08/2017	06/11/2017	13/10/2017	-	Não sobrou nada da casa Os filhos e netos visitam regularmente a casa, onde se alojam por alguns dias A casa de um dos filhos que vive perto é uma referência constante entre os habitantes Os habitantes pediam 2 pontos de água Consideração de um quarto de hóspedes para receber as sobrinhas que o visitam regularmente
	PG2	Troviscais	2 (mãe e filha)	Portuguesa	Casa que estava disponível (provavelmente pertencia a CMPG)	16/08/2017	03/11/2017	13/10/2017	-	Apesar de ter surgido a oportunidade de ficar a viver permanentemente no Centro onde estava alojado temporariamente, o Senhor preferiu voltar para a sua casa, já que se sentia autónomo para continuar a viver sozinho A filha demonstrou preocupação à equipa do Ateliermob, porque recebeu comentários de colegas do trabalho que insinuavam que estava a ser beneficiada na área e na qualidade da casa em relação a outras pessoas cujos projetos foram entregues a outras Equipas de Intervenção. Inicialmente foi-lhes atribuído um projeto-tipo por outra Equipa Técnica, mas recusaram Os habitantes deste caso são aqueles com quem se reuniram mais vezes e de quem recebiam mais chamadas
	PG3	Casal dos Arais	2 (um casal)	Portuguesa	-	16/08/2017	03/11/2017	02/11/2017 (estava completo, por isso foi terminado pelo atelier a 09/11/2017)	-	Não recebeu comentários de colegas do trabalho que insinuavam que estava a ser beneficiada na área e na qualidade da casa em relação a outras pessoas cujos projetos foram entregues a outras Equipas de Intervenção. Inicialmente foi-lhes atribuído um projeto-tipo por outra Equipa Técnica, mas recusaram Os habitantes deste caso são aqueles com quem se reuniram mais vezes e de quem recebiam mais chamadas
Pampilhosa da Serra	PS1	Vale do Porco	3 (um casal e um dos filhos)	Portuguesa	Casa da irmã do Senhor	09/08/2017	20/09/2017	14/09/2017	30/10/2017 (elementos adicionais)	Na 1ª reunião os habitantes concordaram com a hipótese que o Ateliermob apresentou, mas depois contactaram a equipa a pedir alterações, segundo as quais o projeto foi reformulado. Consideração de quartos de hóspedes, porque o casal recebe regularmente visitas de familiares Uma parte da casa não foi danificada pelo fogo, mas não apresentava segurança estrutural, por isso optaram por demolir tudo. Como a casa tinha sido construída pelo Senhor, inicialmente estavam reticentes sobre a sua reação a esta decisão.
										Os habitantes são regularmente visitados pelas netas do casal Os habitantes não estavam presentes na primeira visita à casa ardua, mas foram visitados pelo Ateliermob no mesmo dia no lugar onde se estavam a alojar

Anexo K - Dados gerais sobre os projetos do Ateliermob | Tabela

Informação recolhida junto da equipa do Ateliermob
janeiro a junho de 2018

Concelho	Código do Caso	Lugar	Considerações gerais sobre as novas casas							Entrega dos elementos de projeto				
			Tipo de intervenção	Área útil (m²)	Área bruta (m²)	Tipologia	Nº pisos	Zona de anexos (normalmente de armazenamento e/ou apoio a atividades agrícolas)	Outros	Plano de acessibilidades	Pré-existências mantidas	Programa base	Projeto base	Projeto base detalhado
Figueiró dos Vinhos	FV1	Goladinhã	Reconstrução parcial	83,07	139,4	T1 (mais escritório)	2	Sim (reconstrução total de um volume independente da casa)	-	sim	Paredes estruturais de pedra	14/09/2017	07/11/2017	22/11/2017
	FV2	Vale Vicente	Reconstrução parcial e ampliação	102,12	171,37	T2	2	Pré-existência sem necessidade de intervenção	-	sim	Paredes estruturais de pedra	14/09/2017	07/11/2017	22/11/2017
	FV3	Vale Vicente	Reconstrução total	84,34	125,72	T2	T2	Sim (espaço exterior coberto com acesso a partir do interior)	Acesso a veículos de atividade agrícola e bancada de apoio a atividades agrícolas	sim	-	14/09/2017	07/11/2017	22/11/2017
Pedregão Grande	PG1	Campelo	Reconstrução parcial	115,89	164,44	T2	2	Sim (espaço independente, no piso inferior da casa)	-	sim	Paredes estruturais de pedra	27/11/2017	11/12/2017	22/12/2017
	PG2	Troviscais	Reconstrução total	91,25	133,65	T3	1	Sim (volume independente da casa)	Tanque de rega	sim	Paredes estruturais de pedra	24/11/2017	11/12/2017	22/12/2017
	PG3	Casal dos Arais	Reconstrução total	114,92	157,09	T3	1 (mais sótão)	Sim (sótão)	-	sim	Muro de pedra e portão de acesso automóvel	22/12/2017	11/01/2018	26/01/2018
Pampilhosa da Serra	PS1	Vale do Porco	Reconstrução total	101,13	125,31	T3	2	Sim (espaço interior, no piso inferior da casa)	Espaço para estacionar o trator e guardar máquinas	sim	-	07/11/2017	05/12/2017	26/01/2018

Anexo L - Apresentação dos casos de instituições locais | Tabela

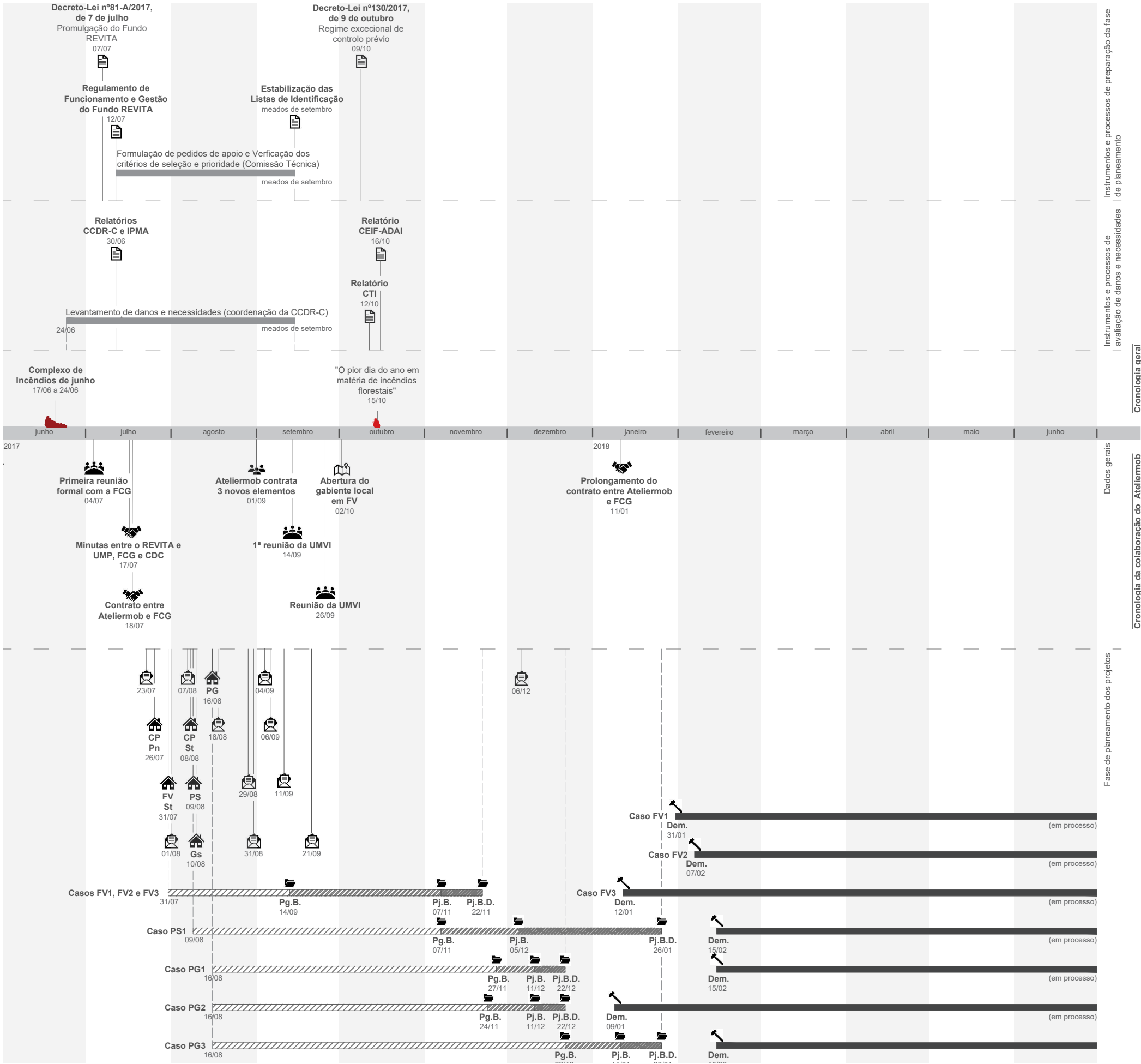
Informação recolhida junto da equipa do Ateliermob
janeiro a junho de 2018

Instituição	Concelho	Data do pedido à FCG	Intervenção	Reunião/Visita do Ateliermob		Situação
				Data	Decisões e observações	
Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	-	Reparações no Lar de Fajão Reparações em viatura ligeira de apoio domiciliário Reparações em imóvel de habitação Compra de gerador	-	Realização da adjudicação	Concretizado
CERCI CAPER	Castanheira de Pera	13/09/2017	Preservação e valorização de edificado existente que está em mau estado de conservação: Edifício Cepas e Casa da Criança	Visita a 26/09/2017. Relatório efetuado a 3/10/2017	Intervenção proposta justifica-se. Aguardam envio do Projeto de Execução	Pendente
		-	Apoios diversos Intervenção no CAT: construção de um novo bloco para cozinha/refeitório	Visita ao CAT a 11/10/2017	Não avaliados nesta visita Aguardam envio da planta e orçamentos (CAT, carrinha, computadores, e demais material, e hostel)	
Sport Clube Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	-	Construção dos balneários	Visita a 26/09/2017. Relatório efetuado a 2/10/17	Estudo Prévio executado pelo Município é insipiente e não permite avaliar o projeto e o rigor do custo estimado.	Pendente
		-		Relatório de 13/11/2017	Documentos referentes ao projeto recebidos dia 27/09/2017	
Capela de N.ª S.ª das Brotas	Pedrogão Grande	Em reunião com a CDDR-C, a 22/08/17, esta instituição sai da lista da UMP/FCG por determinação da Presidente. Prossegue FCG de forma independente.	Reconstrução da Capela e construção de memorial	Reunião (MOB e Simão) e relatório de dia 29/01/2018	Estudo Prévio existente é interessante do ponto de vista arquitetónico, mas, e apesar de não ser possível estimar um valor, é um investimento de monta e por isso deve ser decidido pela FCG se é um investimento prioritário	Pendente
Capela dos Troviscais	Pedrogão Grande	-	-	-	-	Pendente
Associação de Vítimas de Pedrogão Grande	Pedrogão Grande	-	-	Reunião dia 03/10/2017	FCG pretende ajudar a AV/PG na formalização e início da atividade. Ateliermob apóia na escolha do lugar para a sede da associação	Concretizado
		-	-	-	Lugar escolhido: escola primária de Figueira, em Vila Facia. Obras de reparação e apetrechamento são direcionadas para o Coletivo Warehouse	
Biblioteca de Figueiro dos Vinhos	Figueiro dos Vinhos	-	Apoiar um projeto já existente de recolha de memórias das aldeias locais	-	Formalização de uma proposta em conjunto com a equipa local responsável pelo projeto	Concretizado

Anexo M

O enquadramento do Ateliermob no processo de recuperação de habitações após o Complexo de Incêndios de 2017 | *Cronologia*

Informação recolhida junto do Ateliermob janeiro a junho de 2018



Siglas

- CP Castanheira de Pera
- Pn Penela
- FV Figueiró dos Vinhos
- St Sertã
- PS Pampilhosa de Serra
- Gs Góis
- PG Pedrógão Grande
- Pg.B. Programa Base
- Pj.B. Projeto Base
- Pj.B.D. Projeto Base Detalhado
- Dem. Demolição da casa ardida

Legenda

- Publicação de documento
- Formalização de acordo entre entidades
- Reunião
- Contratação de recursos humanos
- Gabinete local em Figueiró dos Vinhos
- Primeira visita às casas ardidas
- PG — Concelho
- 16/08 — Data
- Receção de Lista de Identificação dos casos
- 23/07 — Data
- Entrega de uma fase do projeto
- Início das obras
- Fase de levantamento de necessidades e formulação de hipóteses
- Formalização final das propostas
- Pg.B.
- Pj.B.
- Pj.B.D.
- Construção da casa

Informação fornecida pela equipa do Atelierno

Nota: Nesta cronologia são assinaladas apenas as primeiras reuniões e as primeira visitas às casas ardidas, no entanto, não foram as únicas a ser realizadas; inserem-s a título de contextualização para se perceber a partir de quando começaram acontecer.

Apêndice

Apêndice A - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018

Apêndice B - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV2

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018

Apêndice C - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
11 de outubro de 2018

Apêndice D - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018

Apêndice E - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
18 de janeiro de 2018

Apêndice F - Relatório de visita /acompanhamento Caso PG1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
10 de novembro de 2018

Apêndice G - Relatório de visita /acompanhamento Caso PG2

Fornecido pela equipa do Ateliermob
18 de janeiro de 2018

Apêndice H.1. e H.2. - Relatório de visita /acompanhamento Caso PS1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
3 de outubro de 2018

Apêndice I - Relatório de visita /acompanhamento Caso PS1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018

Apêndice J - Tabela de organização dos casos

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice K - Memória Descritiva - caso FV1

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice L - Memória Descritiva - caso FV2

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice M - Memória Descritiva - caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice N - Memória Descritiva - caso PG1

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice O - Memória Descritiva - caso PG2

Fornecido pela equipa do Ateliermob

Apêndice P - Memória Descritiva - caso PG3

Fornecido pela equipa do Ateliernob

Apêndice Q - Memória Descritiva - caso SP1

Fornecido pela equipa do Ateliernob

Apêndice A - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	GCM1
Concelho	Figueiró dos Vinhos
Freguesia	Campelo
Local	Goladinha
Data	07-10-17
Presenças	Equipa TC99%: Tiago Saraiva, Marta Vieira, Ana Rita Nunes
	Moradores: [REDACTED] e [REDACTED]

Relato:

No seguimento da entrega dos processos de licenciamento ao requerente [REDACTED], foi tida uma reunião no atelier local da equipa TC99%, com sede na Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, com o intuito de apresentar as evoluções que o projecto sofrera até então abrindo lugar à discussão de materialidades e alguns pormenores de arquitectura.

Posto isto, foram retirados alguns pontos principais levantados pela requerente:

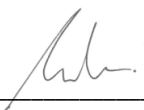
- Foi acordado entre ambas as partes que a parede exterior terá uma finalização apenas em reboco, sendo o acabamento decidido em obra;
- Informaram-nos que têm um lavatório que gostariam de colocar na instalação sanitária do quarto principal e ainda duas portas, que pertenciam ao pai da [REDACTED], e que serão colocadas na entrada do quarto principal (piso 1) e do espaço de arrumos (piso 0);
- Informaram-nos que a casa destruída tinha um sistema de aquecimento no pavimento (sistema de canalização de água quente) pois no Inverno as temperaturas atingem temperaturas negativas. Mostraram interesse em ter algum tipo de aquecimento na nova casa, situação que será discutida do ponto de vista orçamental.
- [REDACTED] gostaria de recriar uma casa o mais ecológica possível e para tal referiu que tem preferência na cortiça como isolamento térmico. Será necessário tanto no pavimento do piso térreo como na cobertura.

O restante projecto de arquitectura encontra-se em conformidade segundo as premissas do requerente e da equipa TC99%.

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela

Os técnico:



Marta Vieira

Data: 07/11/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de
Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

2 / 2

Apêndice B - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV2

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	VV18
Concelho	Figueiró dos Vinhos
Freguesia	Campelo
Local	Vale do Vicente
Data	07-10-17
Presenças	Equipa TC99%: Tiago Saraiva, Marta Vieira, Ana Rita Nunes
Moradores:	[REDACTED] e [REDACTED]

Relato:

No seguimento da entrega dos processos de licenciamento ao requerente [REDACTED], foi tida uma reunião no atelier local da equipa TC99%, com sede na Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, com o intuito de apresentar as evoluções que o projecto sofrera até então abrindo lugar à discussão de materialidades e alguns pormenores de arquitectura.

Posto isto, foram retirados alguns pontos principais levantados pela requerente:

- _ Têm preferência por uma banheira em vez de base de duche na instalação sanitária do piso -1;
- _ Gostariam que existisse um corrimão na parede de pedra lateral à rampa de acesso ao piso 1;

O restante projecto de arquitectura encontra-se em conformidade segundo as premissas do requerente e da equipa TC99%.

Os técnico:

Marta Vieira

Data: 07/11/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

1 / 1

Apêndice C - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
11 de outubro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	VV1
Concelho	Figueiró dos Vinhos
Freguesia	Campelo
Local	Vale do Vicente
Data	11-10-17
Presenças	Equipa TC99%: Marta Vieira, Ana Rita Nunes e Ana Catarino
Moradores:	[REDACTED]

Relato:

Visitamo-la na casa alugada, onde está agora, em Castanheira de Figueiró. Por estes dias está sozinha porque o marido está internado no hospital dos Covões.

Tem 2 filhos (uma filha e um filho) e 3 netos

Levamos desenhos feitos à mão (pela Rita) mas, mesmo assim pareceu-me que para ela era confuso; há uma incapacidade de olhar para eles e perceber ou imaginar aquilo como realidade. Teremos de pensar em como explicar o que se propõe tendo em conta o que parece ser uma fraca capacidade de lidar com o abstracto.

A casa onde está:

- A casa é bastante má e prevê-se que vá passar frio no inverno
- Segundo percebemos terá estado bastante tempo fechada, os móveis da cozinha são velhos (os da casa foram-lhe dados porque perdeu tudo no incêndio).
- A casa além de mal cuidada tem uma porta que dá acesso a uma espécie de arrumos cuja parede do lado direito não sobe até ao tecto, deixando-o visível, e no chão tem um buraco directo para a cave; será daí que vêm os ratos que ela ouve durante a noite no tecto e, já apanhou um na cozinha

Elementos para a casa nova:

- barracão / anexo para as alfaías
- telheiro para churrasco

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

- zona para a casa do cão
- zona para os animais (coelhos, galinhas e rolas)
- também nos disse que tinha um terreno vedado para cabras e porcos
- falou-nos em janelas, com vidros duplos e de correr, ao que contrapusemos com portas de abrir por isolarem melhor (confirmar se serão basculantes ou não); e que as janelas tenham estores
- cozinha com exaustor
- WC com bidé e torneiras iguais às de casa do filho (**a casa do filho é uma referência constante e coloco mesmo a hipótese de a irmos visitar, nem que seja para a descansar**)
- ter um portão para entrar no quintal
- chão exterior em material fácil de limpar
- tanque que sirva, simultaneamente, para armazenar água para rega e para lavar roupa (a ideia do tanque foi-lhe dada por alguém, que não percebi quem, e que a despertou para o assunto)
- a casa não tinha fossa pelo que tudo será novo

Outros elementos:

- A casa que ardeu fica nuns terrenos que lhe foram dados pelos pais
- Perguntou-nos se este Natal já teria a casa nova, ao que lhe respondemos que não, frisando que, no entanto, a dela é a primeira que entrará em obra
- Mostrou-se angustiada por este inverno não ter nem horta nem animais mas, afastou qualquer hipótese de ter na casa onde está actualmente; quer mesmo é voltar a ter já na sua nova casa
- Ao mesmo tempo que nos ia dizendo o que gostaria de ter na casa, dizia-nos que o que quer é que seja rápido por isso, prefere ficar com menos coisas desde que consiga voltar rápido para lá.
- Mostrou-se também aflita por não ver nada a ser demolido, ou seja, por não ver nada a acontecer. Combinei levá-la lá assim que as obras comecem para que veja e possa ir acompanhando

Apoio psicológico:

- disse-nos que tem 1x por mês mas, é ela quem se desloca à consulta
- o filho parece estar bastante presente e é com ele que está o cão
- disse-nos que continua a ter momentos em que pensa em tudo o que perdeu e foram várias as vezes que chorou durante a nossa visita
- também nos disse que não dorme muito, em parte por causa dos ratos mas, também pelas lembranças e por se encontrar ali naquela casa que não é a sua

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

O técnico:



Ana Catarino

Data: 11/10/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de
Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela

3 / 3

Apêndice D - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
7 de novembro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	VV1
Concelho	Figueiró dos Vinhos
Freguesia	Campelo
Local	Vale do Vicente
Data	07-11-17
Presenças	Equipa TC99%: Tiago Saraiva, Marta Vieira, Ana Rita Nunes
Moradores:	[REDACTED] e [REDACTED]

Relato:

No seguimento da entrega dos processos de licenciamento à requerente [REDACTED], foi tida uma reunião no atelier local da equipa TC99%, com sede na Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, com o intuito de apresentar as evoluções que o projecto sofrera até então abrindo lugar à discussão de materialidades e alguns pormenores de arquitectura.

Posto isto, foram retirados alguns pontos principais levantados pela requerente:

- _ Pretende ter um ponto de água exterior na zona de entrada;
- _ Gostaria que fosse acrescentado um bidé na instalação sanitária;
- _ Gostaria que as torneiras tivessem o mesmo mecanismo das do filho;
- _ Gostaria de ter uma churrasqueira na parte tardoz da casa.

O restante projecto de arquitectura encontra-se em conformidade segundo as premissas da requerente e da equipa TC99%.

O técnico:

Marta Vieira

Data: 07/11/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela

1 / 1

Apêndice E - Relatório de visita /acompanhamento Caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob
18 de janeiro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	VV1
Local	Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos
Data	18-01-18
Presenças	Equipa workingwiththe99%: Tiago Mota Saraiva, Marta Vieira, Ana Rita Nunes Requerentes: [REDACTED]

Relato:

Decorreu esta quinta-feira, na biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, uma reunião entre equipa workingwiththe99% e os requerentes de Vale do Vicente. A conversa surge da necessidade de definir alguns dos materiais a colocar na habitação de [REDACTED].

Foram então discutidas várias questões, já colocadas anteriormente, tais como a utilização de lareira ou salamandra. A requerente mostrou-se interessada na construção de uma lareira na sua sala de estar.

O pavimento da casa também foi ponderado, através do desenho projecto mosaico, impresso, foi possível dar aos requerentes uma ideia do resultado final, da cor, e do mosaico a utilizar, solução com a qual se mostraram satisfeitos. Uma vez que a habitação será pavimentada na integra por mosaico hidráulico, foram criadas variações de cor que permitam a distinção entre os espaços, mas ao mesmo tempo exista uma unicidade em todo o conjunto. Desde o início do processo que a requerente se mostrou desagrada da com a possibilidade de colocação de tacos de madeira, a equipa focou-se por isso nesta solução.

Por ultimo, considerou-se o uso de portadas, no lugar de estores, que permitem não só maior protecção, dificultando a entrada na casa por terceiros, como também têm um melhor desempenho em caso de incêndio. A requerente manteve do início ao fim a sua opinião, preferindo o estores, no entanto deixou por considerar a escolha de portadas se desenhadas de forma simples. A opinião foi considerada pela equipa, que pretende agora procurar exemplos de portadas que vão de encontro à preferência da requerente.

O técnico:

Ana Rita Nunes

Data: 18 / 01 / 2018

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

1 / 1

Apêndice F - Relatório de visita /acompanhamento Caso PG1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
10 de novembro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	██████████
Refª REVITA	CA5
Concelho	Pedrógão Grande
Freguesia	██████████
Local	Campelos
Data	10-11-17
Presenças	Equipa TC99%: Marta Vieira, Ana Rita Nunes, Ana Catarino Morador: ██████████

Relato:

Na sequência da execução do projecto de reabilitação da habitação unifamiliar do requerente ██████████, localidade Campelos, foi efectuada uma visita de acompanhamento com o próprio, no Centro Geriátrico de Vila de Rei, com o intuito de esclarecer algumas dúvidas que surgiram após primeira visita e consequente início de execução deste projecto.

É de salientar que o Sr. ██████████ tem já uma idade avançada, 84 anos, mas que mantém uma vida completamente autónoma, tendo exprimido vontade de voltar para a sua casa, apesar de todas as comodidades que está a ter no Centro.

Na sua propriedade mantinha várias áreas de “loja” onde guardava as suas ferramentas e alguma maquinaria, destruídas pelo incêndio, cuidava de vários animais, dentro dos quais ovelhas, galinhas e pintos e tinha ainda um espaço de horta onde cultivava algumas hortaliças. No entanto explicou-nos que devido à idade já não se sente capaz de continuar com todas estas atividades pelo que a sua nova casa deverá contar apenas com uma zona para criar um reduzido número de galinhas.

A casa onde vivia seria a casa de seus pais, construída em pedra onde foram acrescentadas paredes de alvenaria de tijolo. Era constituída por dois quartos, uma cozinha/sala, não existindo instalação sanitária. Os espaços anexos eram no entanto fundamentais para o Sr. ██████████ guardar batatas, azeite ou vinho pelo que se considera necessário incluir tais áreas no novo projecto.

Após esta visita, a equipa TC99% dirigiu-se ao local de intervenção tendo sido orientada uma visita/explicação à casa destruída pelo primo do Sr. ██████████, o Sr. ██████████, através da qual foram clarificadas várias dúvidas sobre a disposição espacial da antiga casa. Foram ainda feitas algumas medições às paredes existentes para complementar o levantamento efectuado pela equipa da EDP.

O técnico:

Marta Vieira

Data: 10/11/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

1 / 1

Apêndice G - Relatório de visita /acompanhamento Caso PG2

Fornecido pela equipa do Ateliermob
18 de janeiro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	TF2
Local	Pedrogão Grande
Data	18-01-18
Presenças	Equipa Workingwiththe99%: Tiago Mota Saraiva, Marta Vieira, Ana Rita Nunes Equipa Estudo do projeto: Sara Equipa documentário: André Vieira Requerentes: [REDACTED]

Relato:

Na sequência do projeto de reconstrução da habitação de [REDACTED], e necessidade de escolha dos materiais a utilizar na mesma, a equipa reuniu no dia 18 pelas 13h00 em Pedrogão Grande, na casa onde [REDACTED] e a filha [REDACTED] foram alojadas após o incêndio.

Na presença dos filhos, foram feitas algumas alterações relativamente ao pavimento a utilizar na habitação.

O pavimento previsto dividir-se ia, pelas diferentes partes da casa, entre mosaico hidráulico e tacos de madeira, com a existência de betonilha apenas nas áreas de arrumos. A sala de estar seria uma das zonas a pavimentar com tacos de madeira, enquanto a cozinha já contemplava mosaico hidráulico. Contudo, após conversa com os requerentes, entende-se que a entrada de acesso à casa será feita, na maioria das vezes, através da entrada posterior, entrada a partir da sala de estar, onde o contacto entre exterior e interior é constante e onde também o acesso à zona da horta e animais é privilegiado; desta forma, o pavimento em mosaico permite uma melhor resposta a estas zonas de passagem, prevendo também uma mais simples manutenção.

Conclui-se a reunião com o prolongamento do mosaico para todas as áreas sociais da casa, à exceção da zona dos quartos e acesso ao mesmo.

O técnico:

Ana Rita Nunes

Data: 18 / 01 / 2018

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela

1 / 1

Apêndice H.1. - Relatório de visita /acompanhamento Caso PS1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
3 de outubro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	██████████
Refª REVITA	PsVp1
Concelho	Pampilhosa da Serra
Freguesia	
Local	Vale Porco, Pampilhosa da Serra
Data	03-10-17
Presenças	Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra: Engº Fernando Alves Equipa TC99%: Marta Vieira e Ana Rita Nunes

Na sequência da execução do projecto de reabilitação da habitação unifamiliar do requerente ██████████, localidade Vale Porco, foi efectuada uma visita ao local de intervenção, acompanhada pelo Engenheiro Fernando Alves, com o intuito de esclarecer algumas dúvidas que surgiram após primeira visita e consequente início de execução deste projecto.

Neste sentido foi possível clarificar várias dúvidas existentes relativas ao levantamento topográfico efectuado pelo departamento da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e fazer uma análise mais profunda sobre as estruturas que se mantiveram pós incêndio.

Trata-se de uma habitação desagregada em vários núcleos com acessos independentes pelo exterior, existindo uma pré existência de construção em pedra que servia uma zona de arrumação. É notório que esta casa sofria de poucas condições de salubridade, nomeadamente o quarto do Sr. ██████████ que não apresentava condições mínimas de habitabilidade e que se situava num edifício com áreas mínimas, desagregado da restante casa.

É da opinião mútua entre os presentes nesta visita que todas as estruturas de paredes, tectos e pavimentos que se mantiveram pós incêndio devem ser demolidas para dar lugar a um novo edificado. Assinalamos que algumas paredes e estruturas de vigas do edificado existente se encontram em risco de derrocada, podendo agravar-se com a caída das primeiras chuvas, pelo que será prudente perceber sua possível demolição antes do início das obras, uma vez que o ██████████, filho do proprietário, pretende deslocar-se periodicamente a sua casa a fim de cuidar da horta. Este pede ainda para ser avisado aquando a demolição da casa a fim de recolher algum material que se encontra em bom estado e que pretende manter.

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas
Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de
Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

1 / 2

Esta moradia unifamiliar deverá reunir as condições necessárias a mobilidade condicionada, respondendo a um eventual agravamento do problema físico da Sra. [REDACTED], esposa do Sr. [REDACTED].

Segundo informações da antropóloga Ana Catarino, o lote não tinha ligação à rede de águas municipais, mas segundo o Engº Fernando Alves existe ligação de rede na estrada que serve o lote. No entanto, não existe rede de esgotos afecta a este local pelo que o saneamento doméstico é actualmente ligado a uma fossa séptica (ainda a localizar). Pós incêndio foi já restabelecida a ligação de electricidade sendo que as linhas de telecomunicação continuam por regularizar.

O técnico:



Marta Vieira

Data: 03/10/2017

Apêndice H.2. - Relatório de visita /acompanhamento Caso PS1

Fornecido pela equipa do Ateliermob
3 de outubro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	PsVp1
Concelho	Pampilhosa da Serra
Freguesia	[REDACTED]
Local	Vale do Porco
Data	03-10-17
Presenças	Segurança Social: Célia Nunes Equipa TC99%: Ana Catarino Moradores: [REDACTED]

Relato:

Reunião com o [REDACTED] e o filho [REDACTED], acompanhada pela Célia, assistente social da Câmara Municipal de Pampilhosa.

Tal como no passado dia 09 de Agosto, quando visitamos Pampilhosa pela primeira vez e falámos com o Sr [REDACTED] (e a esposa, a Sra [REDACTED]), também nesta visita a mediação foi feita pela assistente social que os está a acompanhar desde o incêndio.

Desta vez, esteve presente o filho, [REDACTED], que vive com o casal e trabalha [REDACTED] na Câmara.

Questões levantadas:

- Em conversa com a Célia foi-nos dito que o casal recusou ter acompanhamento psicológico apesar da Câmara ter uma psicóloga. Segundo ela, o senhor vai falando quando se encontra com ela. Para mim não é claro que isso seja o suficiente
- O casal é bastante idoso e tem ligação ao centro de dia de Vale Porco que os acompanha já há vários anos; neste momento e, porque estão na Pampilhosa, esse acompanhamento é feito pelo centro de dia da Vila. Contrariamente ao que se passava em Agosto, agora é já a Câmara quem está a suportar esse custo.

- A Sra [redacted] tem problemas de mobilidade permanentes desde que teve uma queda [redacted]
[redacted] Isto é o que nos levanta a questão da necessidade da casa ser adaptada à sua condição sendo necessário pensar em: rampas de acesso à casa, portas por onde passe uma cadeira-de-rodas e um wc adaptado.

- Acresce que se passa alguma coisa em termos de saúde mental da senhora mas que, ainda, não conseguimos perceber o que é ao certo. [redacted]
[redacted]
[redacted]
[redacted]

[redacted] Esta situação parece-me a mais complicada uma vez que implica que o sr tem de tratar da esposa, durante 24 horas, numa condição que também ele não entende bem. Além disso, sendo ela bastante dependente e, ele também idoso, acrescenta a dependência de ambos na necessidade de apoio específico. Este apoio, parece-me, deveria ser estendido para além do que lhes é dado pelo centro de dia, que inclui apenas comida e limpeza da casa. Até porque, tendo a senhora problemas de saúde mental, naturalmente, isso também afecta o marido que terá de aprender, e entender, melhor como lidar com ela.

- O filho [redacted] que vive com eles e vivia num espaço autónomo à casa e sem quaisquer condições, parece também ter alguns problemas cognitivos. Não há qualquer diagnóstico médico formal, segundo nos foi dito pela técnica Célia. No entanto, explicou que ele trabalha como cantoneiro, agora na Câmara e antes do incêndio na Freguesia que abrange Vale Porco, sendo uma parte do seu salário pago pela segurança social.

Ele ajuda o pai a tratar dos terrenos que incluem: horta, olival e várias árvores de fruto. No entanto, tem uma vida bastante autónoma dos pais não recebendo, por exemplo, qualquer apoio do centro de dia. Esse contracto abrange apenas o casal. Disse-nos na reunião que sempre se safou sozinho desde os 8 anos.

Tem dois filhos, um com 32 anos e um com 16 [redacted], com quem terá algum contacto mas, não foi claro se permanente.

- No total, o casal tem 4 filhos e 6 netos, muitos deles já adultos. Foi-lhes explicado que não haverá um quarto para cada um deles e que terão, provavelmente, de continuar a partilhar. Os outros 3 filhos e respectiva família só os visitam, não permanecendo na casa.

- A casa não tinha água canalizada apesar de existir perto um ponto de água municipal. O Sr [redacted] falou, explicitamente, do desejo de ter água da rede pública em casa.

Questão da Horta:

- O Sr [] mostrou-se preocupado por estar tudo a secar sendo que, tem já uma mangueira grande para poder restabelecer a ligação que tinha ao ponto de água que fica a 1200 metros de distância da casa mas, ainda em terrenos seus. Não é um furo, pelo que se percebe será uma nascente. Será colocada a 15 de Novembro, no dia do seu aniversário. Foi frisado que, quando quiser, poderá começar a tratar da horta porque isso não interfere com a demolição e construção da casa nova.
- A Célia ficou de fazer um levantamento com o [] e o filho de todo o material agrícola que ficou destruído, coisa que ainda não foi feita com eles.

Principais preocupações:

- a questão da saúde mental da Sra [] e da, consequente, necessidade de acompanhamento a ser feito aos dois
- o [] que viverá uma situação precária mas, que ajuda o pai na horta
- como fazer o acompanhamento aquando da demolição da casa que foi, integralmente, construída pelo []
- o [] pediu para ser avisado antes da demolição para poder ir retirar material que tem lá, incluindo uma porta

Passos seguintes:

- voltar a Pampilhosa já com desenho para podermos explicar o que estamos a pensar
- ir com o [] ao terreno para perceber quais os limites da horta e também poder perceber melhor as questões familiares; pensar se valerá a pena ir também com o [] ao local, tendo em atenção toda a carga emocional associada a essa visita mas, poderá ser importante.

Os técnicos:

Ana Catarino

Ana Catarino

Data: 03/10/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas
Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de
Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

3 / 3

Apêndice I - Relatório de visita /acompanhamento Caso PS1

Fornecido pela equipa do Ateliemob
7 de novembro de 2018



RELATÓRIO DE VISITA/ACOMPANHAMENTO

Nome	[REDACTED]
Refª REVITA	PsVp1
Concelho	Pampilhosa da Serra
Freguesia	
Local	Vale do Porco
Data	07-11-17
Presenças	Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra: Luís Batista
	Segurança Social: Célia Nunes
	Equipa TC99%: Tiago Saraiva, Marta Vieira e Ana Rita Nunes
	Moradores: [REDACTED] e [REDACTED]

Relato:

Em seguimento do processo PsVp1 do requerente [REDACTED], foi tida uma reunião de apresentação do Programa Base na Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. Nesta foram apresentados os primeiros desenhos e ideias para a reconstrução da moradia em questão, numa perspetiva de debater ideias e soluções para a proposta apresentada. Foram levantadas algumas preocupações da parte do requerente e seu filho entre as quais assinalamos:

- Necessidade de manter a existência de um forno a lenha;
- Destacar um espaço dentro do lote do terreno onde seja possível estacionar o trator e guardar as várias máquinas agrícolas que usualmente têm;
- Apesar de serem apenas três moradores na casa é necessário a existência de mais um quarto onde possa alojar a filha e respetiva família aquando as suas visitas regulares.
- Sr. [REDACTED] gostaria de ser informado antes do início das obras para poder recolher alguns pertences que se encontram no local;
- Ambos vão começar a replantar o terreno de cultivo adjacente ao lote que também lhes pertence.

Ficou acordado que a entrega de licenciamento na Câmara Municipal irá ocorrer no dia 15 de Dezembro de 2017.

O técnico:

Marta Vieira

Data: 07/11/2017

Fundação Calouste Gulbenkian e União das Misericórdias Portuguesas

Fundo de Apoio às populações e à revitalização das áreas afectadas pelos incêndios nos concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró do Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertão e Penela

Apêndice J - Tabela de organização dos casos

Fornecido pela equipa do Ateliernob

LISTAGENS CCDR									comentários	
nº de intervenções										
data de recepção	Pedrógão Grande	Figueiró dos Vinhos	Castanheira da Pêra	Pampilhosa da Serra	Sertã	Penela	Góis	TOTAL		
23. jul. 2017			4	14		10	3	17	56	Figueiró 26/07 só altera Castanheira 1ª listagem de Pedrógão
1. ago. 2017			4	6	8	10	3	17	48	
7. ago. 2017		22	4	14	8	10	4	2	64	
Nota: notando sobreposição de listagens (em visita a habitação em Góis) cruzamos listas directamente com Cáritas										
31. ago. 2017		11	4	13	3	1	3	1	36	1ª Aprovada pela CG
20. set. 2017		19	3	14	3	1	2	0	42	
Nota: verificamos listas directamente com EDP										
21. set. 2017		19	3	14	3	1	2	0	42	Informação CCDR/UdM (Góis em definição) Pedido de financiamento de + 11 casas Em visita a Pedrógão o pedido anterior reduziu para 8
7. dez. 2017		30	3	14	3	1	2	0	53	
11. dez. 2017		27	3	14	3	1	2	0	50	
nº Projectos Final		3	3	1						
DOCUMENTO intervenções										
data de recepção	Pedrógão Grande	Figueiró dos Vinhos	Castanheira da Pêra	Pampilhosa da Serra	Sertã	Penela	Góis			
7. ago. 2017		Extractos PDM completos								
5. set. 2017		Levantamento VV18								
7. set. 2017		Levantamento VV1 + Gcm1								
11. set. 2017		Levantamento anexo Gcm1								
data de reunião		apresentação Programa Base aos moradores								
14. set. 2017				Levantament o PSVP1						
19. set. 2017		elementos adicionais VV1 CMFV)								
20. set. 2017				Extractos PDM						
15. set. 2017				Documentos Instrutórios						
22. set. 2017		recepção cotas topográficas adicionais VV18								
27. set. 2017				Documentos Instrutórios CMPS						
3. out. 2017				Documentos Instrutórios CMPS						
13. out. 2017	Levantament o CA5									
13. out. 2017	Levantament o TF2									
30. out. 2017				Levantamento de elementos adicionais						
2. nov. 2017	Levantament o CAR1 (insuficiente)									
9. nov. 2017	Levantament o CAR1 (incompleto) – assegurado pela equipa									
7. nov. 2017		entrega Projecto Base aos moradores		Apresentação Programa Base						
20. nov. 2017		Consulta Empreiteiros								

Apêndice K - Memória Descritiva - caso FV1

Fornecido pela equipa do Ateliernob

fm

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução parcial da habitação de [REDACTED], localizada na Goladinha, Freguesia de Campelo em Figueiró dos Vinhos (GCM11) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias. Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com dois pisos que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertão, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo

—
ateliernob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliernob.com

fm

REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Figueiró dos Vinhos de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 58º – Regime de Edificabilidade em Aglomerados Rurais salientando que a construção proposta, com 2 pisos, tem área inferior a 300m² e respeita a volumetria da construção existente.

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



Localização

—
ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com



4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução de moradia unifamiliar, com dois pisos, inscrita no perímetro da construção existente.

A entrada principal, definida no alçado Nascente, é tida na continuação de um caminho pedonal de terra que se prolonga desde a entrada principal do lote. Neste alçado é notória a existência de dois acessos à habitação, um no piso térreo de entrada direta, e outro à direita do alçado através de um lance de escadas que encaminha ao segundo piso.

A cobertura do edifício será de duas águas revestidas por telha. À direita do alçado principal, onde se lê o lance de escadas descrito e em cima, existirá uma zona de alpendre que protege essa entrada, à semelhança do que anteriormente existia.

A Noroeste da habitação, localizado numa cota superior, propõe-se a reconstrução total do anexo existente erguido sob um embasamento de pedra. Aqui serão garantidos um ponto de água e esgotos, respondendo às necessidades de trabalho neste espaço.

As paredes exteriores serão constituídas em panos duplos de alvenaria com um revestimento em reboco pigmentado, cor a definir.

b) Interior

O interior da habitação é definida por dois pisos que servem funções distintas, o piso inferior de carácter social e o superior privado. São assegurados acessos exteriores distintos e um vão de escadas interior que interliga os dois.

A entrada principal e social encontra-se ao nível do piso térreo e abre-se para a zona de sala e cozinha. Nesta encontra-se o acesso vertical ao piso superior bem como a ligação a um corredor que por sua vez distribui a uma instalação sanitária e a uma zona de arrumos. Todas as áreas deste piso são adequadas e acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

O piso superior é acedido tanto interiormente como exteriormente por lances de escadas. Os dois encaminham à zona de maior área deste piso, o escritório, sendo que através do acesso exterior acedemos a um pequeno vestíbulo que distribui também para o quarto do casal e consequente instalação sanitária.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m², nas situações de reconstrução.

—
ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

Estimativa de custo	área	Valor/m2	estimativa
Área bruta de construção	139,40	840,00 €	117.096,00 €
Espaços exteriores	0,00	150,00 €	0,00 €
Anexos agrícolas	30,00	250,00 €	7.500,00 €
Demolições e preparação do terreno	vg		11.620,00 €
		Total	136.216,00 €

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas

Designação do Espaço	Área (m²)
Área de circulação	7,81
Entrada	0,00
Quarto 1	10,29
Quarto 2	0,00
Quarto 3	0,00
Quarto 4	0,00
Instalação Sanitária	4,05
Instalação Sanitária	5,28
Sala e cozinha	20,75
Escritório	22,25
Arrumos	1,00
Espaços exteriores	5,64
Garagem	0,00
Área útil do fogo	83,07
Área bruta do fogo	139,40
Área exterior do fogo	0,00
Anexos	30,00

O Técnico Responsável,

—
ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

Apêndice L - Memória Descritiva - caso FV2

Fornecido pela equipa do Ateliernob

FW

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução parcial e à ampliação da habitação de [REDACTED], localizada em Vale Vicente, Freguesia de Campelo em Figueiró dos Vinhos (VV18) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias.

Propõe-se uma moradia unifamiliar, tal como a pré-existente, a reconstruir com dois pisos que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram

ateliernob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliernob.com

destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Figueiró dos Vinhos de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 58º – Regime de Edificabilidade em Aglomerados Rurais salientando que a construção proposta, com 2 pisos, tem área inferior a 300m2.

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



— **ateliermob**

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

Localização

4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução da moradia unifamiliar de dois pisos, com pequenos acréscimos ao perímetro da construção existente.

O edifício encontra-se implantado sobre os limites Oeste, Norte e Sul do lote, deixando livre o alçado frontal, a Sul, onde se encontra a entrada principal. A entrada para o lote localiza-se a uma cota superior do piso térreo da habitação e a uma distância de 14m (aproximadamente) da fachada principal, espaço este que corresponde a um jardim onde encontramos lateralmente os anexos, a manter. Nesta entrada é proposta a execução de uma rampa que facilite o acesso ao piso superior da habitação garantindo o uso da mesma para pessoas com mobilidade condicionada.

O alçado do edifício sofrerá algumas alterações, nomeadamente na aberturas/encerramento de vãos, que correspondem às alterações de usos efetuadas no interior. A zona de varanda será alargada para garantir o bom acesso pedonal ao piso superior.

O edifício terá uma cobertura de duas águas com revestimento de telha. As paredes estruturais de pedra serão mantidas sendo que no interior da habitação se procederá à gunitagem das paredes para um acabamento mais limpo.

b) Interior

O interior da habitação é definida por dois pisos que servem funções distintas, o piso inferior de carácter privado e o superior social. São assegurados acessos exteriores distintos e um vão de escadas interior que interliga os dois.

A entrada principal do piso térreo abre-se para um vestíbulo que distribui para os dois quartos, instalação sanitária e acesso vertical de escadas.

O piso superior é acedido interiormente por um lance de escadas que encaminha à sala ou exteriormente por uma rampa ou escadas que conduzem a um alpendre. Aqui a relação com o interior é tida por um evidraçado, que cobre toda a parede Sul, que se abre para a sala. Nesta encontramos o acesso à cozinha e à instalação sanitária.

4. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m2, nas situações de reconstrução.

Estimativa de custo	área	Valor/m2	estimativa
Área bruta de construção	171,37	840,00 €	143.951,00 €

—
ateliernob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliernob.com

Espaços exteriores	46,65	150,00 €	6.997,50 €
Anexos agrícolas	0,00	250,00 €	0,00 €
Demolições e preparação do terreno	vg		11.620,00 €
		Total	162.568,30 €

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas	
Designação do Espaço	Área (m²)
Área de circulação	11,37
Entrada	0,00
Quarto 1	17,08
Quarto 2	10,52
Quarto 3	0,00
Quarto 4	0,00
Instalação Sanitária	5,39
Instalação Sanitária	5,44
Sala	32,65
Cozinha	6,51
Despensa	0,00
Arrumos	0,00
Espaços exteriores	13,16
Garagem	0,00
Área útil do fogo	102,12
Área bruta do fogo	171,37
Área exterior do fogo	46,65
Anexos	0,00

O Técnico Responsável,



Tiago Mota Saraiva

—
ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

Apêndice M - Memória Descritiva - caso FV3

Fornecido pela equipa do Ateliermob

fm

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução total de habitação de Isilda dos [REDACTED], localizada em Vale Vicente, Freguesia de Campelo em Figueiró dos Vinhos (VV1) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias. Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com um piso térreo que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente usado para cultivo pelos proprietários.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das

ateliernob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliernob.com

habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Figueiró dos Vinhos de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 58º – Regime de Edificabilidade em Aglomerados Rurais salientando que a construção proposta, com 1 piso, tem área inferior a 300m².

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.



Localização

ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução de moradia unifamiliar, com um piso térreo, inscrita no perímetro da construção existente.

A entrada principal, a Nascente, será feita a partir da via a partir da qual é definido um acesso pedonal e outro para automóvel, acessos que atravessarão um área destinada a jardim até chegar a espaços exteriores cobertos tanto para o acesso pedonal como através da criação de um alpendre para estacionamento da viatura. O acesso destinado ao automóvel, lateral à habitação, a Norte, estende-se até ao terreno posterior à casa, a Poente, assegurando também o acesso a veículos de apoio à actividade agrícola.

Também a tardoiz é proposto um espaço exterior coberto, onde se prevê uma bancada de apoio aos trabalhos agrícolas, onde se encontra o segundo acesso à habitação. Na ligação entre a habitação e o terreno adjacente a Poente e o acesso para veículos, ambos a cotas inferiores, é proposta a criação de uma rampa que permitirá o acesso a pessoas com mobilidade condicionada e facilitará eventuais transportes dos produtos agrícolas.

O edifício terá uma cobertura de duas águas em telha que a Poente se estende em alpendre, como descrito acima.

Prevê-se o revestimento dos panos de alvenaria que constituirão as paredes duplas que constroem o perímetro exterior da habitação com reboco pigmentado, cor a definir.

b) Interior

A entrada principal, a Nascente, dá acesso à sala e a corredor de distribuição para os dois quartos, cujos vãos abrem a Norte e a Poente e à instalação sanitária. A instalação sanitária será acessível por pessoas com mobilidade condicionada.

Com um amplo vão sobre o jardim de entrada, a sala tem ainda ligação directa à cozinha. Atravessando a cozinha e espaço de lavagem de roupa (com ligação à dispensa) chega-se ao segundo acesso ao exterior, feito através de uma porta envidraçada que se abre para o espaço exterior coberto a Poente.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m2, nas situações de reconstrução.

Estimativa de custo	área	Valor/m2	estimativa
Área bruta de construção	125,62	840,00 €	105.520,80 €
Espaços exteriores	90,00	150,00 €	13.500,00 €
Anexos agrícolas	30,00	250,00 €	7.500,00 €
Demolições e preparação do terreno	vg		11.620,00 €
		Total	138.140,80 €

ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas	
Designação do Espaço	Área (m²)
Área de circulação	4,42
Entrada	0,00
Quarto 1	13,55
Quarto 2	10,12
Quarto 3	0,00
Quarto 4	0,00
Instalação Sanitária	4,82
Sala	19,96
Cozinha	6,00
Despensa	2,97
Lavandaria	4,92
Espaços exteriores	17,58
Garagem	0,00
Área útil do fogo	84,34
Área bruta do fogo	125,62
Área exterior do fogo	90,00
Anexos	30,00

O Técnico Responsável,



Tiago Mota Saraiva

ateliermob

Rua dos Fanqueiros 235 4ºE 1100-229 Lisboa | Portugal | T.: +351218863869 | info@ateliermob.com

Apêndice N - Memória Descritiva - caso PG1

Fornecido pela equipa do Ateliemob

fm

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução parcial da habitação de [REDACTED], localizada em Campelos, Freguesia de Vila Facaia em Pedrógão Grande (CA5) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias.

Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com dois pisos que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Pedrógão Grande de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 60.º – Regime de edificabilidade salientado que a construção proposta, com dois pisos, tem uma área inferior a 350m², respeitando o ponto 2. do mesmo artigo.

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento

de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excepcional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



Localização

4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução de moradia unifamiliar de tipologia T2, com dois pisos, inscrita no perímetro da construção existente.

Os limites do lote são definidos, em parte, por um muro de alvenaria de pedra e outra pelo próprio perímetro da casa. Na sua maioria, as estruturas afetas a este lote são construídas em pedra natural sendo premissa deste projeto manter e reabilitar as mesmas. A sua preservação inscreve-se numa ótica de requalificação de paredes pedra que, de forma abrangente, se traduz numa forte marca nas casas desta zona do país. Deste modo pretende-se salvaguardar a memória do edificado mantendo a traça e volumetria do edifício existente, efetuando apenas as alterações que se

revelam importantes para o bom cumprimento do programa funcional bem como dos projetos de especialidades. À exceção das novas paredes interiores todas as intervenções a que se propõe este projeto preveem um aumento nas dimensões dos panos exteriores e interiores de pedra, assegurando uma altura confortável no interior da habitação, sendo consequentemente redesenhado o alinhamento da cumeeira.

De forma a tornar a casa completamente acessível a pessoas com mobilidade reduzida optou-se por centrar o programa num único piso, o superior, libertando o piso inferior a uma zona de arrumos da qual não dependem os outros espaços da casa.

A entrada principal do lote, definida a Norte, é marcada por um acesso exterior coberto que relaciona a habitação e a adega, privilegiando a continuidade entre os espaços. É mantido um segundo acesso ao logradouro a sudeste da construção.

b) Interior

A organização espacial no interior da habitação é marcada pela entrada principal de acesso imediato à sala de estar que se lê em continuidade com a zona de refeições e cozinha, conferindo à lareira o estatuto de elemento central no espaço comum social da casa. Aqui abre-se um grande vão a Sudoeste que se relaciona directamente com o logradouro exterior e que ilumina e ventila naturalmente toda a área afectada.

A traça pré-existente, ou seja, as paredes de alvenaria de pedra que se mantêm, é respeitada através da existência de dois corredores de distribuição para as zonas privadas da habitação, um com acesso à instalação sanitária e quarto de casal e outro com acesso ao quarto simples, lavandaria e consequente piso inferior.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m², nas situações de reconstrução.

Estimativa de Custo da Obra				
	Especialidade	Área (m ²)	P. Unitário (€/m ²)	Est. Custo (€)
Habitação	Demolições	114,80	15,00	1.722,00 €
	Arquitectura	164,44	310,00	50.976,40 €
	Fundações e Estruturas	164,44	270,00	44.398,80 €
	Redes Prediais de Águas e Esgotos	164,44	15,00	2.466,60 €
	Águas Quentes Sanitárias (Solar)	164,44	15,00	2.466,60 €
	Inst. Eléctricas	164,44	30,00	4.933,20 €
	Inst Telecomunicações	164,44	10,00	1.644,40 €
Anexo		27,79	110,00	3.056,90 €
Espaços Exteriores		22,00	90,00	1.980,00 €
Total				113.644,90 €



6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas	
Designação do Espaço	Área (m ²)
Área de circulação	17,27
Quarto 1	12,18
Quarto 2	9,57
Instalação Sanitária	6,00
Sala	32,65
Cozinha	9,33
Lavandaria	2,47
Arrumos	26,42
Arranjos exteriores	22,00
Adega	27,79
Área útil do fogo	115,89
Área bruta do fogo	164,44
Área exterior do fogo(inclui adega+arranjos exteriores)	49,79
Área bruta do anexo	62,00

O Técnico Responsável,



Tiago Mota Saraiva

Apêndice O - Memória Descritiva - caso PG2

Fornecido pela equipa do Ateliernob

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução total da habitação de [REDACTED], localizada em Troviscais Fundeiros, Freguesia de Pedrógão Grande (TF2) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias.

Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com um piso térreo que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Pedrógão Grande de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 79º – Regime de Edificabilidade salientando que a construção proposta, com um piso, tem uma área inferior a 400m2, respeitando o disposto na alínea d) do mesmo artigo.

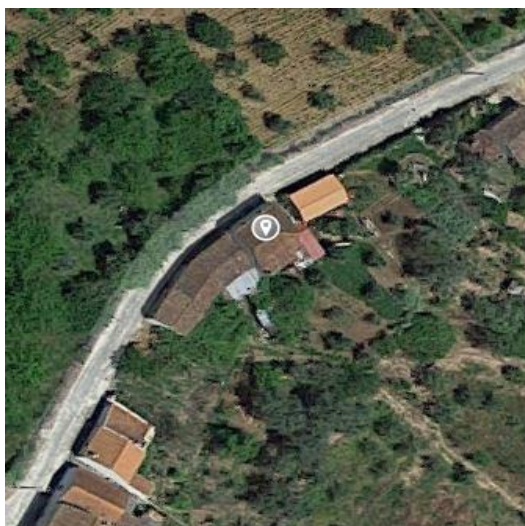
Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das

fm

Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



Localização

4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução de uma moradia unifamiliar de tipologia T3, com um piso térreo, zona de anexos e tanque de rega.

A Nordeste do lote localizam-se as entradas principais. Este alçado ergue-se com uma pequena distância da estrada e marca um novo limite exterior da habitação, distinto do que existia que, por sua vez, se mostrava muito próximo do eixo da via. A zona de entrada pedonal desenha-se ainda recuada em relação à via, delimitando uma zona coberta que antecede a entrada na habitação e que permite, desta forma, um afastamento seguro entre a porta de entrada e a zona de circulação automóvel. A distância de 2,80m (aproximadamente) existente entre o limite exterior da casa e o perímetro do lote, a Norte, prevê o acesso automóvel ao interior do terreno possibilitando a fácil circulação necessária à manutenção das hortas.

A presença de duas paredes de alvenaria de pedra pré-existentes a Nordeste e Sudoeste delimitam o término do lote e consequente limite da habitação. A sua preservação inscreve-se numa ótica de requalificação de paredes pedra que, de forma abrangente, se traduz numa forte marca nas casas desta zona do país. Deste modo pretende-se salvaguardar subtilmente a memória do edificado existente exibindo-as ao exterior da habitação.

Prevê-se que as paredes exteriores a construir sejam constituídas em panos duplos de alvenaria e revestidas a reboco pigmentado, com cor a definir. A cobertura será executada em duas águas pendentes para os alçados principal e tardoz e revestida a telha lusa.

A zona exterior da habitação destina-se a usos hortícolas e criação de animais de pequeno porte sendo acompanhada por um anexo que assegura o bom funcionamento de ambas as atividades. Este distribui-se em dois pisos com cotas distintas, um superior voltado para a horta e um inferior, destinado à criação de animais. As duas cotas relacionam-se com um acesso de escadas que desenhavam o limite do tanque de rega. Prevê-se que este recolha as águas pluviais provenientes da cobertura do anexo, sendo uma peça fundamental à boa manutenção destes espaços.

b) Interior

O interior da habitação desenvolve-se num único piso térreo e compreende todas as divisões necessárias a uma habitação de tipologia T3.

As distintas funções da casa organizam-se segundo uma linha de corte transversal à porta de entrada principal que distingue a zona social, à esquerda, da zona privada, à direita. A linha de cumeeira da cobertura define o centro linear longitudinal da casa que por sua vez desenha o corredor de distribuição para a zona privada e divide subtilmente a sala de estar da cozinha, na zona social.

Nesta, o espaço lê-se como um todo relacionando a sala de estar com a cozinha numa única zona aberta marcada pela presença da lareira ao centro. A sala de estar encontra-se voltada a sudeste e abre-se para o exterior através da abertura de grandes vãos. A cozinha define-se por uma bancada contínua e por uma despensa de suporte à arrumação.

Do lado oposto, à direita, encontramos então a zona mais privada da habitação com a presença de três quartos, duas casas de banho e uma lavandaria. Todos estes espaços prevêm iluminação e ventilação natural.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m2 , nas situações de reconstrução.

Estimativa de Custo da Obra				
	Especialidade	Área (m2)	P. Unitário (€/m2)	Est. Custo (€)
Estimativa de Custo da Obra				
	Especialidade	Área (m2)	P. Unitário (€/m2)	Est. Custo (€)
Habitação	Demolições	100,40	15,00	1.506,00 €
	Arquitectura	133,65	360,00	48.114,00 €
	Fundações e Estruturas	133,65	220,00	29.403,00 €
	Redes Prediais de Águas e Esgotos	133,65	15,00	2.004,75 €
	Águas Quentes Sanitárias (Solar)	133,65	15,00	2.004,75 €
	Inst. Eléctricas	133,65	30,00	4.009,50 €
	Inst Telecomunicações	133,65	10,00	1.336,50 €
Anexo		16,40	100,00	1.640,00 €
Espaços Exteriores		157,00	90,00	14.130,00 €
Total				104.148,50 €

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas		
Designação do Espaço		Área (m²)
Sala de Estar e Sala de Jantar	10,05	
Cozinha	10,80	
Hall de Entrada e Corredor	13,40	
Quarto 1	18,90	
Quarto 2	13,50	
Quarto 3	10,30	
Instalação Sanitária 1	4,65	
Instalação Sanitária 2	3,20	
Arrumos/Lavandaria	2,95	
Arrumos/Despensa	3,50	
Anexo	8,20	
Galinheiro	8,20	
Tanque	5,00	
Área útil do fogo		91,25
Área bruta do fogo		133,65
Área exterior do fogo(inclui tanque+acessos exteriores)		157,00
Anexos		10,77
Área total		301,42

O Técnico Responsável,

Tiago Mota Saraiva

Apêndice P - Memória Descritiva - caso PG3

Fornecido pela equipa do Ateliermob

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à reconstrução total da habitação de [REDACTED], localizada em Casal dos Arais, Freguesia de Pedrógão Grande (CAR1) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias.

Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com um piso térreo que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Pedrógão Grande de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 79º – Regime de Edificabilidade salientando que a construção proposta, com um piso, tem uma área inferior a 400m², respeitando o disposto na alínea d) do mesmo artigo.

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da reconstrução de habitação cuja

construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Este procedimento é entregue ao abrigo do Decreto-Lei nº 130/2017 de 9 de Outubro, que estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



Localização

4. PROPOSTA

a) Exterior

Propõe-se a reconstrução de uma moradia unifamiliar de tipologia T3, com um piso térreo e sótão.

Distinguem-se duas entradas de acesso ao lote uma a Noroeste, de acesso automóvel, e outra a Sudeste, de acesso pedonal, sendo este último o alçado admitido como principal marcando uma distância de 2,5 metros (aproximadamente) ao eixo da via. A tardoz será mantido o muro de pedra existente, bem como o portão de acesso automóvel, sendo

necessária a realização de alguns trabalhos de reabilitação dos mesmos.

Prevê-se a demolição integral de todo o edificado existente que, apesar de ser parcialmente construído em paredes de alvenaria de pedra, não apresenta as condições mínimas de segurança, a nível estrutural, e conta com diversos incumprimentos segundo o RGEU, não respeitando, por exemplo, a altura mínima de pé direito livre ou as áreas mínimas em divisões como a cozinha ou os quartos individuais.

Prevê-se que as novas paredes exteriores sejam constituídas em panos duplos de alvenaria e revestidas a reboco pigmentado, com cor a definir. A cobertura será executada em duas águas pendentes para os alçados principal e tardoz e revestida a telha lusa.

À massa total edificada são extraídos dois volumes, um coberto, na zona tardoz, e outro descoberto, a Nordeste. O primeiro destina-se à entrada secundária e relaciona o estacionamento automóvel com a entrada na cozinha, deixando lugar a uma zona de estendal. O segundo abre-se para o lote adjacente, que pertence à proprietária. Assim desenha-se um espaço intermédio entre o exterior e o interior, interligando os dois lotes permitindo maior relação entre os dois. Neste espaço localiza-se a zona de churrasqueira, com dimensões confortáveis à existência de uma mesa de refeições.

b) Interior

O interior da habitação desenvolve-se num único piso térreo e compreende todas as divisões necessárias a uma habitação de tipologia T3.

As distintas funções da casa organizam-se segundo uma linha de corte perpendicular à porta de entrada principal que distingue a zona social, no primeiro plano aproximado, da zona privada, no segundo plano mais afastado. A entrada principal é marcada pela presença imediata da lareira que desenha um espaço de vestíbulo, sendo a sua localização central à sala de estar e sala de jantar. Esta última relaciona-se directamente com a cozinha que posteriormente se liga ao exterior. Nela existe ainda um pequeno corredor que distribui directamente ao corredor principal e consequente churrasqueira.

A Noroeste da cumeeira, o eixo médio transversal, distribuem-se as zonas privadas da casa, as instalações sanitárias e os quartos. Na instalação sanitária social, a de menores dimensões, não se prevê a abertura de qualquer vão, pelo que será necessário a instalação de mecanismos de ventilação.

O acesso ao sótão é tido por um lance de escadas que inicia na zona da sala de jantar. Neste é previsto iluminação e ventilação natural através de dois pontos de luz zenital.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m2 , nas situações de reconstrução.

Estimativa de Custo da Obra

	Especialidade	Área	P. Unitário Est.		Custo
		(m2)	(€/m2)	(€)	
Habitação	Demolições	92,58	12,00	1.110,96 €	
	Arquitectura	123,21	320,00	39.427,20 €	
	Fundações e Estruturas	123,21	280,00	34.498,80 €	
	Redes Prediais de Águas e Esgotos	123,21	35,00	4.312,35 €	
	Águas Quentes Sanitárias (Solar)	123,21	25,00	3.080,25 €	
	Inst. Eléctricas	123,21	35,00	4.312,35 €	
	Inst Telecomunicações	123,21	20,00	2.464,20 €	
Anexo		0,00	0,00	0,00 €	
Espaços Exteriores		31,72	100,00	3.172,00 €	
	Total			92.378,11 €	

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas

Designação do Espaço	Área (m²)
Sala de Jantar	10,31
Sala de Estar	16,57
Cozinha	10,50
Zona de circulação	16,91
Escadas	5,03
Quarto 1	12,25
Quarto 2	10,68
Quarto 3	10,54
Instalação Sanitária 1	4,62
Instalação Sanitária 2	1,78
Área útil do fogo	114,92
Área bruta do fogo	157,09
Área exterior do fogo	81,69
Área total	223

O Técnico Responsável,

Tiago Mota Saraiva

Apêndice Q - Memória Descritiva - caso SP1

Fornecido pela equipa do Ateliemob

fm

01. OBJECTO

O presente projecto refere-se à alteração e ampliação da habitação de [REDACTED], localizada em Vale Porco, Freguesia de Portela do Fojo-Machio em Pampilhosa da Serra (PSVP1) habitação cuja reconstrução será assegurada pelos fundos geridos pela parceria Fundação Calouste Gulbenkian/ União das Misericórdias.

Propõe-se uma moradia unifamiliar isolada, tal como a pré-existente, a reconstruir com dois pisos que assegurará as adequadas relações com o terreno envolvente.



Imagem da habitação após o incêndio

02. ENQUADRAMENTO

O presente projecto é parte integrante do processo de reconstrução de primeiras habitações destruídas na sequência dos incêndios ocorridos em Junho de 2017 nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertão, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra.

É entendimento da Fundação Calouste Gulbenkian e da União das Misericórdias Portuguesas, que a intervenção a desenvolver nos terrenos afectados, com o objectivo de apoiar a população e revitalizar as áreas afectadas pelos incêndios, deverá ser executada com base numa perspectiva abrangente, sensível às necessidades específicas das pessoas afectadas, onde o apoio prestado vá além da mera reconstrução das habitações perdidas à imagem e semelhança das que ficaram destruídas, entendendo que a correcta aplicação dos donativos recolhidos deverá contribuir para a melhoria das condições da população, em particular da mais envelhecida, tendo por referência o Regulamento de Funcionamento e Gestão do Fundo REVITA.

A presente proposta respeita a legislação aplicável em vigor, nomeadamente o PDM de Pampilhosa da Serra de onde se destaca o cumprimento do disposto no Artº 15º – Regime de edificabilidade nas Áreas de Nível I, II, III e IV e correspondente Quadro 4.

Passível de enquadramento no Decreto-Lei nº 53/2014 de 8 de Abril por se tratar da alteração e ampliação de habitação cuja construção foi concluída há pelo menos 30 anos e, como tal, dispensada da observância das normas constantes dos artigos 45.º a

52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, dispensada da aplicação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto que define o regime legal de acessibilidades, dispensada da aplicação de requisitos acústicos e de eficiência energética e qualidade térmica, de instalações de gás ou de infraestruturas de telecomunicações, no presente projecto procura-se dar resposta às efectivas necessidades dos moradores dando cumprimento à regulamentação aplicável sempre que possível.

Tendo em vista proporcionar uma habitação adequada às necessidades concretas dos proprietários, o presente processo inclui plano de acessibilidades.



Localização

4. PROPOSTA

a) Procedimento para definição de projecto

Na sequência do processo de reconstrução da referida habitação foram tidas em conta várias visitas ao local de intervenção pelos elementos da equipa Trabalhar com os 99% bem como por técnicos da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra. Desta forma foi possível elaborar um diagnóstico sobre o estado de degradação da habitação pós incêndio bem como lançar as primeiras directrizes que sustentam o projecto apresentado.

Destas visitas ao local destacam-se alguns factores importantes do edifício existente que levam à melhor compreensão do projecto final apresentado: trata-se de uma habitação desagregada em vários núcleos com acessos independentes pelo exterior, existindo uma pré existência de construção em pedra que servia uma zona de arrumação. É notório que esta casa sofria de poucas condições de salubridade, nomeadamente o quarto do [REDACTED] que não apresentava condições mínimas de habitabilidade e que se situava num edifício de áreas mínimas, desagregado da restante casa.

Desta forma considera-se que as estruturas de paredes, pavimentos e tectos que se mantiveram pós incêndio devem ser totalmente demolidas dando lugar a um novo edificado. Este, por sua vez, deve acompanhar o declive do terreno existente, assegurando as condições necessárias de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, respondendo a um eventual agravamento do problema físico da Sra. [REDACTED], esposa do Sr. [REDACTED].

Posto isto, a elaboração do projecto foi acompanhada pelo requerente e sua família tendo sido levadas em consideração todas as observações feitas pelos mesmos. A apresentação do Programa Base ao Sr. [REDACTED] e filho, Sr. [REDACTED], teve sede na Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, a 7 de Novembro do presente ano. Nesta foi apresentado e clarificado o projecto aos futuros moradores numa ótica de revisão/melhoria de projecto, tendo estes expressado algumas preocupações relativas a: forno a lenha, que existia na antiga casa e que não contemplada no novo projecto; o espaço necessário de anexos dentro do lote onde seja possível estacionar o tractor e guardar as várias máquinas agrícolas; número de quartos e área afectada à habitação onde seja possível alojar os restantes membros da família aquando das suas regulares visitas.

No seguimento desta reunião foi-nos enviado o seguinte email da parte do Sr. Engº. Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, na sequência de novas observações realizadas por outros filhos que não habitam a casa:

Exma Sra Arq Marta Vieira

Atento a reunião de 07/11/2017 e a proposta de projeto apresentada por V. Exas, cumpre-me transmitir as preocupações / situações que o Sr [REDACTED], juntamente com os filhos, gostariam de ver acauteladas:

- 1) Qual o destino da construção mais a sul, onde se situava uma cozinha e arrecadação? Pretendiam que ficasse para arrumos com a correção das anomalias existentes;*
- 2) No piso inferior deveria ser colocado mais um quarto contíguo ao projetado;*
- 3) A área de arrumos situada no piso inferior necessita de ser aumentada e de ter acesso a pequenas máquinas agrícolas;*
- 4) As coberturas deverão ser preferencialmente tradicionais em telha lusa com beirado para evitar infiltrações. A zona com grandes amplitudes térmicas e arvoredo próximo é propícia à acumulação de folhagem na cobertura o que provocará entupimentos e elevada manutenção.*

Para uma melhor percepção junto se remete planta com apontamento das situações.

Assim, solicita-se que sejam equacionadas as presentes situações.

Com os melhores cumprimentos,

Fernando Pereira Alves, Engº

Atentos a estas preocupações, todas as sugestões foram consideradas.

No que diz respeito a 1), após posterior visita ao local, não se considerou que a construção estivesse em condições de segurança para ser mantida, por outro lado, não nos parece que o lote tenha capacidade construtiva para a construção de um novo anexo – contudo isso poderá ser realizado posteriormente, se a CMPS assim o autorizar. No que diz respeito ao ponto 2), tendo em conta as condições do terreno, o elevado investimento que terá em muros de suporte transformando-o provavelmente na casa mais onerosa das financiadas pela FCG, que a casa já terá um quarto a mais do que o número de habitantes e que a sala tem um tamanho considerável que permitirá acolher mais pessoas, entende-se que a construção de um 4º quarto não deveria constar deste financiamento. Os pontos 3) e 4) foram aceites e encontram-se resolvidos no presente projecto.

b) Exterior

Propõe-se a alteração e ampliação para uma moradia unifamiliar de tipologia T3, com zona de anexo.

Devido ao declive acentuado do terreno propõe-se a repartição do edifício em duas cotas distintas, dois pisos, ambos com porta de acesso direta para o exterior.

Considera-se o acesso principal o que se lê a Noroeste do edifício, estando este posicionado no prolongamento de uma rampa que liga à cota de ingresso na habitação.

A volumetria do edifício, desenhada em forma de “U”, revela no seu negativo um pátio exterior, adjacente às escadas interiores, onde se prevê a construção de um forno a lenha e consequente espaço de estar, voltado a Sudeste, com uma incrível paisagem sobre a serra. Deste pátio é possível aceder à cota do terreno e do anexo através de um lance de escadas retilíneas e adjacentes à fachada.

Prevê-se que a construção da estrutura seja executada em betão armado seguida de panos duplos de alvenaria de tijolo furado, no exterior, revestidos a reboco pigmentado em tons terra. O edifício contará com duas coberturas, uma inclinada a Sul e outra plana a Norte. Nesta última será previsto um sistema de recolha de águas pluviais, que poderá vir a ser utilizado para rega.

c) Interior

Como referido a cima, o ingresso na casa é tido pela porta de entrada principal localizada a Noroeste. Este dá acesso directo à zona social da casa, a cozinha e sala de estar, marcadas ao centro pela lareira que se revela o elemento agregador dos espaços. A cozinha é ainda acompanhada por uma despensa de suporte à arrumação. A sua ventilação será assegurada através do sistema de exaustão. Perpendicularmente a estes espaços encontra-se o corredor de circulação e distribuição para as zonas privadas deste piso, dois quartos e uma instalação sanitária, bem com o acesso de escadas que reencaminham ao piso inferior.

Desta forma, o piso superior foca-se em cumprir as normas de mobilidade condicionada, tendo em conta as condições de saúde da Sr. [REDACTED], e serve todos as funções necessárias à habitação.

O piso inferior divide-se por um corredor central, que relaciona a porta para o exterior com o acesso ao piso superior, separando o quarto da instalação sanitária, pensados para uso do Sr. [REDACTED]. Assim este poderá contar com maior privacidade dentro da própria casa, relacionando-se com todos os outros compartimentos sem necessidade de sair ao exterior.

Ainda à cota deste piso inferior, encontra-se o anexo. O anexo surge do aproveitamento da estrutura da habitação, e representa a maior área da casa. É coberto, mas exterior, podendo ter funções de armazenamento de ferramentas e/ou alfaías agrícolas, assim como funções variadas.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor de referência considerado para reconstrução tem em consideração o disposto no Artº 17º do Regulamento do Revita, segundo o qual é previsto o valor de 840 Euros + IVA por m2 , nas situações de reconstrução.

Estimativa de Custo			
Especialidade	Área (m2)	P. Unitário (€/m2)	Est. Custo (€)
Habitação	Demolições	143,00	15,00
	Arquitectura	125,31	350,00
	Fundações e Estruturas	125,31	400,00
	Redes Prediais de Águas e Esgotos	125,31	45,00
	Águas Quentes Sanitárias (Solar)	125,31	20,00
	Inst. Eléctricas	125,31	30,00
	Inst Telecomunicações	125,31	15,00
Anexo	48,30	200,00	
Espaços Exteriores	41,42	100,00	
Total			123.713,60 €

6. QUADRO DE ÁREAS

Quadro de áreas	
Designação do Espaço	Área (m²)
Área de circulação	17,27
Entrada	0,00
Quarto 1	12,92
Quarto 2	15,26
Quarto 3	13,64
Quarto 4	0,00
Instalação Sanitária	5,24
Instalação Sanitária	2,7
Sala e cozinha	30,40
Escritório	0
Arrumos	3,70
Espaços exteriores	31,46
Garagem	0,00
Área útil do fogo	101,13
Área bruta do fogo	125,31
Área exterior do fogo	30,40
Anexos	48,30

O Técnico Responsável,



Tiago Mota Saraiva